



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XV

Nº 2336

Publicação Semanal

Segunda-feira, 30 de dezembro de 2013

EDIÇÃO EXTRA

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS



LEIS

Lei nº 11.980 de 26 de dezembro de 2013

Súmula: Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA do Município de Londrina para o período de 2014 - 2017.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, DECRETOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

CAPÍTULO I DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual - PPA do Município de Londrina, para o período de 2014 - 2017, em cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 165, da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Plurianual 2014 - 2017 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º O PPA 2014 - 2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2014 - 2017 terá como diretrizes:

- I - promoção humana e qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais;
- II - atenção especial no atendimento à criança e ao adolescente;
- III - eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos;
- IV - promoção e desenvolvimento da infraestrutura urbana, com ênfase na acessibilidade e mobilidade;
- V - fomento da economia do Município, em especial a industrialização, buscando sempre o desenvolvimento sustentável;
- VI - ações que visem garantir eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde enfatizando a prevenção;
- VII - implementação de ambiente educacional eficiente, com foco nas pessoas e no desenvolvimento tecnológico;
- VIII - integração e cooperação com os governos Federal, Estadual e com os Municípios da Região Metropolitana de Londrina;
- IX - implementação de ações que busquem a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres;
- X - valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município;
- XI - implementação de política habitacional pautada no crescimento urbano planejado, dotado de toda infraestrutura necessária;
- XII - erradicação da pobreza e da fome, promoção da educação básica de qualidade para todos, promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate à AIDS e às demais doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e fortalecer o desenvolvimento local através de políticas que ampliem o mercado de trabalho para jovens, democratizando o uso da Internet;

XIII - implementação de ações que busquem a valorização da agricultura e da melhoria na qualidade de vida na Zona Rural do Município;

XIV - implementação de ações voltadas à melhoria na segurança pública do Município.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2014 - 2017 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados como Finalísticos, de Gestão, Manutenção e Serviços e de Operações Especiais, assim definidos:

I - Programa Finalístico: que engloba os órgãos cujas ações resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;

II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços: que englobam os órgãos cujas ações são de natureza tipicamente administrativa destinadas ao apoio à gestão e à manutenção da atuação governamental;

III - Operações Especiais: que englobam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 6º Integram o PPA 2014 - 2017 os seguintes anexos:

Anexo I - Demonstrativo da Estimativa da Receita;

Anexo II - Demonstrativo por Programa de Governo;

Anexo III - Programas de Governo - Diagnóstico / Objetivos / Indicadores;

Anexo IV - Demonstrativo das Ações; e

Anexo V - Demonstrativo da Despesa por Funções de Governo.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 7º Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º O valor anual dos Programas e as Metas não se constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 9º Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2014 - 2017, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 10. A gestão do PPA 2014 - 2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2014 - 2017.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 11. O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 12. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

Art. 13. A avaliação do PPA 2014 - 2017 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 14. A avaliação anual do PPA 2014 - 2017 será realizada por cada Órgão responsável pelos seus respectivos Programas, sob a coordenação da Controladoria-Geral do Município.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 15. Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período 2014 - 2017, está incluído no Valor dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que tratam o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2014 - 2017.

Art. 17. O Plano poderá ser revisto mediante projeto de lei específico.

Art. 18. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, no caso de ações não orçamentárias;

IV - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

Art. 19. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2014 estão estabelecidas no Anexo VI - Anexo de Metas e Prioridades, constante desta Lei, e integrará a Lei nº 11.885, de 25 de julho de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 26 de dezembro de 2013. Alexandre Lopes Kireeff - Prefeito do Município, Paulo Arcoverde Nascimento - Secretário Municipal de Governo, Daniel Antônio Pelisson - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.

PODER EXECUTIVO

Alexandre Lopes Kireeff
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Luiz Augusto Bellusci Cavalcante
VICE-PREFEITO

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Daniel Antonio Pelisson - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia
e-mail: seplan@londrina.pr.gov.br

Márcio José Gomes Corrêa - Chefe de Gabinete
e-mail: gabprefeito@londrina.pr.gov.br

Hélcio dos Santos - Controlador-Geral do Município
e-mail: controladoria@londrina.pr.gov.br

Zulmar Fachin - Procurador-Geral do Município
e-mail: procuradoria@londrina.pr.gov.br

Paulo Arcoverde Nascimento - Secretário Municipal de Governo
e-mail: governo@londrina.pr.gov.br

Paulo Bento - Secretário Municipal de Fazenda
e-mail: fazenda@londrina.pr.gov.br

Rogério Carlos Dias - Secretário Municipal de Gestão Pública
e-mail: assessoria.gestao@londrina.pr.gov.br

Guilherme Casanova Junior - Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
e-mail: agricultura@londrina.pr.gov.br

Sandro Paulo Marques de Nóbrega - Secretário Municipal de Obras e Pavimentação
e-mail: obras@londrina.pr.gov.br

Janet Elizabeth Thomas - Secretária Municipal de Educação
e-mail: defesa.social@londrina.pr.gov.br

Cleuber Moraes Brito - Secretário Municipal do Ambiente
e-mail: sema@londrina.pr.gov.br

Solange Cristina Batigliana - Secretária Municipal de Cultura
e-mail: cultura@londrina.pr.gov.br

Télcia Lamônica de Azevedo Oliveira - Secretária Municipal de Assistência Social
e-mail: assistencia.social@londrina.pr.gov.br

Sônia Maria Lima Medeiros - Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres
e-mail: mulher@londrina.pr.gov.br

Maria Inês Mazzer Barroso - Secretária Municipal do Idoso
e-mail: idoso@londrina.pr.gov.br

Rubens Guimarães de Souza - Secretário Municipal de Defesa Social
e-mail: defesa.social@londrina.pr.gov.br

Kátia Marcos Gomes - Secretária Municipal do Trabalho, Emprego e Renda
e-mail: secretaria.trabalho@londrina.pr.gov.br

SUPERINTENDENTES E PRESIDENTES DE AUTARQUIAS

Sonia Maria Nobre Gimenez - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina - ACESF
e-mail: acesf@londrina.pr.gov.br

Mohamad El Kadri - Autarquia Municipal de Saúde - AMS / Fundo Municipal de Saúde de Londrina - FMSL
e-mail: gabinete@asms.londrina.pr.gov.br

Denilson Vieira Novaes - Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSMML
e-mail: caapsml@londrina.pr.gov.br

Sandro Paulo Marques de Nóbrega - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL
e-mail: ippul@londrina.pr.gov.br

Bruno Veronesi - Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL
e-mail: codel@codel.londrina.pr.gov.br

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

Márcio José Gomes Corrêa - Fundação de Esportes de Londrina - FEL
e-mail: felsport@sercomtel.com.br.

PRESIDENTES DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Christian Perillier Schneider - SERCOMTEL S/A - Telecomunicações.
e-mail: presidencia@sercomtel.com.br

José Roberto Hoffmann - Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD
e-mail: presidencia@cohab.londrina.pr.gov.br

Carlos Alberto Lopes Geirinhas - Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU
e-mail: presidencia.cmtu@londrina.pr.gov.br

PODER LEGISLATIVO

Rony dos Santos Alves
PRESIDENTE
e-mail: professorsronny@cml.pr.gov.br

Gustavo Corulli Richa
VICE-PRESIDENTE
e-mail: gustavoricha@cml.pr.gov.br

Emanoel Edson de Oliveira Gomes
1º SECRETÁRIO
e-mail: emanoelgomes@cml.pr.gov.br

Vilson Sebastião Bittencourt
2º SECRETÁRIO
e-mail: vilsonbittencourt@cml.pr.gov.br

Mario Hitoshi Neto Takahashi
3º SECRETÁRIO
e-mail: mariotakahashi@cml.pr.gov.br

Douglas Carvalho Pereira
tiodouglas@cml.pr.gov.br

Ederson Junior Santos Rosa
juniorsantosrosa@cml.pr.gov.br

Elza Pereira Correia
elzacorreia@cml.pr.gov.br

Fábio André Testa
professorfabinho@cml.pr.gov.br

Gerson Moraes de Araújo
gersonaraujo@cml.pr.gov.br

Jamil Janene
jamiljanene@cml.pr.gov.br

Joaquim Donizete do Carmo
gauchotamarrado@cml.pr.gov.br

José Roque Neto
padreroque@cml.pr.gov.br

Lenir Cândida de Assis
lenirdeassis@cml.pr.gov.br

Marcos Roberto Guazzi Belinati
marcosbelinati@cml.pr.gov.br

Péricles José Menezes Deliberador
periclesdeliberador@cml.pr.gov.br

Roberto Fú Lourenço
robertofu@cml.pr.gov.br

Roberto Yoshimitsu Kanashiro
robertokanashiro@cml.pr.gov.br

Sandra Lúcia Graça Recco
sandragraca@cml.pr.gov.br

Coordenação e Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

Secretário: Daniel Antonio Pelisson

Diretoria de Orçamento

E-mail: orcamento@londrina.pr.gov.br

Equipe Técnica:

Darling Silvia Maffato Genvigir - Contadora / Diretora de Orçamento

Eva Benedita de Lima Passini - Economista / Gerente de Controle, Limites e Prazos Orçamentários

Maria de Lourdes Jordão Pedroza da Silva - Economista / Gerente de Programação Orçamentária

Claudio Roberto Rufino - Técnico de Gestão Pública / Coordenador de Execução Orçamentária e Avaliação de Resultado

Ricardo Morita - Contador / Coordenador de Elaboração Orçamentária

Antonio José Gouveia - Economista

Fabio Issamu Arijji - Contador

Joyce Santiago dos Santos Reis - Técnico de Gestão Pública

Thiago de Paula Espinosa Gouvea - Contador

Apoio:

Silvia Lucia Gouvêa - Gestor de Planejamento / Diretora de Planejamento

Ivete Augusta da Silva - Técnico de Gestão Pública / Gerente de Pesquisas e Informações

Renato Rugene de Carvalho - Economista / Coordenador de Dados Socioeconômicos

Edson Antonio de Souza - Gestor de Planejamento / Assessor de Planejamento

Mara Regina Sáfadi Maricato - Assessora Técnica Administrativa

Maria de Fátima Beraldo - Professora de Língua Portuguesa - revisão ortográfica

Fabiana Crevelato dos Santos - Estagiária de Ciências Contábeis

PLANO PLURIANUAL - PPA 2014 - 2017**Mensagem do Prefeito**

Ao apresentarmos à comunidade londrinense nosso plano de governo, tivemos o cuidado de ancorá-lo num tripé estratégico que envolve: 1. Gestão técnica - com o objetivo de imprimir a máxima eficácia na utilização dos recursos públicos; 2. Desenvolvimento Econômico - que consistem em aumento da base da arrecadação municipal ampliando as oportunidades aos cidadãos; 3 - Transparência - cuja finalidade consiste na garantia de visibilidade dos atos da Administração Municipal. É a partir dessas premissas que buscaremos viabilizar aquilo que é direito do cidadão e um dever da municipalidade: oferecer os serviços públicos de qualidade.

Assim nasceu este PPA. Um documento que pretende comportar esta estratégia de governo apresentando desafios e compromissos, baseado na realidade econômica do Município, respeitando políticas públicas municipais consolidadas, conciliando estas e novas ações municipais às iniciativas de outras esferas de governo, estabelecendo o planejamento do governo municipal para os próximos quatro anos. E que este PPA 2014 - 2017 seja mais um dos instrumentos para que

possamos avançar na construção de uma Londrina desenvolvida, sustentável, justa, fraterna, inovadora e comprometida com o amparo aos mais necessitados.

Alexandre Lopes Kireeff - Prefeito do Município

O PLANO PLURIANUAL 2014-2017

Serviços Públicos de Qualidade: Direito dos Cidadãos.

Apresentação:

A estratégia de desenvolvimento que Londrina busca para os próximos anos está alicerçada na transparência e na eficiência da gestão pública, alinhada com políticas de inclusão social e a retomada dos investimentos em infraestrutura, com ênfase na acessibilidade e mobilidade urbana; trazendo à tona uma nova consciência de planejamento governamental, que busca além da eficácia do gasto público, também a efetividade da ação governamental, ou seja, a qualidade nos serviços ofertados. Conforme os preceitos Constitucionais, o Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais do governo, organizando a ação de governo na perspectiva de um melhor desempenho da Administração Pública. Neste sentido, o PPA foi concebido para ser o elemento central do novo sistema de planejamento, orientando os orçamentos anuais, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que juntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA) completam o ciclo do Orçamento Público. Com o foco nesses fundamentos a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, por meio da Diretoria de Orçamento, procurou discutir, com os órgãos envolvidos nos Instrumentos de Planejamento Municipal, as demandas sociais apontadas nas 13 audiências públicas, nos dados coletados pela participação dos cidadãos através de meios eletrônicos, no Plano Diretor do Município e nos objetivos estratégicos do governo. Tendo a preocupação de que as metas/ações estabelecidas para cada ano, no plano, possam ser exequíveis e não apenas mais um pacto de boas intenções, uma vez que o ritmo da execução dessas ações é submetido à realidade fiscal do Município, ou seja, a efetiva entrada de recursos no cofre público.

Portanto, o adequado diagnóstico das diversas áreas governamentais, aliada à correta leitura dos anseios da população, tornou-se o ponto central para as definições das prioridades para os próximos quatro anos. Prioridades estas, resultantes do reconhecimento de carências da demanda social e econômica da sociedade londrinense. Logo, todo o esforço está centrado na busca de um melhor desempenho da Administração Municipal e na organização das ações governamentais.

Neste sentido, foram estabelecidos trinta e sete programas de governo, divididos em três tipos, a saber: Programas Finalísticos que englobam os órgãos cujas ações resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade; Programas de Gestão, Manutenção e, Serviços que englobam os órgãos cujas ações são de natureza tipicamente administrativa destinadas ao apoio à gestão e a manutenção da atuação governamental; e as Operações Especiais que englobam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, enquadrando basicamente as ações de pagamentos de juros e encargos da dívida pública.

A estimativa de recursos para o financiamento desses programas está baseada na evolução da arrecadação das receitas próprias municipais, no período de 2010 a 2012, nas projeções de arrecadação para 2013, acrescidas das expectativas de crescimento dos principais indicadores econômicos, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil - BACEN para os próximos quatro anos. Para a implementação das metas estabelecidas nos programas constantes do Plano Plurianual, estima-se aplicar no quadriênio 2014 - 2017 R\$6.538.357.000,00 (seis bilhões, quinhentos e trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais), excluídas as duplicidades de receitas intraorçamentárias.

Cabe salientar, que a implementação de todos os programas e ações pensados neste Plano representa um enorme desafio para a atual administração, agravados pela falta de recursos necessários, provocada principalmente pela injusta e desigual distribuição do montante dos tributos arrecadados pela União, onde o município fica com uma parte pouco significativa, tendo que arcar com grandes despesas na área social. Entretanto, a despeito de todos esses obstáculos, olhamos para o futuro com otimismo e entusiasmo, movidos pela tenacidade e espírito empreendedor que sempre impulsionou o povo de Londrina.

Daniel Antonio Pelisson - Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Tecnologia

"Para realizar grandes coisas, não devemos apenas agir, mas também sonhar, não só planejar, mas também acreditar".
(Jacques Anatole France)

Introdução

A orientação estratégica de governo para a elaboração do Plano Plurianual 2014-2017 pautou-se pela participação popular, levando em conta o resultado das demandas da população obtido através das audiências públicas realizadas nas diversas regiões da cidade.

Esforços foram envidados no sentido de contemplar, neste plano, as principais demandas da sociedade londrinense, em consonância com o Plano Diretor Municipal, o Plano de Governo do Prefeito e dos demais planos municipais.

O método utilizado para a elaboração do Plano Plurianual 2014-2017 foi organizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, por meio da Diretoria de Orçamento em três fases:

1ª Fase - Reuniões de Trabalho Internas: foram realizadas reuniões com a finalidade de treinar e orientar as equipes de planejamento dos Órgãos da Administração Pública Municipal. Esta fase compreendeu a construção dos Programas a partir da elaboração do diagnóstico, objetivos e indicadores setoriais;

2ª Fase - Participação Popular: foram realizadas treze audiências públicas, com a participação da sociedade civil organizada, abrangendo a zona urbana e rural do Município, além de canal de comunicação, via internet, disponibilizado no site oficial do Município;

3ª Fase Conclusiva - Reuniões de Trabalho Internas para estabelecimento das prioridades, no âmbito de cada política pública, definindo as ações/metabolos de cada Programa, de acordo com as demandas sociais apuradas e as fontes de financiamento disponíveis.

As propostas de cada órgão da administração municipal foram compiladas e resultaram em trinta e sete programas de governo. Cada Programa tem por objetivo resolver um problema ou uma demanda social, que são os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais.

As receitas para execução destes Programas no quadriênio estão evidenciadas no Anexo I - Demonstrativo da Estimativa da Receita, organizadas por ano e Categoria Econômica detalhadas no nível de Origem. Os valores alocados em cada Programa de Governo constam do Anexo II - Demonstrativo por Programa de Governo.

Os diagnósticos e objetivos relativos a cada Programa de Governo estão dispostos no Anexo III - Programas de Governo, Diagnóstico, Objetivos e Indicadores, por Poderes e respectivos órgãos: Poder Legislativo - Câmara Municipal de Londrina e Poder Executivo - Administração Direta e Indireta.

As metas correspondentes a cada Programa de Governo / Órgão, estão apresentadas no Anexo IV - Demonstrativo das Ações por Órgão, quantificadas fisicamente e monetariamente, totalizando 867 ações/metabolos dispostas por região e por ano. O anexo V - Demonstrativo da Despesa por Funções de Governo, evidencia as despesas do Município, para os próximos quatro anos, de acordo com as áreas de atuação governamental.

O anexo VI - Anexo de Metas e Prioridades, visa atender o disposto no artigo 2º da Lei nº 11.885, de 25 de julho de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2014.

Integra também este Plano, a apresentação do cenário econômico e social do Município, bem como os indicadores que aferem os objetivos do milênio Município e as prioridades estabelecidas por regiões.

1- Cenário Econômico e Social do Município

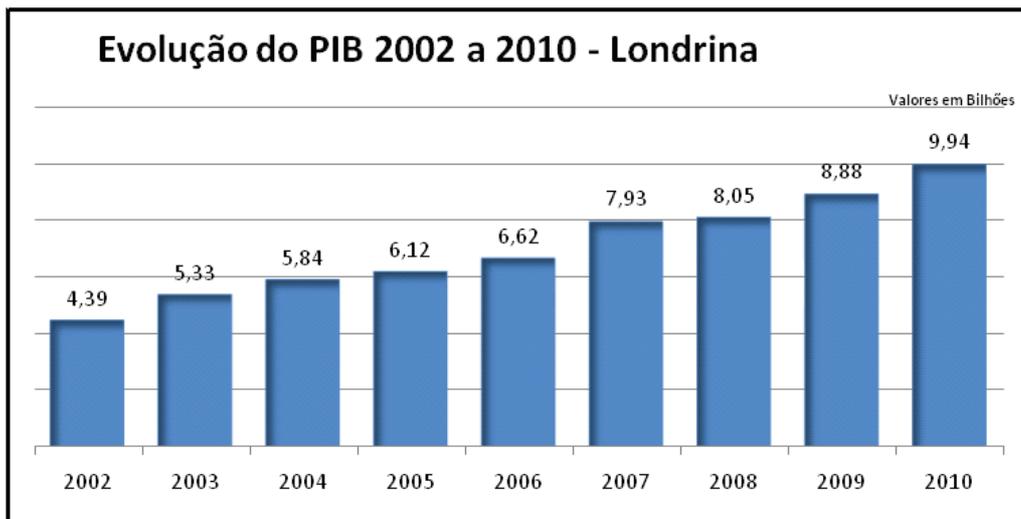
A Economia

Londrina contabilizou, em 2010, uma população de 506.701 habitantes. A cidade apresenta uma economia diversificada e bem consolidada. Sua área de influência é muito significativa tanto no norte do Paraná quanto em toda região sul do Brasil. Mas ainda hoje é necessário um ordenamento estratégico por parte do poder público que possa aumentar a dinâmica da economia local para que as melhorias dos indicadores sociais e econômicos possam refletir nas condições reais e no cotidiano, na vida das pessoas.

Problemas políticos em anos recentes comprometeram as expectativas dos agentes e a cidade viu sua capacidade de atração de novos empreendimentos e geração de negócios serem afetados. A tranquilidade política é um fator fundamental para uma região receber novos investimentos.

A evolução do PIB é um dos indicadores mais importante para se analisar o comportamento da renda de uma localidade. Mediante dados do IBGE, é possível constatar que, em valores nominais, a cidade registrou um crescimento de mais de 120% em nove anos, chegando a 9,94 bilhões de reais em 2010. Na lista dos 100 maiores PIBs do Brasil, Londrina ficou

com a 53ª posição, três a menos que em 2009. Em relação ao Paraná, a cidade segue com o quarto maior PIB do Estado, alcançando um valor maior que algumas capitais do país, como Florianópolis.



Fonte: IBGE

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

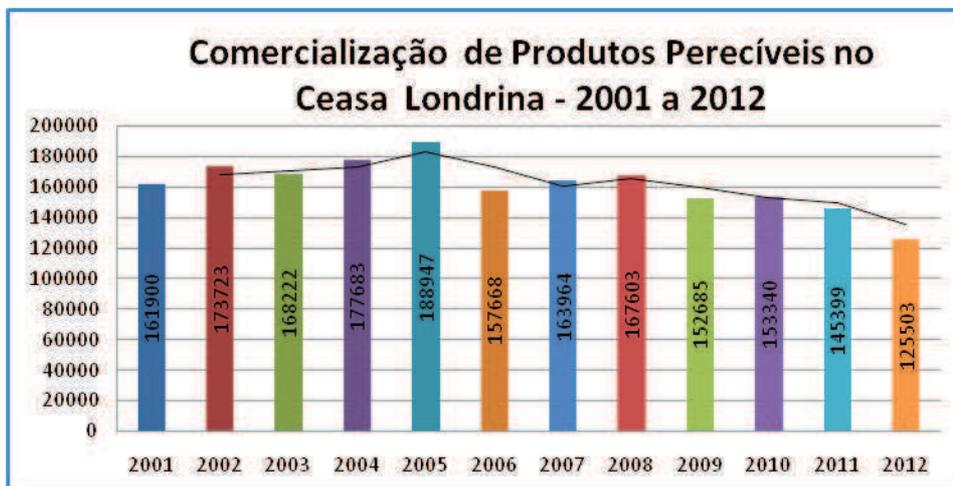
É possível constatar uma trajetória firme e contínua de crescimento econômico, independente das variações pelas quais o Brasil passou em razão da conjuntura internacional desfavorável em alguns momentos, o que impactou no desempenho do Paraná e por consequência dos municípios.

Examinar a composição do PIB ajuda a entender como cada setor contribui para seu crescimento total. O caso Londrinense é fortemente dominado pelo setor terciário, com a prestação de serviços e o comércio sendo os principais dinamizadores da economia. Com uma representatividade bem menor aparece o setor agropecuário. Para se ter um parâmetro de comparação, no Estado do Paraná este setor representou quase 10% em 2008, ao passo que em Londrina a agropecuária foi responsável por 2% no mesmo ano. No Brasil a agropecuária também segue no patamar de 10% do PIB.

Tradicionalmente a agropecuária é um setor voltado para exportação, contribuindo para uma balança comercial superavitária e geradora de divisas. Estes produtos não têm grande valor agregado como produtos eletrônicos em geral e são mais vulneráveis a crises externas. As culturas de grãos voltadas para fora são caracterizadas pela alta tecnologia e produtividade. Uma agricultura desenvolvida pode trazer benefícios através de seu efeito multiplicador de renda, na compra de insumos, máquinas e equipamentos da cidade. Se estes produtos forem ofertados pela indústria local, melhor para a região. As commodities agrícolas representadas pela soja e café foram responsáveis por mais de 75% das exportações de Londrina em 2012. Se em 2006 a soma das exportações destes produtos contabilizou 203 milhões de dólares, em 2012 o valor saltou para 636 milhões. Neste período, a soja ultrapassou o café como produto mais exportado.

No que se refere aos principais rebanhos, os bovinos somaram mais de 54 mil cabeças em 2011, as aves 2,7 milhões e os suínos pouco mais de 16 mil. O efetivo de bovinos teve uma queda de 50% desde o ano 2000. Por outro lado, o rebanho de aves aumentou em 54% e o rebanho de suínos variou negativamente em 26%.

Em relação ao pequeno produtor de hortaliças e produtos perecíveis, o quadro abaixo traz a evolução do volume, em toneladas, comercializado na unidade do Ceasa Londrina desde 2001, notando que além destes, o Ceasa também faz a comercialização de frutas, ovos, pescados entre outros.

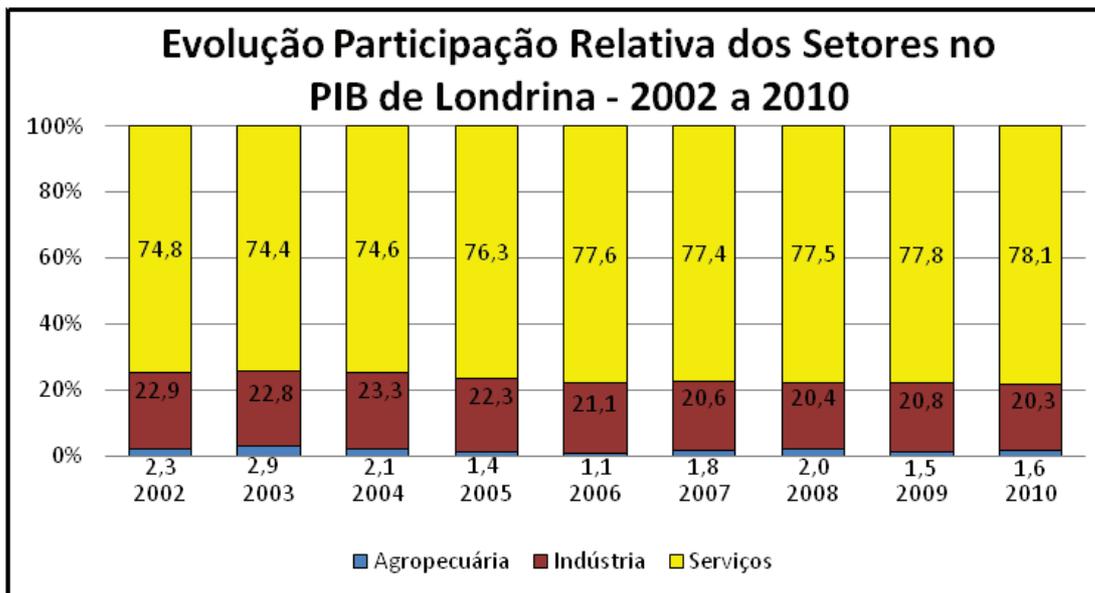


Fonte: Unidade do Ceasa Londrina

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

O próximo quadro abre a composição do PIB e contabiliza cada setor. Como dito anteriormente, o setor de serviços é mais significativo em toda estrutura econômica e este viu sua fatia aumentar ao longo dos anos. De 2002 a 2010, o setor passou de 74,8% para 78,1%, enquanto a Indústria caiu de 22,9% para 20,3% no mesmo período. A participação da agricultura também declinou de 2,3% para 1,6% do PIB.

É importante notar que todos os setores apresentaram crescimento, mas no que se refere à sua participação na composição total do PIB, o setor de serviços se consolidou e subtraiu fatias da agricultura e da indústria.



Fonte: IBGE

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

O setor industrial é estruturalmente agregador de valor. O declínio de participação do mesmo, na economia, pode retratar, entre outros aspectos, a falta de atratividade da região para instalação de novas indústrias ou a perda daquelas já existentes para outras cidades e estados. A concorrência asiática e a guerra fiscal são elementos que também influenciam na tomada de decisão para alocação das empresas.

Do ponto de vista do aumento da renda, a industrialização se apresenta como um fator importante para a maioria das cidades. Em geral, a indústria comporta salários mais elevados, gera tributos ao município e pode reter parte da mão de obra que se forma anualmente, nas instituições de ensino da região devido à crescente demanda por gente qualificada.

De 1999 a 2010, ou seja, num período de 12 anos, o PIB de Londrina perdeu participação no PIB do Paraná, registrando uma queda de 5,23% para 4,57%. O mesmo ocorreu em relação ao Brasil e no mesmo período a participação caiu de 0,31 para 0,26%. Para se ter uma ideia, outra importante cidade da região Sul, Joinville, subiu de 0,37 para 0,49%.

Em 201,1 o Cadastro Mobiliário por Atividade, da Secretaria da Fazenda, apontou a existência de 2.318 indústrias em Londrina, distribuídas em 24 gêneros industriais. Em termos percentuais foi possível constatar que a Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios é responsável por mais de 20% do total de gêneros industriais na cidade. Na sequência, destaca-se a Fabricação de Produtos de Metal, exceto máquinas e equipamentos, que somou 267 estabelecimentos, computando 11%, sendo o segundo segmento mais importante. Em seguida, emerge a Fabricação de Produtos Alimentícios com 8%; Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos com 7% e finalmente Impressão e Reprodução de Gravações, também, com 7%.

Uma classificação importante realizada, por meio do CNAE, que é um instrumento de identificação econômica das unidades produtivas do País, seguindo padrões internacionais definidos no âmbito da ONU, auxiliou na visualização do setor de construção. De acordo com ele, Obras de Infraestrutura, a Construção de Edifícios, e os Serviços Especializados para Construção totalizaram, respectivamente, 64; 539 e 1.079 estabelecimentos em 2011. A importância em colocar em evidência estes estabelecimentos, está relacionada ao quantitativo de mão de obra que demandam.

Serviços

O setor de serviços londrinense é a base da economia da cidade e apresenta uma expansão que extrapola sua microrregião. Se em 2002 o setor proporcionou ao PIB de Londrina 2,8 bilhões de reais; em 2010, último ano divulgado pelo IBGE, este valor passou para 6,4 bilhões. Isto representa um crescimento de quase 130% em 8 anos.

Tal desenvolvimento tem conexão com o aumento de atividades de prestação de serviços que se deve, entre outros fatores, ao aumento do nível de renda, ao incremento urbano e à intensificação do comércio interestadual. Além de uma ampla rede de comércio varejista, bem como, modernos shopping centers que atraem pessoas de várias outras localidades, Londrina, também, se caracteriza como polo de referência, na área de saúde, contando com grandes hospitais Outro fator que distingue o município é o reconhecimento como cidade universitária.

A rede de comércio varejista somou em 2011, 8.691 unidades. Quando adicionado a categoria comércio por atacado e;

comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, este número sobe para 12.343 unidades comerciais. A categoria alimentação do CNAE contabiliza 1.523 unidades.

O número de matrículas iniciais no ensino universitário é majoritariamente ofertado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Em 2011, só nesta instituição, foram efetuadas 15.967 matrículas. A cidade contou ainda com mais 15 instituições de ensino superior em 2011. Estudantes de diferentes regiões do Brasil, em especial, de outras cidades paranaenses, impulsionados por estes serviços migram para a cidade.

O progresso tecnológico é um dos principais determinantes do crescimento econômico em longo prazo e este é viabilizado por meio da educação. Neste sentido, o polo educacional da região se mostra estratégico. A partir dele é possível viabilizar um setor industrial e de prestação de serviços em consonância com as novas tendências de mercado; ou seja, uma indústria limpa, verde, cada vez mais intensiva em capital, que embora utilize pouca mão de obra, requer pessoas altamente especializadas. Situação parecida verifica-se com a prestação de serviços; focados em tecnologia e proporcionando alto valor agregado.

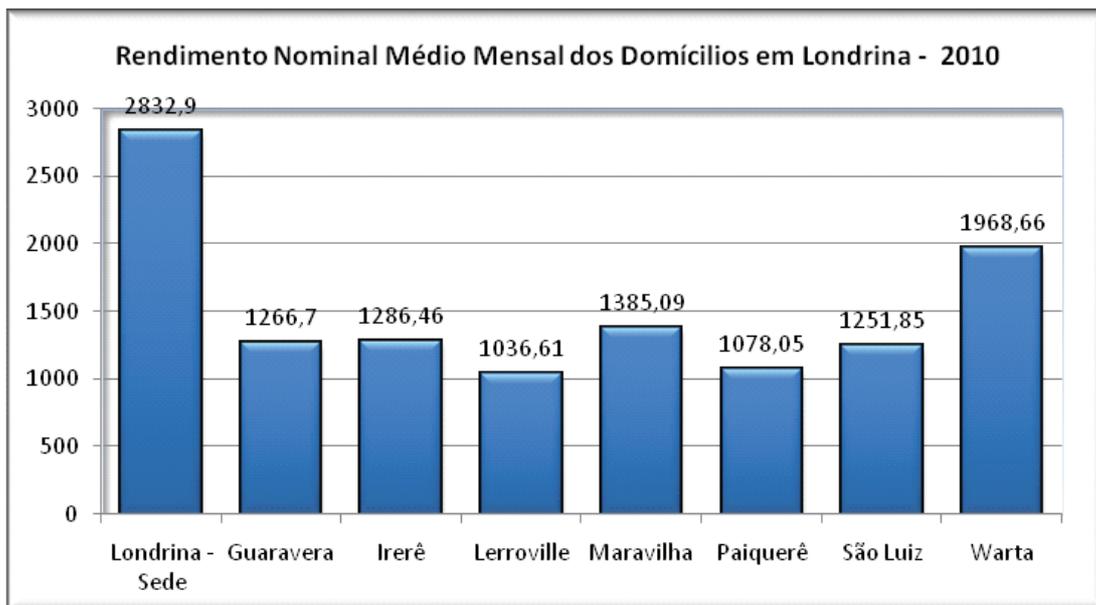
Nível de Renda

O PIB per capita de Londrina, em 2010, foi de R\$ 19.612,00. Para entender melhor o comportamento da renda o quadro abaixo mostra, em termos percentuais, a distribuição dos rendimentos, em salário mínimo mensais, por dois grandes grupos, também para 2010: um daqueles que recebem até dois e outro dos que recebem mais que dois salários mínimos mensais. É possível verificar com bastante clareza que o distrito sede é o que apresenta o maior percentual de pessoas que recebem mais de dois salários mínimos. Há uma divisão praticamente igual entre a quantidade de pessoas que recebem até dois salários mínimos e a outra metade que recebe mais que dois. O distrito da Warta segue em segundo lugar, com um percentual de pessoas que recebem mais de dois salários mínimos na casa dos 31%.



Fonte: IBGE
 Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

O quadro abaixo ilustra mais um dado sobre rendimento, complementando o anterior e mostrando o rendimento nominal médio mensal dos domicílios. O distrito sede de Londrina apresenta maior rendimento. Warta, novamente, segue na segunda colocação, enquanto que, Lerroville é o distrito que tem o menor rendimento médio com R\$ 1.036,61.



Fonte: IBGE
 Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

A Região Metropolitana de Londrina - RML

A capacidade econômica, do Norte do Estado, aumenta, potencialmente quando considerada toda população da Região Metropolitana de Londrina. Contudo, nota-se, ainda alguns gargalos que devem ser superados por todos estes municípios. É o caso do transporte metropolitano, no deslocamento da população e das mercadorias entre estas cidades. A unificação destas localidades formando um todo pode contribuir, em médio e longo prazo, para melhorias econômicas e sociais. A RML, atualmente, é constituída por 16 cidades, sendo elas: Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Florestópolis, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Pitangueiras, Porecatu, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

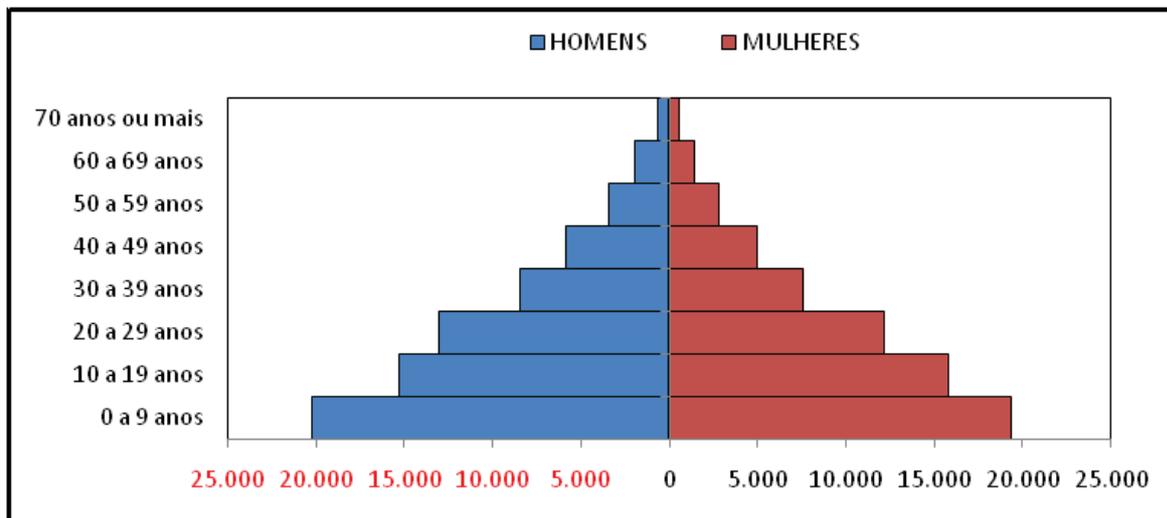
Reunindo uma população de 848.363 habitantes, de acordo com os dados do último Censo, a região integra o segundo maior polo industrial do Estado, participando efetivamente da economia paranaense.



Aspectos Sociais

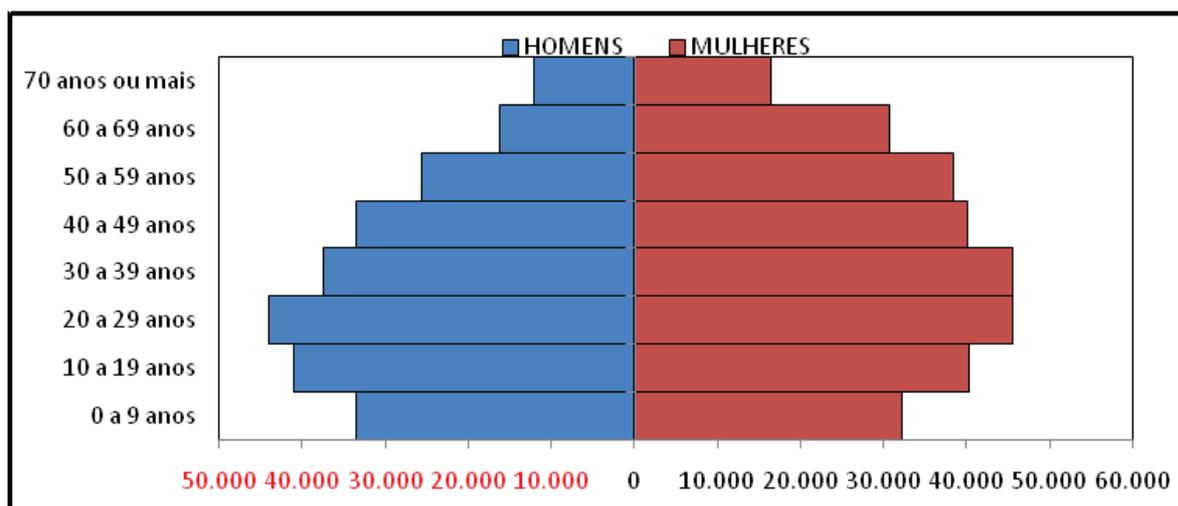
Num plano temporal mais abrangente, pode-se considerar que o delineamento econômico apresentado acima veio concatenado a dois movimentos que provocaram impactos sociais na cidade. Um refere-se à questão migratória e ao aspecto da mudança de perfil da sociedade, antes agrária; hoje urbanizada. E outro, ao aumento da população economicamente ativa associado ao envelhecimento da população. Se em 1940 a população urbana representava 36,9% do total, em 2010, este percentual passou para 97,4%. Isto mostra hoje uma cidade quase que completamente urbanizada.

População no Município de Londrina, por faixa etária e sexo - 1960.



Fonte: IBGE

População no Município de Londrina, por faixa etária e sexo - 2010.

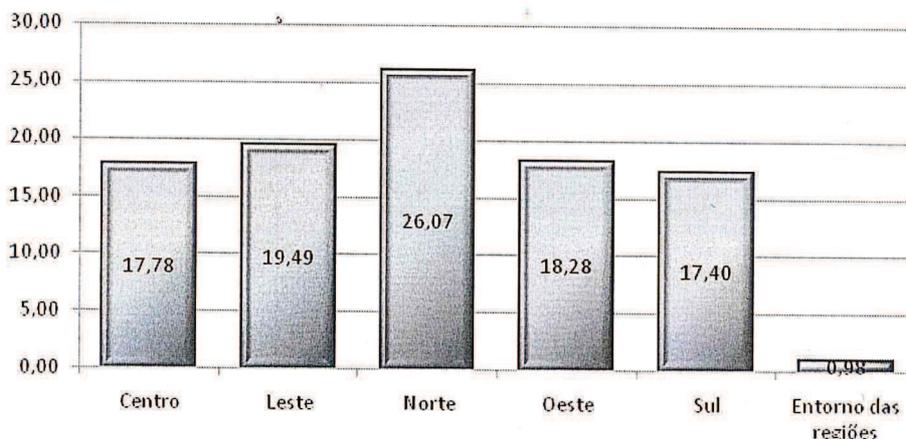


Fonte: IBGE

Da população urbana, que representou em 2010 mais de 97% do total, a região Norte é a mais populosa com 26% e o centro junto com a região sul são as regiões que apresentam menor contingente populacional, com pouco mais de 17% do total. Esta distribuição impacta nas decisões de políticas públicas voltadas à população de acordo com as demandas sociais que cada região apresenta.

Em percentual

População da Área Urbana da Sede de Londrina - 2010



Fonte: IBGE

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

A seguir foram selecionados alguns dados sociais, em especial no que se refere à saúde e educação, posicionando Londrina no cenário nacional e estadual. Com os índices abaixo, é possível verificar que o município apresenta, de maneira geral, bons números sociais. Entretanto, é preciso ressaltar que há espaço para melhorias e estas devem ser buscadas.

Saúde

Tabela 1 - Leitos Hospitalares por Mil Habitantes: Londrina, Paraná, Região Sul e Brasil - 2013

Leitos / Região	Brasil	Região Sul	Paraná	Londrina
Leitos por mil habitantes ¹	2,6	2,95	2,92	3,86

Fonte: MS/ Tabnet / Datasus/ CNES (<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663> – acesso em 10/06/2012).

Nota: 1- Resultados obtidos pelo cálculo do quociente existente entre o número de leitos disponíveis e a estimativa da população total residente divulgada pelo IBGE no DOU Nº 170 de 31/08/2012 multiplicado por mil. Refere-se às camas destinadas à internação de um paciente no hospital, UTI e Unidade Intermediária. Não considera como leito hospitalar os leitos de observação.

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de Pesquisas e informações.

Tabela 2 - Mortalidade Infantil no Município de Londrina – 2000/2010

MUNICÍPIO	ANO	MORTALIDADE INFANTIL	
		Absoluto	Coefficiente (por mil nasc. vivos)
Londrina	2000	117	14,3
	2010	78	11,28

Fonte: MS/DATASUS. IBGE - Censo 2000 (Dados da Amostra) e Censo 2010 (Universo – Características da População e dos Domicílios).

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Educação e Pobreza

Tabela 2 - Nota Observada e Meta do IDEB para Londrina, Paraná e Brasil - 2011

Referência	Brasil		Paraná		Londrina	
	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado
Séries Iniciais do Ensino Fundamental	4,6	5,0	5,4	5,6	5,5	5,5
Séries Finais do Ensino Fundamental	3,9	4,1	4,0	4,3	4,1	4,0

Fonte: MEC - INEP / IDEB 2011.

Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.

Tabela 3 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Londrina, Paraná, Região Sul e Brasil - 2010

Taxa de Alfabetização	Brasil	Região Sul	Paraná	Londrina
(%)	91,0	95,3	94,2	95,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo: Características da população e dos domicílios).
 Organização dos dados: PML/ SMPOT/ DP/ Gerência de pesquisas e informações.



Fonte: Censo Demográfico 2010
 Nota: Extraído do portal ODM

2- Objetivos do Milênio - Indicadores Municipais
1 - Acabar com a Fome e Miséria

Nome: Percentual de famílias incluídas nos programas de transferência de renda municipal e federal;
 Gerente: Gerência de Transferência de Renda. Claudia Renata Favaro;
 Metodologia: comparativo entre o número de famílias potencialmente usuárias dos benefícios e o número de famílias neles inseridas;
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Municipal de Assistência Social;
 Unidade de Medida: Percentual;
 Índice de Referência: 74,45 %;
 Data de Apuração: 09/07/2013;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
78%	83%	88%	93%

Periodicidade: Anual;
 Público Alvo: Público da assistência social potencial para os benefícios de transferência de renda.

2 - Educação Básica de Qualidade para Todos

Nome: Aumento da oferta de vagas na Rede Municipal - Educação Infantil;
 Gerente: Jaqueline Piccolo Lanfranchi - Gerência de Documentação Escolar;
 Metodologia: Total anual de alunos rematriculados acrescido das novas matrículas;
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação;
 Unidade de Medida: vagas;
 Índice de Referência: 2.108;
 Data de Apuração: abril/2013;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
3.158	4.208	5.258	6.308

Periodicidade: Anual ;

Público Alvo:Crianças de 0 a 5 anos.

3 - Promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher.

Nome:Mulheres capacitadas em geração de renda e formação cidadã;

Gerente:Elaine Ferreira Galvão;

Metodologia:Crescimento do número de mulheres participantes nas ações de formação para geração de renda e formação cidadã, oferecidas pelo Centro de Formação da Mulher;

Fonte:Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Assistência Social;

Unidade de Medida:Pessoas;

Índice de Referência:626;

Data de Apuração:dezembro de 2012;

Índice ao Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
1.000	1.500	2.000	2.500

Periodicidade: Anual;

Público Alvo:mulheres em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, beneficiárias dos programas de transferência de renda.

4 - Reduzir a mortalidade infantil

Nome:Taxa de Mortalidade Infantil;

Gerente:Diretoria de Vigilância em Saúde - DVS - Maria Denise Philippsen Nunes;

Metodologia: número de óbitos em menores de 1 ano de idade em um determinado ano e local de residência / número de nascidos vivos residentes nesse mesmo local e ano x 1.000;

Fonte:Autarquia Municipal de Saúde de Londrina;

Unidade de Medida: Taxa por 1000 nascidos vivos;

Índice de Referência: Em 2012 o coeficiente teve resultado 12,03 por 1000 nascidos vivos;

Data de Apuração: 2013;

Índice Anual Desejado: Redução de 5% em relação ao ano anterior;

2014	2015	2016	2017
11,43	10,86	10,31	9,79

Periodicidade: Anual;

Público Alvo:crianças menores de um ano.

5 - Melhorar a Saúde das Gestantes

Nome:Cobertura de Prevenção do Câncer de Colo Uterino;

Gerente:Diretoria de Atenção Primária à Saúde-DAPS - Tatiane Almeida do Carmo;

Metodologia:número de exames realizados pela DAPS na faixa etária de 25 a 64 anos / número de população feminina na faixa etária de 25 a 64 anos x 100;

Fonte:Autarquia Municipal de Saúde de Londrina e IBGE;

Unidade de Medida:Percentual;

Índice de Referência:25%;

Data de Apuração: dez/2012;

Índice Anual Desejado: incremento de 2% ao ano

2014	2015	2016	2017
27%	29%	31%	33%

Periodicidade: Anual
Público Alvo:mulheres de 25 a 64 anos

6 - Combater a AIDS, a dengue e outras doenças

Nome:Cobertura Populacional Equipes Saúde da Família;
Gerente:Diretoria de Atenção Primária à Saúde-DAPS- Tatiane Almeida do Carmo;
Metodologia:Número de habitantes cobertos pela Atenção Básica / Número total de habitantes x 100;
Fonte:Autarquia Municipal de Saúde de Londrinae IBGE;
Unidade de Medida:Percentual;
Índice de Referência: 52%;
Data de Apuração: 2012;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
56%	60%	64%	68%

Periodicidade: Anual ;
Público Alvo:população do município.

7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome:Monitoramento do despejo irregular de resíduos na Área Urbana de Londrina;
Gerente: Gerson Galdino - Assessoria Técnica;
Metodologia: Contagem do volume de resíduos retiradas dos pontos clandestinos pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização-CMTU;
Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente e CMTU;
Unidade de Medida:m³;
Índice de referência: 72 000 m³/ano;
Data de apuração: 2012;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
69.000	65.000	60.000	55.000

Periodicidade: Anual;
Público Alvo: População londrinense.

8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Índice de utilização por habitante
Gerente: Alex Jose Luciano - Setor Administrativo - Transportes;
Metodologia: Total de pessoas que utilizam o transporte público dividido pelo número de habitantes da cidade de Londrina (passageiros/população x 100);
Fonte: Demonstrativo Anual de Passageiros CMTU e Censo do IBGE;
Unidade de Medida: Percentual;
Índice de Referência: 32,16%;
Data de Apuração: 2013;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
32,90%	33,50%	34,00%	34,80%

Periodicidade: Anual ;
Público Alvo: Usuários do Transporte Coletivo.

Resumo das Principais Demandas da Sociedade Apresentadas nas Audiências Públicas do PPA por Regiões**Local: Região Sul 2, Audiência realizada em 14/03/2013**

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	23	31	25	12	91
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	33	20	13	13	79
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	18	23	20	4	65
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	7	9	10	7	33
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	8	6	7	8	29
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	9	3	6	2	20
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer e Ambientes Esportivos	6	3	2	8	19
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	1	7	4	3	15
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	2	4	5	11
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos, Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	0	1	4	5	10
Habitação - Casas Populares e Escrituras	7	0	0	3	10
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	2	4	0	2	8
Mulher - Projetos e Centros de Apoio	1	1	0	1	3
Fazenda - Alterações Tributárias e Alvarás	1	0	0	0	1
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	0	0	1	0	1
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	1	0	0	0	1
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	0	0	0	1	1
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	0	0	1	0	1

Local: Região Sul 1, Audiência realizada em 21/03/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	26	18	14	12	70
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	13	20	15	9	57

continua...

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	11	12	11	15	49
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	12	13	12	3	40
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	10	10	8	7	35
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	12	6	8	5	31
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	9	5	8	4	26
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos, Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	2	5	3	0	10
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	6	0	0	0	6
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	2	0	0	0	2
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	0	1	1	2
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	0	0	0	1	1
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	0	0	1	1
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	0	0	1	0	1
Habitação - Casas Populares e Escrituras	0	0	1	0	1

Local: Região Leste 1, Audiência realizada em 26/03/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	25	10	11	11	57
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	10	12	7	4	33
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	10	14	3	5	32
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	3	9	7	2	21
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	3	5	7	4	19
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	0	5	5	3	13
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	2	1	4	1	8

continua...

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	2	0	2	1	5
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	3	0	1	0	4
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	1	0	1	2
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	1	0	0	0	1
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	1	0	0	0	1
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	0	0	0	1	1

Local: Região Leste 2, Audiência realizada em 04/04/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	14	10	4	6	34
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	20	8	2	3	33
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	6	10	7	3	26
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	9	5	8	1	23
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	3	2	6	9	20
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	3	4	6	3	16
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	2	5	4	1	12
Habitação - Casas Populares e Escrituras	1	2	3	3	9
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	0	1	1	3	5
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	0	1	1	0	2
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	0	1	0	0	1
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	0	0	1	1
Mulher - Projetos e Centros de Apoio	0	0	0	1	1

Local: Região Oeste 1, Audiência realizada em 11/04/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	27	16	11	6	60
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	9	14	10	6	39

continua...

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	15	9	7	2	33
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	3	6	5	8	22
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	2	5	5	4	16
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	4	1	4	4	13
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	2	5	2	2	11
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	1	1	2	1	5
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	0	3	2	5
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	1	1	2	0	4
Fazenda - Alterações Tributárias e Alvarás	0	0	1	1	2
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	0	1	1	2
Habitação - Casas Populares e Escrituras	0	0	0	2	2

Local: Região Oeste 2, Audiência realizada em 18/04/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	10	11	12	2	35
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	21	9	3	1	34
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Cicloviás	7	11	3	2	23
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	8	4	6	5	23
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	2	6	9	2	19
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	3	4	1	2	10
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	0	2	1	3	6
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	3	1	0	0	4
Habitação - Casas Populares e Escrituras	2	0	1	0	3

continua...

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	1	0	1	0	2
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	0	0	1	1	2
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	0	0	0	1	1
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	1	0	0	1

Local: Distrito de Guaravera e São Luís, Audiência realizada em 25/04/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	16	9	7	5	37
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	8	9	6	7	30
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	5	11	6	3	25
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	12	1	6	1	20
Habitação - Casas Populares e Escrituras	8	4	2	4	18
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	4	2	6	5	17
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	4	5	2	5	16
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	2	4	4	3	13
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	0	0	1	3	4
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	2	1	1	4
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	0	0	2	2	4
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	1	2	0	0	3
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	0	2	1	0	3
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	0	0	1	1
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	0	0	1	0	1

Local: Região Norte 1, Audiência realizada em 02/05/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	24	28	13	14	79
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	17	16	11	4	48
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	15	5	10	8	38
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	4	4	8	8	24
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	5	4	3	10	22
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	6	5	6	3	20
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	3	5	5	0	13
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	3	4	2	0	9
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	1	0	3	4	8
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	1	2	2	0	5
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	1	2	0	0	3
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	1	0	1	1	3
Habitação - Casas Populares e Escrituras	1	1	0	0	2
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	1	0	0	0	1

Local: Região Norte 2, Audiência realizada em 07/05/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	19	8	11	4	42
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	11	9	11	5	36
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	12	6	3	5	26
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	6	9	2	6	23

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	4	5	5	5	19
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	4	1	6	2	13
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	1	4	6	2	13
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	3	4	1	0	8
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	2	2	1	1	6
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	1	0	1	1	3
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	1	1	0	0	2
Habitação - Casas Populares e Escrituras	0	1	0	1	2
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	0	0	0	1	1
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	0	0	1	0	1
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	0	0	1	0	1

Local: Distrito do Irerê e Paiquerê, Audiência realizada em 10/05/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	38	16	7	4	65
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	8	11	8	11	38
Habitação - Casas Populares e Escrituras	16	4	7	6	33
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	7	9	8	8	32
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	6	6	14	5	31
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	4	12	1	4	21
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	5	4	3	1	13
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	3	6	2	2	13

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	1	4	3	2	10
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	1	0	3	2	6
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	1	2	1	1	5
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	2	0	1	3
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	1	0	1	0	2
SERCOMTEL - Serviços de Telecomunicações	0	2	0	0	2

Local: Distrito da Warta, Audiência realizada em 14/05/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	54	34	16	6	110
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	5	11	17	7	40
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	4	7	6	12	29
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Cicloviárias	3	5	12	2	22
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	4	7	2	7	20
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	5	1	3	5	14
Habitação - Casas Populares e Escrituras	1	1	3	6	11
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	1	2	2	3	8
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	1	4	1	1	7
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	0	3	0	1	4
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	2	0	0	0	2
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	1	0	1	0	2
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	0	1	1	0	2

continua...

Local: Distrito de Lerroville, Audiência realizada em 16/05/2013

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	29	19	13	3	64
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	17	13	13	10	53
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	22	11	3	8	44
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	13	13	12	4	42
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	4	7	8	5	24
Habitação - Casas Populares e Escrituras	1	5	6	1	13
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	2	3	3	3	11
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	0	2	3	5	10
Emprego - Capacitações, Projetos e Geração de Empregos	0	2	4	2	8
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	0	0	2	0	2
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	1	1	0	0	2
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	0	2	0	0	2
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	1	0	0	0	1

Local: Região Centro, Audiência realizada em 23/05/2013

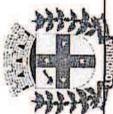
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	31	24	22	23	100
Ambiente - Centro de Zoonoses, Ecopontos, Saneamento Básico, Praças, Fundos de Vale, Arborização, Poda e Erradicação de Árvores, Preservação das Águas e Parques.	21	17	23	14	75
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	21	22	17	8	68
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	8	10	3	5	26
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	11	7	4	1	23

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Cultura - Projetos e Ambientes Culturais	7	3	3	3	16
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	3	6	2	4	15
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	4	1	2	2	9
Planejamento Urbano - Zoneamento Urbano e Industrialização	3	1	0	0	4
Gestão Pública - Administração Pública, Prédios Públicos, Doação e Desapropriação de Terrenos	0	3	0	0	3
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	2	0	1	0	3
Idoso - Centros de Convivência e Projetos	2	0	1	0	3
ACESF - Capelas Mortuárias e Cemitérios	2	1	0	0	3
Fazenda - Alterações Tributárias e Alvarás	1	1	0	0	2
Habitação - Casas Populares e Escrituras	0	0	1	0	1

Local: Patrimônios de Londrina, Informações retiradas de várias Audiências

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Obras - Obras de Trânsito, Galerias Pluviais, Iluminação Pública e Ciclovias	4	1	4	3	12
Saúde - Melhorias na Saúde, Hospitais, Postos de Saúde e Similares	2	6	0	3	11
Educação - Escolas, Creches e Qualidade de Ensino	1	3	2	1	7
Esporte - Academias ao Ar livre, Áreas de Lazer, Ambientes Esportivos e Projetos	0	1	3	1	5
Urbanismo - Acessibilidade, Transporte, Limpeza, Estudo e Melhorias no Trânsito	2	1	0	0	3
Segurança - Guarda Municipal, Policiamento e Módulos.	0	0	2	0	2
Agricultura - Estradas Rurais, Hortas Comunitárias e Assistência à Agricultura e Abastecimento.	1	0	0	0	1
Assistência Social - Centros de Referência, Projetos e Atendimentos Assistenciais e Centros Comunitários	0	0	0	1	1
SERCOMTEL - Serviços de Telecomunicações	0	0	1	0	1
Habitação - Casas Populares e Escrituras	0	0	0	1	1

Município de Londrina - PPA 2014 / 2017
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DA RECEITA
CONSOLIDAÇÃO GERAL



Recíbeita Corrente	2014	2015	2016	2017	TOTAL
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	426.093.000,00	458.748.000,00	494.394.000,00	533.690.000,00	1.912.925.000,00
12 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.983.000,00	58.575.000,00	62.270.000,00	66.202.000,00	242.030.000,00
13 - RECEITA PATRIMONIAL	48.268.000,00	50.605.000,00	55.661.000,00	59.485.000,00	214.019.000,00
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	33.758.000,00	38.084.000,00	42.307.000,00	47.177.000,00	161.326.000,00
17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	670.126.000,00 *	710.395.000,00	723.470.000,00	751.101.090,00	2.855.092.000,00
97 - DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB	-59.668.000,00	-64.867.000,00	-68.878.000,00	-72.965.000,00	-266.378.000,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	158.767.000,00	161.415.000,00	188.684.000,00	183.359.000,00	692.225.000,00
72 - RECEITAS DE OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	131.235.000,00	147.638.000,00	166.402.000,00	180.911.000,00	626.186.000,00
76 - RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	352.000,00	395.000,00	441.000,00	490.000,00	1.678.000,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	231.000,00	21.000,00	21.000,00	28.000,00	301.000,00
91 - RENÚNCIA	-6.537.000,00	-6.419.000,00	-6.261.000,00	-6.515.000,00	-25.732.000,00
93 - DESCONTOS CONCEDIDOS	-6.373.000,00	-6.062.000,00	-5.958.000,00	-6.230.000,00	-24.623.000,00
99 - OUTRAS DEDUÇÕES	-1.550.000,00	-1.606.000,00	-1.634.000,00	-1.663.000,00	-6.453.000,00
Total das receitas correntes	1.449.685.000,00	1.546.922.000,00	1.650.919.000,00	1.735.070.000,00	6.382.596.000,00
Recíbeita Capital	2014	2015	2016	2017	TOTAL
21 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	92.399.000,00	81.193.000,00	85.012.000,00	11.890.000,00	270.494.000,00
22 - ALIENAÇÃO DE BENS	574.000,00	347.000,00	346.000,00	340.000,00	1.607.000,00
24 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	158.671.000,00	127.333.000,00	125.101.000,00	99.598.000,00	510.703.000,00
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	666.000,00	416.000,00	20.000,00	20.000,00	1.122.000,00
Total das receitas de capital	252.310.000,00	209.289.000,00	210.479.000,00	111.848.000,00	783.926.000,00
Subtotal da receita	1.701.995.000,00	1.756.211.000,00	1.861.398.000,00	1.846.918.000,00	7.166.522.000,00
Dedução de receitas corrente e de capital	131.818.000,00	148.054.000,00	166.864.000,00	181.429.000,00	628.165.000,00
Total da receita	1.570.177.000,00	1.608.157.000,00	1.694.534.000,00	1.665.489.000,00	6.538.357.000,00

Município de Londrina - PPA 2014 / 2017
 ANEXO II - DEMONSTRATIVO POR PROGRAMA DE GOVERNO



PROGRAMA	NOME	2014	2015	2016	2017	TOTAL
0000	Operações Especiais	79.910.000,00	83.755.000,00	90.285.000,00	95.268.000,00	349.218.000,00
0001	Procedimentos Legislativos	31.884.000,00	33.697.000,00	36.295.000,00	37.875.000,00	139.751.000,00
0002	Eficiência e Transparência na Gestão de Políticas Públicas e Divulgação Institucional	3.551.000,00	3.842.000,00	4.126.000,00	4.430.000,00	15.949.000,00
0003	Prevenção e Controle Interno	4.629.000,00	5.007.000,00	5.403.000,00	5.832.000,00	20.871.000,00
0004	Gestão do Contencioso, Consultoria Jurídica e Correição	10.019.000,00	10.906.000,00	11.767.000,00	12.695.000,00	45.387.000,00
0005	Gestão Governamental	3.187.000,00	3.418.000,00	3.647.000,00	3.893.000,00	14.145.000,00
0006	Gestão de Receitas e Controle Financeiro	22.192.000,00	28.378.000,00	27.698.000,00	29.704.000,00	107.972.000,00
0007	Encargos do Município	11.906.000,00	12.545.000,00	13.260.000,00	13.965.000,00	51.676.000,00
0008	Gestão de Planejamento, Orçamento e Tecnologia	8.892.000,00	12.479.000,00	12.869.000,00	12.898.000,00	46.936.000,00
0009	Apoiando a Gestão Pública	30.610.000,00	22.516.000,00	15.460.000,00	14.737.000,00	83.323.000,00
0010	Servidores em Ação	36.796.000,00	40.096.000,00	43.295.000,00	48.746.000,00	166.933.000,00
0011	Desenvolvimento Rural e Abastecimento	8.516.000,00	9.092.000,00	9.731.000,00	10.387.000,00	37.726.000,00
0012	Desenvolve Londrina	143.387.000,00	111.603.000,00	164.770.000,00	93.517.000,00	513.277.000,00
0013	Ilumina Londrina	19.233.000,00	20.036.000,00	20.850.000,00	21.671.000,00	81.790.000,00
0014	Educação de Excelência: Direito de Todos	387.400.000,00	413.832.000,00	391.674.000,00	406.489.000,00	1.599.395.000,00
0015	Por Uma Londrina Sustentável	8.734.000,00	9.133.000,00	9.345.000,00	10.022.000,00	37.234.000,00
0016	Cultura - Construindo um Futuro	15.540.000,00	12.147.000,00	16.542.000,00	13.786.000,00	58.015.000,00
0017	Trabalhando para o Desenvolvimento de Pessoas e Famílias Através da Política de Assistência Social em Londrina	45.250.000,00	45.583.000,00	46.257.000,00	49.057.000,00	186.127.000,00
0018	Crianças e Adolescentes com Direitos Garantidos	5.264.000,00	4.856.000,00	3.603.000,00	3.432.000,00	17.155.000,00
0019	Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	3.359.000,00	4.567.000,00	3.762.000,00	3.526.000,00	15.214.000,00
0020	Articulação e Cidadania para um Envelhecimento Digno	5.498.000,00	4.961.000,00	5.271.000,00	5.619.000,00	21.349.000,00
0021	Segurança Pública Integrada	14.435.000,00	15.433.000,00	16.600.000,00	17.857.000,00	64.325.000,00
0022	Combate a Incêndios e Salvamento	5.016.000,00	5.275.000,00	5.553.000,00	5.847.000,00	21.691.000,00
0023	Londrina Emprega - Trabalho, Emprego e Renda.	2.534.000,00	2.627.000,00	2.737.000,00	2.855.000,00	10.753.000,00
0024	À Caminho da Excelência nos Serviços Funerários	10.000.000,00	10.087.000,00	12.963.000,00	16.502.000,00	49.552.000,00
0025	Acolher para Cuidar	432.838.000,00	446.539.000,00	460.883.000,00	477.298.000,00	1.817.558.000,00
0026	Programa de Segurança Social do Servidor Municipal de Londrina	192.614.000,00	212.309.000,00	236.674.000,00	257.105.000,00	898.702.000,00
0027	Programa de Planejamento Urbano Sustentável	6.146.000,00	6.561.000,00	4.154.000,00	4.444.000,00	21.305.000,00
0028	Programa de Desenvolvimento Econômico	10.447.000,00	6.832.000,00	7.344.000,00	7.880.000,00	32.503.000,00
0029	Programa de Desenvolvimento Humano Integral	9.374.000,00	8.670.000,00	6.979.000,00	7.303.000,00	32.326.000,00
0030	Gerenciando os Resíduos Sólidos Urbanos com Sustentabilidade	36.570.000,00	38.132.000,00	40.320.000,00	43.174.000,00	158.196.000,00
0031	Trânsito Integrado	14.978.000,00	15.270.000,00	15.419.000,00	14.979.000,00	60.646.000,00
TOTAL		1.701.995.000,00	1.766.211.000,00	1.861.398.000,00	1.846.918.000,00	7.166.522.000,00
0032	Transporte Eficiente	2.300.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	2.300.000,00	8.900.000,00
0033	Gestão de Apoio ao Serviço Público	1.025.000,00	627.000,00	446.000,00	451.000,00	2.549.000,00
0034	Nós Fazemos a Diferença. Nós Fazemos a Sercomtel	30.149.000,00	28.120.000,00	49.215.000,00	41.964.000,00	149.448.000,00
0035	Minha Casa Londrina	21.426.000,00	34.913.000,00	29.981.000,00	14.902.000,00	101.222.000,00
9999	Reserva de Contingência	26.386.000,00	30.287.000,00	34.020.000,00	36.710.000,00	127.403.000,00
TOTAL		1.701.995.000,00	1.766.211.000,00	1.861.398.000,00	1.846.918.000,00	7.166.522.000,00

**PODER
LEGISLATIVO**
Plano Plurianual 2014-2017

01 - Câmara Municipal

Presidente: Rony dos Santos Alves

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0001 - Procedimentos Legislativos

Equipe Técnica

Nome	Cargo/Função
Wagner Vicente Alves	Contador/Controlador Interno
Vastiler Horacio	Contador
Rosângela M. Lopes Silva	Contadora

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Londrina
Órgão: 01 - Câmara Municipal de Londrina

Programa:
0001 - Procedimentos Legislativos

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

O Município de Londrina é dotado de autonomia política, administrativa e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela sua Lei Orgânica.

São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo, que têm por objetivos:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- Promover o bem de todos os munícipes, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- Promover o desenvolvimento municipal de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e integração urbano-rural;
- Erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, e reduzir as demais desigualdades sociais;
- Garantir, no âmbito de suas competências, a efetividade dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana e dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

Fundamentado no princípio constitucional de que - "todo o poder do Município emana de seu povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente" - o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal que busca, além de cumprir as suas funções primordiais de legislar sobre assuntos de interesse local e fiscalizar os atos do Poder Executivo, interagir com o público externo, criando canais efetivos que possibilitem o contato direto com o vereador e a sua atividade parlamentar, como também o acesso às informações e aos serviços prestados.

Quanto maior a dimensão institucional e a importância das ações do Legislativo Municipal, maior a necessidade de uma política de transparência que garanta o acesso de todos os munícipes às ações dos vereadores, da Administração e das contas públicas.

A Câmara Municipal conta hoje com uma estrutura funcional de 115 servidores comissionados e 60 efetivos que dão suporte a todas as atividades políticas, administrativas e legislativas. No entanto, existe a necessidade de contratação de profissionais como: Jornalistas, Relações Públicas, Contadores e Analistas de Sistemas e, também, são necessários mais dez cargos de Técnico Legislativo de nível médio, para atendimento da demanda atual.

Está previsto, também, investimento na formação por meio de realização de treinamentos, cursos de capacitação e aperfeiçoamento relacionados à qualificação profissional dos servidores, em conformidade com o estabelecido no Ato da

Mesa nº 11/2004.

Para maior eficiência no atendimento das necessidades dos vereadores e da população, bem como, para a racionalização administrativa, a Câmara Municipal de Londrina deverá investir na melhoria da informatização de sua estrutura administrativa e legislativa. A efetivação desta medida requer a aprovação e a implantação do Plano Diretor de Informática.

O Plano Diretor de Informática abrangerá todas as atividades parlamentares e administrativas. Reflete as metas e os objetivos apresentados pelos representantes das diversas áreas da Câmara Municipal, para o período de 2014 -2017. E sempre que ocorrerem alterações na estrutura da rede ou a inclusão de novos softwares, recomenda-se a atualização do Plano, compatibilizando-o com a realidade existente.

A Câmara, sempre, busca realizar um bom atendimento ao público, para tanto a Assessoria de Comunicação - ASCOM, órgão subordinado diretamente à Presidência, desenvolve atividades de Cerimonial, de Jornalismo e de Internet, Áudio e Vídeo. Cabe à Assessoria de Comunicação, a responsabilidade de propor ações que visem a ampla divulgação das atividades legislativas, como forma de valorização institucional da Câmara Municipal na comunidade londrinense.

Atualmente, um dos principais instrumentos para divulgação de informações institucionais, como também, do mandato dos parlamentares é a internet. Logo, a necessidade de adequação com pessoal e equipamentos, que possam atender a demanda para geração e recepção, em tempo real, das informações relacionadas ao Legislativo Londrinense.

As ações da Assessoria de Comunicação, como atividade estratégica e essencial, para a construção e a manutenção da imagem dos vereadores e vereadoras e da Câmara Municipal, deverão ser desenvolvidas de forma integrada com os objetivos estabelecidos. Com o objetivo de respeitar o cidadão, valorizando o servidor público, agente da desburocratização e da melhoria do atendimento ao público, a CML pretende implantar o Programa de Desburocratização do Legislativo Municipal. Esta iniciativa deverá ser realizada em parceria com instituições públicas e particulares, com a finalidade de instalar terminais de computador para acesso à Internet, em instituições de ensino, associações comunitárias, bibliotecas públicas e outros espaços, de modo a facilitar o contato direto com o Legislativo Municipal.

Neste sentido, a atual estrutura física e funcional do Legislativo deverá evoluir, gradativamente, para suprir deficiências em diferentes setores para dar suporte à atividade parlamentar.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Desempenhar as funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas conferidas por lei.

Objetivos Específicos:

- Readequar as redes elétrica, lógica e ótica, utilizando os padrões e normas adotados e recomendados por organismos nacionais e internacionais, visando à operação segura e imune de problemas;
- Adquirir equipamentos e softwares básicos, que serão interligados em rede com os computadores centrais, localizados na Câmara Municipal;
- Adquirir móveis;
- Contratar e treinar os servidores da Câmara em áreas específicas e afetas às suas atividades;
- Identificar sistemas de informações para desenvolvimento interno ou aquisição externa que darão suporte às atividades legislativas, administrativas e financeiras;
- Melhorar a estrutura da rede sem fio, com a aquisição de novos equipamentos.
- Preparar a estrutura da Câmara para que o fluxo de informações seja eficiente, direto e objetivo;
- Valorizar e dar suporte às atividades parlamentares;
- Facilitar o acesso dos vereadores às atividades parlamentares;
- Melhorar o sistema de informatização do processo legislativo, visando ao acesso do público interno e externo no que se refere à agenda de pautas das sessões, à apresentação e à aprovação de projetos de leis;
- Desenvolver e disponibilizar para a população o cadastro completo da legislação municipal;
- Dispor de recursos de informática compatíveis com o volume de informações gerenciadas pela Câmara Municipal, melhorando e facilitando a interligação entre os setores, racionalizando os procedimentos administrativos;
- Planejar o desenvolvimento de novos sistemas, com a aquisição e a instalação dos recursos de informática;
- Melhorar a qualidade do atendimento ao público externo;
- Reestruturar e ampliar a estrutura física da CML;
- Adquirir equipamentos, softwares e sistemas de informática, de áudio e de imagem para divulgação da atividade parlamentar e promoção da transparência das informações institucionais do legislativo;
- Melhorar o sistema de transmissão, em tempo real, das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, das audiências públicas (internas e externas) e das demais ações parlamentares, inclusive com a possibilidade de comunicação imediata com o público externo por meio de correio eletrônico, rádio e televisão, como também implantar a Televisão da Câmara;
- Planejar, reestruturar e atualizar o portal da Câmara Municipal de Londrina;
- Coordenar a recuperação e divulgação da memória histórica da Câmara Municipal de Londrina;
- Desenvolver projetos e convênios para campanhas publicitárias institucionais;
- Investir na criação de canais de comunicação identificados como "mídia social";
- Manter e readequar os espaços internos do prédio da Câmara, com vistas à preservação do patrimônio público, inclusive com a adequação para as pessoas portadoras de deficiências.
- Implantar o Programa de Desburocratização do Legislativo Municipal.

Indicadores dos Programas:

Nome: Percentual de Participação da Despesa Anual da Câmara em relação ao Orçamento Fiscal

Gerente: Wagner Vicente Alves - Controlador Geral da Câmara

Metodologia: Apuração anual da despesa da Câmara Extração de informações dos anexos da Lei Federal nº 4.320/1964

Fonte: Orçamento Fiscal

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 2,40%

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2,19	2,23	2,21	2,12

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População do Município

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Capacitação funcional de Servidores

Gerente: Wagner Vicente Alves - Controlador Geral da Câmara

Metodologia: Verificação no número de servidores capacitados através de informações do Departamento de Recursos Humanos

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Unidade de Medida: Pessoa

Índice de Referência: 10

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
10	12	15	18

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Londrina												
Unidade: 010 - Coordenação Geral												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
94	Município	Efetuar pagamento de indenizações e restituições	Pagamento efetuado	28	846	0.001	2014	Global	100%	0,00	30.000,00	30.000,00
							2015		100%	0,00	30.000,00	30.000,00
							2016		100%	0,00	30.000,00	30.000,00
							2017		100%	0,00	30.000,00	30.000,00
Total do Programa										0,00	120.000,00	120.000,00

PROGRAMA: 0001 - PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
67	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	01	031	1.001	2014	Unidade	180	0,00	34.000,00	34.000,00
							2015		182	0,00	114.000,00	114.000,00
							2016		180	0,00	38.000,00	38.000,00
							2017		180	0,00	44.000,00	44.000,00
68	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	01	031	1.001	2014	Unidade	15	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		15	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		15	0,00	12.000,00	12.000,00
							2017		15	0,00	15.000,00	15.000,00
69	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	5	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		5	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		5	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		5	0,00	3.000,00	3.000,00
70	Município	Adquirir máquinas, instalações e utensílios de escritório	Máquinas, instalações e utensílios adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	4	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		1	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
71	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	40	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		48	0,00	4.000,00	4.000,00
							2016		40	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		40	0,00	2.000,00	2.000,00
72	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		20	0,00	2.000,00	2.000,00
73	Município	Adquirir coleções e materiais bibliográficos	Livros adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	24	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		24	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		20	0,00	4.000,00	4.000,00
							2017		20	0,00	4.000,00	4.000,00
74	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	3	0,00	200.000,00	200.000,00
							2015		2	0,00	100.000,00	100.000,00
							2016		2	0,00	120.000,00	120.000,00
							2017		2	0,00	130.000,00	130.000,00
75	Município	Adquirir equipamentos de proteção e segurança	Equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	20	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		20	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		20	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		20	0,00	1.000,00	1.000,00
76	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	20	0,00	18.000,00	18.000,00
							2015		20	0,00	20.000,00	20.000,00
							2016		20	0,00	23.000,00	23.000,00
							2017		21	0,00	26.000,00	26.000,00
77	Município	Substituir o sistema de ar condicionado central	Sistema de ar condicionado substituído	01	031	1.001	2014	Unidade	1	0,00	20.000,00	20.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
78	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	40	0,00	20.000,00	20.000,00
							2015		109	0,00	114.000,00	114.000,00
							2016		36	0,00	48.000,00	48.000,00
							2017		12	0,00	19.000,00	19.000,00
79	Município	Adquirir aparelhos, equipamentos, utensílios, médico-odontológico, laboratorial e hospitalar	Aparelhos, equipamentos e utensílios adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
80	Município	Adquirir máquinas e equipamentos gráficos	Máquinas e equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
81	Município	Adquirir acessórios para automóveis	Acessórios adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	5	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		5	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
82	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	104	0,00	191.000,00	191.000,00
							2015		134	0,00	343.000,00	343.000,00
							2016		113	0,00	318.000,00	318.000,00
							2017		113	0,00	326.000,00	326.000,00
83	Município	Adquirir máquinas e equipamentos energéticos	Máquinas e equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	40	0,00	19.000,00	19.000,00
							2015		51	0,00	25.000,00	25.000,00
							2016		51	0,00	30.000,00	30.000,00
							2017		51	0,00	33.000,00	33.000,00
84	Município	Adquirir Magazines de storage digital	Magazines de storages digital adquirido	01	031	1.001	2014	Unidade	4	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
85	Município	Adquirir Par Led	Par Led's adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	50	0,00	6.000,00	6.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
86	Município	Adquirir Mesa controladora de Par Led	Mesa controladora de Par Led adquirida	01	031	1.001	2014	Unidade	2	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
87	Município	Adquirir moving head	Moving head adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	8	0,00	14.000,00	14.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
88	Município	Adquirir Mesas controladoras para moving head	Mesas controladoras de moving head adquiridas	01	031	1.001	2014	Unidade	2	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
89	Município	Adquirir cases de armazenamento e transporte de equipamentos de áudio, vídeo e iluminação	Cases de armazenamento e transporte de equipamentos adquiridos	01	031	1.001	2014	Unidade	10	0,00	6.000,00	6.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
90	Município	Ampliar/reformar instalações da Câmara Municipal inclusive com a adequação para pessoas portadoras de deficiência	Instalações ampliadas e reformadas	01	031	1.001	2014	m²	1.000	3.000.000,00	100.000,00	3.100.000,00
							2015		1.100	2.500.000,00	200.000,00	2.700.000,00
							2016		1.000	2.600.000,00	300.000,00	2.900.000,00
							2017		1.100	1.482.000,00	1.918.000,00	3.400.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
91	Município	Manter as atividades da Câmara Municipal	Atividades mantidas	01	031	2.001	2014	Global	100%	0,00	26.725.000,00	26.725.000,00	
							2015		100%	0,00	28.580.000,00	28.580.000,00	
							2016		100%	0,00	31.040.000,00	31.040.000,00	
92	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	01	031	2.001	2014	Pessoas	6	0,00	490.000,00	490.000,00	
							2015		6	0,00	520.000,00	520.000,00	
							2016		6	0,00	550.000,00	550.000,00	
93	Município	Efetuar pagamento de encargos com inativos e pensionistas	Pagamento Efetuado	09	272	2.002	2014	Global	100%	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	
							2015		100%	0,00	1.150.000,00	1.150.000,00	
							2016		100%	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00	
Total do Programa										9.582.000,00	130.169.000,00	139.751.000,00	
Total da Unidade													139.871.000,00
Total do Órgão													139.871.000,00

**PODER
EXECUTIVO**

**ADMINISTRAÇÃO
DIRETA**

Plano Plurianual 2014 - 2017

02 - Chefia de Gabinete

Secretário: Marcio Corrêa

Programa de Governo:

0002 - Eficácia e Transparência na Gestão de Políticas Públicas e Divulgação Institucional

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Jeferson Aparicio Feliciano	Téc. Gestão Pública/Diretor Técnico Administrativo
Kleber Cruz Duarte	Téc. Gestão Pública/Assessor Executivo
Cássia Talita T. Moretti	Téc. Gestão Pública/Assessora Administrativa

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
 Órgão: 02 - Chefia de Gabinete

Programa:
 0002 - Eficácia e Transparência na Gestão de Políticas Públicas e Divulgação Institucional

Tipo de Programa:
 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município

Diagnóstico:

As atividades do Gabinete do Prefeito estão orientadas à elaboração de políticas públicas, gestão e divulgação institucional, com ênfase na transparência e controle social na administração pública. Neste sentido, coordena as atividades, envolvendo

as secretarias de governo e a comunidade em uma proposta de planejamento estratégico para definição de prioridades e ações, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Cabe à Chefia de Gabinete assistir o Prefeito em assuntos de ordem política nas esferas Federal, Estadual e Municipal, preparar as audiências e a correspondência a ser expedida; coordenar o relacionamento com a sociedade civil organizada e os conselhos comunitários; coordenar a assessoria de imprensa e de relações públicas; zelar pelo cumprimento das normas do cerimonial, bem como, receber as autoridades e os hóspedes oficiais do Município.

As ações desenvolvidas pelo órgão são de grande relevância e estão voltadas à gestão pública, cuja natureza impõe a necessidade de mecanismos que, além de promover as atividades na esfera administrativa, possam, também, facilitar o relacionamento direto do chefe do executivo com os demais segmentos da sociedade.

Neste sentido, foi instituído por meio do Decreto nº 01 de 2013, o Comitê de Implantação do Plano Municipal de Transparência e Controle Social, com a finalidade precípua de coordenar a implementação da Política Municipal de Transparência Pública e Controle Social. Sendo assim, compete ao Gabinete dar suporte ao desenvolvimento das atividades do Comitê.

A Chefia de Gabinete, também, intermediada pelo Núcleo de Comunicação presta assessoria ao Prefeito no relacionamento com a mídia; que envolve a produção de notícias (releases) das ações da administração municipal, direta e indireta; o envio de sugestão de pautas para os veículos de comunicação e o envio de boletins informativos diários. Quanto ao cumprimento das normas do cerimonial, é de competência do Núcleo a organização de eventos, solenidades e coletivas de imprensa, incluindo o cerimonial dos mesmos.

Também é responsabilidade do Núcleo a operacionalização do programa Fale com a Prefeitura, assim como, a disponibilização e gerenciamento de arquivos fotográficos relativos às ações da administração no Portal Oficial do Município.

Atualmente, são inúmeras as carências existentes na estrutura física e funcional do órgão, o que dificulta, sobremaneira, o desenvolvimento das atividades de atendimento às pessoas e das audiências, assim como, o cumprimento da agenda diária, haja vista, o grande fluxo de pessoas que se dirigem ao Gabinete do Prefeito. Ressalte-se, ainda, a rotina no trâmite de documentos para os órgãos da administração indireta, prejudicada pela falta de um veículo para sua execução.

Com relação à estrutura física, constata-se a falta de uma sala de espera, dotada de mobiliário que permita comodidade às pessoas, bem como, a necessidade de se promover melhorias na recepção, a fim de que o fluxo de informações flua com a eficiência esperada. E no que diz respeito à estrutura física e de recursos humanos do Núcleo de Comunicação, há necessidades de ampliação da estrutura e de equipamentos.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Assistir o Prefeito na elaboração de políticas públicas, gestão e divulgação institucional, com ênfase na transparência e controle social na administração pública.

Objetivos Específicos:

- Promover a reestruturação física, administrativa e de recursos humanos da Chefia de Gabinete e;
- Assegurar o suporte técnico-administrativo ao Comitê de Transparência e Controle Social;
- Realizar as ações de comunicação social, que compreendem jornalismo, relações públicas, propaganda e publicidade, estabelecendo o relacionamento com o público interno e externo.

Indicadores dos Programas:

Nome: Tempo nas Respostas de Documentos

Gerente: Jeferson Aparício Feliciano

Metodologia: Verificação através dos registros do controle interno do Gabinete a média de dias que os documentos permanecem no Órgão apurado anualmente.

Fonte: Gabinete do Prefeito

Unidade de Medida: dias

Índice de Referência: 04 dias

Data de Apuração: maio de 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
04 dias	03 dias	02 dias	02 dias

Periodicidade: mensal

Público Alvo: População do Município

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 02 - Chefia de Gabinete												
Unidade: 010 - Coordenação Geral												
PROGRAMA: 0002 - EFICÁCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
1	Município	Adquirir veículo de tração mecânica	Veículo adquirido	04	122	1.002	2014	Unidade	1	0,00	26.000,00	26.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
2	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	122	1.002	2014	Unidade	7	0,00	14.000,00	14.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
3	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	04	122	1.002	2014	Unidade	10	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
4	Município	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito	Atividades mantidas	04	122	2.003	2014	Global	100%	0,00	3.179.000,00	3.179.000,00
							2015		100%	0,00	3.499.000,00	3.499.000,00
							2016		100%	0,00	3.766.000,00	3.766.000,00
							2017		100%	0,00	4.052.000,00	4.052.000,00
5	Município	Manter as atividades do Núcleo de Comunicação	Atividades mantidas	04	122	2.004	2014	Global	100%	0,00	322.000,00	322.000,00
							2015		100%	0,00	343.000,00	343.000,00
							2016		100%	0,00	360.000,00	360.000,00
							2017		100%	0,00	378.000,00	378.000,00
Total do Programa									0,00	15.949.000,00	15.949.000,00	
Total da Unidade											15.949.000,00	
Total do Órgão											15.949.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

03 - Controladoria Geral do Município

Controlador-Geral: Helcio dos Santos

Programa de Governo:

0003 - Prevenção e Controle Interno

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Lilian de Souza Zanelatto	Téc. Gestão Pública/Coord. Consolidação de Informações
Marcos José de Lima Urbaneja	Contador/Assessor de Gabinete

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
 Órgão: 03 - Controladoria-Geral do Município

Programa:
 0003- Prevenção e Controle Interno

Tipo de Programa:
 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A Controladoria-Geral do Município-CGM tem como finalidade a verificação dos atos praticados, bem como a preservação e a aplicação correta dos recursos disponíveis, em atendimento ao programa de governo, de modo a zelar pelos princípios que regem a administração pública.

A CGM atende todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina, além de outras Entidades receptoras de recursos, orientando e analisando diversas solicitações, como erros, irregularidades, transparência, prestação

de contas, compras emergenciais, convênios, procedimentos inadequados, aplicação de recursos repassados, certidões de regularidade, entre outros assuntos. A Controladoria-Geral também orienta e analisa diversas denúncias, encaminhadas através de municípios ou por setores da própria Administração.

Auditoria:

Com relação à Auditoria, a CGM é responsável por acompanhar e controlar auditorias especiais ou extraordinárias, apurar denúncias sobre suspeitas de irregularidades, emitir pareceres técnicos e elaborar o plano anual de auditoria para possibilitar uma atuação planejada do órgão de controle. Também cabe ao Órgão acompanhar o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria anteriormente realizadas.

Contabilidade:

Dentre as atividades pertinentes, cabe acompanhar e o comportamento da receita pública, emissão de relatórios sobre as contas dos respectivos Órgãos, calcular a capacidade de endividamento do município, consolidar os balanços dos Órgãos da Administração Municipal e controlar as dívidas flutuantes e fundadas e ainda, Implantar as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Custos:

A Controladoria-Geral do Município verifica a legalidade e avalia os resultados quanto a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária financeira e patrimonial nos Órgãos e nas Entidades da Administração Municipal. Promove o estudo técnico na área de custos da Administração Pública e acompanha o desenvolvimento do controle de custos.

Revisão de Contas:

É de responsabilidade da CGM, analisar, instruir e auditar as prestações de contas de transferências voluntárias a qualquer título, aplicação de recursos concedidos e recebidos mediante de auxílios e convênios, aplicação dos recursos recebidos, prestação de contas de pronto pagamento, despesas com viagens, entre outras.

E ainda, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Município em regime de colaboração, mediante acordos e parcerias público-privadas, para organizações sociais e civis de interesse público.

Informações Municipais:

A Controladoria-Geral do Município acompanha e instrui a prestação de contas mensal e anual junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) de toda a Administração Direta e Indireta do Município. Sendo responsável, também, pelo encaminhamento de remessa mensal das informações contábeis, tributárias, de obras, financeiras, de convênios, orçamentárias, patrimoniais e informações afins pertinentes a prestação de contas.

Devido à necessidade, a CGM acompanha e avalia o cumprimento, por parte de toda a Administração Municipal, da execução das normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Tribunal de Contas da União e Secretaria do Tesouro Nacional. A Controladoria-Geral do Município possui um quadro funcional de 30 servidores, sendo este número insuficiente para o atendimento da demanda, necessitando da contratação de mais 07 servidores e, dada a complexidade do trabalho efetuado, a capacitação de todos os servidores do Órgão.

Existe ainda, ajustes necessários como: aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e melhorias na infraestrutura, de maneira a propiciar um ambiente de trabalho adequado aos servidores públicos lotados na Controladoria-Geral.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Acompanhar e orientar os Órgãos da Administração Direta e Indireta. Contratar e capacitar os profissionais da CGM; adquirir mobiliário e equipamentos, buscando a melhoria constante na qualidade do atendimento prestado nas atividades desempenhadas.

Objetivos Específicos:

- Planejar, acompanhar e controlar auditorias, prestação de contas e os custos de todo o Município, em caráter contínuo, rotineiro e sistemático.
- Ampliar em 23% o quadro de pessoal da Controladoria-Geral do Município para atender a demanda de atividades.
- Adquirir equipamentos de informática e mobiliário em geral em substituição dos bens que precisam ser descartados, face ao desgaste e péssimas condições em que esses itens se encontram.
- Acompanhamento e orientação preventiva a todos os Órgãos e Entidades da Administração Municipal, detectando irregularidades e evitando erros e falhas.
- Efetuar o controle das despesas decorrentes de contratos, convênios e emitir relatório sobre as contas dos órgãos e entidades da administração municipal.
- Realizar treinamentos para servidores da Administração Direta e Indireta quanto a execução e prestação de contas do município junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Indicadores dos Programas:

Nome: Índice de Eficácia de Aprovação dos Processos Analisados

Gerente: Márcia Mariko Nagay

Metodologia: Razão do número de processos recebido/ano pelo número de processos aprovados em 1º análise

Fonte:Controladoria Geral do Município
 Unidade de Medida:Percentual
 Índice de Referência:14%
 Data de Apuração:dez / 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
65%	75%	85%	95%

Periodicidade: Anual

Público Alvo:Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município e Entidades receptoras de recursos públicos

Vínculo com os Objetivos do Milênio:8 -Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
 PODER EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 03 - Controladoria-Geral do Município												
Unidade : 010 - Coordenação Geral												
PROGRAMA: 0003 - PREVENÇÃO E CONTROLE INTERNO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
6	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	124	1.003	2014	Unidade	10	0,00	27.000,00	27.000,00
							2015		10	0,00	18.000,00	18.000,00
							2016		6	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		10	0,00	18.000,00	18.000,00
7	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	04	124	1.003	2014	Unidade	20	0,00	11.000,00	11.000,00
							2015		15	0,00	8.000,00	8.000,00
							2016		8	0,00	4.000,00	4.000,00
							2017		10	0,00	6.000,00	6.000,00
8	Município	Adquirir aparelhos de ar condicionado	Aparelhos adquiridos	04	124	1.003	2014	Unidade	5	0,00	12.000,00	12.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
9	Município	Adquirir veículo de tração mecânica	Veículo adquirido	04	124	1.003	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	26.000,00	26.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
10	Município	Manter as atividades da Controladoria-Geral do Município	Atividades mantidas	04	124	2.005	2014	Global	100%	0,00	3.592.000,00	3.592.000,00
							2015		100%	0,00	3.859.000,00	3.859.000,00
							2016		100%	0,00	4.206.000,00	4.206.000,00
							2017		100%	0,00	4.633.000,00	4.633.000,00
11	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	124	2.005	2014	Pessoas	3	0,00	220.000,00	220.000,00
							2015		2	0,00	128.000,00	128.000,00
							2016		1	0,00	100.000,00	100.000,00
							2017		1	0,00	28.000,00	28.000,00
12	Município	Manter as Atividades Contábeis - Controladoria	Atividades mantidas	04	124	2.006	2014	Global	100%	0,00	767.000,00	767.000,00
							2015		100%	0,00	994.000,00	994.000,00
							2016		100%	0,00	1.057.000,00	1.057.000,00
							2017		100%	0,00	1.147.000,00	1.147.000,00
Total do Programa										0,00	20.871.000,00	20.871.000,00
Total da Unidade												20.871.000,00
Total do Órgão												20.871.000,00

Plano Plurianual 2014 - 2017

04 - Procuradoria Geral do Município

Procurador-Geral: Zulmar Fachin

Programa de Governo:

0004 - Gestão do Contencioso, Consultoria Jurídica e Correição

continua...

Equipe Técnica

Nome	Cargo/Função
Valéria A. Galindo Carvalho	Administradora/Assessora Técnico-Administrativa e Financeira

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura do Município de Londrina
Órgão: 04 - Procuradoria Geral do Município

Programa:
0004 - Gestão do Contencioso, Consultoria Jurídica e Correição

Tipo de Programa:
Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A Procuradoria-Geral do Município tem por finalidade representar judicial e extrajudicialmente o Município; prestar assessoramento jurídico ao Executivo Municipal e seus órgãos na forma de pareceres e opinativos, englobando a Administração Direta e Indireta; cobrar judicialmente a dívida ativa do Município e, por meio da Corregedoria Geral, apurar o cometimento de faltas disciplinares pelos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional.

Em face ao crescimento da demanda de serviços da Procuradoria é necessário adequar o espaço físico para alocar de forma apropriada os servidores que ali prestam seus serviços, assim como adaptar o layout de mesas e equipamentos de modo a facilitar o trânsito dentro do órgão. A fim de melhorar as condições para que se proceda ao bom atendimento ao público interno e externo, é necessário acomodar um número adequado de servidores nas dependências da Procuradoria, de modo que o excesso de barulho, proveniente do excessivo número de pessoas dentro do mesmo ambiente não resulte em prejuízo ao bom andamento dos trabalhos. É preciso também, adequar os equipamentos de informática e instalações para o arquivamento de documentos e processos da Procuradoria Geral;

A demanda pelos serviços da Procuradoria são superiores a estrutura de recursos humanos disponível. Diante disso, faz-se necessária a adequação do quadro à demanda identificada. É necessário, ainda, padronizar os processos de trabalho e melhorar o gerenciamento, como também o controle de andamentos dos processos judiciais e administrativos a fim de ajustar o atendimento à demanda atual.

Há ainda, a necessidade de estruturar adequadamente o órgão em termos de mobiliários em geral, equipamentos de processamento de dados e de telefonia, espaço para reuniões e encontros de capacitação dos servidores da PGM, equipada com móveis, equipamentos e mídias, proporcionando o acesso a materiais, livros e periódicos, a fim de aprimorar os serviços prestados;

Verifica-se também, a importância de pensar uma política de incentivo para motivação e manutenção para a permanência dos servidores que prestam serviços à Procuradoria, além de fornecer o apoio ao deslocamento dos procuradores para o comparecimento em audiências, bem como agilizar o envio de notificações e convocações dos assuntos afetos à Corregedoria Geral. É importante ressaltar a necessidade de melhorar a estrutura administrativa da Corregedoria, assim como adequar o número de corregedores adjuntos para atender o volume de denúncias, sindicâncias e processos administrativos.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Representar judicial e extrajudicialmente o Município; contratar, capacitar e manter profissionais; adquirir equipamentos e sistemas de informática e de telefonia; adquirir mobiliários, bem como obtenção de um novo espaço físico para a PGM.

Objetivos Específicos:

- Ampliar o quadro de servidores;
- Capacitar 100% do quadro de servidores;
- Adequar os equipamentos e mobiliários da Procuradoria a fim de atender a atual e futura demanda;
- Instituir funções gratificadas a fim de incentivar os servidores da Procuradoria;
- Criar espaços para reuniões e encontros de capacitação aos servidores da PGM, contendo a estrutura de móveis, equipamentos e mídias necessários bem como a aquisição de livros e periódicos;
- Mudança da Procuradoria Geral para um espaço maior, onde possam ser adequadamente alocados os atuais Procuradores e servidores assim como novos Procuradores e servidores que venham a ser nomeados, na perspectiva de oferecer condições para o desenvolvimento de seus trabalhos;
- Proporcionar apoio de deslocamento aos procuradores para o comparecimento em audiências, bem como agilizar o envio de notificações e convocações dos assuntos afetos à Corregedoria Geral e;
- Aprimorar a gestão de processos judiciais e administrativos, mediante a aquisição de um software de gestão adequado;

Indicador do Programa

Nome: Índice geral comparativo entre demandas recebidas e atendidas pela PGM e Corregedoria

Gerente: Valéria A. Galindo Carvalho - Assessoria Técnica Administrativo-Financeira

Metodologia: Extração e compilação dos dados na Procuradoria Geral e Corregedoria Geral (ao final de cada ano, a ATAF solicitará oficialmente ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão do Contencioso os dados relativos ao Controle de ações judiciais, ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Consultoria os dados relativos ao Controle de pareceres e opinativos e ao Corregedor-Geral os dados relativos ao Controle de denúncias e providências). De posse das informações, a ATAF calculará o índice e providenciará os registros necessários.

Cálculo do Índice: N° de ações judiciais contestadas / n° de ações ajuizadas + n° de consultas jurídicas emitidas / n° de consultas jurídicas solicitadas + n° de arquivamentos ou julgamentos de denúncias / n° de denúncias recebidas x 100

Fonte: registros e controles da Procuradoria Geral e Corregedoria Geral

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 70%

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
75%	80%	85%	90%

Periodicidade: Anual

Público Alvo: público externo e interno da Prefeitura de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 04 - Procuradoria-Geral do Município												
Unidade : 010 - Coordenação Geral - PGM												
PROGRAMA: 0004 - GESTÃO DO CONTENCIOSO, CONSULTORIA JURÍDICA E CORREIÇÃO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
13	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	02	062	1.004	2014	Unidade	14	0,00	36.000,00	36.000,00
							2015		14	0,00	37.000,00	37.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		12	0,00	31.000,00	31.000,00
14	Município	Adquirir mobiliários em geral	Mobiliários adquiridos	02	062	1.004	2014	Unidade	19	0,00	8.000,00	8.000,00
							2015		45	0,00	15.000,00	15.000,00
							2016		10	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		12	0,00	6.000,00	6.000,00
15	Município	Adquirir persianas	Persianas adquiridas	02	062	1.004	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		150	0,00	13.000,00	13.000,00
16	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Equipamentos adquiridos	02	062	1.004	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		11	0,00	55.000,00	55.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
17	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	02	062	1.004	2014	Unidade	15	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		10	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
18	Município	Manter as atividades da Procuradoria-Geral do Município	Atividades mantidas	02	062	2.007	2014	Global	100%	0,00	8.577.000,00	8.577.000,00
							2015		100%	0,00	10.368.000,00	10.368.000,00
							2016		100%	0,00	11.188.000,00	11.188.000,00
							2017		100%	0,00	12.080.000,00	12.080.000,00
19	Município	Contratar Servidores	Servidores contratados	02	062	2.007	2014	Pessoas	4	0,00	951.000,00	951.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
20	Município	Manter as atividades da Corregedoria-Geral do Município	Atividades mantidas	04	122	2.008	2014	Global	100%	0,00	444.000,00	444.000,00
							2015		100%	0,00	484.000,00	484.000,00
							2016		100%	0,00	522.000,00	522.000,00
							2017		100%	0,00	565.000,00	565.000,00
Total do Programa									0,00	45.387.000,00	45.387.000,00	
Total da Unidade											45.387.000,00	
Total do Órgão											45.387.000,00	

continua...

Plano Plurianual 2014 - 2017**05 - Secretaria Municipal de Governo**

Secretário: Paulo Arcoverde Nascimento

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0005 - Gestão Governamental

0017 - Trabalhando para o Desenvolvimento de Pessoas e Famílias Através da Política de Assistência Social em Londrina

0035 - Minha Casa Londrina

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Jeferson Aparicio Feliciano	Téc. Gestão Pública/Diretor Técnico Administrativo
Kleber Cruz Duarte	Téc. Gestão Pública/Assessor Executivo
Cássia Talita T. Moretti	Téc. Gestão Pública/Assessora Administrativa

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina

Órgão:05 - Secretaria de Governo

Programa:

0005 - Gestão Governamental

Tipo de Programa:

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A Secretaria de Governo atua como órgão de apoio direto às atividades da Prefeitura, prestando assessoramento ao Prefeito nas ações de planejamento, organização, coordenação e avaliação das atividades, em especial, àquelas de caráter técnico legislativo, no tocante à elaboração dos atos administrativos, edições de leis e regulamentações.

As ações de Gestão Governamental, principalmente, aquelas de coordenação e assessoramento exigem agilidade na circulação e troca de informações, entre o poder executivo e o legislativo municipal, a fim de se estabelecer uma regularidade no cumprimento dos prazos e o trâmite das ações de governo, cuja demanda tem sido crescente e requer respostas imediatas e atualizadas.

Por força de Lei ou mediante celebração de convênios, estão vinculadas à Secretaria de Governo as seguintes unidades: Junta de Serviço Militar, o Tiro de Guerra, o PROCON, Fundo de Recursos Municipais Antidrogas-REMAD e o Fundo Municipal de Habitação.

O Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-LD, tem como atribuição fundamental, a defesa dos direitos coletivos e difusos dos consumidores residentes ou domiciliados no Município. Contudo, para que o mencionado órgão desempenhe suas atividades de forma plena, é imprescindível o fortalecimento de sua estrutura, principalmente, no que se refere a recursos humanos.

No âmbito da estrutura administrativa da Secretaria de Governo, identificam-se dificuldades que muitas vezes inviabilizam ou impõem restrições ao desenvolvimento das atividades, interferindo, sobremaneira, no desempenho dos canais de informações entre o órgão e as demais secretarias. Um recurso importante para a qualificação dos serviços e tomadas de decisão.

Contata-se a necessidade de renovação dos recursos materiais do órgão, mediante a aquisição de equipamentos de informática, bem como, ampliação do quadro de servidores, para que possa desenvolver suas atividades em conformidade com a demanda apresentada.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Assessorar o Prefeito nas ações de planejamento, coordenação e avaliação das atividades, especialmente, aquelas de caráter técnico e legislativo, bem como fiscalizar e salvaguardar os direitos do consumidor na cidade de Londrina.

Objetivos Específicos:

- Assegurar maior celeridade e eficácia nas ações tomadas no cumprimento de seu dever institucional.
- Contratar 24 servidores;
- Adequar a estrutura física e administrativa da Secretaria Municipal de Governo;

Indicadores dos Programas:

Nome: Harmonização das Relações de Consumo

Gerente: Assessor Executivo - Klebber Cruz Duarte

Metodologia: Acompanhamento anual do número de registros formulados no PROCON-LD

Fonte: PROCON-LD

Unidade de Medida: registro de reclamações

Índice de Referência: 7.810

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
7.420	7.048	6.696	6.361

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todos Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Governo													
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMG													
PROGRAMA: 0005 - GESTÃO GOVERNAMENTAL													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres	Total	
21	Município	Adquirir equipamentos de proteção e segurança	Equipamentos adquiridos	04	122	1.005	2014	Unidade	2	0,00	2.000,00	2.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
22	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	122	1.005	2014	Unidade	5	0,00	10.000,00	10.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
23	Município	Manter as atividades do Gabinete do Secretário	Atividades mantidas	04	122	2.009	2014	Global	100%	0,00	1.843.000,00	1.843.000,00	
							2015		100%	0,00	2.020.000,00	2.020.000,00	
							2016		100%	0,00	2.181.000,00	2.181.000,00	
							2017		100%	0,00	2.354.000,00	2.354.000,00	
24	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	05	153	1.006	2014	Unidade	1	0,00	5.000,00	5.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
25	Município	Manter as atividades do Tiro de Guerra	Atividades mantidas	05	153	2.010	2014	Global	100%	0,00	136.000,00	136.000,00	
							2015		100%	0,00	144.000,00	144.000,00	
							2016		100%	0,00	151.000,00	151.000,00	
							2017		100%	0,00	158.000,00	158.000,00	
26	Município	Manter as atividades da Junta de Alistamento Militar	Atividades mantidas	05	153	2.011	2014	Global	100%	0,00	156.000,00	156.000,00	
							2015		100%	0,00	165.000,00	165.000,00	
							2016		100%	0,00	173.000,00	173.000,00	
							2017		100%	0,00	181.000,00	181.000,00	
Total do Programa									0,00	9.679.000,00	9.679.000,00		

PROGRAMA: 0017 - TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E FAMÍLIAS ATRAVÉS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres	Total	
27	Município	Subsidiar as despesas da Entidade SOVIDA	Entidade subsidiada	08	244	6.012	2014	Global	100%	0,00	14.000,00	14.000,00	
							2015		100%	0,00	15.000,00	15.000,00	
							2016		100%	0,00	16.000,00	16.000,00	
							2017		100%	0,00	17.000,00	17.000,00	
Total do Programa									0,00	62.000,00	62.000,00		
Total da Unidade											9.741.000,00		

Unidade : 020 - Fundo Municipal Antidrogas - REMAD													
PROGRAMA: 0005 - GESTÃO GOVERNAMENTAL													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres	Total	
28	Município	Efetuar subvenções as entidades cadastradas no REMAD	Subvenções realizadas	10	303	6.013	2014	Global	100%	0,00	623.000,00	623.000,00	
							2015		100%	0,00	656.000,00	656.000,00	
							2016		100%	0,00	688.000,00	688.000,00	
							2017		100%	0,00	722.000,00	722.000,00	
Total do Programa									0,00	2.689.000,00	2.689.000,00		
Total da Unidade											2.689.000,00		

Unidade : 030 - Fundo Mun. Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-Ld												
PROGRAMA: 0005 - GESTÃO GOVERNAMENTAL												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
29	Município	Adquirir mobiliários em geral	Mobiliários adquiridos	14	422	5.007	2014	Unidade	25	0,00	50.000,00	50.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
30	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	14	422	5.007	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		13	0,00	52.000,00	52.000,00
							2016		25	0,00	52.000,00	52.000,00
							2017		25	0,00	52.000,00	52.000,00
31	Município	Manter as atividades do PROCON	Atividades mantidas	14	422	6.014	2014	Global	100%	0,00	362.000,00	362.000,00
							2015		100%	0,00	381.000,00	381.000,00
							2016		100%	0,00	402.000,00	402.000,00
							2017		100%	0,00	426.000,00	426.000,00
Total do Programa									0,00	1.777.000,00	1.777.000,00	
Total da Unidade											1.777.000,00	

Unidade : 040 - Fundo Municipal de Habitação de Londrina - FMHL												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
847	Município	Efetuar pagamento de indenizações e restituições	Pagamento efetuado	28	846	0.002	2014	Global	100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2016		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
Total do Programa									4.000,00	0,00	4.000,00	

PROGRAMA: 0035 - MINHA CASA LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
32	Município	Construir unidades habitacionais - FMHL	Unidades habitacionais construídas	16	482	5.008	2014	Unidades	2.040	5.000.000,00	800.000,00	5.800.000,00
							2015		2.755	10.000.000,00	838.000,00	10.838.000,00
							2016		2.325	10.000.000,00	892.000,00	10.892.000,00
							2017		2.040	5.000.000,00	948.000,00	5.948.000,00
33	Município	Reurbanizar assentamentos	Reurbanização executada	16	482	5.008	2014	Global	100%	1.000.000,00	5.000,00	1.005.000,00
							2015		100%	1.000.000,00	5.000,00	1.005.000,00
							2016		100%	1.000.000,00	5.000,00	1.005.000,00
							2017		100%	200.000,00	5.000,00	205.000,00
34	Município	Efetuar projetos de regularização fundiária - FMHL	Projetos efetuados	16	482	5.008	2014	Global	100%	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		100%	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		100%	0,00	5.000,00	5.000,00
							2017		100%	0,00	5.000,00	5.000,00
35	Município	Aquirir terrenos para empreendimentos habitacionais	Terrenos adquiridos	16	482	5.008	2014	Global	0%	0,00	0,00	0,00
							2015		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
36	Município	Efetuar regularização fundiária	Regularização fundiária efetuada	16	482	6.015	2014	Escrituras	500	0,00	190.000,00	190.000,00
							2015		200	0,00	195.000,00	195.000,00
							2016		200	0,00	195.000,00	195.000,00
							2017		100	0,00	195.000,00	195.000,00
37	Município	Realizar trabalho técnico social - Minha Casa, Minha Vida	Trabalho técnico realizado	16	482	6.015	2014	Global	100%	3.899.000,00	0,00	3.899.000,00
							2015		100%	3.499.000,00	0,00	3.499.000,00
							2016		100%	3.399.000,00	0,00	3.399.000,00
							2017		100%	3.399.000,00	0,00	3.399.000,00
Total do Programa									47.396.000,00	4.323.000,00	51.719.000,00	
Total da Unidade											51.723.000,00	
Total do Órgão											65.930.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

06 - Secretaria Municipal de Fazenda

Secretário: Paulo Bento

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0006 - Gestão de Receitas e Controle Financeiro

0007 - Encargos do Município

9999 - Reserva de Contingência

continua...

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
João Carlos Barbosa Perez	Técnico de Gestão Pública/ Assessor Técnico II
Esdras Dias da Costa	Contador/Diretor Financeiro
Henrique Dias da Costa	Técnico de Gestão Pública/Diretor de Arrecadação
Fabiano Nakanishi	Téc. Gest. Públ./Dir. de Gestão de Cadastro e Informações
Nemias Nicolau da Silva	Auditor Fiscal/Diretor de Fiscalização Tributária
Nicolson Barros Silva	Téc. de Gestão/Dir. de Fiscal.de Ativ. Econômicas

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:06 - Secretaria Municipal de Fazenda

Programa:
0006 - Gestão de Receitas e Controle Financeiro

Tipo de Programa:
Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A gestão da atividade econômico-financeira e a administração tributária desempenhada pela Secretaria Municipal de Fazenda são essenciais para que a Prefeitura possa cumprir seus objetivos, que é de atender à demanda da população londrinense por serviços públicos.

A receita da Prefeitura de Londrina, para além das transferências de recursos estaduais e federais, agrega receitas resultantes da arrecadação de tributos de sua competência, a exemplo de IPTU, taxas, ISS. A Secretaria de Fazenda, com o objetivo de aumentar a arrecadação municipal, investe no aperfeiçoamento e modernização fazendária prevendo um percentual de crescimento real de 3% ano. A medida requer o empenho das Diretorias por meio de ações e iniciativas como:

O aumento do número de fiscais no município e/ou ampliação da jornada de trabalho do quadro atual de servidores. Pois no que concerne a Diretoria de Fiscalização de Atividades Econômicas, observa-se uma defasagem de 30% no quadro de pessoal, que pode ser ainda maior se considerado os servidores prestes a se aposentar. Outro registro refere-se à qualificação do quadro a fim de elevar a produtividade da Diretoria.

É preciso mudar o foco da fiscalização, pois atualmente as ações reativas ocorrem apenas nas empresas que buscam a regularização junto ao fisco municipal. Neste sentido, constata-se elevada quantidade de empresas na ilegalidade e informalidade, acarretando perda de receita de tributos municipais e baixa qualidade dos serviços.

É importante destacar também que, o serviço de fiscalização de campo atualmente é realizado com a estrutura aquém do ideal: são veículos sem manutenção funcionando precariamente, outros parados na oficina, aguardando conserto, o que evidencia uma frota insuficiente para atender a atual demanda. Ainda, quanto ao trabalho de campo é importante registrar a necessidade de ajustes na rotina de trabalho do fiscal, disponibilizando ferramentas de suporte on-line, no caso, as informações do cadastro e Sistema Integrados de Processos-SI, como também, a aquisição de materiais básicos para as atividades de fiscalização e padronização dos procedimentos.

Na Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações, é administrada a maior fonte de receita própria do Município, através da manutenção do cadastro mobiliário e imobiliário. Esta Diretoria responde pelo lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxas Mobiliárias, ISS fixo anual e grande parte do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, sendo que os valores desses tributos são também obtidos através de laudos de avaliações, confeccionados na própria Diretoria. Além disso, realiza análise de documentos e expedição de alvarás de funcionamento.

Para um melhor desempenho da Diretoria, há necessidade de informatização do cadastro municipal de propriedades, pois atualmente, o mesmo encontra-se incompleto, com o funcionamento apenas das rotinas essenciais para o lançamento e algumas consultas.

É imprescindível, também, aperfeiçoar o cadastramento de contribuintes, realizado atualmente por meio de formulários e croquis, que requer mão de obra temporária numerosa, de alto custo e pouca eficiência. A solução aponta para a adequação dos Sistemas de Informações referente aos módulos tributário, fiscal e de informações de processos. Outro ponto a ser melhorado, objetiva a redução do tempo de emissão do alvará de licença, que poder ser resolvido com a implantação da solicitação via web, o que implica, necessariamente, no desenvolvimento do Sistema junto a Diretoria de Tecnologia da Informação. Com o intuito de solucionar alguns dos problemas acima evidenciados, o Município busca recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implantar o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo e melhorar o gerenciamento desse cadastro. Com essa iniciativa visa manter atualizado e melhor administrado o Cadastro Imobiliário Municipal.

Outra ação importante, para melhorar o atendimento ao contribuinte, é dinamizar a expedição e a baixa dos alvarás dos Empreendedores Individuais, assim como buscar a integração dos diversos órgãos envolvidos na autorização das atividades

econômicas e também adequar as Tabelas referentes ao ISS FIXO e demais Taxas Mobiliárias.

A Diretoria de Fiscalização Tributária tem como atribuição a elaboração, coordenação e supervisão de programas de fiscalização dos tributos de sua competência (ISS e ITBI) visando o incremento na arrecadação municipal bem como o acompanhamento das Receitas Transferidas (ISS-Simples Nacional, ICMS, IPVA, ITR).

Com a implantação do Sistema Informatizado Declaração Mensal de Serviços-DMS e da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e, houve um maior controle na arrecadação do ISS, entretanto observa-se, hoje, a necessidade de aprimoramento do Sistema Fiscal e a conseqüente implantação de novos sistemas informatizados para aperfeiçoamento da fiscalização de ISS (conversão do banco de dados em Oracle, leiaute dos programas, novas funcionalidades e serviços on-line, etc.), assim como diminuir a morosidade no desenvolvimento de novos aplicativos no sistema tributário. Ressalta-se também, a necessidade constante de atualização da legislação tributária municipal.

É atribuição da Diretoria de Arrecadação: o atendimento aos contribuintes presentes na Praça de Atendimento, para as negociações dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, que estão em cobrança administrativa ou judicial; análise e emissão das certidões narrativas, negativas, positivas; atendimento aos tabelionatos para emissão do ITBI; e protocolos em geral, arquivo e digitalização dos processos do SIP.

Outras atribuições estão centralizadas na gerência de cobrança que atua na recuperação administrativa dos créditos tributários, elaboração das certidões de dívida ativa, processamento e baixa dos pagamentos realizados, classificação e distribuição das receitas, prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, restituições, e ainda atendimento as demandas judiciais.

Para melhor atendimento do cidadão, a praça de atendimento foi reformada em 2011, porém ajustes ainda são necessários para que o acesso dos contribuintes fique próximo do ideal.

A Diretoria Financeira tem a atribuição de fornecer informações financeiras, além de orientar e supervisionar a adoção de medidas decorrentes de atos e fatos pertinentes à legislação que afete as finanças da Administração. Compete, também, a este Órgão: efetuar os pagamentos dos credores; realizar os repasses financeiros para a Administração Indireta; administrar os recursos financeiros da Prefeitura; lançar no sistema informatizado e prestar contas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de toda a movimentação financeira da Administração Direta.

Face ao contexto atual da nova Contabilidade Governamental, em implantação nos municípios, há necessidade de formatar a Diretoria Financeira, modificando seu enfoque e estruturação para ir além do mero cumprimento dos estágios da receita e despesa pública. Hoje a Administração Pública necessita de informações financeiras em tempo hábil para a tomada de decisões e, assim a Diretoria Financeira precisa estar preparada para atender esta tão importante função gerencial.

Quanto à estrutura física e recursos humano da Secretaria, verifica-se a necessidade de adquirir equipamentos de informática para atender a atual demanda, assim como os mobiliários que estão fora dos padrões para a execução do trabalho e os equipamentos que são insuficientes ou obsoletos para a implantação do geoprocessamento. Bem como adequar e capacitar o quadro de servidores para atender a demanda dos serviços.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Gerir a política de arrecadação das receitas do município e dar suporte à Administração com informações financeiras para tomada de decisões, de modo a contribuir para a otimização das aplicações dos recursos financeiros.

Objetivos Específicos:

- Aumentar a arrecadação dos recursos que são de competência da Secretaria em 3 % ao ano de crescimento real;
- Aumentar o quadro atual de servidores;
- Capacitar os servidores da Secretaria da Fazenda;
- Otimizar os serviços online prestados pela Secretaria;
- Combater a informalidade;
- Aperfeiçoar a fiscalização através da implantação de sistemas informatizados;
- Reformar a Praça de Atendimento para atender a demanda de contribuintes;
- Adequar a estrutura física e de mobiliários da Secretaria e;
- Buscar a Integração dos diversos órgãos envolvidos na autorização das atividades econômicas.

Indicador do Programa

Nome: Arrecadação Municipal Per Capita

Gerente: Diretoria de Fiscalização Tributária - Nemias Nicolau da Silva; Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações - Fabiano Nakanishi; Diretoria de Arrecadação - Henrique de Castro Silva

Metodologia: Somatório Total de recursos que são atribuídos à Secretaria Municipal de Fazenda (ISS + IPTU + ITBI) / número de habitantes de Londrina.

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda e IBGE

Unidade de Medida: Reais

Valor Per capita 2012: R\$ 566,68

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
643,49	701,40	764,53	833,33

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Municipal

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Fazenda												
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMF												
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO DE RECEITAS E CONTROLE FINANCEIRO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
38	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	123	2.016	2014	Pessoas	2	0,00	140.000,00	140.000,00
							2015		1	0,00	22.000,00	22.000,00
							2016		1	0,00	22.000,00	22.000,00
							2017		1	0,00	22.000,00	22.000,00
39	Município	Manter as atividades financeiras	Atividades mantidas	04	123	2.016	2014	Global	100%	0,00	1.262.000,00	1.262.000,00
							2015		100%	0,00	1.450.000,00	1.450.000,00
							2016		100%	0,00	1.550.000,00	1.550.000,00
							2017		100%	0,00	1.650.000,00	1.650.000,00
40	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	04	129	1.009	2014	Unidade	2	0,00	64.000,00	64.000,00
							2015		3	0,00	105.000,00	105.000,00
							2016		6	0,00	210.000,00	210.000,00
							2017		7	0,00	245.000,00	245.000,00
41	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	129	1.009	2014	Unidade	41	0,00	82.000,00	82.000,00
							2015		25	0,00	62.000,00	62.000,00
							2016		27	0,00	68.000,00	68.000,00
							2017		18	0,00	45.000,00	45.000,00
42	Município	Adquirir mobiliários em geral	Móveis adquiridos	04	129	1.009	2014	Unidade	89	0,00	44.000,00	44.000,00
							2015		82	0,00	41.000,00	41.000,00
							2016		94	0,00	47.000,00	47.000,00
							2017		32	0,00	16.000,00	16.000,00
43	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos adquiridos	04	129	1.009	2014	Unidade	2	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
44	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e fotos	Equipamentos adquiridos	04	129	1.009	2014	Unidade	1	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
45	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Fazenda	Atividades mantidas	04	129	2.017	2014	Global	100%	0,00	1.659.000,00	1.659.000,00
							2015		100%	0,00	1.759.000,00	1.759.000,00
							2016		100%	0,00	1.864.000,00	1.864.000,00
							2017		100%	0,00	1.976.000,00	1.976.000,00
46	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	129	2.017	2014	Pessoas	0	0,00	0,00	0,00
							2015		9	0,00	180.000,00	180.000,00
							2016		5	0,00	100.000,00	100.000,00
							2017		6	0,00	120.000,00	120.000,00
47	Município	Manter as atividades de tributos mobiliários, imobiliários e de arrecadação	Atividades mantidas	04	129	2.018	2014	Global	100%	3.114.000,00	14.864.000,00	17.978.000,00
							2015		100%	3.199.000,00	17.920.000,00	21.119.000,00
							2016		100%	3.291.000,00	20.000.000,00	23.291.000,00
							2017		100%	3.384.000,00	22.000.000,00	25.384.000,00
48	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	129	2.018	2014	Pessoas	0	0,00	0,00	0,00
							2015		18	0,00	1.080.000,00	1.080.000,00
							2016		8	0,00	480.000,00	480.000,00
							2017		3	0,00	180.000,00	180.000,00
Total do Programa									12.988.000,00	91.344.000,00	104.332.000,00	
Total da Unidade									104.332.000,00			

Unidade : 020 - Encargos do Município												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
58	Município	Efetuar pagamento de amortização e Encargos da dívida interna	Pagamentos efetuados	28	843	0.003	2014	Global	100%	0,00	23.359.000,00	23.359.000,00
							2015		100%	0,00	24.110.000,00	24.110.000,00
							2016		100%	0,00	26.645.000,00	26.645.000,00
							2017		100%	0,00	27.507.000,00	27.507.000,00
59	Município	Efetuar o pagamento de dívidas/encargos - CAAPSML	Pagamento efetuado	28	843	0.004	2014	Global	100%	0,00	14.700.000,00	14.700.000,00
							2015		100%	0,00	15.500.000,00	15.500.000,00
							2016		100%	0,00	16.000.000,00	16.000.000,00
							2017		100%	0,00	16.500.000,00	16.500.000,00
60	Município	Efetuar pagamento de dívidas CAAPSML - Inativos	Pagamento efetuado	28	843	0.005	2014	Global	100%	0,00	11.300.000,00	11.300.000,00
							2015		100%	0,00	12.000.000,00	12.000.000,00
							2016		100%	0,00	13.000.000,00	13.000.000,00
							2017		100%	0,00	14.000.000,00	14.000.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidade : 020 - Encargos do Município												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
61	Município	Efetuar pagamento de encargos da Dívida Pública Externa - BID	Pagamento efetuado	28	844	0.006	2014	Global	100%	0,00	150.000,00	150.000,00
							2015		100%	0,00	200.000,00	200.000,00
							2016		100%	0,00	200.000,00	200.000,00
							2017		100%	0,00	200.000,00	200.000,00
62	Município	Efetuar o pagamento de precatórios	Pagamento efetuado	28	846	0.007	2014	Global	100%	0,00	5.942.000,00	5.942.000,00
							2015		100%	0,00	6.300.000,00	6.300.000,00
							2016		100%	0,00	7.000.000,00	7.000.000,00
							2017		100%	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
63	Município	Devolver recursos tributários/recebimentos indevidos	Recursos devolvidos	28	846	0.008	2014	Global	100%	0,00	500.000,00	500.000,00
							2015		100%	0,00	600.000,00	600.000,00
							2016		100%	0,00	650.000,00	650.000,00
							2017		100%	0,00	700.000,00	700.000,00
64	Município	Efetuar contribuição para o PASEP	Contribuição efetuada	28	846	0.009	2014	Global	100%	45.000,00	7.801.000,00	7.846.000,00
							2015		100%	45.000,00	8.555.000,00	8.600.000,00
							2016		100%	45.000,00	8.955.000,00	9.000.000,00
							2017		100%	45.000,00	9.455.000,00	9.500.000,00
65	Município	Efetuar aporte de recursos ao RPPS - Fundo Financeiro	Aporte efetuado	28	846	0.010	2014	Global	0%	0,00	0,00	0,00
							2015		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Programa									180.000,00	279.359.000,00	279.539.000,00	

PROGRAMA: 0007 - ENCARGOS DO MUNICÍPIO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
52	Município	Resgatar cotas do TRL	Cotas resgatadas	04	122	1.010	2014	Global	100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2015		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2016		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2017		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
53	Município	Aumentar participação no capital da CMTU	Participação aumentada	04	122	1.011	2014	Global	100%	0,00	100.000,00	100.000,00
							2015		100%	0,00	110.000,00	110.000,00
							2016		100%	0,00	115.000,00	115.000,00
							2017		100%	0,00	120.000,00	120.000,00
54	Município	Aumentar participação no capital da COHAB-LD	Participação aumentada	04	122	1.012	2014	Global	100%	0,00	9.510.000,00	9.510.000,00
							2015		100%	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
							2016		100%	0,00	10.500.000,00	10.500.000,00
							2017		100%	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00
55	Município	Participação do Município no Capital do SERCOMTEL S/A Telecomunicações	Participação executada	04	122	1.013	2014	Global	100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2015		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2016		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
							2017		100%	0,00	20.000,00	20.000,00
56	Município	Efetuar pagamento de encargos, tarifas e taxas	Pagamentos efetuados	04	122	2.019	2014	Global	100%	20.000,00	1.236.000,00	1.256.000,00
							2015		100%	20.000,00	1.275.000,00	1.295.000,00
							2016		100%	20.000,00	1.385.000,00	1.405.000,00
							2017		100%	20.000,00	1.485.000,00	1.505.000,00
57	Município	Conceder gratuidade - transporte coletivo municipal	Gratuidade concedida	04	122	2.020	2014	Global	100%	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
							2015		100%	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
							2016		100%	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
							2017		100%	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
Total do Programa									80.000,00	51.596.000,00	51.676.000,00	

PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
66	Município	Constituir reserva de contingência	Reserva Constituída	99	999	9.001	2014	Global	100%	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
							2015		100%	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
							2016		100%	0,00	3.300.000,00	3.300.000,00
							2017		100%	0,00	3.400.000,00	3.400.000,00
Total do Programa									0,00	12.900.000,00	12.900.000,00	
Total da Unidade											344.115.000,00	
Total do Órgão											448.447.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017**07 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia**

Secretário: Daniel Antonio Pelisson

Programa de Governo:

0008 - Gestão de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Mara Sáfadi Maricato	Assessora Técnica Administrativa
Maria de Lourdes J. P. da Silva	Economista/Gerente de Programação Orçamentária
Marcia NorikoFujii	Gerente Adm. de Atendimento e Suporte ao Usuário
Walter Cortez Mostaço	Técnico de Gestão Pública

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina

Órgão:07 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

Programa:

0008-Gestão de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

Tipo de Programa:

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia-SMPOT tem a função de: desenvolver atividades integradas na área de planejamento e orçamento do Município de Londrina, através da realização de estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do Governo Municipal, da elaboração de projetos para captação de recursos nacionais e internacionais, da atualização do "Perfil de Londrina", da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral do Município, promover a definição da política de segurança dos sistemas e a utilização dos recursos de informática, coordenar as ações de compatibilização de softwares e hardwares embasados em critérios técnicos, elaborar projetos de atualização tecnológica e promover estudos com vistas a informatização de forma integrada dos Órgãos da Administração Municipal.

Sua competência é exercida baseando-se nos processos de Gestão do Plano de Governo e Planejamento Institucional. Atua coordenando e acompanhando o planejamento orçamentário em concordância com as atividades municipais, prestando apoio técnico às demais Secretarias e Órgãos na captação de recursos e na organização de documentos que serão encaminhados, atendendo as sistemáticas específicas de cada órgão concedente aos projetos em vias de implantação.

No que diz respeito às atividades de Planejamento, cabe a Secretaria dotar os demais órgãos públicos e a sociedade civil de informações sobre a realidade do Município. As informações visam subsidiar o planejamento das políticas públicas municipais e até mesmo regionais, uma vez que Londrina é polo da Região Metropolitana.

É grande a demanda por dados e, sobretudo por análises sobre o Município. Parte delas tem sido atendida através da divulgação anual do Perfil de Londrina, que já está na sua 37ª edição, e vem sendo aperfeiçoada a cada ano. É editado anualmente o Perfil da Região Metropolitana de Londrina e vem sendo editado para o ano corrente o Perfil dos Distritos, o Perfil do Idoso e o Perfil do Deficiente Físico.

A Secretaria atua orientando, coordenando e acompanhando o planejamento na área de captação de recursos provenientes de diversas fontes financiadoras em concordância com as atividades dos diversos Órgãos da Administração Municipal. Assim, com vistas a melhor atender às demandas da sociedade e o desenvolvimento da cidade, trabalha em conjunto planejando e auxiliando na elaboração dos projetos a serem implantados.

Quanto às atividades de Orçamento, a Secretaria busca a racionalização do processo de alocação de recursos e o equilíbrio das contas públicas no processo de elaboração dos Instrumentos de Planejamento e na estimativa de recursos financeiros para a implantação de programas, bem como na orientação aos diversos órgãos da Administração Municipal na elaboração dos programas setoriais, na supervisão e coordenação da execução orçamentária.

A elaboração dos instrumentos de planejamento compreende toda uma rotina a ser seguida, farta legislação a ser cumprida, além da observação de normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado e Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda. A implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP, a partir de 2013, acrescentou novas responsabilidades e regras, que tiveram considerável impacto sobre a demanda de trabalho.

Cabe também a SMPOT buscar a racionalização dos serviços informatizados de toda a Administração Municipal, assim como promover estudos com vistas à informatização de forma integrada do Município. Ainda é atribuída a Secretaria a

definição de segurança dos sistemas e a utilização dos recursos de informática.

As atividades de Tecnologia da Informação, através dos serviços e sistemas de informática, atende toda a população de Londrina, além de outros 20 municípios da região, usuários do sistema informatizado de saúde.

O crescimento do uso da informática na administração municipal nos últimos anos foi vertiginoso. A disseminação da inclusão digital, proporcionada pelos oito telecentros municipais, tem contribuído grandiosamente no processo de alfabetização digital e acesso a toda informação disponível das redes sociais à comunidade. Há necessidade de investimentos (capital humano e recursos financeiros) para melhorar a qualidade do atendimento prestado nos telecentros.

A área de informática necessita de uma reestruturação tecnológica, pois o número de microcomputadores e a demanda de serviços aumentam gradativamente e se não houver investimentos consideráveis em infraestrutura para a conexão destes computadores à rede, haverá subutilização dos recursos humanos e sistemas.

Para solucionar este problema, a Prefeitura de Londrina, através da SMPOT, firmou parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná-CELEPAR, para a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação-PETIC da PML. A partir deste trabalho, em execução e a ser concluído no segundo semestre de 2013, quer-se alcançar novos patamares em termos do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Administração Municipal.

Conforme exposto, considerando a dinâmica e a dimensão do processo de planejamento público de uma cidade como Londrina, constata-se que a estrutura atual de recursos humanos está aquém da demanda de trabalho da Secretaria. É imprescindível o aperfeiçoamento do corpo técnico, através da realização de treinamento e capacitação continuada aos servidores, bem como a contratação de novos servidores.

Em termos de estrutura física e operacional, é importante destacar que o espaço ocupado pela Secretaria precisa ser ampliado. As instalações estão inadequadas, a rede de energia elétrica e de informática está sobrecarregada e não comporta a utilização de condicionadores de ar, computadores e demais equipamentos. Para o bom andamento das atividades, é urgente a ampliação e readequação das instalações.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Desenvolver atividades de planejamento e orçamento, estudos e pesquisas, atualização de dados estatísticos, elaboração de projetos de captação de recursos. Definir a política de segurança dos sistemas e a utilização dos recursos de informática.

Objetivos Específicos:

- Manter o envio, dentro dos prazos, de todos os projetos necessários à captação dos recursos oriundos de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União;
- Manter atualizados os cadastros de adimplência da Prefeitura do Município de Londrina, junto ao Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para estados e municípios - CAUC;
- Acompanhar todos os registros de informações no Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV;
- Ampliar a captação de recursos provenientes de emendas parlamentares;
- Agilizar o processo de elaboração dos projetos de captação de recursos;
- Elaborar e disponibilizar os dados socioeconômicos do Município e Região Metropolitana;
- Aprimorar a coleta e tratamento de dados através da utilização de softwares específicos;
- Contratar e capacitar servidores;
- Adequar a estrutura física e de equipamentos;
- Aperfeiçoar o processo de planejamento orçamentário;
- Propor ações para melhoria da qualidade dos gastos públicos;
- Oferecer treinamento na área de planejamento e orçamento aos agentes públicos municipais;
- Implantar os projetos consignados no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação-PETIC;
- Implantar os projetos de TI contemplados em financiamentos da prefeitura junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Implantar os projetos de TI do Plano de Transparência da Administração Municipal;
- Manter os serviços de Help Desk e Suporte Técnico de Informática;
- Ampliar rede de fibra óptica integrando todos os locais da Administração Municipal;
- Adquirir novos equipamentos de informática, softwares e mobiliários para a TI;
- Padronizar e melhorar as condições de funcionamento dos telecentros da prefeitura;
- Reestruturar o datacenter;

Indicadores dos Programas:

Nome: Índice de Realização da Receita Prevista - IRRP

Gerente: Gerência de Controle de Limites e Prazos Orçamentários - Thiago de Paula Espinosa

Metodologia: Medir o percentual de realização da Receita Orçamentária Prevista em relação à Receita Orçamentária Arrecadada, visando aperfeiçoar a metodologia de cálculo da estimativa da Receita;

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento / Orçamentos Anuais e Secretaria Municipal de Fazenda / Balancetes Mensais / Balanço Geral;

Fórmula de cálculo: $IRRP = ROA/ROP \times 100$ (onde, ROA é receita orçamentária arrecadada e ROP receita orçamentária prevista);

Unidade de Medida: Percentual (%);

Índice de Referência: 93%

Data de Apuração: 2011;

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
95%	96 %	97 %	98 %

Periodicidade: Anual;

Público Alvo: Administração Direta e Indireta e Câmara Municipal;

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia												
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMPOT												
PROGRAMA: 0008 - GESTÃO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
95	Município	Adquirir mobiliários em geral	Mobiliários adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	8	0,00	6.000,00	6.000,00
							2015		6	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		12	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		10	0,00	8.000,00	8.000,00
96	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridos	04	121	1.014	2014	m²	60	0,00	8.000,00	8.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
97	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	2	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		3	0,00	6.000,00	6.000,00
							2017		2	0,00	4.000,00	4.000,00
98	Município	Adquirir máquinas e equipamentos gráficos	Máquinas e equipamentos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	2	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		1	0,00	2.000,00	2.000,00
99	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		1	0,00	1.000,00	1.000,00
100	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1	0,00	35.000,00	35.000,00
101	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	10	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		3	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		3	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		2	0,00	1.000,00	1.000,00
102	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	15	0,00	40.000,00	40.000,00
							2015		12	0,00	36.000,00	36.000,00
							2016		4	0,00	12.000,00	12.000,00
							2017		2	0,00	6.000,00	6.000,00
103	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Outros materiais adquiridos	04	121	1.014	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		3	0,00	6.000,00	6.000,00
							2016		10	0,00	17.000,00	17.000,00
							2017		6	0,00	13.000,00	13.000,00
104	Município	Manter as atividades do Gabinete da Secretaria	Atividades mantidas	04	121	2.021	2014	Global	100%	0,00	1.964.000,00	1.964.000,00
							2015		100%	0,00	2.163.000,00	2.163.000,00
							2016		100%	0,00	2.333.000,00	2.333.000,00
							2017		100%	0,00	2.516.000,00	2.516.000,00
105	Município	Contratar servidores - Gabinete	Servidores contratados	04	121	2.021	2014	Pessoas	1	0,00	23.000,00	23.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
106	Município	Manter as atividades de Planejamento e Orçamento	Atividades mantidas	04	121	2.022	2014	Global	100%	0,00	1.988.000,00	1.988.000,00
							2015		100%	0,00	2.112.000,00	2.112.000,00
							2016		100%	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00
							2017		100%	0,00	2.440.000,00	2.440.000,00
107	Município	Contratar servidores - DP / DO	Servidores contratados	04	121	2.022	2014	Pessoas	2	0,00	46.000,00	46.000,00
							2015		1	0,00	100.000,00	100.000,00
							2016		2	0,00	123.000,00	123.000,00
							2017		2	0,00	123.000,00	123.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
108	Município	Adquirir mobiliários em geral	Mobiliários adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	40	0,00	12.000,00	12.000,00
							2015		20	0,00	7.000,00	7.000,00
							2016		10	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		10	0,00	3.000,00	3.000,00
109	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
110	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
111	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	1	0,00	30.000,00	30.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	35.000,00	35.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
112	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		30	0,00	9.000,00	9.000,00
							2016			0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
113	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	126	1.015	2014	Unidade	100	0,00	256.000,00	256.000,00
							2015		100	0,00	312.000,00	312.000,00
							2016		100	0,00	307.000,00	307.000,00
							2017		100	0,00	362.000,00	362.000,00
114	Município	Manter as atividades da DTI	Atividades mantidas	04	126	2.023	2014	Global	100%	0,00	4.312.000,00	4.312.000,00
							2015		100%	0,00	5.491.000,00	5.491.000,00
							2016		100%	0,00	5.895.000,00	5.895.000,00
							2017		100%	0,00	6.330.000,00	6.330.000,00
115	Município	Contratar servidores - DTI	Servidores contratados	04	126	2.023	2014	Pessoas	3	0,00	195.000,00	195.000,00
							2015		2	0,00	130.000,00	130.000,00
							2016		2	0,00	130.000,00	130.000,00
							2017		2	0,00	130.000,00	130.000,00
Total do Programa									0,00	42.392.000,00	42.392.000,00	
Total da Unidade											42.392.000,00	
Total do Órgão											42.392.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

08 - Secretaria Municipal de Gestão Pública

Secretário: Rogério Carlos Dias

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0006 - Gestão de Receitas e Controle Financeiro

0008 - Gestão de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

0009 - Apoiando a Gestão Pública

0012 - Desenvolve Londrina

0027 - Programa de Planejamento Urbano Sustentável

0035 - Minha Casa Londrina

continua...

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Fabiana Regina Borelli Amorim	Téc. Gestão Pública/Dir. Gest. de Inf. e Arq. Público
Fábio A. Gonçalves de Campos	Administrador/Assessor Técnico
Iná Lopes Cazella	Téc. Gestão Pública/Coord. Contr. Inform. de Bens Municipais
Mariza Emiko Yoshinaga	Téc. Gestão Pública/Ger. Gestão de Licit. e Contratos
Newton Hideki Tanimura	Administrador/Assessor de Modernização
Paulo Sérgio Moura	Téc. de Gestão Pública/Dir. Gestão de Licit. e Contratos
Sebastião Vicente Amâncio	Téc. Gestão Pública/Dir. Gestão de Bens Municipais
Mirian Aparecida Born	Administradora/Gerente de Bens Móveis Municipais

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:08 - Secretaria Municipal de Gestão Pública

Programa:

0009 - Apoiando a Gestão Pública

Tipo de Programa:

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Gestão Pública-SMGP tem como finalidade viabilizar recursos humanos, materiais e equipamento, bem como, os e serviços intermediários, que proporcionem a execução das atividades das demais unidades administrativas.

Compete a SMGP atuar nas áreas de gestão de licitações e contratos, gestão de bens municipais, informações e arquivo público: A SMGP atende a todos os órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município de Londrina com relação aos processos licitatórios, bem como, à gestão de contratos, convênios e Atas de Registro de preços; tanto na área de bens (de consumo e permanentes) como de prestação de serviços e obras públicas. Em 2012, foram homologados processos num valor aproximado de R\$ 41.000.000,00.

Administra aproximadamente 500 processos licitatórios anuais subdivididos nas modalidades: pregão, concorrência, tomada de preços, convite, dispensa e inexigibilidade de licitação. Ainda quanto à gestão dos instrumentos contratuais são aproximadamente, em execução: 100 contratos administrativos, 300 Atas de registro de preços e 130 convênios.

Para a realização de processos licitatórios é estimado um prazo médio de 60 dias para conclusão, conforme estudos realizados no Programa Modernizando a Gestão Pública. No entanto, atualmente este prazo não vem sendo cumprido em função da grande quantidade de processos em contraposição à escassez de pessoal. Ademais disso, insere-se nesse prazo, aquele destinado à formação do preço, o qual é considerado, hoje, um dos principais problemas diagnosticados dentro da cadeia produtiva de um processo licitatório.

Verifica-se que a descontinuidade da oferta de bens e serviços, ocorre em razão do descompasso entre o vencimento do contrato e o prazo para abertura de novo processolicitatório; que deve ser iniciado com 120 dias antecedentes ao vencimento do contrato em vigência, pois em alguns casos não está sendo suficiente dada a complexidade dos processos, o que demonstra que os mecanismos de acompanhamento da execução e controle de prazos não estão adequados.

A falta de cumprimento de prazos está relacionada à defasagem da estrutura de pessoal, que atualmente conta com 30 pessoas. Contata-se ainda, a necessidade de capacitação dos profissionais da DGLC, para atualização constante dos conhecimentos dos pregoeiros e gestores, de forma a que os mesmos estejam em constante paridade com o mercado de bens e serviços.

Quanto à infraestrutura, nota-se, que grande parte dos equipamentos de informática destinados aos pregoeiros e gestores estão obsoletos, não comportando adequadamente a carga de trabalho exigida pelos softwares/sistema utilizados por aqueles. Outro fator é a precariedade na estrutura elétrica, o que ocasiona a queima das fontes dos computadores e a queda constante do aparelho de refrigeração do setor. Falha que torna o local, demasiadamente, quente em dias de altas temperaturas, refletindo na queda da produtividade dos servidores.

Também, com relação à infraestrutura, o local destinado ao arquivo de processos licitatórios vigentes não é adequado, considerando o espaço e local (3º piso), além de ser insuficiente para comportar a quantidade de processos.

Quanto à gestão de Bens Municipais a SMGP atua na gestão de frota, de bens móveis e imóveis, assim como, na manutenção predial atendendo a Administração direta do Município.

É atribuição da gestão de frotas, assegurar condições para que a frota municipal esteja disponível para atender as necessidades das diversas unidades organizacionais. Para cumprir esse papel é preciso controle efetivo das informações da utilização dos veículos e da forma de manutenção.

Atualmente, a alocação dos veículos e os recursos de manutenção dos mesmos, são de responsabilidade de cada uma das secretarias adquirentes; não havendo nenhuma padronização dessas atividades. Segue abaixo o quadro demonstrativo, com a quantidade de veículos alocados por secretária, da administração direta:

Secretaria (*)	Veículos com mais de 10 anos de uso	Veículos com menos de 10 anos de uso	TOTAL
Agricultura	11	4	15
Assistência Social	20	60	80
Controladoria	1		1
Cultura	3		3
Defesa Social	2	38	40
Educação	7	4	11
Fazenda	11	15	26
Gabinete	2	1	3
Gestão Pública	4	1	5
Procuradoria	1		1
PROCON		2	2
Trabalho	1		1
Idoso	2	3	5
Governo	1		1
Mulher	3		3
Obras	34	17	51
Ambiente	8	9	17
Inservível	26		26
TOTAL	131	154	285

A idade avançada da frota, a carência de padronização de procedimentos e a ausência de manutenção preventiva aliada à falta de estudo de utilização dos veículos para dimensionar o tamanho necessário da frota faz com que não seja possível verificar a efetividade do serviço prestado.

Quanto à gestão de bens móveis municipais, observa-se a necessidade de estudo aprofundado para a implantação de gerenciamento dos bens de consumo para atender a PML. Atualmente o setor de almoxarifado não gerencia estoque, apenas procede ao recebimento dos bens. Constata-se, porém, a carência da Prefeitura em dispor de uma centralização do gerenciamento efetivo dos bens de consumo, para atender a todas as secretarias. Esta atividade minimizaria custo de aquisição, tempo de reposição e gerenciaria a qualidade dos bens adquiridos, além de controlar pedidos gerados sem necessidades. Outra problemática da área, é que os dados cadastrais de aproximadamente 100.000 bens móveis encontra-se inconsistente. Fato que torna o controle das informações do sistema inadequado e moroso, dificultando a consolidação dos inventários físicos. Ademais, o TCE- PR exige que esse controle seja efetivo e cobra a sua regularização.

Há que se falar também na gestão de bens imóveis, que objetiva garantir melhores condições de trabalho e de atendimento aos cidadãos. Neste sentido a manutenção predial dos imóveis públicos é um ponto crítico para o Município, que atualmente, de forma precária e incompleta atende a necessidade de manutenção somente da SMGP e do edifício sede, os quais apresentam deficiências na sua estrutura funcional, necessitando de reforma e readequação que inclui: o telhado, as instalações elétricas, telefonia e hidráulicas, reformas dos sanitários, ampliação da Cabine de Força e ampliação das vagas no estacionamento dos servidores.

As principais causas de toda essa problemática resultam de: desgaste causado pelo tempo, falta de manutenção periódica, que não é executada há anos, a superlotação do centro administrativo, acolhendo muito mais serviços e pessoal do que sua capacidade, visto que a mesma foi projetada numa época em que a cidade era muito menor.

A gestão dos bens imóveis deve garantir a integridade e regularidade dos imóveis municipais, atendendo as diversas necessidades dos órgãos da administração e de controle externo.

Hoje, as informações sobre os imóveis estão dispersas em arquivos físicos de mapas, escrituras e documentos diversos, o que impossibilita fornecer todos os dados requeridos com integridade e de modotempetivo.

A mudança na contabilidade pública, mediante as novas exigências do TCE-PR quanto à gestão do patrimônio público, exigem da área, investimentos diversos e adequações nos processos de gerenciamento. É o caso de sistemas e equipamentos de tecnologia, estrutura física, pessoal capacitado e especializado, para atender a essa nova demanda.

A Prefeitura de Londrinatem a obrigação legal de tutelar os documentos produzidos pela administração, de modo a dar a efetiva guarda, com a preservação ideal e a disponibilização a contento das informações. Cabe à SMGP a tutela dos arquivos de caráter intermediário e permanente como também gestão documental efetiva e disseminação de políticas normativas, atividade. Atividade esta indispensável e preliminar a qualquer procedimento de informatização sobre o trato documental na administração.

O Arquivo Público encontra-se em um prédio locado, num o espaço de 400 m² totalmente ocupado, insuficiente para absorver, plenamente, a documentação de caráter intermediário e permanente, que hoje estão alojados nas dependências dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. Como os locais e condições são inadequadas, a preservação dos mesmos está em risco permanente.

Estima-se que há aproximadamente 800 m², sendo 500 m² no Centro Administrativo, destinada a arquivos correntes, intermediários e permanentes. Neste local, os documentos estão armazenados sem critério de guarda, comprometendo sua conservação e dificultando sua localização, sendo necessária uma melhor destinação e conseqüentemente um melhor cuidado com esta documentação.

Quanto à preservação dos documentos, o arquivo público não dispõe de equipamentos específicos para laborar na Higienização, Restauração, e Conservação do acervo. Isto impossibilita o devido tratamento técnico da massa documental. Esta atribuição compete ao Arquivo Público, com o fim de assegurar a preservação dos documentos.

No que se refere à estrutura funcional da unidade de gestão do Arquivo Público da SMGP, carece de uma atualização para que seja possível a realização de serviços como: Gestão Documental, a Digitalização de Documentos, Estudos específicos sobre Plano de Classificação de documentos e Tabela de Temporalidade. Nota-se que a demanda não está alinhada com a atual estrutura funcional, o que acarreta um acúmulo de serviço e carência de qualidade devido à sobrecarga setorial. Já considerando as funções de gestão arquivista documental existe o déficit de profissionais específicos em arquivologia. Tal situação contribui para o atraso dos trabalhos, tanto no acervo do Arquivo Público, quanto no auxílio para elaboração de políticas de gestão documental.

Também é identificada deficiência no controle de prazo e acompanhamento com relação aos Pedidos de Informações da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, por não existir a estrutura necessária e normativa municipal que estabeleça parâmetros para o seu cumprimento.

Em relação ao apoio administrativo da operacionalização da comunicação entre os órgãos, hoje existem várias unidades externas ao PABX, que não permitem o controle e economicidade dos gastos com telefonia, por não se encontrarem interligadas a nossa central, não contribuindo para a otimização e redução dos gastos. Também o alto índice de ligações para celular, representa cerca de 64% do valor da conta telefônica do PABX, o que aponta para a necessidade de redução. A extinção do serviço de entrega de correspondências externas, causada pela falta de funcionários, impede a centralização para distribuição, da documentação destinada aos órgãos localizados externamente ao Centro Administrativo; o que eleva os gastos com funcionários e automóveis, além de dificultar a agilidade na entrega dos documentos.

Além dessa problemática há também, um significativo número de ligações perdidas, destinadas ao centro administrativo da Prefeitura. Perto de 60%, apontam para a necessidade de implantação de Serviço de Atendimento Telefônico ao Cidadão, por meio do número 156, para atender a solicitação de informações sobre os serviços do Município.

Buscando soluções para os problemas evidenciados, o Município busca recursos junto à órgãos financiadores, como o BNDES e BID. Estão previstos projetos que contemplem ações de investimento que compreendam, desde a estrutura física do prédio, digitalização de informações, até reestruturação de processos, sanando assim várias deficiências explicitadas neste diagnóstico. Restam, portanto, algumas ações para o PPA, principalmente no que diz respeito à reestruturação da equipe e investimento em estruturas físicas e técnicas, aquisição de veículos para realização das atividades e informatização.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Realizar ações de apoio técnico às demais unidades da Administração, visando a eficiência procedimental na gestão dos bens municipais e de suprimentos, com segurança documental e informacional, dando efetividade aos serviços prestados aos municípios.

Objetivos Específicos:

- Reduzir o prazo de elaboração dos processos licitatórios;
- Reduzir os índices de convalidações contratuais, das renovações e repactuações dos contratos;
- Criar ou aperfeiçoar mecanismos de controle e acompanhamento de processos;
- Agilizar a elaboração dos processos (fase interna) com relação à formação de preços que darão lastro aos processos licitatórios e repactuações contratuais;
- Melhorar a estrutura e as condições de trabalho;
- Adequar o espaço destinado ao arquivo corrente dos processos licitatórios;
- Capacitar o quadro de profissionais da DGLC;
- Disponibilizar Centro Administrativo Municipallimpo e seguro aos servidores e população em geral;
- Otimizar a frota municipal;
- Atender as solicitações de informações sobre bens com agilidade, confiabilidade e integridade;
- Atender a demanda de todas as secretárias no controle, armazenamento e disponibilidade de materiais com a adequação do Almoxarifado Central;
- Estabelecer procedimentos claros na gestão de bem;
- Propiciar um local adequado para absorver documentação hoje alocada no centro administrativo, liberando assim espaços hoje destinados ao arquivo;
- Reduzir o tempo de atendimento dos pedidos de informações dos documentos alocados no arquivo;
- Implantar uma política de gestão documental que ofereça aos servidores a identificação dos prazos de arquivamento dos documentos;
- Racionalizar e reduzir os custos operacionais e de arquivamento da documentação no município;
- Garantir a conservação e preservação do patrimônio histórico documental do Município de Londrina, fonte de pesquisa e de conhecimento aos municípios.
- Possibilitar à administração direta e indireta a minimização dos gastos com telefonia fixa e celular;
- Oferecer ao cidadão um canal único de informações (156) com relação aos serviços prestados pelo município;
- Reduzir gastos destinados e agilizar a entrega de correspondências que envolvam o Centro Administrativo;

Indicadores dos Programas

Nome: Efetividade nos processos de aquisições e contratações

Gerente: Paulo Sérgio Moura - Diretor de Gestão, Licitações e Contratos

Metodologia: Extração da informação na Secretaria Municipal de Gestão Pública

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Gestão Pública

Unidade de Medida: dias / % quantidade de processos

Índice de Referência: 67% das compras realizadas no prazo. 125 dias para conclusão de um processo de licitação

Data de Apuração: janeiro/2012.

Índice Anual Desejado: 95% das compras realizadas no prazo. 60 dias para conclusão de um processo de licitação.

2014	2015	2016	2017
90	60	60	60

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Servidores da DGLC e Secretarias da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Município.

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Nome: Manutenção corretiva dos veículos

Gerente: Edison Aparecido Ramos

Metodologia: Acompanhamento e verificação

Fonte: relatórios de ordem de serviço

Unidade de Medida: unidade/veículo

Índice de Referência: 50% do total de veículos da administração direta

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado: redução de 10% da demanda ao ano

2014	2015	2016	2017
40	30	25	20

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Secretarias

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Nome: Gestão de bens imóveis

Gerente: Iná Lopes Cazella

Metodologia: acompanhamento e verificação

Fonte: dados do sistema Equiplano e da fiscalização externa

Unidade de Medida: unitário

Índice de Referência: 4943 imóveis lançados

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado: Regularizar as informações de 10% dos imóveis lançados, por ano.

2014	2015	2016	2017
4695	4943	4943	4943

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Município, PML e Autarquias.

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Nome: Acesso à Informação

Gerente: Marcio Horaguti

Metodologia: Mensuração do tempo de resposta aos pedidos de Acesso à Informação

Fonte: Dados obtidos nos arquivos Públicos Municipais

Unidade de Medida: dias

Índice de Referência: 40 dias

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado: Regularizar as informações de 10% dos imóveis lançados, por ano.

2014	2015	2016	2017
30	20	20	20

Periodicidade: Anual

Público Alvo: servidores municipais e público em geral

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Gestão Pública													
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMGP													
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres		
358	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.011	2014	Global	100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2015		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2016		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
Total do Programa									4.000,00	0,00	4.000,00		
PROGRAMA: 0009 - APOIANDO A GESTÃO PÚBLICA													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres		
339	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário Adquirido	04	122	1.016	2014	Unidade	162	0,00	56.000,00	56.000,00	
							2015		140	23.000,00	43.000,00	66.000,00	
							2016		3.038	23.000,00	30.000,00	53.000,00	
							2017		3.047	23.000,00	73.000,00	96.000,00	
340	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	37	22.000,00	68.000,00	90.000,00	
							2015		24	23.000,00	88.000,00	111.000,00	
							2016		30	23.000,00	76.000,00	99.000,00	
							2017		29	23.000,00	45.000,00	68.000,00	
341	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	9	354.000,00	25.000,00	379.000,00	
							2015		7	35.000,00	27.000,00	62.000,00	
							2016		8	210.000,00	30.000,00	240.000,00	
							2017		8	185.000,00	32.000,00	217.000,00	
342	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	16	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		17	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2016		16	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2017		13	0,00	1.000,00	1.000,00	
343	Município	Adquirir desfibrilador	Desfibrilador adquirido	04	122	1.016	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		1	0,00	9.000,00	9.000,00	
344	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	8	0,00	7.000,00	7.000,00	
							2015		2	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		2	0,00	12.000,00	12.000,00	
345	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	8	6.000,00	3.000,00	9.000,00	
							2015		7	0,00	9.000,00	9.000,00	
							2016		13	0,00	43.000,00	43.000,00	
							2017		6	0,00	18.000,00	18.000,00	
346	Município	Desapropriar/adquirir imóveis	Imóveis desapropriados/adquiridos	04	122	1.016	2014	m²	7.000	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00	
							2015		300	100.000,00	0,00	100.000,00	
							2016		300	100.000,00	0,00	100.000,00	
							2017		300	100.000,00	0,00	100.000,00	
347	Município	Ampliar e reformar bens patrimoniais	Bens ampliados e reformados	04	122	1.016	2014	m²	220	115.000,00	1.000,00	116.000,00	
							2015		280	130.000,00	1.000,00	131.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
348	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		20	20.000,00	0,00	20.000,00	
							2016		20	20.000,00	0,00	20.000,00	
							2017		20	20.000,00	0,00	20.000,00	
349	Município	Peças não incorporáveis a imóveis	Peças Adquiridas	04	122	1.016	2014	m	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		200	20.000,00	0,00	20.000,00	
							2017		100	10.000,00	0,00	10.000,00	
350	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Outros materiais adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		150	65.000,00	0,00	65.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		110	29.000,00	0,00	29.000,00	
858	Município	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	04	122	1.016	2014	Unidade	1	25.000,00	0,00	25.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
351	Município	Manter as atividades da Secretaria	Atividades mantidas	04	122	2.024	2014	Global	100%	0,00	2.045.000,00	2.045.000,00	
							2015		100%	0,00	2.179.000,00	2.179.000,00	
							2016		100%	0,00	2.403.000,00	2.403.000,00	
							2017		100%	0,00	2.609.000,00	2.609.000,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
352	Município	Manter as atividades da Diretoria	Atividades mantidas	04	122	2.025	2014	Global	100%	0,00	967.000,00	967.000,00
							2015		100%	0,00	1.133.000,00	1.133.000,00
							2016		100%	0,00	1.202.000,00	1.202.000,00
							2017		100%	0,00	1.280.000,00	1.280.000,00
353	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	122	2.025	2014	Pessoas	1	0,00	23.000,00	23.000,00
							2015		2	0,00	63.000,00	63.000,00
							2016		2	0,00	63.000,00	63.000,00
							2017		1	0,00	23.000,00	23.000,00
354	Município	Manter as atividades das Diretorias	Atividades mantidas	04	122	2.026	2014	Global	100%	0,00	4.385.000,00	4.385.000,00
							2015		100%	0,00	4.923.000,00	4.923.000,00
							2016		100%	0,00	5.253.000,00	5.253.000,00
							2017		100%	0,00	5.664.000,00	5.664.000,00
355	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	122	2.026	2014	Pessoas	8	0,00	211.000,00	211.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
356	Município	Manter as atividades das Diretorias	Atividades mantidas	04	122	2.027	2014	Global	100%	0,00	3.344.000,00	3.344.000,00
							2015		100%	0,00	3.830.000,00	3.830.000,00
							2016		100%	0,00	4.108.000,00	4.108.000,00
							2017		100%	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
357	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	122	2.027	2014	Pessoas	20	0,00	905.000,00	905.000,00
							2015		4	0,00	140.000,00	140.000,00
							2016		4	0,00	148.000,00	148.000,00
							2017		3	0,00	81.000,00	81.000,00
Total do Programa									7.704.000,00	52.184.000,00	59.888.000,00	
Total da Unidade											59.892.000,00	

Unidade : 020 - Programa de Modernização Administrativa e Tributária - PMAT

PROGRAMA: 0009 - APOIANDO A GESTÃO PÚBLICA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
359	Município	Adquirir equipamentos de tecnologia da informação	Equipamentos adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	260	740.000,00	516.000,00	1.256.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
360	Município	Adquirir sistemas de armazenamento (Storage), de Backup, de monitoramento e segurança e de transmissão (link de dados)	Sistemas adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	5	804.000,00	220.000,00	1.024.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
361	Município	Adquirir softwares e licenças	Software e licenças adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	16	995.000,00	0,00	995.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
362	Município	Instalar pontos de cabeamento estruturado de rede de dados, de telefone e elétrica para computadores	Pontos instalados	04	122	1.017	2014	Pontos	1.200	615.000,00	0,00	615.000,00
							2015		400	135.000,00	0,00	135.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
363	Município	Instalar fibra óptica do backbone	Fibra óptica instalada	04	122	1.017	2014	m	11.000	220.000,00	0,00	220.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
364	Município	Contratar serviços técnicos especializados	Serviços contratados	04	122	1.017	2014	Unidade	7	2.719.000,00	469.000,00	3.188.000,00
							2015		1	132.000,00	0,00	132.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
365	Município	Contratar serviços técnicos especializados para digitalização de documentos	Serviços contratados	04	122	1.017	2014	Documentos	1.500.000	280.000,00	0,00	280.000,00
							2015		3.500.000	560.000,00	0,00	560.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
366	Município	Contratar serviços técnicos especializados por pontos de função para o Geoprocessamento	Serviços contratados	04	122	1.017	2014	Pontos de Função	1.000	500.000,00	0,00	500.000,00
							2015		500	250.000,00	0,00	250.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
367	Município	Realizar capacitação de recursos humanos	Capacitação realizada	04	122	1.017	2014	Global	100%	1.153.000,00	0,00	1.153.000,00
							2015		100%	1.039.000,00	0,00	1.039.000,00
							2016		100%	283.000,00	31.000,00	314.000,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
368	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	04	122	1.017	2014	Unidade	62	19.000,00	0,00	19.000,00
							2015		3.496	1.408.000,00	0,00	1.408.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
369	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		19	10.000,00	0,00	10.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
370	Município	Adquirir equipamentos para audio, vídeo, segurança e proteção	Equipamentos adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	539	184.000,00	0,00	184.000,00
							2015		1	7.000,00	0,00	7.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
371	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	04	122	1.017	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	474.000,00	0,00	474.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
372	Município	Executar infraestrutura física no prédio da Prefeitura	Infraestrutura executada	04	122	1.017	2014	Global	100%	2.612.000,00	0,00	2.612.000,00
							2015		100%	4.303.000,00	421.000,00	4.724.000,00
							2016		0%	0,00	0,00	0,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									19.442.000,00	1.657.000,00	21.099.000,00	
Total da Unidade											21.099.000,00	

Unidade : 030 - Programa PROCIDADES - BID

PROGRAMA: 0006 - GESTÃO DE RECEITAS E CONTROLE FINANCEIRO

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
49	Município	Implantar Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo - Componente IV / BID	Sistema implantado	04	129	1.020	2014	Sistema	100%	0,00	804.000,00	804.000,00
							2015		100%	2.492.000,00	0,00	2.492.000,00
							2016		0%	0,00	0,00	0,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
50	Município	Implantar Sistema de Gerenciamento / BID.	Sistema implantado	04	129	1.020	2014	Sistema	32,65%	0,00	96.000,00	96.000,00
							2015		22,45%	0,00	66.000,00	66.000,00
							2016		22,45%	0,00	66.000,00	66.000,00
							2017		22,45%	0,00	66.000,00	66.000,00
51	Município	Implantar Sistema de Operações Financeiras - ROF / BID.	Sistema implantado	04	129	1.020	2014	Unidade	1	0,00	50.000,00	50.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									2.492.000,00	1.148.000,00	3.640.000,00	

PROGRAMA: 0008 - GESTÃO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
200	Município	Executar Integração de Sistemas e Melhorias no Datacenter / Componente IV / BID	Integração e melhorias executadas	04	126	1.019	2014	Sistema	0,00%	0,00	0,00	0,00
							2015		46,21%	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
							2016		37,90%	1.722.000,00	0,00	1.722.000,00
							2017		15,89%	722.000,00	0,00	722.000,00
Total do Programa									4.544.000,00	0,00	4.544.000,00	

PROGRAMA: 0009 - APOIANDO A GESTÃO PÚBLICA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
373	Município	Implantar Sistema de Gestão e Gerenciamento de Arquivo Público / Componente IV / BID	Sistema implantado	04	122	1.018	2014	Percentual	0%	0,00	0,00	0,00
							2015		40%	943.000,00	0,00	943.000,00
							2016		60%	1.393.000,00	0,00	1.393.000,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									2.336.000,00	0,00	2.336.000,00	

PROGRAMA: 0012 - DESENVOLVE LONDRINA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
187	Município	Construir Ciclovias / Componente II / BID	Ciclovias construídas	15	451	1.021	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		6.450	2.142.000,00	0,00	2.142.000,00
							2017		8.750	1.697.000,00	0,00	1.697.000,00
188	Município	Adequar Sistema Viário / Componente II / BID	Adequação viária realizada	15	451	1.021	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	378.000,00	0,00	378.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1	320.000,00	0,00	320.000,00
189	Município	Duplicar Vias / Componente II / BID	Vias duplicadas	15	451	1.021	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
190	Município	Realizar a recuperação ambiental de fundos de vales / Componente IA / BID	Fundo de vales recuperados	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		169.044	577.000,00	0,00	577.000,00
							2016		338.089	1.153.000,00	0,00	1.153.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PROGRAMA: 0012 - DESENVOLVE LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
191	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C1 e 2 - Início do Ribeirão Cambé/Av. Arthur Thomas / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		53.554	1.407.000,00	0,00	1.407.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
192	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C4 - Córrego Barorê / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		82.128	0,00	350.000,00	350.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
193	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C5 - Lago Igapó IV / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		85.430	1.134.000,00	429.000,00	1.563.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
194	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C6 - Córrego Rubi / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		122.730	4.480.000,00	0,00	4.480.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
195	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C7 - Lago Igapó III / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		101.847	329.000,00	854.000,00	1.183.000,00
196	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C8 - Córrego Colina Verde / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		50.253	306.000,00	0,00	306.000,00
197	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C9 - Aterro Lago II / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		114.681	1.784.000,00	0,00	1.784.000,00
198	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C10 - Córrego Água Fresca / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		186.327	4.235.000,00	0,00	4.235.000,00
199	Município	Recuperar e Revitalizar Fundo de Vale - Parque Linear Ribeirão Cambé - C11 - Lago Igapó II / BID	Fundo de vale revitalizado	18	543	1.024	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		265.513	2.037.000,00	0,00	2.037.000,00
Total do Programa									24.779.000,00	1.633.000,00	26.412.000,00	

PROGRAMA: 0027 - PROGRAMA DE PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
672	Município	Elaborar Plano de Drenagem Urbana / Componente IV/BID	Plano elaborado	15	451	1.022	2014	Plano	1	1.886.000,00	0,00	1.886.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
673	Município	Elaborar Plano de Mobilidade e Transporte/ Componente IV/BID	Plano elaborado	15	451	1.022	2014	Plano	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	2.045.000,00	255.000,00	2.300.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
674	Município	Atender gastos com consultorias e projetos. Gerenciamento/ BID	Gastos atendidos	15	451	1.022	2014	%	35,21%	500.000,00	0,00	500.000,00
							2015		35,21%	500.000,00	0,00	500.000,00
							2016		14,79%	210.000,00	0,00	210.000,00
							2017		14,79%	210.000,00	0,00	210.000,00
675	Município	Atender despesas com capacitações, diárias e passagens. Gerenciamento/ BID	Despesas atendidas	15	451	1.022	2014	%	25%	280.000,00	0,00	280.000,00
							2015		25%	280.000,00	0,00	280.000,00
							2016		25%	280.000,00	0,00	280.000,00
							2017		25%	280.000,00	0,00	280.000,00
676	Município	Implantar Sistema de Tratamento de Dados de Tráfego. Gerenciamento/BID	Sistema implantado	15	451	1.022	2014	Sistema	1	0,00	20.000,00	20.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
677	Município	Adquirir veículos de tração mecânica. Gerenciamento/ BID.	Veiculos adquiridos	15	451	1.022	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		3	0,00	90.000,00	90.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
678	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados. Gerenciamento/ BID	Equipamentos adquiridos	15	451	1.022	2014	Unidade	19	49.000,00	41.000,00	90.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
679	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto. Gerenciamento/ BID	Equipamentos adquiridos	15	451	1.022	2014	Unidade	2	0,00	4.000,00	4.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
680	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação. Gerenciamento/ BID	Aparelhos adquiridos	15	451	1.022	2014	Unidade	5	0,00	36.000,00	36.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
681	Município	Adquirir mobiliário em geral. Gerenciamento/ BID	Mobiliários adquiridos	15	451	1.022	2014	Unidade	30	0,00	9.000,00	9.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									6.520.000,00	455.000,00	6.975.000,00	

PROGRAMA: 0035 - MINHA CASA LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
833	Município	Realocar famílias de áreas de risco / Componente 1 A / BID	Famílias Realocadas	16	482	1.023	2014	Famílias	0	0,00	0,00	0,00
							2015		216	9.661.000,00	0,00	9.661.000,00
							2016		110	4.830.000,00	0,00	4.830.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
834	Município	Elaborar Plano de Trabalho Técnico e Social - PTTS / Componente 1A / BID	Plano Elaborado	16	482	1.023	2014	Plano	1	872.000,00	0,00	872.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									15.363.000,00	0,00	15.363.000,00	
Total da Unidade											59.270.000,00	
Total do Órgão											140.261.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

09 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos

Secretário:

Programa de Governo:

0000 - Operações Especiais

0010 - Servidores em Ação

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Paulo Cesar Ramos	Diretor de Gestão de Saúde Ocupacional
Wagner Fernandes Lemes Trindade	Técnico de Gestão Pública

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
 Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos

Programa:
 0010 - Servidores em Ação

Tipo de Programa:
 Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município.

Diagnóstico:

À Secretaria Municipal de Recursos Humanos-SMRH, compete desenvolver políticas de gestão de pessoas, proporcionando a integração de pessoas ao sistema organizacional, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como, administrar o sistema de informações funcionais e financeiras, munindo a Administração com informações gerenciais precisas para tomada de decisão. Cabe, também, a SMRH a Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho dos servidores municipais. A sociedade londrinense exige da Administração Municipal mais eficiência e qualidade para as políticas e serviços públicos. O que significa alcançar os objetivos de forma satisfatória, com vistas ao bem-estar social, zelando para que não ocorram desperdícios de recursos públicos por falta de controle e de instrumentos que subsidiem a tomada de decisão.

Somando-se a isso, a cada momento, novas demandas são apresentadas ao governo municipal, é o caso da ampliação de sua rede de serviços (unidades de saúde, escolas, serviços sociais, segurança...) e a prestação de contas aos órgãos fiscalizadores, internos e externos, e a entidades da sociedade organizada.

O desafio fica ainda maior quando se analisa que a máquina administrativa não está devidamente organizada e equipada para promover as mudanças sociais que os municípios precisam e merecem.

Então, por onde começar? Como preparar os servidores municipais para um novo modelo de gestão pública para o Município de Londrina? Os desafios são imensos e, para que seja possível superá-los, cada área da Administração Municipal, para além da solução dos seus problemas, deve procurar criar elos de colaboração com todas as outras áreas. E nessa missão, as pessoas são fundamentais. Não só a equipe de governo e seus assessores, diretores e gerentes, mas sim todos os servidores. Todos devem estar conectados em torno dos mesmos objetivos e determinados a alcançá-los.

A realidade, porém, assusta. As políticas de recursos humanos implantadas nos últimos anos não trouxeram os resultados desejados. Os sistemas de seleção, capacitação, avaliação, saúde ocupacional, remuneração e benefícios, não estão devidamente aparelhados e integrados. O resultado desse cenário é:

- Servidores doentes e licenciados para tratamento da saúde, especialmente por acidente de trabalho e doenças ocupacionais;
- Questionamentos administrativos e demandas judiciais relativas aos exames admissionais, decorrentes do processo de nomeação e posse de servidores efetivos com conflitos quanto ao exercício das atribuições do cargo;
- Crescimento das demandas relativas à política de capacitação técnico-profissional, apontando à administração municipal a necessidade de redirecionar recursos orçamentários e financeiros para seu atendimento;
- Alta incidência de desvios de função e atuação fora do órgão de lotação;
- Necessidade de atualização e modernização do sistema de avaliação de desempenho, vinculado ao processo de avaliação de estágio probatório, por meio de revisão da legislação municipal vigente;
- Baixa motivação e envolvimento dos servidores com os propósitos institucionais;
- Dificuldade de selecionar e alocar pessoas com perfil adequado às áreas diversas, principalmente às funções de direção e assessoramento;
- Nível elevado de insatisfação com as políticas de pessoal, tanto por parte dos gestores dos órgãos e unidades municipais como pelos servidores em geral;
- Métodos e instrumentos de trabalho ultrapassados e/ou lesivos à saúde ocupacional;
- Cultura e clima organizacionais não favoráveis ao desenvolvimento e implantação de novos serviços e programas governamentais.

Outro fator, é que ao longo do tempo, não houve investimento na área de recursos humanos, que ficou relegada e, atualmente, existem grandes obstáculos para que as rotinas e políticas de pessoal atinjam o patamar de eficiência e eficácia desejado, como:

- Excesso de trabalhos, devido essencialmente a não integração dos sistemas informatizados;
- Não padronização de diversos procedimentos e políticas voltadas aos servidores, especialmente quando comparados os da Administração Direta com os da Indireta;
- Dificuldade em atrair, motivar e manter os agentes de recursos humanos;
- Ambientes e condições de trabalho inadequado ao atendimento dos usuários e à própria saúde física e mental dos agentes de recursos humanos;
- Não integração com as demais áreas da administração direta e indireta.

Diante desse contexto, verifica-se a necessidade de criação de uma Secretaria, cujo foco passe pelo investimento na valorização dos servidores municipais.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Desenvolver rotinas e políticas que promovam a saúde, capacitação e motivação dos servidores, integradas aos planos e às ações de governo, visando o oferecimento de serviços públicos que atendam aos padrões de eficiência e qualidade desejados.

Objetivos Específicos:

- Criar rotinas, políticas e sistema de informações de pessoal que sirvam de instrumentos aos gestores municipais;
- Dimensionar adequadamente o quadro de pessoal de cada órgão e unidade administrativa;
- Recrutar e manter pessoal qualificado e capacitado aos serviços públicos;
- Promover a saúde física e emocional dos servidores;
- Capacitar, direcionar e envolver os servidores ao alcance dos objetivos organizacionais;
- Promover o aumento da produtividade e resultados, individual e de equipe;
- Tratar as ausências ao trabalho, combatendo suas diversas causas;

- Adequação das despesas com pessoal, relativas ao pagamento de com horas extras e benefícios e vantagens extraordinárias, em função das limitações orçamentárias e financeiras.
- Instituir sistema de avaliação funcional que demonstre o comportamento, desempenho, produtividade e resultados, e que oriente as políticas de gestão e remuneração de pessoal.

Indicadores dos Programas

Nome: Absenteísmo por problema de saúde
 Gerente: Diretoria de Gestão de Saúde Ocupacional
 Metodologia: levantamento do número de dias de ausência ao trabalho justificados por meio de atestado médico, psicológico ou odontológico, comparado ao total de dias úteis totais (nº de dias úteis no mês X número de servidores).
 Fonte: Secretaria de Recursos Humanos
 Unidade de Medida: percentual
 Índice de Referência: 0
 Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
25	50	75	100

Periodicidade: Anual
 Público Alvo: Servidores públicos municipais
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Variação das despesas com remuneração de pessoal decorrentes do acréscimo de servidores.
 Gerente: Diretoria de Gestão de Pessoas
 Metodologia: apuração do percentual de variação das despesas fixas, variáveis e totais de remuneração de pessoal, relativas à recomposição do quadro de servidores.
 Fonte: Secretaria de Recursos Humanos
 Unidade de Medida: percentual
 Índice de Referência: 0
 Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
50	75	100	100

Periodicidade: Anual
 Público Alvo: Servidores públicos municipais
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
 PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
 PODER EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos													
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMRH													
PROGRAMA: 0010 - SERVIDORES EM AÇÃO													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
									Vinculados	Livres	Total		
374	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	04	122	1.025	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		1	0,00	45.000,00	45.000,00	
							2017		1	0,00	54.000,00	54.000,00	
375	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	04	122	1.025	2014	Unidade	23	0,00	66.000,00	67.000,00	
							2015		22	0,00	66.000,00	66.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
376	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	04	122	1.025	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		71	0,00	28.000,00	28.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos												
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMRH												
PROGRAMA: 0010 - SERVIDORES EM AÇÃO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
377	Município	Adquirir aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar	Aparelhos, equipamentos, utensílios adquiridos	04	122	1.025	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	
							2016		6	0,00	30.000,00	30.000,00
							2017		1	0,00	30.000,00	30.000,00
378	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	04	122	1.025	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	
							2016		4	0,00	5.000,00	5.000,00
							2017		0	0,00	0,00	
379	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	04	122	1.025	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	
							2016		2	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		0	0,00	0,00	
380	Município	Manter as atividades de políticas e rotinas de PessoasI	Atividades mantidas	04	122	2.028	2014	Global	100%	0,00	4.502.000,00	4.502.000,00
							2015		100%	0,00	5.103.000,00	5.103.000,00
							2016		100%	0,00	5.470.000,00	5.470.000,00
							2017		100%	0,00	5.933.000,00	5.933.000,00
381	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	04	122	2.028	2014	Pessoas	3	0,00	174.000,00	174.000,00
							2015		0	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	
382	Município	Manter servidores cedidos à outros órgãos	Servidores mantidos	04	122	2.029	2014	Global	100%	0,00	6.591.000,00	6.591.000,00
							2015		100%	0,00	7.184.000,00	7.184.000,00
							2016		100%	0,00	7.758.000,00	7.758.000,00
							2017		100%	0,00	8.379.000,00	8.379.000,00
383	Município	Promover capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de PessoasI	Capacitação Promovida	04	128	2.030	2014	Servidor	8.000	0,00	19.000,00	19.000,00
							2015		8.000	0,00	13.000,00	13.000,00
							2016		8.000	0,00	13.000,00	13.000,00
							2017		8.000	0,00	13.000,00	13.000,00
384	Município	Manter encargos com inativos e pensionistas	Encargos mantidos	09	272	2.031	2014	Global	100%	0,00	25.406.000,00	25.406.000,00
							2015		100%	0,00	27.693.000,00	27.693.000,00
							2016		100%	0,00	29.908.000,00	29.908.000,00
							2017		100%	0,00	32.300.000,00	32.300.000,00
385	Município	Manter ajudas financeiras estabelecidas por lei	Ajudas financeiras mantidas	14	422	2.032	2014	Global	100%	0,00	37.000,00	37.000,00
							2015		100%	0,00	37.000,00	37.000,00
							2016		100%	0,00	37.000,00	37.000,00
							2017		100%	0,00	37.000,00	37.000,00
Total do Programa									0,00	166.933.000,00	166.933.000,00	
Total da Unidade											166.933.000,00	
Total do Órgão											166.933.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Secretário: Guilherme Casanova Junior

Programa de Governo:

0000 - Operações Especiais

0011 - Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Oswaldo De S. Campos Jr	Diretor de Desenvolvimento Rural
Maria Inez Passini Lima	Diretora de Abastecimento
Noel Carneiro De Aquino	Assessor Técnico Administrativo
Renato Mariano Da Silva	Assessor Técnico Administrativo
Patrícia Campana De Castro Favaro	Assessor Técnico Administrativo

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Programa:
0011 - Desenvolvimento Rural e Abastecimento

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA tem como foco principal atender os produtores rurais do município de Londrina nas demandas relacionadas ao meio rural. Atualmente trabalha em duas frentes sendo elas: Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

As ações de Desenvolvimento Rural trabalham na manutenção de estradas vicinais não pavimentadas, no atendimento de pequenos produtores com a patrulha rural mecanizada, geoprocessamento no conhecimento da estrutura fundiária rural do município de Londrina, monitoramento e qualidade da água no meio rural e na fiscalização de atividades agropecuárias.

No que diz respeito às estradas rurais, verifica-se a necessidade de ações que visem à execução de pavimentação e conservação das estradas, utilizando materiais de revestimento nos serviços de manutenção e readequação, como moledo e/ou pedra brita e/ou brita oriunda de reciclagem de resíduos da construção civil, garantindo a trafegabilidade. Portanto, é necessário mapear todos os pontos críticos das estradas e pontes que dificultam o tráfego, principalmente, durante o período escolar e de colheita da safra agrícola.

A patrulha rural mecanizada visa atender pequenos agricultores do Município, com área de até 24,20 hectares, disponibilizando tratores e implementos agrícolas para preparo de solo, desde que os mesmos não possuam os equipamentos que compõem a patrulha rural e que tenham inscrição no cadastro do produtor-CAD-PRO, com subsídio de 50% da hora/máquina do preço médio cobrado por particulares no Município.

É necessário conhecer a estrutura fundiária rural do município de Londrina por meio da coleta, tratamento e análise de informações quanto ao espaço. A promoção de ações planejadas de desenvolvimento rural tem como propostas: o mapeamento da estrutura fundiária rural do município; a realização de cadastro georeferenciado das propriedades rurais; o levantamento do uso e ocupação atual e multitemporal do solo das propriedades rurais; a atualização de dados sobre a produção das safras; o detalhamento e monitoramento do sistema viário rural e o mapeamento dos recursos hídricos, remanescentes florestais e as áreas de preservação permanente.

Quanto ao monitoramento da qualidade da água no meio rural, observa-se que este é um insumo extremamente valioso em qualquer lugar do planeta. Atualmente, as populações sofrem com o esgotamento das reservas de água, que decorre de causas como: a sua poluição por agroquímicos e o consequente aumento da quantidade dos resíduos sólidos (lixo), o desmatamento, o aumento sem controle das atividades agropecuárias.

O abastecimento de água em Londrina provém dos rios Tibagi e Cafezal, os quais necessitam da manutenção das inúmeras minas e córregos existentes, e que contribuem para a manutenção do nível e quantidade de água destes dois rios. Não existem dados com relação à quantidade de minas nas propriedades rurais, e são muito poucos os produtores que seguem a legislação que trata da proteção necessária ao redor destas minas. Tais fatos, para além de impedir a produção de água constante, durante o ano, e contribuindo para o desequilíbrio do ambiente e a sustentabilidade da produção.

No que se refere à fiscalização das atividades agropecuárias, a SMAA é responsável pelo acompanhamento da produção agropecuária, por meio da rastreabilidade dos produtos, pois é cada vez maior a exigência dos mercados consumidores. Entre os processos de monitoramento estão os níveis dos agrotóxicos presentes nos alimentos, bem com a contaminação das águas de irrigação e de consumo das famílias.

Em se tratando dos serviços prestados pelo poder público para a sociedade, os indicativos são de um acompanhamento permanente para que os recursos, cada vez mais escassos, não sejam desperdiçados, combatendo a ineficiência do trabalho, o desprestígio, a falta de credibilidade e a transparência perante a sociedade. O bom desempenho da máquina pública depende da profissionalização de seu quadro permanente, por meio da organização e processos de formação e treinamento.

Em relação ao abastecimento, a SMAA desenvolve duas feiras de produtores; que são as Feiras das Estações, com o intuito de dar apoio a agroindústria familiar, realizar cadastros das propriedades e dos produtores e também, ministrar e cursos de capacitação e treinamento.

A SMAA coordena as Feiras de Produtores que são realizadas aos domingos, no período da manhã, em dois pontos distintos da cidade: na Avenida Saul Elkind, Cinco Conjuntos e no Centro, na Rua Minas Gerais, esquina com a Rua Professor João Candido. Os técnicos da SMAA respondem pela orientação dos produtores, observando para que os produtos ofertados, tanto aqueles in natura, como os processados, tenham garantia de qualidade. Atuam, também, na fiscalização, de modo a evitar irregularidades quanto aos cuidados sanitários, além de identificar e impedir a presença de atravessadores nas feiras. Normalmente, são realizadas visitas técnicas às propriedades (local de produção) para assegurar que a produção é condizente com o que está sendo comercializado, como também, oferecer orientações e visitas no local da feira para

controle de alvarás e outras demandas que possam surgir.

A SMAA realiza a Feira das Estações, com produtos no auge de sua produção, tais como: Feira da Uva, Feira do Morango, Feira de Cítricos, Feira do Peixe Vivo e outras. Esse programa existe para facilitar o escoamento da produção e possibilitar ao consumidor, a aquisição de produtos de boa qualidade a preços acessíveis e sem intermediários.

Quanto à agregação de valor por meio da agroindústria, a o foco é a melhora da qualidade de vida do produtor rural familiar e a consequente permanência dessas pessoas no campo. A iniciativa busca viabilizar unidades produtivas com vistas ao aumento da renda das famílias, geração de postos de trabalho no meio rural e a elevação da arrecadação municipal pelos impostos gerados, contribuindo para dinamização local, a partir da agregação de valor dos produtos agropecuários.

Cabe ainda a SMAA cadastrar e/ou renovar cadastros das propriedades e produtores rurais do município em conjunto com a Receita Estadual e demais órgãos governamentais. Atualmente, verifica-se a necessidade de descentralizar o atendimento da nota do produtor, oferecendo este serviço no Distrito de Lerroville, por ser o mais distante e comportar maior número de produtores na região.

Face às mudanças diárias na forma para lidar no trabalho, observa-se a necessidade contínua de capacitação e treinamento da população rural e urbana, o que representa um dos desafios da atualidade. A velocidade com que as novas técnicas e as inovações tecnológicas tem chegado ao meio rural, faz com que sejam necessários cursos de capacitação e treinamento ao homem no campo.

Com a finalidade de melhorar o desenvolvimento profissional, aprimorando os conhecimentos e habilidades existentes e buscando elevar o desempenho nas atividades que executam, a SMAA se propõe a ministrar cursos, principalmente às famílias rurais, com o objetivo de estimular e/ou aperfeiçoar seus conhecimentos e técnicas visando agregar maior valor a seus produtos.

No que diz respeito aos novos projetos, a SMAA tem como objetivo implantar em médio prazo, a política de incentivo à produção de plantas ornamentais e floricultura, bem como pesca e aquicultura.

Quanto à produção de plantas ornamentais e floricultura, o processo de inserção social e aumento da renda per capita que se consolida em todo o planeta, traz como uma de suas consequências a busca por melhor qualidade de vida por parte dos integrantes da sociedade. Entre outros aspectos, o cidadão que melhora de renda, uma vez atendidos os seus requerimentos básicos (saúde, habitação, educação, alimentação, vestuário, transporte), investe os recursos adicionais em lazer, em melhoria da qualidade dos produtos que adquire e em plantas ornamentais.

Este ramo do agronegócio tem apresentado, nos últimos anos, taxas de crescimento superiores a outros segmentos, como o de alimentação. Atualmente, o faturamento anual do setor florícola brasileiro é de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões, dos quais o Paraná participa com cerca de R\$ 50 milhões.

No Brasil, o consumo per capita de flores atinge o valor anual de R\$ 30,00. Em países desenvolvidos, o consumo varia desde valores mais baixos como R\$ 60,00 (EUA) até R\$ 235,00 (Suíça).

A floricultura é altamente exigente quando se trata de mão de obra, o que requer pessoal qualificado e, conseqüentemente, remunerado de acordo com as exigências do mercado. No Brasil, na cadeia produtiva de flores, são gerados mais de 200.000 empregos. Especificamente na Região Metropolitana de Londrina, estima-se em 60 o número de produtores de flores e plantas ornamentais, o que não atende a demanda regional. Desta forma, do total de flores e plantas ornamentais que chegam ao consumidor final paranaense, 80% delas provêm de produtores paulistas, o que significa transferência de renda, tributos e empregos para o estado vizinho.

A proposta da SMAA é incentivar a produção de flores e plantas ornamentais em Londrina, apoiando a iniciativa privada, articulando a captação de recursos das esferas de governo estadual e federal para aplicação no setor, estimulando a oferta de treinamentos e o surgimento de oportunidades na cadeia produtiva.

A respeito da Pesca e Aquicultura, pode-se afirmar que é uma das atividades que mais tem crescido no mundo nos últimos anos. Desempenha um papel econômico e social de grande importância, por meio da produção de alimento e geração de emprego, renda, e promoção da igualdade social. A elevada produção por unidade de área permite que pequenas propriedades possam se tornar lucrativas e autossustentáveis, com a exploração aquícola.

Por outro lado, a pesca extrativista, em âmbito global, tem apresentado estabilidade com tendência à redução da produção, por ter atingido ou estar próxima de seu limite máximo sustentável, tornando a produção de alimento proveniente da aquicultura cada vez mais significativa. Há previsões de que mais de 40 milhões de toneladas anuais adicionais, de alimento de origem aquática, sejam necessários até a próxima década, para manter o atual consumo per capita. Neste contexto, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) prevê como uma das principais tendências globais para os próximos anos um crescimento ainda mais expressivo da aquicultura, tanto no que se refere à disseminação e consolidação desta atividade, quanto à diversificação das espécies cultivadas.

O consumo de peixes é recomendado por nutricionistas e profissionais da saúde, pelas suas qualidades nutricionais e funcionais. Os peixes têm vantagens em relação a outras carnes, isso porque quase todos têm ômega 3 e são fonte de ferro, vitamina B12, cálcio, sendo alimentos muito saudáveis para a composição nutricional. Dependendo da forma como é preparado, tem valor calórico menor do que as outras carnes.

O consumo de peixes em Londrina é estimado em 9 kg/habitante/ano, muito abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (12 kg/hab/ano) e ainda mais abaixo da média mundial (17 kg/hab/ano). Parcela ponderável da oferta de peixes na cidade é proveniente de outras regiões, em especial de peixes de água salgada.

Londrina reúne características que lhe permite a ambição de sediar um importante polo de aquicultura, voltado inicialmente para peixes de água doce, podendo incursionar por outros ramos como a produção de rãs e outros animais aquáticos destinados ao consumo humano.

A SMAA pretende atuar como pólo irradiador das políticas estaduais e federais do setor, capturando investimentos a serem aplicados no município, beneficiando o pequeno agricultor familiar e os consumidores, além de estimular as cadeias associadas de transformação, agregação de valor, artesanato e comércio de peixes e similares.

No que diz respeito aos canais de comercialização e abastecimento, a lógica de uma cadeia produtiva de sucesso passa pelo trinômio: produção, agregação de valor e comercialização. A produção é o aspecto mais trabalhoso do processo, porém é justamente o mais tradicional e aquele no qual o agricultor domina os fundamentos, dispendo de diversos mecanismos e entidades que o apoiam.

A agregação de valor, assim entendido o processamento, a transformação e o aproveitamento integral é um objetivo permanente de políticas públicas, porém de mais difícil consecução e alcance que a produção primária, exigindo maior esforço e amparo por parte do poder público.

A comercialização é o componente de maior risco e instabilidade de toda a cadeia, o mais complexo e sofisticado, normalmente monopolizado ou cartelizado, e aquele que o produtor rural menos domina ou possui menor poder de interferência. Portanto, é justamente neste último segmento, onde maior é a margem e o valor agregado da produção, que o poder público necessita investir seus esforços e recursos, para garantir que o produtor rural, em especial o pequeno produtor familiar, seja recompensado por sua labuta.

O pequeno produtor londrinense possui baixa diversidade de canais de comercialização, normalmente dominados por intermediários, atacadistas ou varejistas, que formam preços que garantam a sua margem de lucro e que utilizam mecanismos de mercado para proteger-se dos riscos da atividade, à custa de aumentar a exposição do agricultor ao risco, bem como diminuindo a sua margem.

A SMAA se propõe a apoiar o pequeno agricultor familiar, que atua nos segmentos de olericultura, fruticultura, floricultura, apicultura e aquicultura, a atuar nos segmentos da cadeia produtiva à jusante da produção, seja pela agregação de valor ou na facilitação do acesso aos canais de comercialização. Para tanto, se propõe a auxiliar as organizações de pequenos agricultores a acessar os mercados institucionais (PAA, PNAE, restaurantes institucionais), o mercado atacadista e o mercado varejista. O apoio tem como foco a construção de uma grande central que permita agregar valor, servir como centro de distribuição de produtos, atuar como mercado direto ao consumidor, além de oferecer outros serviços à sociedade, nas áreas de cultura, artesanato e lazer, vinculados à atividade agrícola.

Neste sentido, existe uma experiência de sucesso implantada pela Secretaria de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba, que é o Armazém da Família. Ações serão envidadas para emular o referido projeto, prevendo sua implantação em Londrina, desde que obtido o apoio dos Governos Estadual e Federal.

É também, responsabilidade da SMAA, a continuidade das atividades do Restaurante Popular de Londrina que presta atendimento à população fornecendo refeições balanceadas, num total de 1.000 refeições/dia.

No que diz respeito à estrutura administrativa e física, é necessário para que se possa desenvolver as suas atividades, a renovação da frota, que está sucateada em quase sua totalidade, sendo necessária a urgente reposição e aquisição de novas máquinas e equipamentos, assim como reformar o prédio administrativo com a consequente aquisição de mobiliários para a SMAA.

Para que as atividades da SMAA sejam desempenhadas a contento, faz-se necessário contratar servidores para todas as áreas, cuja finalidade envolve atendimento, bem como implantar a estrutura organizacional com designação de funções, de modo que a Secretaria possa gerir suas atribuições quanto ao exercício da regulação, inspeção, fiscalização e controle dos serviços das atividades agropecuárias.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Promover o desenvolvimento da área rural através de ações que visem à melhoria da qualidade de vida da população, buscando garantir a permanência do homem no campo através de emprego, trabalho e renda focados nas potencialidades de Londrina.

Objetivos Específicos:

- Contratar servidores para realizar as atividades da SMAA;
- Executar a manutenção de 400 km de estradas durante a execução do Plano, com maquinário próprio e através de convênios, parcerias e projetos e executar a pavimentação primária com moledo e/ou pedra brita e/ou brita de origem reciclada de 100 km em trechos principais de estradas no município, através de parcerias e convênios durante a execução do Plano;
- Fornecer máquinas e equipamentos para preparo do solo aos agricultores de Londrina;
- Realizar o Geoprocessamento do meio rural;
- Elaborar normas e coordenar ações de fiscalização dos projetos em gerais;
- Articular ações de recuperação e mapear as minas e "olhos" d'águas existentes nas propriedades rurais do município e orientar os produtores sobre a importância da proteção e manutenção da vegetação do entorno destas minas, em parceria com os órgãos públicos e instituições privadas;

- Realizar análises químicas, físicas e biológicas da água nas propriedades rurais, nas minas utilizadas na irrigação e consumo das famílias, principalmente nos produtores das feiras realizadas pela SMAA, em parceria com os órgãos públicos e instituições privadas;
- Levantar o número de produtores familiares da região que utilizam a prática da produção orgânica para verificar a possibilidade realização de feira com produtos orgânicos;
- Oferecer espaços públicos aos produtores familiares para venda de produtos hortifrutigranjeiros;
- Mapear e apoiar as agroindústrias familiares;
- Estimular os produtores rurais familiares na agregação de valor aos seus produtos, através do processamento mínimo, da transformação ou aproveitamento integral;
- Administrar o Restaurante Popular;
- Capacitar e treinar a população com cursos na área alimentar e de atividades agropecuárias para atendimento às necessidades específicas dos grupos conforme demandas apresentadas;
- Apoiar a implantação de um polo de floricultura e plantas ornamentais em Londrina;
- Desenvolver ações para implantação do projeto Armazém da Família;
- Apoiar o agricultor para buscar o acesso a canais de comercialização já existentes ou a ocupar novos canais.

Indicadores dos Programas:

Nome: Manutenção e Conservação de Estradas Rurais

Gerente: Gerente de Serviços Rurais e Produção Agropecuária - Jeferson Costa Hernandes

Metodologia: Quilômetros de estradas rurais mantidas e conservadas por ano

Fonte: Relatórios obtidos através do departamento de Estradas Rurais Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Unidade de Medida: Km

Índice de Referência: 50

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
75	125	150	150

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Produtores e moradores da área rural

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Atendimento pelos programas realizados pela SMAA

Diretora: Diretoria de Abastecimento - Maria Inez Passini Lima.

Metodologia: Dados extraídos dos programas realizados e consolidados na SMAA

Fonte: SMAA

Unidade de Medida: Atendimentos

Índice de Referência: 1200

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
1500	1600	1800	1800

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Produtores e moradores da área rural

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Volume de produção comercializado nos Programas da SMAA

Diretora: Diretoria de Abastecimento - Maria Inez Passini Lima.

Metodologia: Dados extraídos dos relatórios dos programas realizados SMAA

Fonte: SMAA

Unidade de Medida: Toneladas

Índice de Referência: 24/produtor

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
35	55	70	70

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Produtores e moradores da área rural

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento												
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMAA												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
137	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.013	2014	Global	100 %	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		100 %	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		100 %	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		100 %	0,00	1.000,00	1.000,00
Total do Programa									1.000,00	4.000,00	5.000,00	

PROGRAMA: 0011 - DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
116	Município	Reformar prédios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Prédios reformados	20	605	1.026	2014	m²	100	1.000,00	10.000,00	11.000,00
							2015		100	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		100	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100	0,00	1.000,00	1.000,00
117	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação	Aparelhos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
118	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	5.000,00	5.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
119	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	2	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		1	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		5	0,00	5.000,00	5.000,00
120	Município	Adquirir equipamentos de proteção, segurança e socorro	Equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	10	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		5	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		5	0,00	1.000,00	1.000,00
121	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	2	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		2	0,00	1.000,00	1.000,00
122	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	4	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		4	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		4	0,00	1.000,00	1.000,00
123	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	8	0,00	12.000,00	12.000,00
							2015		4	0,00	6.000,00	6.000,00
							2016		8	0,00	12.000,00	12.000,00
							2017		10	0,00	15.000,00	15.000,00
124	Município	Adquirir máquinas, instalações e utensílios de escritórios	Máquinas, instalações e utensílios adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	5	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		5	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		5	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		5	0,00	1.000,00	1.000,00
125	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	4	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		5	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		6	0,00	6.000,00	6.000,00
126	Município	Adquirir máquinas e equipamentos de natureza industrial	Máquinas e equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	30.000,00	30.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
127	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	14	0,00	12.000,00	12.000,00
							2015		3	0,00	21.000,00	21.000,00
							2016		14	0,00	38.000,00	38.000,00
							2017		25	0,00	57.000,00	57.000,00
128	Município	Adquirir mobiliários em geral	Mobiliários adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	32	0,00	7.000,00	7.000,00
							2015		4	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		34	0,00	8.000,00	8.000,00
							2017		36	0,00	9.000,00	9.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
129	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	20	605	1.026	2014	Unidade	5	100.000,00	180.000,00	280.000,00
							2015		1	30.000,00	160.000,00	190.000,00
							2016		2	30.000,00	75.000,00	105.000,00
							2017		2	0,00	110.000,00	110.000,00
130	Rural	Readequar estradas rurais	Estradas rurais readequadas	20	605	1.026	2014	km	80	0,00	200.000,00	200.000,00
							2015		80	0,00	200.000,00	200.000,00
							2016		80	0,00	200.000,00	200.000,00
							2017		80	0,00	200.000,00	200.000,00
131	Distritos	Manter atividades de administração das Subprefeituras	Atividades mantidas	20	122	2.033	2014	Global	100%	0,00	68.000,00	68.000,00
							2015		100%	0,00	75.000,00	75.000,00
							2016		100%	0,00	79.000,00	79.000,00
							2017		100%	0,00	84.000,00	84.000,00
132	Município	Manter as atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Atividades mantidas	20	605	2.034	2014	Global	100%	1.000,00	2.932.000,00	2.933.000,00
							2015		100%	0,00	3.250.000,00	3.250.000,00
							2016		100%	0,00	3.481.000,00	3.481.000,00
							2017		100%	0,00	3.758.000,00	3.758.000,00
133	Município	Contratar servidores p/as atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Servidores contratados	20	605	2.034	2014	Pessoas	2	0,00	46.000,00	46.000,00
							2015		1	0,00	30.000,00	30.000,00
							2016		1	0,00	30.000,00	30.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
134	Município	Manter atividades do Restaurante Popular	Atividades mantidas	20	605	2.034	2014	Refeição	240.000	0,00	960.000,00	960.000,00
							2015		240.000	0,00	1.008.000,00	1.008.000,00
							2016		240.000	0,00	1.056.000,00	1.056.000,00
							2017		240.000	0,00	1.104.000,00	1.104.000,00
135	Município	Manter as atividades de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	Atividades mantidas	20	605	2.035	2014	Global	100%	0,00	3.798.000,00	3.798.000,00
							2015		100%	0,00	4.141.000,00	4.141.000,00
							2016		100%	0,00	4.465.000,00	4.465.000,00
							2017		100%	0,00	4.816.000,00	4.816.000,00
136	Município	Contratar servidores p/as atividades de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	Servidores contratados	20	605	2.035	2014	Pessoas	2	0,00	69.000,00	69.000,00
							2015		1	0,00	35.000,00	35.000,00
							2016		2	0,00	69.000,00	69.000,00
							2017		2	0,00	69.000,00	69.000,00
Total do Programa									162.000,00	37.049.000,00	37.211.000,00	
Total da Unidade											37.216.000,00	

Unidade : 020 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR												
PROGRAMA: 0011 - DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
138	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	20	606	1.027	2014	Unidade	24	0,00	25.000,00	25.000,00
							2015		26	0,00	27.000,00	27.000,00
							2016		26	0,00	28.000,00	28.000,00
							2017		26	0,00	29.000,00	29.000,00
139	Município	Manter atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	Atividades mantidas	20	606	2.036	2014	Global	100%	0,00	85.000,00	85.000,00
							2015		100%	0,00	95.000,00	95.000,00
							2016		100%	0,00	106.000,00	106.000,00
							2017		100%	0,00	120.000,00	120.000,00
Total do Programa									0,00	515.000,00	515.000,00	
Total da Unidade											515.000,00	
Total do Órgão											37.731.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Secretário: Sandro Paulo Marques de Nóbrega

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0012 - Desenvolve Londrina

0013 - Ilumina Londrina

continua...

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Eduardo Vinícius Antunes	Assessor Técnico e Financeiro
Roberto Simão Ávila	Assessor de Gestão Financeira
Claudemir César Maistro	Assessor Técnico Administrativo
Maick Fabian Ponchieli Ribeiro	Diretor de Serviços Urbanos e Pavimentação
Fernando Lovel Bergamasco	Diretor de Projetos
José Eduardo Soncin	Diretor de Edificações Públicas
Alexandre Andrade Addario	Engenheiro Civil

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Programa:
0012-Desenvolve Londrina

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação tem como missão a execução dos serviços técnicos de fiscalização de obras públicas e particulares, atuando direta e indiretamente, na conservação, manutenção e melhorias na iluminação pública e infraestrutura da cidade visando a excelência no atendimento aos municípios.

Para desenvolver suas atividades a Secretaria atua nos seguintes eixos:

Malha Viária e Rede de Águas Pluviais:

O Município de Londrina conta, atualmente com uma malha viária, que compreende aproximadamente: 2.045,78 km de vias pavimentadas com asfalto, 798,14 km de vias moledadas, 24,24 km de vias pavimentadas com paralelepípedo, 94,52 km de vias sem pavimentação e 541,33 km de vias de estradas de terra. Desse total cerca de 350,00 km (aproximadamente 3.000.000 m²) estão com o leito trafegável seriamente comprometido, apresentando indícios de abalamento da subestrutura, ao passo que 110,00 km (aproximadamente 1.000.000 m²) mostram sinais de comprometimento inicial da capa asfáltica.

O Município conta também com aproximadamente 550,00 km de rede de drenagem e 50.000 unidades de captação de águas pluviais. No entanto, grande parte do sistema encontra-se assoreado, com entupimento das unidades de captação e da tubulação, comprometendo ainda mais a estrutura da malha viária do Município.

Próprios Municipais:

Em razão do atendimento às políticas de acessibilidade e mobilidade urbana, inclusive para atendimento das imposições legais, os prédios públicos municipais necessitam de diversas reformas e adaptações com vistas a ampliar o acesso aos portadores de necessidades especiais.

Meio Ambiente:

No Município de Londrina, constatam-se muitos espaços em fundo de vale, praças e áreas verdes que, por falta de políticas municipais específicas e projetos adequados, estão sofrendo agressão causada pela formação de bolsões de despejo de entulho e lixo em geral, e ainda, pela depredação de instalações de lazer existentes em praças e parques/áreas verdes.

Iluminação Pública:

As ações e projetos de Iluminação Pública são tratados em programa de Governo específico constante deste Plano.

Recursos Humanos e Físicos:

A Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação conta atualmente com um quadro de recursos humanos altamente capacitado, porém insuficiente para atender a demanda de serviços exigidos (administrativos, técnicos e operacionais). A estrutura física da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação também se encontra desatualizada, sendo necessários investimentos de razoável valor para a atualização de seu parque tecnológico e de equipamentos (máquinas, veículos, equipamentos técnicos, etc).

No intuito de solucionar parte dos problemas evidenciados acima, o Município busca recursos junto a órgãos financiadores,

como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para promover o desenvolvimento urbano sustentável mediante recuperação ambiental das áreas degradadas dos fundos de vale, melhoria da mobilidade urbana com foco nos meios de transporte não motorizados e no tratamento de pontos críticos do sistema viário.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Realizar ações de execução, manutenção e conservação da malha viária, da rede de drenagem e captação de águas pluviais.

Objetivos Específicos:

- Recuperar 2.700.000 m² (300 km) de vias pavimentadas comprometidas, e efetuar a pavimentação em 30.000 m² (3 km) em vias não pavimentadas.
- Aperfeiçoar as ferramentas e adequar os próprios municipais e equipamentos públicos, que garantam acessibilidade às pessoas com deficiência.
- Preservar os fundos de vale e revitalizar praças municipais.
- Implementar a melhoria da mobilidade urbana e a recuperação ambiental das áreas degradadas dos fundos de vale, conforme previsto no Plano de Investimentos do BID.

Indicadores dos Programas:

Nome: Recuperação de Pavimentação Asfáltica e do Sistema Viário

Gerente: Maick Fabian Ponchiale Ribeiro - Diretor de Pavimentação e Viação

Metodologia: Quantidade de m² de pavimentação asfáltica recuperada por ano.

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Unidade de Medida: m²

Índice de Referência: 650.000,00 m² (81,00 km)

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
650.000	650.000	700.000,00	700.000,00

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População do Município de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando Pelo Desenvolvimento

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina

Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Programa:

0013-Ilumina Londrina

Tipo de Programa:

Programa Finalístico

Diagnóstico:

O sistema de iluminação pública do Município de Londrina conta atualmente com um parque instalado composto de aproximadamente 2.000,00 km de rede de iluminação pública, e de 59.652 pontos de iluminação pública, sendo 55.756 pontos de Iluminação Pública Viária, e 3.896 pontos de Iluminação Pública Ornamental, e um quadro de distribuição de lâmpadas conforme tabela a seguir:

TIPO DE LÂMPADA			
VAPOR DE MERCÚRIO		VAPOR DE SÓDIO	
POTÊNCIA (W)	QUANTIDADE (UN)	POTÊNCIA (W)	QUANTIDADE (UN)
80	14.345	70	5.626

continua...

TIPO DE LÂMPADA			
VAPOR DE MERCÚRIO		VAPOR DE SÓDIO	
POTÊNCIA (W)	QUANTIDADE (UN)	POTÊNCIA (W)	QUANTIDADE (UN)
125	21.608	150	1.085
250	599	250	9.189
400	77	400	3.227
SUBTOTAL	36.629	SUBTOTAL	19.127
TOTAL			55.756

O sistema de iluminação pública do Município precisa ser melhorado, pois a arborização e a baixa eficiência das lâmpadas de mercúrio trazem situação de desconforto à população.

A substituição por lâmpadas de sódio, que gastam menos energia e produzem quase que o dobro de lúmen, trará uma significativa satisfação no sistema de iluminação pública, contribuindo para garantir maior segurança à população e melhora no aspecto visual das instalações.

Existe ainda o encargo do Município em reassumir as obrigações pela manutenção do sistema de iluminação pública, atendendo normativa da ANEEL Nº 414, de 9 de Setembro de 2010, que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, de forma atualizada e consolidada, em seus artigos 21; 22; 68 e 218, em especial, no que se refere à iluminação pública

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Realizar ações de execução, manutenção e conservação da Rede de Iluminação Pública do Município de Londrina, e proceder à melhoria e eficiência da iluminação, com a troca de lâmpadas mais potentes e econômicas.

Objetivos Específicos:

- Realizar a manutenção na Rede de Iluminação Pública em 160 km;
 - Expandir a Rede de Iluminação Pública em 80 km;
 - Efetuar a substituição de até 30.000 pontos de Iluminação Pública Viária das lâmpadas de vapor de mercúrio 80 w e 125 w, com o intuito de melhorar a eficiência luminosa da energia elétrica consumida pela lâmpada em relação a quantidade de fluxo luminoso dissipado pela mesma, trazendo para o município maior segurança nas vias públicas, e melhora no aspecto visual das instalações.

Indicadores dos Programas:

Nome: Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

Gerente: Luiz Henrique Geraldo - Gerência de Iluminação

Metodologia: Quantidade de km do sistema de Iluminação Pública que recebe manutenção da SMOP por ano

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Unidade de Medida: Km

Índice de Referência: 20

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
40	40	40	40

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População do Município de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando Pelo Desenvolvimento

Nome: Eficientização do Sistema de Iluminação Pública

Gerente: Luiz Henrique Geraldo - Gerência de Iluminação

Metodologia: Quantidade de lâmpadas substituídas por ano pela SMOP.

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Unidade de Medida: unidade

Índice de Referência: 0

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
7.500	7.500	7.500	7.500

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População do Município de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando Pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação													
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMOP													
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
									Vinculados	Livres	Total		
186	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.014	2014	Global	100%	11.000,00	0,00	11.000,00	
							2015		100%	12.000,00	0,00	12.000,00	
							2016		100%	12.000,00	0,00	12.000,00	
							2017		100%	15.000,00	0,00	15.000,00	
Total do Programa									50.000,00	0,00	50.000,00		

PROGRAMA: 0012 - DESENVOLVE LONDRINA													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
									Vinculados	Livres	Total		
140	Município	Revitalizar áreas públicas da região central	Áreas públicas revitalizadas	15	451	1.028	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		40.000	900.000,00	96.000,00	996.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
141	Município	Revitalizar áreas de fundo de vale	Áreas revitalizadas	15	451	1.028	2014	m²	25.000	120.000,00	0,00	120.000,00	
							2015		25.000	120.000,00	0,00	120.000,00	
							2016		25.000	100.000,00	20.000,00	120.000,00	
							2017		25.000	80.000,00	40.000,00	120.000,00	
142	Município	Adquirir terreno para instalação da usina de asfalto e laboratório de análise de solos	Terreno adquirido	15	451	1.028	2014	m²	48.000	0,00	50.000,00	50.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
143	Município	Construir prédio para funcionamento da usina de asfalto e do laboratório de análise de solos	Prédio construído	15	451	1.028	2014	m²	800	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
144	Município	Conservar próprios municipais	Próprios municipais conservados	15	451	1.028	2014	m²	100	0,00	50.000,00	50.000,00	
							2015		100	0,00	50.000,00	50.000,00	
							2016		100	0,00	50.000,00	50.000,00	
							2017		100	0,00	50.000,00	50.000,00	
145	Município	Limpar os bueiros e dispositivos de drenagem e realizar manutenção da galeria pluvial	Bueiros e dispositivos de drenagem limpos e manutenção da galeria pluvial realizada	15	451	1.028	2014	Unidade	10.000	500.000,00	300.000,00	800.000,00	
							2015		10.000	500.000,00	700.000,00	1.200.000,00	
							2016		10.000	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00	
							2017		10.000	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	
146	Município	Construir travessia do Córrego dos Tucanos, ligando a Rua dos Funcionários com a Rua Finlândia	Travessia construída	15	451	1.028	2014	m²	1.500	500.000,00	0,00	500.000,00	
							2015		1.500	150.000,00	350.000,00	500.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
147	Município	Pavimentar vias de acesso das Rodovias PR-445 e BR-369 com a Av. Saul Elkind, sendo R. Antonio Carvalho Lage Filho acesso a PR-445 e Av. Angelina Ricci Vezozzo acesso a BR-369	Vias pavimentadas	15	451	1.028	2014	m	4.754	6.212.000,00	0,00	6.212.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
148	Município	Pavimentar vias marginais da BR-369	Vias pavimentadas	15	451	1.028	2014	m	5.300	23.210.000,00	0,00	23.210.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
149	Município	Pavimentar vias que compõem o conjunto Arco-Leste, interligando as Rodovias PR-445 e BR-369	Vias pavimentadas	15	451	1.028	2014	m	17.600	18.921.000,00	0,00	18.921.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
150	Município	Pavimentar vias da Vila Industrial Mirante do Eldorado	Vias pavimentadas	15	451	1.028	2014	m	1.967	6.025.000,00	0,00	6.025.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
151	Município	Pavimentar Rua Constantino Pialarissi, via de interligação da Gleba Palhano e Região Central	Rua pavimentada	15	451	1.028	2014	m	2.400	6.819.000,00	0,00	6.819.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
152	Município	Pavimentar Rua Aminthas de Barros	Rua pavimentada	15	451	1.028	2014	m	1.500	5.087.000,00	0,00	5.087.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
153	Município	Executar pavimentação em chácaras dentro do perímetro urbano do Município	Pavimentação executada	15	451	1.028	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		7.500	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
154	Município	Executar pavimentação na via de ligação dos Conjuntos Emani Moura Lima I e II	Pavimentação executada	15	451	1.028	2014	m²	5.700	380.000,00	20.000,00	400.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
155	Município	Duplicar a Av. Juvenal Pietraróia	Avenida duplicada	15	451	1.028	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		7.000	420.000,00	80.000,00	500.000,00
156	Município	Executar adequação de geometria em pontos críticos em diversos locais do Município	Adequação executada	15	451	1.028	2014	m²	2.000	80.000,00	40.000,00	120.000,00
							2015		2.000	80.000,00	40.000,00	120.000,00
							2016		2.000	80.000,00	40.000,00	120.000,00
							2017		2.000	80.000,00	40.000,00	120.000,00
157	Município	Executar recapeamento asfáltico (manutenção corretiva) nos pontos críticos em diversos locais do Município	Recapeamento executado	15	451	1.028	2014	m²	562.500	11.900.000,00	100.000,00	12.000.000,00
							2015		700.000	13.900.000,00	100.000,00	14.000.000,00
							2016		700.000	13.872.000,00	128.000,00	14.000.000,00
							2017		700.000	13.860.000,00	140.000,00	14.000.000,00
158	Município	Executar pavimentação asfáltica em ruas ou trechos de ruas que ainda não possuem este benefício, dentro do perímetro urbano	Pavimentação executada	15	451	1.028	2014	m²	75.000	2.990.000,00	10.000,00	3.000.000,00
							2015		65.000	3.960.000,00	40.000,00	4.000.000,00
							2016		60.000	4.950.000,00	50.000,00	5.000.000,00
							2017		60.000	4.950.000,00	50.000,00	5.000.000,00
159	Município	Executar serviços emergenciais de correção asfáltica (tapa-buraco) em ruas do Município	Serviços executados	15	451	1.028	2014	m²	10.000	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
							2015		30.000	2.000.000,00	500.000,00	2.500.000,00
							2016		20.000	1.500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
							2017		15.000	1.200.000,00	500.000,00	1.700.000,00
160	Município	Efetuar o fechamento de valetas em ruas do Município	Fechamento de valetas efetuados	15	451	1.028	2014	m²	10.000	70.000,00	5.000,00	75.000,00
							2015		10.000	70.000,00	5.000,00	75.000,00
							2016		10.000	70.000,00	5.000,00	75.000,00
							2017		10.000	70.000,00	5.000,00	75.000,00
161	Distritos	Executar pavimentação asfáltica em vias dos Distritos do Município	Pavimentação executada	15	451	1.028	2014	m²	30.000	1.265.000,00	35.000,00	1.300.000,00
							2015		50.000	2.150.000,00	50.000,00	2.200.000,00
							2016		50.000	2.150.000,00	50.000,00	2.200.000,00
							2017		30.000	1.265.000,00	56.000,00	1.321.000,00
162	Município	Elaborar Projetos	Projetos elaborados	15	451	1.028	2014	Projeto	25	0,00	250.000,00	250.000,00
							2015		25	0,00	250.000,00	250.000,00
							2016		25	0,00	250.000,00	250.000,00
							2017		25	0,00	250.000,00	250.000,00
163	Município	Revitalizar o calçadão, trecho V - Av. Paraná x Praça Willie Davids	Calçadão revitalizado	15	451	1.028	2014	m²	6.300	700.000,00	300.000,00	1.000.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
164	Município	Construir sede administrativa da Prefeitura do Município de Londrina	Sede construída	15	451	1.028	2014	Prédio	0%	0,00	0,00	0,00
							2015		0%	0,00	0,00	0,00
							2016		60%	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00
							2017		40%	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
165	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação	Aparelhos adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	3	0,00	25.000,00	25.000,00
							2015		1	0,00	15.000,00	15.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
166	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	01	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		71	0,00	117.000,00	117.000,00
							2016		40	0,00	7.000,00	7.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
167	Município	Adquirir conjunto industrial para fabricação de tubos de concreto	Conjunto adquirido	15	451	1.028	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		01	560.000,00	0,00	560.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
168	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	30	80.000,00	25.000,00	105.000,00
							2015		60	150.000,00	50.000,00	200.000,00
							2016		50	0,00	165.000,00	165.000,00
							2017		10	0,00	35.000,00	35.000,00
169	Município	Adquirir calculadoras	Calculadoras adquiridas	15	451	1.028	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		20	0,00	4.000,00	4.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
170	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	2	0,00	8.000,00	8.000,00
							2015		5	0,00	54.000,00	54.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
171	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	10	3.558.000,00	110.000,00	3.668.000,00
							2015		14	4.970.000,00	110.000,00	5.080.000,00
							2016		1	160.000,00	0,00	160.000,00
							2017		4	710.000,00	26.000,00	736.000,00
172	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliários adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	204	46.000,00	46.000,00	46.000,00
							2015		160	0,00	33.000,00	33.000,00
							2016		150	0,00	28.000,00	28.000,00
							2017		100	0,00	13.000,00	13.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
173	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	15	451	1.028	2014	Unidade	51	6.442.000,00	243.000,00	6.685.000,00
							2015		44	3.035.000,00	100.000,00	3.135.000,00
							2016		28	1.640.000,00	319.000,00	1.959.000,00
							2017		15	2.165.000,00	495.000,00	2.660.000,00
849	Município	Executar Sistema de Transporte Urbano - BRT	Sistema executado	15	451	1.028	2014	Global	100%	14.291.000,00	0,00	14.291.000,00
							2015		100%	44.146.000,00	0,00	44.146.000,00
							2016		100%	66.299.000,00	0,00	66.299.000,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
850	Região Norte	Implantar Centro de Treinamento para Ciclismo	Centro de Treinamento para Ciclismo Implantado	15	451	1.028	2014	m²	650	1.077.000,00	0,00	1.077.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
852	Município	Construir e reformar centros e praças de eventos esportivos e culturais	Centros e praças construídos e reformados	15	451	1.028	2014	Global	100%	2.339.000,00	0,00	2.339.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
853	Município	Construir e equipar PEC/CEUS	PEC/CEUS construídas e equipadas	15	451	1.028	2014	Global	100%	701.000,00	0,00	701.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
864	Município	Construir Passarela metálica ligando a Avenida Lucílio de Held à Rua Tangânica	Passarela construída	15	451	1.028	2014	Global	0	0,00	0,00	0,00
							2015		100%	450.000,00	0,00	450.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
866	Município	Construir travessia de pedestres sobre a Avenida 10 de Dezembro, ligando o Jardim Europa ao Jardim Califórnia	Travessia de pedestres construída	15	451	1.028	2014	Global	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		100%	0,00	200.000,00	200.000,00
174	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação	Atividades mantidas	15	451	2.037	2014	Global	100%	0,00	1.342.000,00	1.342.000,00
							2015		100%	0,00	2.162.000,00	2.162.000,00
							2016		100%	0,00	2.267.000,00	2.267.000,00
							2017		100%	0,00	2.478.000,00	2.478.000,00
175	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	15	451	2.038	2014	Pessoas	10	290.000,00	290.000,00	290.000,00
							2015		40	0,00	1.160.000,00	1.160.000,00
							2016		40	0,00	1.160.000,00	1.160.000,00
							2017		25	0,00	725.000,00	725.000,00
176	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação através das Diretorias	Atividades mantidas	15	451	2.038	2014	Global	100%	1.351.000,00	23.010.000,00	24.361.000,00
							2015		100%	1.418.000,00	23.307.000,00	24.725.000,00
							2016		100%	1.485.000,00	25.126.000,00	26.611.000,00
							2017		100%	1.555.000,00	27.417.000,00	28.972.000,00
Total do Programa									366.138.000,00	120.727.000,00	486.865.000,00	

PROGRAMA: 0013 - ILUMINA LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
177	Município	Expandir a rede de iluminação pública	Rede expandida	15	452	1.029	2014	km	18	2.799.000,00	0,00	2.799.000,00
							2015		20	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
							2016		20	5.600.000,00	0,00	5.600.000,00
							2017		20	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
178	Município	Implantar Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo - Componente IV / Programa PROCIDADES / BID	SIG Corporativo implantado	15	452	1.029	2014	Sistema	100%	2.201.000,00	0,00	2.201.000,00
							2015		0%	0,00	0,00	0,00
							2016		0%	0,00	0,00	0,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
179	Município	Implantar rede de iluminação pública de baixa tensão	Rede implantada	15	452	1.029	2014	Global	0%	0,00	0,00	0,00
							2015		100%	318.000,00	0,00	318.000,00
							2016		100%	350.000,00	0,00	350.000,00
							2017		100%	385.000,00	0,00	385.000,00
180	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	15	452	1.029	2014	Unidade	2	7.000,00	0,00	7.000,00
							2015		2	7.000,00	0,00	7.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
181	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	15	452	1.029	2014	Unidade	1	235.000,00	0,00	235.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
182	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliários adquiridos	15	452	1.029	2014	Unidade	20	10.000,00	0,00	10.000,00
							2015		20	10.000,00	0,00	10.000,00
							2016		20	10.000,00	0,00	10.000,00
							2017		20	10.000,00	0,00	10.000,00
183	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	15	452	1.029	2014	Unidade	6	481.000,00	0,00	481.000,00
							2015		4	150.000,00	0,00	150.000,00
							2016		1	200.000,00	0,00	200.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
184	Município	Executar a manutenção do sistema de iluminação pública	Manutenção do sistema de iluminação pública executada	15	452	2.039	2014	Global	100%	10.800.000,00	0,00	10.800.000,00
							2015		100%	11.051.000,00	0,00	11.051.000,00
							2016		100%	11.190.000,00	0,00	11.190.000,00
							2017		100%	11.276.000,00	0,00	11.276.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
185	Município	Efetuar a substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio, por lâmpadas de vapor de sódio	Substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio, por lâmpadas de vapor de sódio efetuada	15	452	2.039	2014	Unidade	7.500	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00
							2015		7.500	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
							2016		7.500	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
							2017		7.500	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
Total do Programa									81.790.000,00	0,00	81.790.000,00	
Total da Unidade											568.705.000,00	
Total do Órgão											568.705.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017**22 - Secretaria Municipal de Educação**

Secretário: Janet Elizabeth Thomas

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0014 - Educação de Excelência: Direito de Todos

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Adriana Silva Sola Oliva	Professora do Ensino Fundamental
Marcia Brizola	Técnica de Gestão Pública
Marcia Figueiredo Barioto	Professora do Ensino Fundamental/Diretora de Finanças
Juliana de Souza Brito	Professora do Ensino Fundamental
Cristina Yoshida	Professora do Ensino Fundamental /Diretora Administrativa
Mariangela Souza Prata Bianchini	Profa. do Ensino Fundamental /Diretora Pedagógica
Carla Maria Longa Guedes de Paiva	Profa. do Ensino Fundamental Diretora de Estrutura Física
Daniela Zanoni de Oliveira Lima	Profa. do Ensino Fundamental Ger. de Planej. Educacional
Jacqueline Piccolo Lanfranchi	Profa. do Ensino Fundamental/Ger. Documentação Escolar
Karen Lucia Franchelo	Professora do Ensino Fundamental

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORESUnidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:22 - Secretaria Municipal de EducaçãoPrograma:
0014 - Educação de Excelência: Direito de TodosTipo de Programa:
Programa Finalístico**Diagnóstico:**

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de Londrina atende aproximadamente 39.867 alunos distribuídos da seguinte forma: Séries Iniciais do Ensino Fundamental Regular 27.803 alunos; Séries Finais do Ensino Fundamental Regular, 211 alunos; Educação de Jovens e Adultos-EJA,836 alunos. Na Educação Infantil,nos Centros Municipais de Educação Infantil, 2.078 crianças; nos Centros de Educação Infantil filantrópicos, 5.741 crianças; e nas turmas de Educação Infantil nível, 6-EI6, existentes nas escolas municipais, 3.186 crianças.

Existe ainda a expectativa de que 464 novos alunos iniciarão as atividades entre julho e agosto de 2013, totalizando 40.331 alunos. As taxas de reprovação, evasão e distorção idade-série no Ensino Fundamental no ano de 2012, foram significativas, conforme quadro demonstrado abaixo:

	Total		%	
	Zona urbana	Zona rural	Zona urbana	Zona rural
Matrículas	22.117	1611	—	—
Aprovados	21.310	1559	95,44%	96,29%
Reprovados	970	52	4,34%	3,21%
Desistência	54	8	0,24%	0,49%
Distorção/Idade/Série	1914	146	8,50%	9%

Na maioria das vezes, são as escolas, de periferia, que apresentam os maiores índices de reprovação, desistência e distorção/idade/série. Portanto há necessidade de institucionalização de políticas públicas, para enfrentar os inúmeros desafios que se apresentam, como: falta de participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos; alto índice de rotatividade do quadro funcional, o que dificulta a formação de uma equipe de professores permanentes, focada em resolver os problemas daquele contexto escolar; áreas com altos índices de violência e tráfico de drogas, colocando as crianças em situação de vulnerabilidade social; hábito de leitura, pouco desenvolvido, no contexto familiar dos alunos e acentuados casos de alunos com dificuldades de aprendizagem, decorrentes de diversos fatores biopsicossociais.

Em relação à evasão escolar, podemos citar a existência de acompanhamento dos casos de alunos com baixa frequência por meio dos Programas do Governo Federal e Municipal do Programa Bolsa Família, que acontece em parceria com o Conselho Tutelar e Assistência Social.

Há necessidade de promover a discussão e a efetiva participação dos pais na vida escolar de seus filhos, pois a parceria escola-família é fundamental para a melhoria da escola no cumprimento de suas funções educativas, servindo também, como estímulo à permanência e combate à evasão. Cabe ressaltar, que uma das possibilidades para redução do índice de evasão escolar é o investimento na Pedagogia Empreendedora, cuja metodologia, desperta no aluno o sonho e a busca pela realização do mesmo. Pretende-se que o aluno perceba a relação entre o conteúdo aprendido na escola e a realidade em que vive, contribuindo, assim para o aumento da motivação e melhora da autoestima, ajudando-o no aprendizado e incentivando-o a buscar cada vez mais conhecimento.

Referente à distorção idade-série há necessidade de planejamento de ações específicas voltadas para a correção de fluxo, quais sejam: atendimento em sistema de contra turno, progressão automática assistida, atendimento às necessidades especiais. A medida visa garantir ao aluno o acesso aos conhecimentos básicos, por meio de adaptação curricular e a apropriação dos conteúdos em defasagem evitando uma conseqüente desmotivação.

Cabe ressaltar aqui que o índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA Municipal, na Avaliação Nacional de 2011, foi de 5,4 para os alunos dos anos iniciais e de 3,6 para os alunos dos anos finais sendo que, a meta projetada para esses anos era de 5,4 e 4,2 respectivamente. Para 2017, espera-se um resultado de 6,2 para os anos iniciais e de 5,2 para os anos finais. Hoje, aproximadamente, 42% das escolas estão com notas abaixo de 5,4. É um índice considerado baixo pela Secretaria Municipal de Educação, e que interfere de forma não-positiva no resultado geral do Município. A expectativa é que as escolas da rede municipal de ensino alcancem em 2017, a nota 6,2, que é a meta esperada, o que requer um aumento de 15% na nota atual do município.

Verifica-se abaixo, quadro demonstrativo com a evolução das notas observadas pelo Município:

Ensino Fundamental - Séries Iniciais		
Ano	Meta Projetada	IDEA observado
2007	4,7	4,9
2009	5	5,7
2011	5,4	5,4
2013	5,7	.
2015	5,9	.
2017	6,2	.

A escola precisa acompanhar as tecnologias que diariamente surgem e se integram de forma imediata ao cotidiano das pessoas, tornando-se um local atrativo, agradável, moderno, buscando a permanência e o sucesso da criança.

Para isso, facilitar o acesso à informática, assegurando o investimento em computadores, seja nos laboratórios de informática, seja na prática pedagógica, em sala de aula, por meio de notebook ou tablet educacional, é essencial. A escola precisa lançar mão de vários recursos e possibilidades que facilitem a aprendizagem. Neste sentido, pode-se contar, também, com as bibliotecas escolares e com os projetos pedagógicos desenvolvidos pelas próprias unidades escolares ou ainda, pelo fortalecimento de parcerias que propiciem benefício pedagógico, cultural e esportivo.

Outra questão bastante importante, relacionada diretamente à melhoria da qualidade de ensino, é a necessidade de investimento na capacitação de todos os profissionais da rede municipal de ensino, especialmente para os professores, supervisores/auxiliares de supervisão (coordenadores pedagógicos) e diretores das unidades escolares. É necessário ressaltar que a SME não dispõe de espaço específico para a realização de cursos de formação, de reuniões e outros eventos similares. Essa condição, dificulta e muitas vezes inviabiliza capacitação e o aperfeiçoamento profissional.

A Biblioteca do professor é um importante espaço de estudo, pesquisa e aprimoramento profissional para os educadores. Deve ser um local agradável, com acervo diversificado para atender os professores em suas necessidades e interesses. Contribui também com a capacitação profissional e formação continuada dos diversos profissionais da educação.

A educação do Município precisa também, garantir quadro completo e em número suficiente de profissionais que atendam todas as necessidades da escola: são coordenadores pedagógicos, técnicos de secretaria, profissionais responsáveis pela biblioteca e pelo apoio educacional especializado, profissionais que atuam como auxiliares nas turmas de 1º, 2º e 3º anos, professor para laboratório de informática, para o contra turno, para as disciplinas de educação física, língua inglesa e arte, garantindo assim, a efetivação da proposta pedagógica com qualidade.

Para alcançar uma educação de excelência o aluno necessita aprender outra língua, além da materna. Portanto, a inclusão da língua inglesa como parte do currículo se torna uma meta a ser perseguida.

É imprescindível, para o bom funcionamento das unidades escolares, além dos professores, demais profissionais e todos os recursos pedagógicos específicos, a presença de um Diretor que atenda as exigências da SME. Que, para além do compromisso, de trabalhar pela promoção do bem-estar de alunos, professores e da comunidade em geral, possua a formação exigida para o cargo e ainda, corresponda ao perfil de liderança, conforme critérios estabelecidos pela SME.

Faz-se necessário, além de reformas, ampliações e novas construções, equipar e suprir as unidades escolares com todos os recursos, tais como: materiais pedagógicos, de consumo, expediente, higiene e limpeza, hidráulico, elétrico, de construção, descartáveis, eletroeletrônicos, esportivos, utensílios, mobiliários, softwares, plotter e equipamentos de qualidade.

É essencial disponibilizar para as unidades escolares recursos utilizáveis como mapas, jogos, brinquedos, instrumentos musicais, computadores, parques infantis, quadra coberta com material esportivo, além de recursos tecnológicos como laboratórios de informática com acesso a internet, sala de vídeo, tablets entre outros recursos, para que se possa melhorar a qualidade de ensino.

Além dos materiais diversos, mobiliários e equipamentos é necessário estabelecer prioridades buscando os meios para garantir a infraestrutura básica das escolas da rede municipal a partir de um entendimento das questões essenciais vinculadas ao espaço escolar e da sua manutenção adequada.

Neste sentido é importante solicitar, acompanhar, controlar e resolver situações referentes à prestação de todos os serviços terceirizados ou municipais, os quais são indispensáveis para atendimento às necessidades das unidades escolares e sedes administrativas já existentes, como também para suprir as novas escolas, obras de ampliações estruturais, ampliações de jornada e projetos diversos. Estas ações buscam soluções para as necessidades básicas das unidades escolares, principalmente em favor da política de qualidade, eficiência e efetividade da gestão dos recursos públicos.

Considerando a LDB e a legislação federal que prevê o direito ao professor de ocupar 33% da sua jornada de trabalho para estudo, que inclui: elaboração de aulas, planejamento do trabalho, dentre outras atividades, cabe ao Município de Londrina cumprir a Lei. Para isso, há necessidade de reorganizar a estrutura das unidades escolares.

Como a educação passa por mudanças, constantemente, há necessidade de adequar a proposta de trabalho da rede de ensino municipal de Londrina, buscando a excelência. Os Parâmetros Curriculares e a metodologia utilizada devem caminhar em sintonia, sempre, atendendo as diversas realidades e contemplando a cada uma delas. Faz-se necessária a elaboração de uma nova diretriz curricular e a reestruturação das Propostas Pedagógicas das unidades escolares.

Outra situação a ser revista, refere-se ao Ensino Fundamental-Séries Finais que, atualmente, é ofertado em apenas 03 (três) unidades escolares. Das quais, 2 (duas) ficam nos Distritos e 1 (uma) na Zona Norte. Considerando que cabe ao Estado o ensino das séries finais do Ensino Fundamental, a intenção é que a partir de 2014, o Município deixe de atender a referida etapa da educação básica. Sendo assim, deve-se repensar o quadro de professores que se encontra em extinção.

Instituir a Educação Integral em tempo integral é um grande e importante desafio para a Educação. A ampliação da jornada escolar possibilita pensar no desenvolvimento do ser humano como um processo integral, que abrange todos os aspectos da vida humana: físico, emocional, cognitivo, ético, estético e social. Nesse sentido, essas atividades constituem-se em práticas que incluem, não só o conhecimento formal sistematizado que as escolas já oferecem, mas também, outros saberes, possibilitando a articulação de diversas linguagens, o diálogo entre cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, dentre outros.

Atualmente, o Município oferece ampliação de jornada escolar por meio de atividades complementares, que são as oficinas pedagógicas, desenvolvidas em catorze escolas, atendendo aproximadamente 2.135 alunos.

As atividades das oficinas pedagógicas funcionam no período inverso ao das aulas do núcleo comum e realizam um trabalho de continuidade às demais disciplinas do currículo, assegurando que as diferentes áreas do conhecimento articulem-se,

propiciando um trabalho interdisciplinar.

A proposta de ampliação de jornada escolar do Município está articulada ao Programa Federal Mais Educação, que tem como estratégia a implantação da Educação Integral no Brasil.

Hoje são atendidos 2.627 alunos que estão matriculados nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil-CMEI's localizados nos Distritos de Londrina. Portanto há necessidade de instituir política, específica, que contemple este público, assegurando-lhes o direito à qualidade de ensino de acordo com as suas especificidades, bem como a ampliação do atendimento conforme demanda local. Há também a necessidade de providências para atendimento dos alunos do assentamento Eli Vive I e II, localizado próximo ao distrito de Lerroville, providências estas que incluem a construção de unidade escolar, com recursos financeiros do FNDE/PAR, cujo modelo de escola será específico de escola do campo.

A Educação Infantil é ofertada nos CMEI's, Centros de Educação Infantil-CEI's filantrópicos conveniados e escolas de Ensino Fundamental por meio da oferta de turmas de EI6, onde atualmente estão matriculadas aproximadamente 11.005 crianças, porém, observa-se, ainda, uma demanda reprimida significativa. A Lei nº 12.796, de 05/04/2013, torna obrigatória a inserção de todas as crianças de 4 e 5 anos, na Educação Infantil até 2016. A busca por vagas em unidades de educação infantil vem crescendo a cada ano, resultado de que a valorização da educação, não se restringe somente a um papel assistencialista, mas se reposiciona, assumindo papel fundamental no desenvolvimento da criança.

Para atender a educação infantil com excelência e em conformidade com a legislação vigente, faz-se necessário o aumento de professores e demais profissionais capacitados, em quantidade ajustada à demanda. É imperativo considerar as especificidades desta faixa etária e a legislação vigente que estabelece a relação professor/aluno.

Constata-se, ainda, a necessidade do fortalecimento dos Centros de Educação Infantil Filantrópicos Conveniados, a fim de que se garanta maior suporte às prioridades, principalmente o apoio às questões pedagógicas, assegurando aos professores, dessas instituições, a participação em formação continuada, ofertada pela equipe de apoio técnico-pedagógico da SME. Outro dado relevante, diz respeito à presença de um coordenador pedagógico do quadro funcional da SME, em cada unidade filantrópica, a fim de garantir a mesma qualidade de atendimento oferecida nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Os Centros de Educação Infantil necessitam de espaços lúdicos, materiais e mobiliários específicos para delinear o trabalho pedagógico realizado, contribuindo assim para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Atualmente há 20 unidades em funcionamento. Até o final de 2013, o esperado é que, 25 unidades entre novas construções e municipalizações, estejam em atuação. Todavia, há necessidade de ampliação do número de unidades para atendimento da demanda existente.

A Secretaria Municipal de Educação tem ofertado a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA- Fase I em 33 (trinta e três) escolas da zona urbana/rural, totalizando 617 alunos e a EJA Fase II em uma única escola, na zona urbana, atendendo 219 alunos.

De acordo com os dados do IBGE/2010, estima-se um total de 18.106 pessoas excluídas do mundo da leitura e da escrita. Neste sentido, é necessário implantar e aprimorar políticas públicas destinadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos, promovendo assim a cidadania e a autoestima, visto que ainda não estamos livres do analfabetismo absoluto.

Embora preconizados pelo Plano Nacional de Educação, a integração de ações do poder público para a erradicação do analfabetismo (art.214,I) ainda é constatado um déficit de atendimento, no Ensino Fundamental. O resultando, ao longo dos anos, aponta um grande número de jovens e adultos, que não tiveram acesso ou que não lograram êxito no Ensino Fundamental. Um dos maiores desafios da EJA é acolher o adolescente que perdeu a oportunidade de estudo na idade adequada e não se sente atendido em seus anseios e necessidades, ficando desestimulado e evadindo da escola.

Atualmente a SME utiliza o Sistema SERE (Sistema Informatizado do Estado) para registro e acompanhamento da vida escolar do aluno. O formato deste sistema não atende às necessidades e especificidades da EJA, contribuindo para a ineficácia da referida modalidade de ensino.

Além da EJA, Fase I e II, o Município conta com o Projovem Urbano, que é o Programa Nacional de Inclusão destinado aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental. O Programa tem como objetivo a elevação da escolaridade, a Qualificação Profissional no Arco Ocupacional da Alimentação (chafista, cozinheiro, auxiliar, vendedor ambulante e repositor de mercadoria) e o desenvolvimento de Ações Comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81, da Lei nº 9.394/96. Em Londrina, encontra-se em execução a 2ª entrada do programa, que atualmente, funciona em 04 (quatro) escolas, no período noturno. O curso tem duração de 18 (dezoito) meses e o jovem estudante recebe auxílio financeiro de R\$ 100,00 mensais, condicionado à frequência e trabalhos realizados.

No que diz respeito à Educação Especial, a rede municipal de ensino conta com 31 salas de recursos multifuncionais que atendem 294 alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento, Altas Habilidades e superdotação, 136 alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Atende, também, entre avaliação e acompanhamento, aproximadamente 143 alunos, enquanto outros, 14 alunos são atendidos em classe especial (TGD- Transtorno Global do Desenvolvimento), além de 72 alunos que necessitam de professor de apoio permanente. A equipe da SME acompanha, ainda, 135 alunos com atendimentos em outras instituições: Ilice, Apae, Flávia Cristina, APS Down, Col, Iles, Ilitc, CAEs e Espaço Escuta.

Contudo, para que o amplo acesso seja garantido, há necessidade de ampliação das salas de recursos multifuncionais, com adequação do quadro de profissionais com a formação necessária, conforme legislação vigente, o que inclui investimento na formação continuada dos professores existentes.

É preciso, também, proceder aos ajustes arquitetônicos, em algumas escolas, garantindo acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, além de providenciar aquisição de mobiliário para atender as especificidades de cada um oferecendo uma inclusão de qualidade, onde o aluno possa de fato se sentir bem no ambiente em que estuda.

Considerando as especificidades da Educação Especial faz-se necessária a adaptação curricular, com material didático e pedagógico apropriado, e recursos de tecnologia assistiva que se constituem como facilitadores da aprendizagem.

A Secretaria de Educação conta com uma equipe de apoio educacional especializada composta por psicólogos e psicopedagogos que avaliam e acompanham os alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal, incluindo a educação infantil. No entanto, existe uma crescente na demanda de inclusão e com isso a dificuldade de atender, avaliar e acompanhar os alunos de forma rápida e eficaz, tem se intensificado.

Há necessidade da formação de equipe multidisciplinar, por meio de estabelecimento de parceria com a Secretaria de Saúde, para a cessão de um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional e um neurologista que possa compor esta equipe multidisciplinar.

Desta feita, face às demandas existentes há necessidade de atender todas as unidades escolares, garantindo a segurança do aluno e proporcionando um ambiente físico favorável à aprendizagem.

A expectativa é que reordenando a estrutura já existente, agrupando e remodelando todas as áreas deficitárias, estabelecendo prioridades, buscam-se os meios necessários para garantir a infraestrutura básica das unidades escolares, sede administrativa e serviços de apoio educacional.

Neste sentido, propõe-se a implantação de um sistema de Gerenciamento de Informações, com o objetivo de gerir o fluxo de entrada e saída de informações na SME. Sistema este, que consistirá no detalhamento e na disseminação de informações, de forma rápida e precisa, que auxiliará a tomada de decisões nos diversos procedimentos afetos à Secretaria.

Em se tratando dos serviços de apoio como: transporte, alimentação, limpeza e vigilância, são terceirizados em Londrina. Na perspectiva de melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a melhor aplicação de recursos públicos, debates têm sido realizados com as equipes técnicas de diferentes Secretarias, quais sejam: Educação, Gestão Pública, Planejamento e Fazenda. As reuniões conjuntas avaliam as possibilidades, ou não, da municipalização destes serviços, e a modalidade de implantação, que se ocorrer, será de forma gradativa.

Com objetivo de agilizar a manutenção de pequenos reparos, faz-se necessário instituir um instrumento para repasse de recursos às unidades escolares, pois atualmente a morosidade no atendimento a estas demandas prejudica o pleno funcionamento das unidades.

Buscando a ampliação no atendimento e a melhoria dos espaços físicos existentes, o Município, via SME, aderiu ao Programa de Ações Articuladas-PAR do Governo Federal para construções, ampliações, reformas e aparelhamento das unidades escolares. Além deste programa, o Governo Federal disponibiliza outros programas que funcionam como financiadores e facilitadores da Educação, como por exemplo: Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, Escola Aberta, Programa Mais Educação, dentre outros.

É importante destacar também, que como forma de garantir uma gestão democrática da Educação municipal, existe os Conselhos do Fundeb, da Alimentação Escola, Conselho Municipal de Educação e Conselho de Transporte Escolar/PNATE vinculados a SME. Visando o fortalecimento e independência dos referidos conselhos, a Secretaria traçou estratégias para disponibilização de recursos humanos e físicos, a estes organismos, com o fim de prover o pleno desenvolvimento de suas atividades.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Ampliar o atendimento e melhorar a qualidade do Ensino Público Municipal, tendo como meta a Excelência na Educação.

Objetivos Específicos:

- Melhorar a qualidade do ensino municipal e conseqüentemente os resultados das escolas e do Município no exame nacional (Prova Brasil/ 2015 e 2017), alcançando as metas projetadas pelo MEC;
- Garantir que 100% dos alunos em idade escolar estejam matriculados no Ensino Fundamental;
- Diminuir em 40% o índice de reprovação em Londrina, reduzir em 40% o índice de evasão escolar, além de diminuir a distorção idade-série em 80%, nos próximos 4 anos, de forma gradativa, por meio de uma política de correção de fluxo;
- Garantir a existência de bibliotecas escolares, conforme a Lei nº 12.244 de 24/05/2010 que regulamenta que toda escola pública ou privada deve obrigatoriamente ter uma biblioteca até 2020, bem como assegurar o bom funcionamento delas;
- Efetivar em 100% o desenvolvimento de projetos pedagógicos que possam funcionar como facilitadores da aprendizagem;
- Incluir práticas pedagógicas digitais em 100% das unidades escolares, nos próximos 4 anos, de forma gradativa, equipando a escola com mídias interativas;
- Capacitar, por meio de ensino presencial ou semipresencial, 100% dos profissionais lotados na SME;
- Suprir em 100%, as unidades escolares com profissionais necessários ao desempenho das diversas funções, a partir de 2014, de forma gradativa, conforme criação de cargos, concurso público e chamamento dos profissionais;
- Equipar as unidades escolares e a sede da SME com todos os materiais pedagógicos, mobiliários e equipamentos necessários para o desenvolvimento e efetivação da proposta pedagógica;
- Atender as unidades escolares com todas as prestações de serviços necessárias para sua manutenção;
- Proporcionar a 100% dos professores o cumprimento de 33% de hora atividade conforme legislação vigente;
- Estender a ampliação de jornada escolar, de forma que o tempo de permanência do aluno na escola passe a ser igual ou superior a sete horas diárias, para todos os alunos matriculados numa mesma escola, de forma que ao final de 10 anos, 100% das unidades escolares sejam contempladas;
- Atender demanda em todos os distritos do município de Londrina, com qualidade, respeitando as especificidades da

educação do campo;

- Ampliar atendimento à Educação Infantil priorizando a inclusão de 100% das crianças com idade entre 4 e 5 anos até 2016;
- Fortalecer o apoio a 100% das unidades filantrópicas, a partir de 2014;
- Reduzir em 5% ao ano, o índice de analfabetismo no Município, de forma gradativa a partir de 2014;
- Implementar política pública voltada às especificidades da EJA, garantindo a 100% dos alunos matriculados, a permanência e o sucesso escolar, a partir de 2014, de forma gradativa;
- Criar um sistema informatizado próprio para registro e acompanhamento da vida escolar do aluno, que atenda as especificidades da EJA, bem como um sistema de gerenciamento de informações da SME;
- Ampliar a oferta atual, de turmas do Pró Jovem Urbano, em 100% no final de 4anos;
- Criar espaços específicos para o atendimento de adolescentes e jovens dos 14 aos 29 anos, em parceria com as Secretarias de Assistência Social; Saúde; Trabalho, Emprego e Renda; Idoso; Mulher, Cultura, Fundação de Esportes de Londrina e Assessoria de Políticas de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Garantir em 100% o acesso e a acessibilidade arquitetônica aos alunos de inclusão, atendendo-os em suas necessidades, nas salas de aula regulares, nas salas de recursos e nas salas de Transtorno Global do Desenvolvimento;
- Respeitar e atender em 100% as condições individuais dos alunos com necessidades especiais no processo ensino aprendizagem, a partir de 2014;
- Atender com eficiência os diversos setores da SME no que se refere a organização e logística para realização de eventos;
- Garantir sede própria para Secretaria Municipal de Educação visando a eficiência do atendimento à Educação Básica na Rede Municipal de Ensino;
- Implementara municipalização da prestação de serviços terceirizados;
- Atender os alunos da rede municipal de ensino, no que concerne aos Programas Federais de Alimentação e Transporte Escolar;
- Manter a gestão dos Conselhos Municipais relacionados à SME;
- Assegurar a implantação de Fundo Rotativo;
- Delinear Projeto Integração, promovendo ações de aproximação entre unidades escolares e SME.

Indicadores dos Programas

Nome:Aumento da oferta de vagas na Rede Municipal - Educação Infantil
Gerente: Jaqueline Piccolo Lanfranchi- Gerência de Documentação Escolar
Metodologia: Total anual de alunos rematriculados mais as novas matrículas
Fonte:Secretaria Municipal de Educação
Unidade de Medida:vagas
Índice de Referência:2.108
Data de Apuração:abril/2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
3.158	4.208	5.258	6.308

Periodicidade: Anual
Público Alvo:Crianças de 0 a 5 anos
Vínculo com os Objetivos do Milênio:2 - Educação Básica de Qualidade para Todos

Nome:Melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB
Gerente: Viviane Barbosa Perez - Gerência de Ensino Fundamental
Metodologia: Nota obtida pela Rede Municipal apurada pelo Ministério da Educação-MEC a cada 02 anos.
Fonte:Dados do MEC
Unidade de Medida:índice
Índice de Referência:5,4
Data de Apuração: 2011

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
5,7	5,9	5,9	6,2

Periodicidade:Anual
Público Alvo:Alunos do Ensino fundamental do 1º ao 5º ano
Vínculo com os Objetivos do Milênio:2 - Educação Básica de Qualidade para Todos

Nome:Aumento do número de alunos atendido em tempo integral

Gerente: Luciana Adário - Coordenadoria de Tempo Integral

Metodologia: Total anual de alunos rematriculados mais as novas matrículas em tempo integral

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Medida:alunos

Índice de Referência:2.135

Data de Apuração:2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2.405	4.965	7.525	10.085

Periodicidade:Anual

Público Alvo:Crianças de 0 a 10 anos

Vínculo com os Objetivos do Milênio:2 - Educação Básica de Qualidade para Todos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 22 - Secretaria Municipal de Educação												
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SME												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
588	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.015	2014	Global	100%	53.000,00	3.000,00	56.000,00
							2015		100%	53.000,00	3.000,00	56.000,00
							2016		100%	53.000,00	3.000,00	56.000,00
							2017		100%	53.000,00	3.000,00	56.000,00
Total do Programa									212.000,00	12.000,00	224.000,00	

PROGRAMA: 0014 - EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA: DIREITO DE TODOS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
519	Município	Construir/adquirir prédio administrativo para sediar a SME, espaço para Gerência de Alimentação Escolar e espaço para atendimento específico aos conselhos vinculados a SME.	Prédio construído / adquirido	12	361	5.030	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		4.000	6.500.000,00	0,00	6.500.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
520	Município	Construir espaço para Gerência de Manutenção Escolar e Almoarifado da SME	Espaço construído	12	361	5.030	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1.500	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
521	Município	Reformar/ampliar espaço para Gerência de Alimentação Escolar	Espaço reformado/ampliado	12	361	5.030	2014	Unidade	1	50.000,00	21.000,00	71.000,00
							2015		1	50.000,00	1.000,00	51.000,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		1	0,00	10.000,00	10.000,00
522	Município	Reformar/ampliar espaço para Gerência de Manutenção Escolar	Espaço reformado/ampliado	12	361	5.030	2014	Unidade	1	50.000,00	21.000,00	71.000,00
							2015		1	50.000,00	1.000,00	51.000,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		1	0,00	10.000,00	10.000,00
523	Município	Reformar/ampliar prédios administrativos	Prédios reformados / ampliados	12	361	5.030	2014	Prédio	1	150.000,00	22.000,00	172.000,00
							2015		3	450.000,00	5.000,00	455.000,00
							2016		1	0,00	50.000,00	50.000,00
							2017		1	0,00	50.000,00	50.000,00
524	Município	Equipar prédios administrativos	Prédios equipados	12	361	5.030	2014	Global	100%	442.000,00	1.000,00	443.000,00
							2015		100%	617.000,00	1.000,00	618.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
525	Município	Equipar prédios administrativos - Gerência de Alimentação Escolar	Prédios equipados	12	361	5.030	2014	Global	100%	142.000,00	1.000,00	143.000,00
							2015		100%	117.000,00	1.000,00	118.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
526	Município	Equipar prédios administrativos - Gerência de Manutenção Escolar	Prédios equipados	12	361	5.030	2014	Global	100%	100.000,00	1.000,00	101.000,00
							2015		100%	100.000,00	1.000,00	101.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
527	Município	Equipar salas - Conselho	Salas equipadas	12	361	5.030	2014	Global	100%	20.000,00	1.000,00	21.000,00	
									2015	100%	29.000,00	1.000,00	30.000,00
									2016	100%	0,00	30.000,00	30.000,00
									2017	100%	0,00	30.000,00	30.000,00
528	Município	Adquirir Terrenos	Terrenos adquiridos	12	361	5.030	2014	m²	32.000	3.100.000,00	101.000,00	3.201.000,00	
									2015	32.000	3.100.000,00	101.000,00	3.201.000,00
									2016	32.000	3.100.000,00	108.000,00	3.208.000,00
									2017	32.000	3.100.000,00	114.000,00	3.214.000,00
529	Região Norte	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	4	20.000.000,00	200.000,00	20.200.000,00	
									2015	3	10.500.000,00	105.000,00	10.605.000,00
									2016	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
									2017	2	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00
530	Região Sul	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00	
									2015	2	6.500.000,00	65.000,00	6.565.000,00
									2016	2	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00
									2017	2	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00
531	Região Leste	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	3	8.500.000,00	85.000,00	8.585.000,00	
									2015	2	7.000.000,00	70.000,00	7.070.000,00
									2016	2	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00
									2017	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
532	Região Oeste	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00	
									2015	3	9.500.000,00	95.000,00	9.595.000,00
									2016	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
									2017	2	6.000.000,00	1.000,00	6.001.000,00
533	Centro	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	0	0,00	0,00	0,00	
									2015	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
									2016	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
									2017	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
534	Município	Construir escolas	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00	
									2015	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
									2016	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
									2017	1	3.000.000,00	1.000,00	3.001.000,00
535	Município	Construir escolas de campo	Escolas construídas	12	361	5.030	2014	Escola	2	4.000.000,00	40.000,00	4.040.000,00	
									2015	0	0,00	0,00	0,00
									2016	0	0,00	0,00	0,00
									2017	0	0,00	0,00	0,00
536	Região Norte	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	6	5.200.000,00	74.000,00	5.274.000,00	
									2015	8	8.300.000,00	53.000,00	8.353.000,00
									2016	6	0,00	1.000,00	1.000,00
									2017	3	0,00	300.000,00	300.000,00
537	Região sul	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	2	2.200.000,00	17.000,00	2.217.000,00	
									2015	4	9.500.000,00	55.000,00	9.555.000,00
									2016	4	0,00	143.000,00	143.000,00
									2017	1	0,00	1.000,00	1.000,00
538	Região Leste	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	6	5.550.000,00	55.000,00	5.605.000,00	
									2015	4	2.000.000,00	20.000,00	2.020.000,00
									2016	6	1.000.000,00	1.000,00	1.001.000,00
									2017	2	500.000,00	1.000,00	501.000,00
539	Região Oeste	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	5	5.800.000,00	58.000,00	5.858.000,00	
									2015	2	500.000,00	5.000,00	505.000,00
									2016	5	5.000.000,00	1.000,00	5.001.000,00
									2017	3	600.000,00	1.000,00	601.000,00
540	Centro	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	5	1.900.000,00	19.000,00	1.919.000,00	
									2015	1	1.500.000,00	15.000,00	1.515.000,00
									2016	2	1.000.000,00	1.000,00	1.001.000,00
									2017	0	0,00	0,00	0,00
541	Região Rural	Reformar/ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.030	2014	Escola	0	0,00	0,00	0,00	
									2015	4	1.800.000,00	18.000,00	1.818.000,00
									2016	4	0,00	750.000,00	750.000,00
									2017	0	0,00	0,00	0,00
542	Município	Equipar salas	Salas equipadas	12	361	5.030	2014	Global	100%	2.000.000,00	61.000,00	2.061.000,00	
									2015	100%	1.000.000,00	69.000,00	1.069.000,00
									2016	100%	0,00	100.000,00	100.000,00
									2017	100%	0,00	200.000,00	200.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
543	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	12	361	5.030	Unidade	2014	51	9.695.000,00	105.000,00	9.800.000,00
								2015	53	9.006.000,00	300.000,00	9.306.000,00
								2016	3	0,00	105.000,00	105.000,00
								2017	4	0,00	191.000,00	191.000,00
544	Município	Adquirir software	Software adquirido	12	361	5.030	Unidade	2014	198	300.000,00	10.000,00	310.000,00
								2015	21	31.000,00	10.000,00	41.000,00
								2016	19		30.000,00	30.000,00
								2017	19		30.000,00	30.000,00
545	Município	Implantar sistema informatizado de gestão	Sistema implantado	12	361	5.030	Sistema	2014	11	554.000,00	29.000,00	583.000,00
								2015	0	0,00	0,00	0,00
								2016	0	0,00	0,00	0,00
								2017	0	0,00	0,00	0,00
546	Município	Equipar salas de aula de Educação Especial	Salas equipadas	12	361	5.030	Global	2014	100%	50.000,00	1.000,00	51.000,00
								2015	100%	50.000,00	1.000,00	51.000,00
								2016	100%	50.000,00	1.000,00	51.000,00
								2017	100%	50.000,00	1.000,00	51.000,00
862	Município	Construir Escola Municipal no Distrito da Warta	Escola construída	12	361	5.030	Escola	2014	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
								2015	0	0,00	0,00	0,00
								2016	0	0,00	0,00	0,00
								2017	0	0,00	0,00	0,00
547	Município	Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais	Pagamentos efetuados	12	122	6.040	Global	2014	100%	0,00	17.339.000,00	17.339.000,00
								2015	100%	0,00	18.900.000,00	18.900.000,00
								2016	100%	0,00	20.400.000,00	20.400.000,00
								2017	100%	0,00	22.044.000,00	22.044.000,00
548	Município	Implantar e manter Conselhos	Conselhos implantados e mantidos	12	122	6.040	Global	2014	100%	0,00	21.000,00	21.000,00
								2015	100%	0,00	21.000,00	21.000,00
								2016	100%	0,00	22.000,00	22.000,00
								2017	100%	0,00	23.000,00	23.000,00
549	Município	Realizar a 6ª Conferência Municipal de Educação	Conferência realizada	12	122	6.040	Unidade	2014	0	0,00	0,00	0,00
								2015	1	0,00	20.000,00	20.000,00
								2016	0	0,00	0,00	0,00
								2017	0	0,00	0,00	0,00
550	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Educação	Atividades mantidas	12	122	6.040	Global	2014	100%	0,00	708.000,00	708.000,00
								2015	100%	0,00	744.000,00	744.000,00
								2016	100%	0,00	780.000,00	780.000,00
								2017	100%	0,00	820.000,00	820.000,00
551	Município	Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	361	6.041	Global	2014	100%	97.000,00	95.787.000,00	95.884.000,00
								2015	100%	106.000,00	104.330.000,00	104.436.000,00
								2016	100%	114.000,00	112.571.000,00	112.685.000,00
								2017	100%	123.000,00	121.463.000,00	121.586.000,00
552	Município	Contratar servidores para o Ensino Fundamental	Servidores contratados	12	361	6.041	Pessoas	2014	170	0,00	3.619.000,00	3.619.000,00
								2015	188	0,00	4.002.000,00	4.002.000,00
								2016	208	0,00	4.428.000,00	4.428.000,00
								2017	230	0,00	4.896.000,00	4.896.000,00
553	Município	Manter atividades do Ensino Fundamental	Atividades mantidas	12	361	6.041	Global	2014	100%	1.003.000,00	5.468.000,00	6.471.000,00
								2015	100%	2.007.000,00	5.856.000,00	7.863.000,00
								2016	100%	2.110.000,00	6.118.000,00	8.228.000,00
								2017	100%	2.219.000,00	6.371.000,00	8.590.000,00
554	Município	Realizar cursos de formação continuada	Servidores capacitados	12	361	6.041	Pessoas	2014	10.264	218.000,00	10.000,00	228.000,00
								2015	10.835	200.000,00	50.000,00	250.000,00
								2016	11.494	0,00	100.000,00	100.000,00
								2017	11.943	0,00	118.000,00	118.000,00
555	Município	Manter o transporte escolar para o Ensino Fundamental	Transporte mantido	12	361	6.041	Global	2014	100%	7.036.000,00	2.513.000,00	9.549.000,00
								2015	100%	7.362.000,00	2.642.000,00	10.004.000,00
								2016	100%	7.757.000,00	2.779.000,00	10.536.000,00
								2017	100%	8.157.000,00	2.922.000,00	11.079.000,00
556	Município	Manter merenda escolar para o Ensino Fundamental	Merenda mantida	12	361	6.041	Global	2014	100%	1.767.000,00	4.103.000,00	5.870.000,00
								2015	100%	1.887.000,00	4.318.000,00	6.205.000,00
								2016	100%	1.984.000,00	4.475.000,00	6.459.000,00
								2017	100%	2.087.000,00	4.724.000,00	6.811.000,00
557	Município	Manter o transporte escolar para o Ensino Médio	Transporte mantido	12	362	6.042	Global	2014	100%	99.000,00	35.000,00	134.000,00
								2015	100%	104.000,00	36.000,00	140.000,00
								2016	100%	109.000,00	38.000,00	147.000,00
								2017	100%	115.000,00	39.000,00	154.000,00
558	Município	Manter o transporte escolar do Ensino Superior	Transporte mantido	12	364	2.043	Global	2014	100%	0,00	35.000,00	35.000,00
								2015	100%	0,00	38.000,00	38.000,00
								2016	100%	0,00	41.000,00	41.000,00
								2017	100%	0,00	44.000,00	44.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
559	Município	Adquirir terrenos	Terrenos adquiridos	12	365	5.031	2014	m²	15.000	1.450.000,00	50.000,00	1.500.000,00
							2015		15.000	1.450.000,00	50.000,00	1.500.000,00
							2016		15.000	1.460.000,00	40.000,00	1.500.000,00
							2017		15.000	1.450.000,00	50.000,00	1.500.000,00
560	Região Norte	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	7	15.000.000,00	150.000,00	15.150.000,00
							2015		3	9.000.000,00	90.000,00	9.090.000,00
							2016		3	9.000.000,00	10.000,00	9.010.000,00
							2017		3	9.000.000,00	20.000,00	9.020.000,00
561	Região Sul	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		2	6.000.000,00	60.000,00	6.060.000,00
							2016		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
							2017		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
562	Região Leste	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	1	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
							2015		2	6.000.000,00	60.000,00	6.060.000,00
							2016		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
							2017		2	6.000.000,00	20.000,00	6.020.000,00
563	Região Oeste	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	3	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
							2015		2	6.000.000,00	60.000,00	6.060.000,00
							2016		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
							2017		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
564	Centro	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		2	6.000.000,00	60.000,00	6.060.000,00
							2016		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
							2017		2	6.000.000,00	10.000,00	6.010.000,00
565	Município	Construir Centros Municipais de Educação Infantil	Centros construídos	12	365	5.031	2014	Unidade	2	3.000.000,00	30.000,00	3.030.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
566	Região Norte	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	500.000,00	10.000,00	510.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		3	0,00	30.000,00	30.000,00
567	Região Sul	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	0,00	40.000,00	40.000,00
							2015		1	1.000.000,00	25.000,00	1.025.000,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		1	0,00	100.000,00	100.000,00
568	Região Leste	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	350.000,00	20.000,00	370.000,00
							2015		2	800.000,00	10.000,00	810.000,00
							2016		1	0,00	100.000,00	100.000,00
							2017		1	0,00	100.000,00	100.000,00
569	Região Oeste	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	0,00	30.000,00	30.000,00
							2015		1	450.000,00	5.000,00	455.000,00
							2016		2	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
570	Centro	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	750.000,00	10.000,00	760.000,00
							2015		1	750.000,00	15.000,00	765.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1	0,00	50.000,00	50.000,00
571	Região Rural	Reformar/ampliar centros Municipais de Educação Infantil	Centros reformados /ampliados	12	365	5.031	2014	Unidade	1	0,00	25.000,00	25.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		2	0,00	300.000,00	300.000,00
572	Município	Equipar salas dos Centros Municipais de Educação Infantil	Salas equipadas	12	365	5.031	2014	Sala	110	355.000,00	11.000,00	366.000,00
							2015		109	583.000,00	22.000,00	605.000,00
							2016		104	0,00	99.000,00	99.000,00
							2017		75	0,00	100.000,00	100.000,00
573	Município	Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	365	6.044	2014	Global	100%	0,00	11.138.000,00	11.138.000,00
							2015		100%	0,00	11.584.000,00	11.584.000,00
							2016		100%	0,00	12.439.000,00	12.439.000,00
							2017		100%	0,00	13.405.000,00	13.405.000,00
574	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	12	365	6.044	2014	Pessoas	40	0,00	1.153.000,00	1.153.000,00
							2015		44	0,00	2.268.000,00	2.268.000,00
							2016		50	0,00	1.441.000,00	1.441.000,00
							2017		55	0,00	1.585.000,00	1.585.000,00
575	Município	Manter as atividades de Educação Infantil	Atividades mantidas	12	365	6.044	2014	Global	100%	905.000,00	18.219.000,00	19.124.000,00
							2015		100%	362.000,00	19.005.000,00	19.367.000,00
							2016		100%	0,00	19.993.000,00	19.993.000,00
							2017		100%	0,00	21.032.000,00	21.032.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
576	Município	Oferecer cursos de formação continuada	Servidores capacitados	12	365	6.044	2014	Pessoas	1.450	100.000,00	50.000,00	150.000,00	
									2015	1.784	76.000,00	50.000,00	126.000,00
									2016	2.127	0,00	50.000,00	50.000,00
									2017	2.269	0,00	50.000,00	50.000,00
577	Município	Manter merenda escolar para a Educação Infantil	Merenda mantida	12	365	6.044	2014	Global	100%	1.001.000,00	1.460.000,00	2.461.000,00	
									2015	100%	1.054.000,00	1.585.000,00	2.639.000,00
									2016	100%	1.109.000,00	1.664.000,00	2.773.000,00
									2017	100%	1.167.000,00	1.747.000,00	2.914.000,00
578	Município	Manter transporte escolar para os alunos da Educação Infantil	Transporte mantido	12	365	6.044	2014	Aluno	543	0,00	150.000,00	150.000,00	
									2015	592	0,00	147.000,00	147.000,00
									2016	641	0,00	154.000,00	154.000,00
									2017	690	0,00	161.000,00	161.000,00
579	Município	Construir espaço para atendimento específico - EJA	Espaço construído	12	366	5.032	2014	Global	100%	1.000.000,00	10.000,00	1.010.000,00	
									2015	100%	1.000.000,00	10.000,00	1.010.000,00
									2016	100%	1.000.000,00	10.000,00	1.010.000,00
									2017	100%	1.000.000,00	10.000,00	1.010.000,00
580	Município	Reformar / ampliar espaço para atendimento específico - EJA	Espaço reformado / ampliado	12	366	5.032	2014	Global	100%	150.000,00	30.000,00	180.000,00	
									2015	100%	150.000,00	10.000,00	160.000,00
									2016	100%	50.000,00	5.000,00	55.000,00
									2017	100%	50.000,00	5.000,00	55.000,00
581	Município	Equipar salas de aula - EJA	Salas equipadas	12	366	5.032	2014	Global	100%	50.000,00	40.000,00	90.000,00	
									2015	100%	50.000,00	20.000,00	70.000,00
									2016	100%	40.000,00	10.000,00	50.000,00
									2017	100%	40.000,00	10.000,00	50.000,00
582	Município	Efetuar pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	366	6.045	2014	Global	100%	212.000,00	925.000,00	1.137.000,00	
									2015	100%	231.000,00	1.008.000,00	1.239.000,00
									2016	100%	250.000,00	1.088.000,00	1.338.000,00
									2017	100%	270.000,00	1.175.000,00	1.445.000,00
583	Município	Manter as atividades da Educação de Jovens e Adultos - EJA	Atividades mantidas	12	366	6.045	2014	Global	100%	166.000,00	26.000,00	192.000,00	
									2015	100%	174.000,00	26.000,00	200.000,00
									2016	100%	2.000,00	27.000,00	29.000,00
									2017	100%	2.000,00	29.000,00	31.000,00
584	Município	Manter merenda escolar - EJA	Merenda mantida	12	366	6.045	2014	Refeição	304.400	279.000,00	101.000,00	380.000,00	
									2015	319.600	294.000,00	106.000,00	400.000,00
									2016	335.400	309.000,00	112.000,00	421.000,00
									2017	352.000	325.000,00	118.000,00	443.000,00
861	Município	Implementar o Programa "Estação Juventude" - Modalidade Complementar	Programa Implementado	12	366	6.045	2014	Global	100%	285.000,00	0,00	285.000,00	
									2015	0	0,00	0,00	0,00
									2016	0	0,00	0,00	0,00
									2017	0	0,00	0,00	0,00
585	Município	Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	367	6.046	2014	Global	100%	0,00	1.985.000,00	1.985.000,00	
									2015	100%	0,00	2.163.000,00	2.163.000,00
									2016	100%	0,00	2.336.000,00	2.336.000,00
									2017	100%	0,00	2.523.000,00	2.523.000,00
586	Município	Manter as atividades de Educação Especial	Atividades mantidas	12	367	6.046	2014	Global	100%	30.000,00	803.000,00	833.000,00	
									2015	100%	30.000,00	841.000,00	871.000,00
									2016	100%	0,00	883.000,00	883.000,00
									2017	100%	0,00	927.000,00	927.000,00
587	Município	Manter merenda escolar - Educação Especial	Merenda mantida	12	367	6.046	2014	Global	100%	4.000,00	1.000,00	5.000,00	
									2015	100%	4.000,00	1.000,00	5.000,00
									2016	100%	4.000,00	1.000,00	5.000,00
									2017	100%	4.000,00	1.000,00	5.000,00
Total do Programa									428.141.000,00	750.168.000,00	1.178.309.000,00		
Total da Unidade											1.178.533.000,00		

Unidade : 020 - Recursos do FUNDEB													
PROGRAMA: 0014 - EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA: DIREITO DE TODOS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
591	Região Norte	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	6	22.000,00	0,00	22.000,00	
									2015	8	23.000,00	0,00	23.000,00
									2016	6	24.000,00	0,00	24.000,00
									2017	3	25.000,00	0,00	25.000,00
592	Região Sul	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	2	40.000,00	0,00	40.000,00	
									2015	4	21.000,00	0,00	21.000,00
									2016	4	22.000,00	0,00	22.000,00
									2017	1	23.000,00	0,00	23.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
593	Região Leste	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	6	20.000,00	0,00	20.000,00
							2015		4	21.000,00	0,00	21.000,00
							2016		6	22.000,00	0,00	22.000,00
							2017		2	23.000,00	0,00	23.000,00
594	Região Oeste	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	5	20.000,00	0,00	20.000,00
							2015		2	21.000,00	0,00	21.000,00
							2016		5	22.000,00	0,00	22.000,00
							2017		3	23.000,00	0,00	23.000,00
595	Centro	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	5	20.000,00	0,00	20.000,00
							2015		1	28.000,00	0,00	28.000,00
							2016		2	22.000,00	0,00	22.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
596	Região Rural	Reformar / ampliar escolas	Escolas reformadas / ampliadas	12	361	5.033	2014	Escola	0	0,00	0,00	0,00
							2015		4	21.000,00	0,00	21.000,00
							2016		4	22.000,00	0,00	22.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
597	Município	Equipar salas	Salas equipadas	12	361	5.033	2014	Sala	162	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		162	89.000,00	0,00	89.000,00
							2016		208	55.000,00	0,00	55.000,00
							2017		139	157.000,00	0,00	157.000,00
598	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	12	361	5.033	2014	Unidade	9	301.000,00	0,00	301.000,00
							2015		10	400.000,00	0,00	400.000,00
							2016		16	560.000,00	0,00	560.000,00
							2017		15	600.000,00	0,00	600.000,00
599	Município	Adquirir software	Software adquirido	12	361	5.033	2014	Unidade	26	40.000,00	0,00	40.000,00
							2015		21	42.000,00	0,00	42.000,00
							2016		19	44.000,00	0,00	44.000,00
							2017		19	46.000,00	0,00	46.000,00
600	Município	Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	361	6.047	2014	Global	100%	68.450.000,00	0,00	68.450.000,00
							2015		100%	71.872.000,00	0,00	71.872.000,00
							2016		100%	75.465.000,00	0,00	75.465.000,00
							2017		100%	79.238.000,00	0,00	79.238.000,00
601	Município	Manter as atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB	Atividades mantidas	12	361	6.047	2014	Global	100%	7.856.000,00	0,00	7.856.000,00
							2015		100%	8.247.000,00	0,00	8.247.000,00
							2016		100%	8.767.000,00	0,00	8.767.000,00
							2017		100%	9.197.000,00	0,00	9.197.000,00
602	Município	Oferecer transporte escolar para os alunos do Ensino Fundamental	Transporte ofertado	12	361	6.047	2014	Aluno	1.741	5.900.000,00	0,00	5.900.000,00
							2015		3.798	6.195.000,00	0,00	6.195.000,00
							2016		4.114	6.532.000,00	0,00	6.532.000,00
							2017		4.430	6.836.000,00	0,00	6.836.000,00
603	Município	Oferecer cursos de formação continuada	Servidores capacitados	12	361	6.047	2014	Pessoas	10.264	180.000,00	0,00	180.000,00
							2015		10.835	196.000,00	0,00	196.000,00
							2016		11.494	234.000,00	0,00	234.000,00
							2017		11.943	225.000,00	0,00	225.000,00
610	Município	Construir / Reformar Centros Municipais de Educação Infantil	Construção / Reforma realizada	12	365	5.034	2014	Global	100%	45.000,00	0,00	45.000,00
							2015		100%	30.000,00	0,00	30.000,00
							2016		100%	25.000,00	0,00	25.000,00
							2017		100%	138.000,00	0,00	138.000,00
617	Município	Equipar salas de Centros Municipais de Educação Infantil	Salas equipadas	12	365	5.034	2014	Sala	110	40.000,00	0,00	40.000,00
							2015		109	52.000,00	0,00	52.000,00
							2016		104	68.000,00	0,00	68.000,00
							2017		75	120.000,00	0,00	120.000,00
618	Município	Efetuar pagamento de salários e encargos sociais	Pagamento efetuado	12	365	6.048	2014	Global	100%	8.895.000,00	0,00	8.895.000,00
							2015		100%	9.578.000,00	0,00	9.578.000,00
							2016		100%	11.072.000,00	0,00	11.072.000,00
							2017		100%	12.610.000,00	0,00	12.610.000,00
619	Município	Manter as atividades de Educação Infantil - FUNDEB	Atividades mantidas	12	365	6.048	2014	Global	100%	4.353.000,00	0,00	4.353.000,00
							2015		100%	4.523.000,00	0,00	4.523.000,00
							2016		100%	4.753.000,00	0,00	4.753.000,00
							2017		100%	5.080.000,00	0,00	5.080.000,00
620	Município	Manter o transporte escolar dos alunos de Educação Infantil - FUNDEB	Transporte mantido	12	365	6.048	2014	Aluno	543	100.000,00	0,00	100.000,00
							2015		592	105.000,00	0,00	105.000,00
							2016		641	110.000,00	0,00	110.000,00
							2017		690	115.000,00	0,00	115.000,00
621	Município	Oferecer cursos de formação continuada	Servidores capacitados	12	365	6.048	2014	Pessoas	2.643	250.000,00	0,00	250.000,00
							2015		3.286	253.000,00	0,00	253.000,00
							2016		3.953	255.000,00	0,00	255.000,00
							2017		4.216	257.000,00	0,00	257.000,00
Total do Programa									421.086.000,00	0,00	421.086.000,00	
Total da Unidade											421.086.000,00	
Total do Órgão											1.599.619.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017**23 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente**

Secretário: Cleuber Moraes Brito

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0015 - Por Uma Londrina Sustentável

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Maria Silvia Cebulski	Assessora de Gabinete
Juliana Elias Stramandinoli Fernandes	Assessora Administrativa
Gerson Galdino	Assessor de Gestão de Resíduos
Paulo Cesar Dolibaina	Diretor Técnico
Marcus Vinícius Tersariol	Diretor Operacional
Luiz Máximo Campanhã Filho	Gerente de Fiscalização Ambiental
Queila Maria L. Spoladore	Gerente de Educação Ambiental
Alexsandra C. da Vanço Siqueira	Gerente de Áreas Verdes
Irina Polskikh	Gerente de Projetos e Análise Ambiental

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão: 23 - Secretaria Municipal do Ambiente

Programa:
0015 - Por Uma Londrina Sustentável

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA tem por finalidade fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir a política Municipal do Meio Ambiente. Atua juntamente com outros órgãos Municipais, Estaduais e Federais, no sentido de preservar o meio ambiente e propiciar a correta utilização dos recursos naturais do Município. A SEMA pretende pautar suas ações em seis eixos: licenciamento ambiental; gerenciamento de resíduos, geoprocessamento e gestão da informação; gestão de recursos hídricos, conservação de Áreas Verdes e Arborização Urbana e Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

I. Licenciamento Ambiental

A partir da implantação do Licenciamento Ambiental, a SEMA pretende trazer para o Município a responsabilidade de decidir sobre questões locais impactantes no ambiente, passando a licenciar sobre os empreendimentos que pretendem se instalar no Município e que sejam passíveis de poluir o ambiente. Este projeto depende de convênio com o Instituto Ambiental do Paraná-IAP, que hoje é o órgão responsável pelo licenciamento no Estado do Paraná.

A municipalização do licenciamento ambiental encontra-se respaldada pela Lei nº. 10.849 de 29 de Dezembro de 2009. Este procedimento tem apoio da maioria dos pesquisadores especialistas no assunto, e já está implantado em algumas das grandes cidades brasileiras, tais como: Curitiba, Ponta Grossa, São Paulo, Recife, e várias outras. No Rio Grande do Sul o Código Estadual de Meio Ambiente - Lei Estadual nº 11520 de 2000 e Resoluções do CONSEMA do estado municipalizaram grande parte das atividades antes licenciadas pelo estado, delegando a atividade a todos os municípios do estado.

II. Gerenciamento de Resíduos

De forma pioneira na Região Norte do Paraná e dentre os primeiros em todo o Estado, desde 2010 o Município de Londrina vem trabalhando no gerenciamento dos resíduos sólidos de forma a delegar a responsabilidade aos grandes geradores pela destinação dos seus próprios resíduos, seja na categoria saúde, na construção civil e nos resíduos urbanos - orgânicos e

rejeitos. O objetivo é levar a sociedade como um todo a cumprir com a legislação vigente - Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) - no que diz respeito à redução, à reutilização, à reciclagem e à destinação adequada dos resíduos sólidos gerados no município, assim como desonerar os cofres públicos do custo que tais serviços envolvem.

Na prática, o Município encontra dificuldades para gerenciar os resíduos sólidos de forma adequada, devido a fatores como: falta de adesão do empresariado; pouca estrutura para fiscalização; pequeno quadro de empresas licenciadas para recebimento de resíduos; falta da cobrança de apresentação do PGRS na obrigatoriedade da abertura de empresa bem como na renovação de seu alvará de licença. Ainda assim, resultados positivos têm sido alcançados até o momento, como: redução de resíduos dispostos de forma e em locais irregulares; redução de custos para o governo municipal com a coleta pública; contribuição no desenvolvimento de uma cultura de respeito ao meio ambiente e à saúde pública por parte da população do Município.

III. Geoprocessamento e Gestão da Informação

O Município apresenta uma grande deficiência de armazenamento e acesso a informações relativas ao meio ambiente. Estas informações são extremamente importantes para subsidiar as ações da SEMA em conjunto com outras Secretarias. Neste sentido, faz-se necessária a criação de um banco de dados georreferenciado em questões ambientais para ser alimentado e disponibilizado para todos interessados.

IV. Gestão dos Recursos Hídricos

O patrimônio hídrico do município é bastante vasto, o Município de Londrina é muito bem servido quanto às águas superficiais. Somente na área urbana, existe uma série de cursos d'água que possuem várias nascentes no seu percurso, sendo imprescindível mapeá-las para promover as intervenções necessárias para protegê-las de contaminação.

A contaminação da água pode ser definida como a adição de substâncias estranhas que deterioram sua qualidade. As principais fontes de contaminação são as indústrias, a agricultura e os despejos de esgoto doméstico.

Faz-se necessário também o monitoramento da qualidade da água, pois podem ocorrer possíveis mudanças em suas características, devido o transcurso de tempo ou devido a condições externas que venham a contaminar os corpos hídricos. Outra característica essencial do Município de Londrina é a quantidade de várzeas que compõem a paisagem dos vales. Estas várzeas são repletas de nascentes que fornecem água em abundância para esse ecossistema fundamental e deverão ser protegidas para a manutenção da quantidade de água nos córregos e ribeirões.

O mapeamento das áreas de recarga também é essencial para o planejamento urbano da cidade, sendo essenciais para garantir a quantidade de água superficial e subterrânea, além de evitar possíveis pontos de enchentes.

A preservação e manutenção da qualidade envolvem a questão da drenagem, no entanto estes serviços realizados no município são ultrapassados e causam uma série de impactos sobre o ambiente, como erosão, assoreamento, impermeabilização do solo, dentre outros.

A exploração das águas subterrâneas no Município tem aumentado gradativamente no decorrer dos anos e alguns problemas já começam a causar preocupações na comunidade em geral, pois as estiagens estão provocando falta de água em poços que utilizam lençóis freáticos como fonte de água. Desse modo, existe uma necessidade premente de se cadastrar todos os poços existentes, pois atualmente não existe controle, havendo ainda que se disciplinar a perfuração destes poços, assim como exercer controle minucioso da contaminação dos mesmos.

As áreas que são represadas artificialmente representam uma mudança significativa nos cursos d'água. Algumas destas mudanças são extremamente benéficas por conter partículas em suspensão e diminuir a turbidez das águas ou controlar as cheias. Em outros momentos, tais obras representam grandes impactos, pois pode diminuir a quantidade de água nos córregos, prejudicando os moradores a jusante do curso d'água, além do risco de ocorrer liberações sem grandes quantidades de agrotóxicos e de matéria orgânica durante o processo de limpeza ou ainda introduzir espécies exóticas de peixes nos rios do Município, alterando o ecossistema original.

No Município de Londrina, especialmente na área rural, são executados muitos projetos de represamento, especialmente para criação de peixes, lagos cênicos ou para pesca, muitos desses sem licenciamento adequado e a grande maioria nas áreas de preservação ambiental. Até o momento, não existem estudos sobre a quantidade de água a ser desviada e quanto isso poderá prejudicar o curso d'água a jusante.

Desta forma é de fundamental importância disciplinar o uso da água superficial e subterrânea no Município, desenvolvendo uma política adequada de gestão dos recursos hídricos.

V. Conservação de Áreas Verdes e Arborização Urbana

Quando da ocorrência de vendavais, os transtornos causados pelas quedas de árvores afetam o direito de ir e vir dos munícipes, a dificuldade de transitar pelas ruas, os danos materiais de grande monta causados ao seu patrimônio, as despesas com custos de processos administrativos ou judiciais e a paralisação da produção ou atividade econômica devido à interrupção do fornecimento de energia elétrica. Vale salientar que, nos últimos anos, as conseqüências das mudanças climáticas trouxeram uma imprevisibilidade para o regime de chuvas da nossa região e desta forma os vendavais e as chuvas se tornaram mais intensos e frequentes.

Observa-se a carência de árvores em canteiros, calçadas e praças públicas, a idade avançada da arborização, espécies impróprias sob rede de energia, com sistema radicular superficial danificando calçadas, residências e meio fios e um número significativo de espécies inadequadas plantadas pela população sem orientação técnica adequada. Além disso, a busca de parcerias com empresas que tenham influência direta na arborização, instituições de ensino, entre outros, será uma maneira de acelerar o processo de inventário proporcionando redução de custos.

Através de uma estimativa preliminar, podemos diagnosticar a existência de espaços vazios para plantio de cerca de 35.000

árvores no Município de Londrina.

É observada também uma crescente ocorrência de pragas na área urbana, tais como cupins, formigas, pombas e abelhas, provavelmente causada pela falta de predadores naturais e alterações climáticas. Faz-se necessária uma ação de manejo e controle destas pragas.

O Parque Municipal Arthur Thomas e o Parque Ecológico Dr. Daisaku Ikeda necessitam de manutenção e melhorias, e mesmo assim, no ano de 2012, foram reconhecidos, respectivamente, como 2º e 3º entre os mais visitados no Estado. A captação de recursos e a busca de parcerias público-privadas são alternativas para reestruturações dos mesmos, bem como para a implantação da infraestrutura necessária ao Parque Municipal João Milanez para utilização como área de lazer.

VI - Educação Ambiental para a Sustentabilidade

A Declaração emitida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, ressalta a necessidade de preservar e defender o meio ambiente para garantir condições de vida para as presentes e futuras gerações. Esta Conferência inseriu pela primeira vez a temática da educação ambiental na agenda internacional.

Um dos principais objetivos da educação ambiental consiste na compreensão total do meio ambiente, em seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais buscando promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos naturais visando atender às necessidades da humanidade atuais e futuras.

Segundo a Lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental "entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".

O Programa de Educação Ambiental pretende dar continuidade a programas em andamento e eficazes e iniciar outros tendo como meta a sustentabilidade ambiental. Para garantir e promover a sadia qualidade de vida a seus cidadãos, há necessidade de se entrelaçar fatores (sociais, políticos, econômicos) em prol de valores ambientalmente satisfatórios.

Quanto a estrutura física e de recursos humanos da secretaria salientamos que é necessário adquirir equipamentos, veículos e mobiliários e ainda contratar novos servidores com o objetivo de melhorar os serviços prestados.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Implementar a política ambiental através de ações de educação, fiscalização e preservação ambiental, conservação de áreas verdes, licenciamento ambiental e gestão de recursos hídricos.

Objetivos Específicos:

- Implantar gradualmente o Licenciamento Ambiental Municipal, conforme previsto no Código Ambiental do Município de Londrina;
- Atualizar e criar periodicamente indicadores ambientais para a cidade de Londrina, de acordo com o que prevê o Código Ambiental Municipal;
- Implantar um sistema informatizado para organizar informações da área de resíduos, criando um banco de dados referente à atividade;
- Elaborar e implementar um Sistema de Informações Geográficas com dados sobre a questão ambiental do município;
- Elaborar e implementar o Plano de Gestão de Recursos Hídricos Municipal;
- Informar e subsidiar a Vigilância Sanitária, com dados técnicos obtidos através das experimentações prévias de manejo dos Pombos em Área Urbana de Londrina;
- Promover ações de educação ambiental, para sensibilizar e informar quanto à importância da preservação dos recursos naturais e proporcionar maior compreensão do meio ambiente de maneira interativa, prática e ética;
- Promover ações de fiscalização de maneira preventiva e/ou repressiva, no sentido de coibir e/ou mitigar impactos ambientais, efetivos ou potenciais, bem como educar e conscientizar para o cumprimento da legislação vigente e;
- Produção de mudas árvores e plantio em áreas públicas;
- Produção de mudas de flores e plantas ornamentais para plantio em praças, parques, canteiros centrais, rotatórias e demais áreas e edificações públicas;
- Adequar a estrutura física e de recursos humanos da Secretaria Municipal do Ambiente.

Indicadores dos Programas:

Nome: Visitantes nas Unidades de Conservação

Gerente: Alexsandra Carla da Vanço Siqueira - Gerente de Áreas Verdes

Metodologia: Somatória anual do número total de visitantes, apuradas diariamente pelos responsáveis da portaria das unidades do Parque Arthur Thomas e Parque Ecológico Daisaku Ikeda

Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente

Unidade de Medida: visitantes

Índice de Referência: 66.627

Data de Apuração: dez/2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
71.500	72.600	73.000	74.000

Periodicidade: Anual

Público Alvo: população local e turistas

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Participantes dos Projetos Educativos e Eventos Ambientais

Gerente: Queila Maria Lautenschlager Spoladore - Gerente de Educação Ambiental

Metodologia: Somatória anual do número total de participantes dos Projetos Educativos e Eventos Ambientais

Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente

Unidade de Medida: participantes

Índice de Referência: 11.800

Data de Apuração: dez/2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
12.762	13.272	13.802	14.354

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Resolução de Denúncias

Gerente: Luiz Máximo Campanhã Filho

Metodologia: Estatística de denúncias resolvidas

Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente

Unidade de Medida: unidade

Índice de Referência: 1200 denúncias resolvidas

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
1.500	1.800	2.100	2.400

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Todos os Municípios

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Aumento e Manutenção da Arborização

Gerente: Alexsandra Carla da Vanço Siqueira - Gerente de áreas verdes

Metodologia: Total de mudas de árvores plantadas anualmente

Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente

Unidade de Medida: Mudas de árvores

Índice de Referência: 1.000

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
3.000	6.000	8.000	10.500

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Monitoramento do despejo irregular de resíduos na Área Urbana de Londrina

Gerente: Gerson Galdino - Assessoria Técnica

Metodologia: Contagem do volume de resíduos retiradas dos pontos clandestinos pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização-CMTU.

Fonte: Dados da Secretaria Municipal do Ambiente e CMTU

Unidade de Medida: m³

Índice de referência: 72 000 m³/ano

Data de apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
69.000	65.000	60.000	55.000

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Órgão: 23 - Secretaria Municipal do Ambiente
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SEMA

PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
220	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.016	2014	Global	100%	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		100%	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		100%	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		100%	0,00	1.000,00	1.000,00
Total do Programa									0,00	5.000,00	5.000,00	

PROGRAMA: 0015 - POR UMA LONDRINA SUSTENTÁVEL

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
201	Município	Executar obras e instalações	Obras e instalações executadas	18	541	1.035	2014	m ²	50	14.000,00	2.000,00	16.000,00
							2015		65	19.000,00	7.000,00	26.000,00
							2016		50	18.000,00	2.000,00	20.000,00
							2017		50	20.000,00	3.000,00	23.000,00
202	Município	Perfurar poço tubular profundo	Poço perfurado	18	541	1.035	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1	55.000,00	5.000,00	60.000,00
203	Município	Adquirir equipamentos de áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	6	3.000,00	6.000,00	9.000,00
							2015		5	7.000,00	0,00	7.000,00
							2016		3	3.000,00	1.000,00	4.000,00
							2017		3	2.000,00	2.000,00	4.000,00
204	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação	Aparelhos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	5	2.000,00	1.000,00	3.000,00
							2015		2	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		7	4.000,00	1.000,00	5.000,00
							2017		6	2.000,00	4.000,00	6.000,00
205	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	19	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2015		20	3.000,00	6.000,00	9.000,00
							2016		18	5.000,00	1.000,00	6.000,00
							2017		18	3.000,00	4.000,00	7.000,00
206	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	18	541	1.035	2014	Unidade	73	14.000,00	15.000,00	29.000,00
							2015		72	30.000,00	15.000,00	45.000,00
							2016		65	30.000,00	5.000,00	35.000,00
							2017		65	30.000,00	4.000,00	34.000,00
207	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	5	154.000,00	27.000,00	181.000,00
							2015		4	140.000,00	33.000,00	173.000,00
							2016		4	136.000,00	30.000,00	166.000,00
							2017		4	86.000,00	54.000,00	140.000,00
208	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	10	32.000,00	25.000,00	57.000,00
							2015		12	12.000,00	22.000,00	34.000,00
							2016		13	21.000,00	50.000,00	71.000,00
							2017		11	27.000,00	11.000,00	38.000,00
209	Município	Adquirir coleções e materias bibliográficos	Coleções e materias bibliográficos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	70	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		75	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		85	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		70	1.000,00	1.000,00	2.000,00
210	Município	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	Equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	25	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		21	5.000,00	5.000,00	10.000,00
							2016		15	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		15	0,00	2.000,00	2.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

**PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
211	Município	Adquirir máquinas e equipamentos gráficos	Máquinas e equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	2	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
212	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	8	8.000,00	0,00	8.000,00
							2015		9	10.000,00	3.000,00	13.000,00
							2016		9	7.000,00	5.000,00	12.000,00
							2017		8	1.000,00	8.000,00	9.000,00
213	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	20	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		30	0,00	2.000,00	2.000,00
							2016		20	1.000,00	0,00	1.000,00
							2017		20	0,00	1.000,00	1.000,00
214	Município	Adquirir equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	Equipamentos e utensílios adquiridos	18	541	1.035	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		1	0,00	6.000,00	6.000,00
215	Município	Executar obras e instalações de compensação ambiental no Parque Arthur Thomas	Obras e instalações executadas	18	541	1.036	2014	Global	100%	668.000,00	0,00	668.000,00
							2015		100%	420.000,00	0,00	420.000,00
							2016		0%	0,00	0,00	0,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
216	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal do Ambiente	Atividades mantidas	18	541	2.049	2014	Global	100%	0,00	1.157.000,00	1.157.000,00
							2015		100%	0,00	2.109.000,00	2.109.000,00
							2016		100%	0,00	2.214.000,00	2.214.000,00
							2017		100%	0,00	2.367.000,00	2.367.000,00
217	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	18	541	2.049	2014	Pessoas	4	0,00	105.000,00	105.000,00
							2015		5	0,00	106.000,00	106.000,00
							2016		5	0,00	106.000,00	106.000,00
							2017		5	0,00	106.000,00	106.000,00
218	Município	Manter as atividades de gestão ambiental pública	Atividades mantidas	18	541	2.050	2014	Global	100%	280.000,00	5.729.000,00	6.009.000,00
							2015		100%	300.000,00	5.800.000,00	6.100.000,00
							2016		100%	321.000,00	6.300.000,00	6.621.000,00
							2017		100%	337.000,00	6.800.000,00	7.137.000,00
Total do Programa												
Total da Unidade										3.243.000,00	33.281.000,00	36.524.000,00
Unidade : 020 - Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA												
PROGRAMA: 0015 - POR UMA LONDRINA SUSTENTÁVEL												
219	Município	Manter as atividades de apoio a projetos ambientais	Atividades mantidas	18	541	2.051	2014	Global	100%	0,00	269.000,00	269.000,00
							2015		100%	0,00	75.000,00	75.000,00
							2016		100%	0,00	80.000,00	80.000,00
							2017		100%	0,00	80.000,00	80.000,00
851	Município	Desenvolver e implantar Projetos Ambientais	Projetos ambientais desenvolvidos e implantados	18	541	1.068	2014	Global	100%	0,00	206.000,00	206.000,00
							2015		100%	0,00	0,00	0,00
							2016		100%	0,00	0,00	0,00
							2017		100%	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									0,00	710.000,00	710.000,00	
Total da Unidade											710.000,00	
Total do Órgão											37.239.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

24 - Secretaria Municipal de Cultura

Secretário: Solange Batigliana

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0016 - Cultura - Construindo um Futuro

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
José Antonio Alegro	Téc. Gestão de Pública/Assessor Técnico Administrativo
José Donizetti Buganza	Gestor Cultural/Assessor Técnico Administrativo
Carolina Tatiana Tercciotti	Téc. Gestão Pública/Diretora de Incentivo a Cultura
Maria Luiza Alves Fontenelle	Gestora Cultural/Diretora de Ação Cultural
Rosângela M ^a Rocha de Mello	Gestora Cultural/Diretor de Bibliotecas
Vanda de Moraes	Gestor Cultural/Diretora de Patrim. Histórico e Artístico Cultural

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão: 24 - Secretaria Municipal de Cultura

Programa:
0016 - Cultura - Construindo um Futuro

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Cultura, enquanto política pública, tem como objetivo valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais, visando à realização integral da pessoa humana. Ela garante o acesso democrático aos bens culturais e o direito à sua fruição, fortalecendo os vínculos afetivos com a memória da cidade e estimulando atitudes críticas e cidadãs.

O principal objetivo da Política Pública de Cultura é, em consonância com as outras políticas, atender amplamente o cidadão. A Secretaria Municipal de Cultura é órgão gestor desta política, e em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, visa à mobilização da sociedade.

Muito embora a cidade de Londrina, desde os seus primeiros dias, já contasse com uma vida cultural interessante, na estrutura administrativa do Município, a área da cultura foi durante muito tempo apenas um setor e, posteriormente um departamento da Secretaria Municipal de Educação.

Com a criação da Secretaria Municipal de Cultura-SMC em 1992, foi possível estruturar o atendimento ao público do segmento cultural. Este atendimento era feito, principalmente, por meio dos setores de Ação Cultural e de Bibliotecas, já consolidados, e do setor de Patrimônio Cultural que dava então seus primeiros passos.

A criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura em 1994, por intermédio da renúncia fiscal e baseada na experiência da cidade de São Paulo, proporcionou ao produtor cultural londrinense o apoio às suas atividades.

Em 2001, o Município de Londrina dá novo salto na organização da gestão cultural com a aprovação de novas diretrizes na 1ª Conferência Municipal de Cultura. Entre estas diretrizes, constava a premissa do estabelecimento de uma política municipal de cultura, a consolidação da participação social com os mecanismos do Conselho e Conferência Municipais de Cultura, bem como, a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC.

Esta proposta de cultura, como política pública voltada ao atendimento do cidadão, também está exposta nas diretrizes nacionais através do Sistema Nacional de Cultura.

O Município de Londrina integra o Sistema Nacional de Cultura desde 2010, quando assinou o Acordo Federativo com o Ministério da Cultura. Em 2012, como providência necessária à integração, foi promulgada a Lei nº 11.535, de 09 de abril de 2012, que institui o Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura.

Para que este Sistema fosse pensado e estruturado, foram realizadas seis Conferências Municipais de Cultura. Estas conferências possibilitaram a construção de diretrizes para a realização da cultura como política pública, que são:

- Reconhecimento da importância da Política Pública de Cultura, na qual o acesso à cultura é considerado um direito básico do cidadão, cabendo ao poder público atuar pela superação da distância entre os produtores e receptores de informação e cultura, universalizando a circulação cultural e as experiências de produção artística;
- Gestão compartilhada da cultura, que significa, a política pública de cultura, pensada e colocada em prática, de modo a ser refletida em instâncias democráticas, de caráter público e não-estatais, que seriam: a Conferência de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e outros fóruns que possam ser formados, assim como, a celebração de convênios e outros ajustes com entidades que possam contribuir para o desenvolvimento da política pública de cultura;
- A Cultura Pela Polis, que se traduz em presença da arte na vida coletiva, na vida da cidade como espaço de urbanidade e convivência, assumindo o desafio de ofertar um processo cultural capaz de superar isolamentos, vivificando espaços urbanos, colocando em primeiro plano a qualidade de vida do cidadão e agindo para colocar a cidade a seu serviço;
- Manutenção do Promic-Programa Municipal de Incentivo à Cultura, como fonte de fomento aos projetos nascidos dos grupos de criação cultural da cidade e reconhecimento pelo poder público de que a sociedade é a protagonista da cultura e que o papel do poder público, além de prover recursos, é zelar para que o fomento municipal caminhe em direção ao interesse público e às diretrizes culturais, democraticamente, aprovadas pela Conferência de Cultura;
- Efetivação das diretrizes apontadas no Plano Municipal de Cultura, como documento principal na orientação das ações governamentais para a área da Cultura.

A Secretaria Municipal de Cultura, responde pela execução do Sistema e Planos Municipais de Cultura e para que haja efetividade de sua função, no que diz respeito à estrutura de recursos humanos e de gestão, é imprescindível a realização de concurso público para contratar profissionais necessários ao funcionamento dos serviços oferecidos, como também, a mudança no organograma do órgão com a ampliação de diretorias e gerências. Outro ponto relevante, diz respeito à capacitação dos atuais servidores e dos gestores públicos.

No que se refere à estrutura física, é necessária a adequação dos prédios que abrigam as atividades da SMC, assim como o restauro e revitalização dos prédios históricos da Biblioteca Pública Municipal, do Museu de Arte e Antiga Casa da Criança. Também é imprescindível investir na continuidade da construção do Teatro Municipal e na melhoria das condições de funcionamento

do Teatro Zaqueu de Melo. No caso deste último, assegurar a contratação de quadro técnico e manutenção de equipamentos, em curto prazo, em face da iminente inviabilização do único teatro público em funcionamento na cidade de Londrina.

Também é necessário o estabelecimento de mecanismos de contato entre as instituições culturais públicas e privadas do Município de Londrina e a implantação da Lei de Preservação Cultural com a reestruturação da Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural.

A Secretaria Municipal de Cultura tem cuidado de várias ações, no decorrer dos anos, buscando a ampliação do atendimento ao cidadão e a efetivação de uma política pública de cultura. Foram ações empreendidas ao longo do período 2009 à 2013:

1. Realização da V e VI Conferências de Cultura do Município de Londrina, 2009 e 2011 respectivamente;
2. Participação no Conselho Municipal de Cultura;
3. Pactuação de Acordo Federativo com o Ministério da Cultura para integração ao Sistema Nacional de Cultura;
4. Organização de projeto de lei que resultou na Lei Municipal 11.535, de 09 de abril de 2012, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura;
5. Início das obras do Teatro Municipal de Londrina;
6. Realização de parceria com a Fundação Cultura Artística de Londrina para a manutenção das Escolas de Dança e Teatro, na ordem de cerca de R\$ 2.400.000,00;
7. Realização de parceria com a Associação Banda de Músicos de Londrina para a manutenção de apresentações cívicas e comemorativas, na ordem de cerca de R\$ 1.100.000,00;
8. Realização de projeto em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia para a melhoria dos equipamentos da Biblioteca Pública Municipal;
9. Implantação de sistema de informatização de acervo das bibliotecas públicas municipais;
10. Fomento às atividades culturais através do Programa Municipal de Incentivo à Cultura, na ordem de R\$ 11.305.704,31, distribuídos em 295 projetos culturais. Entre estes projetos culturais:
 - 10.1. Festivais - FILO, Festival de Música de Londrina, Festival de Dança, Demo Sul, Mostra de Cinema, Londrix - Festival de Literatura - que atingem diversos públicos na cidade;
 - 10.2. Projetos formativos em escolas municipais, tais como: Um Canto em Cada Canto; Musicando na Escola, Faces de Londrina, projetos de circo, capoeira. Durante o ano são oferecidas cerca de 5.000 vagas de atendimento nas escolas municipais;
 - 10.3. Apoio a projetos na área de Patrimônio Cultural. No ano de 2011, o projeto Educação Patrimonial recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco, do IPHAN, como destaque nacional na área.
 - 10.4. Projetos livres para que a produção cultural do Município pudesse ter fomento às suas ações;
11. Atendimento nas estruturas próprias: Museu de Arte de Londrina, Biblioteca Pública Municipal Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, Biblioteca Infantojuvenil, Biblioteca Ramal Vila Nova, Centro Cultural Lupércio Luppi;
12. Apoio e articulação de grupos e produtores culturais em seus projetos;

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Consolidar a Cultura como Política Pública em Londrina.

Objetivos Específicos:

- Consolidar e ampliar os serviços e ações da Secretaria Municipal de Cultura;
- Contratar servidores;
- Articular e implementar ações que promovam a interação da Cultura com as demais políticas públicas;
- Capacitar Gestores Públicos e demais Agentes;
- Disponibilizar às outras políticas públicas a expertise do Programa Municipal de Incentivo à Cultura, para a realização conjunta de ações;
- Promover parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão cultural;
- Manter o Programa Municipal de Incentivo à Cultura;
- Ampliar o aporte de recursos destinados à Secretaria Municipal de Cultura e Programa Municipal de Incentivo à Cultura
- Desenvolver e executar plano estratégico de marketing, com objetivo de divulgar a imagem e os produtos culturais de Londrina;
- Dar continuidade à construção do Teatro Municipal de Londrina e da Biblioteca do Centro de Cultura e Lazer da Região Sul;
- Restaurar os próprios municipais integrantes da Secretaria Municipal de Cultura: Antiga Casa da Criança e Museu de Arte de Londrina;
- Reformar os próprios municipais integrantes da Secretaria Municipal de Cultura: Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infanto-juvenil, Biblioteca Ramal Vila Nova, Centro Cultural da Região Norte e Teatro Zaqueu de Melo.
- Equipar e promover a manutenção periódica dos equipamentos dos próprios municipais, integrantes da Secretaria Municipal de Cultura, observando suas especificidades: Teatro Municipal, Teatro Zaqueu de Melo e Teatro do CEU;
- Manutenção, reforma e reequipagem dos prédios que abrigam as atividades da Secretaria Municipal de Cultura;
- Estabelecer a interface do Sistema Municipal de Cultura com os Sistemas Nacional e Estadual de Cultura;
- Realizar projetos em parceria com a União e o Estado do Paraná;
- Articular e implementar ações que promovam a interação da Cultura com as demais políticas públicas;
- Criar instrumento de gestão para acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à política pública de cultura, desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura;
- Colocar em funcionamento os Sistemas Setoriais constantes no Sistema Municipal de Cultura;

- Promover a distribuição descentralizada de ações e atividades culturais;
- Garantir a manutenção dos convênios já existentes.

Indicadores dos Programas:

Nome: Público Atendido nas Estruturas da Secretaria Municipal de Cultura

Gerente: José Donizetti Buganza

Metodologia: Quantificação dos dados obtidos nas estruturas da Secretaria Municipal de Cultura no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Unidade de Medida: Pessoa

Índice de Referência: 1000/ ano

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
160.000	180.000	200.000	220.000

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Público Atendido nos projetos culturais fomentados pela Secretaria Municipal de Cultura

Gerente: Carolina Terciotti

Metodologia: Quantificação do número de pessoas participante dos projetos culturais fomentados pela Secretaria Municipal de Cultura no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura

Unidade de Medida: Pessoa

Índice de Referência: 1000/ ano

Data de Apuração: Dezembro de 2012.

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
160.000	180.000	200.000	220.000

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 24 - Secretaria Municipal de Cultura												
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMC												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
237	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.017	2014	Global	100%	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		0%	0,00	0,00	0,00
							2016		0%	0,00	0,00	0,00
							2017		0%	0,00	0,00	0,00
Total do Programa									2.000,00	0,00	2.000,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PROGRAMA: 0016 - CULTURA - CONSTRUINDO UM FUTURO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
221	Município	Restaurar prédio da SMC - Casa da Criança	Prédio restaurado	13	392	5.037	2014	m²	600	0,00	754.000,00	754.000,00
							2015		300	0,00	974.000,00	974.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
222	Município	Restaurar prédio do Museu de Arte	Prédio restaurado	13	392	5.037	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		900	2.400.000,00	600.000,00	3.000.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
223	Município	Reformar Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Ramal Vila Nova e Centro Cultural Lupércio Luppi	Prédios reformados	13	392	5.037	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		600	1.200.000,00	300.000,00	1.500.000,00
							2017		2.000	0,00	810.000,00	810.000,00
224	Município	Realizar obras de acessibilidade aos prédios da Secretaria Municipal de Cultura	Obras realizadas	13	392	5.037	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		4.400	0,00	135.000,00	135.000,00
							2016		4.400	0,00	145.000,00	145.000,00
							2017		4.400	0,00	445.000,00	445.000,00
225	Município	Aquisição de veículo de tração mecânica e Veículos Diversos	Veículo adquirido	13	392	5.037	2014	Unidade	44	12.000,00	3.000,00	15.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	36.000,00	36.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
226	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		20	0,00	17.000,00	17.000,00
							2016		88	0,00	55.000,00	55.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
227	Município	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		3	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		27	0,00	14.000,00	14.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
228	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		49	0,00	20.000,00	20.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
229	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		4	0,00	16.000,00	16.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
230	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		10	0,00	4.000,00	4.000,00
							2016		1	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
231	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	13	392	5.037	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		11	0,00	5.000,00	5.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
232	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	13	392	5.037	2014	Unidade	1	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
233	Município	Construir o Teatro Municipal	Teatro Municipal construído	13	392	5.037	2014	Unidade	1	4.006.000,00	0,00	4.006.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
234	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Cultura	Atividades mantidas	13	392	6.052	2014	Global	100%	0,00	1.560.000,00	1.560.000,00
							2015		100%	0,00	1.516.000,00	1.516.000,00
							2016		100%	0,00	1.554.000,00	1.554.000,00
							2017		100%	0,00	1.697.000,00	1.697.000,00
235	Município	Firmar convênio com FUNCART	Convênio firmado	13	392	6.052	2014	Convênio	1	0,00	895.000,00	895.000,00
							2015		1	0,00	950.000,00	950.000,00
							2016		1	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
							2017		1	0,00	1.050.000,00	1.050.000,00
236	Município	Manter as atividades de Ação Cultural, Patrimônio Bibliotecas e Museu e Incentivo à Cultura	Atividades mantidas	13	392	6.053	2014	Global	100%	177.000,00	4.631.000,00	4.808.000,00
							2015		100%	0,00	4.945.000,00	4.945.000,00
							2016		100%	0,00	5.344.000,00	5.344.000,00
							2017		100%	0,00	5.784.000,00	5.784.000,00
Total do Programa									7.795.000,00	35.270.000,00	43.065.000,00	
Total da Unidade											43.067.000,00	

Unidade : 020 - Fundo Especial de Incentivo à Projetos Culturais - FEIPC												
PROGRAMA: 0016 - CULTURA - CONSTRUINDO UM FUTURO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
238	Município	Firmar convênios	Convênios firmados	13	392	6.054	2014	Unidade	100	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00
							2015		110	0,00	3.600.000,00	3.600.000,00
							2016		120	0,00	3.850.000,00	3.850.000,00
							2017		130	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Total do Programa									0,00	14.950.000,00	14.950.000,00	
Total da Unidade											14.950.000,00	
Total do Órgão											58.017.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017**25 - Secretaria Municipal de Assistência Social**

Secretário: Telcia Lamônica de Azevedo Oliveira

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0017 - Trabalhando para o Desenvolvimento de Pessoas e Famílias Através da Política de Assistência Social em Londrina

0018 - Crianças e Adolescentes com Direitos Garantidos

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Sandra C. Bianconi da Silva	Assistente Social/Assessora Técnica
Gisele de Cássia Tavares	Assistente Social/Dir. Gest. do Sist. Mun. Assistência Social
Nivia Maria Polezer	Assistente Social/Dir. de Proteção Social Especial
Sandra Regina Nishimura	Assistente Social/Dir. Proteção Social Básica
Ana Cristina Fuentes	Assistente Social/Gerente de CRAS
Sandra M. P. de Freitas Coelho	Assistente Social/Gerente de Média Complexidade
Cirlene Maria F. Fonseca	Assistente Social/Ger. Monitoramento e Avaliação
Samia Machado Mustafa	Assistente Social/Gerente de Gestão da Informação
SissyZanete Mariani Lima	Téc. em Gestão Pública/Ger. Contr. Orçament.e Financeiro
Aurélio Caetano da Silva	Téc. Gestão Pública/Ger. Gestão de Convênios
Maria Lucimar Pereira Martins	Assistente Social
Paulo Sérgio Aragão	Assistente Social
EdsoniaJadma Marcelino	Assistente Social
Josiani Nogueira	Assistente Social
Wilson S. Silvestre Neto	Técnico em Gestão Pública
Clarice Junges	Socióloga
NilcéiaVertuan	Assistente Administrativo
Claudete Ribeiro	Estagiária de Assistência Social

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa:

0017 - Trabalhando para o Desenvolvimento de Pessoas e Famílias Através da Política de Assistência Social em Londrina

Tipo de Programa:

Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. O artigo constitucional 203 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

As regulações infraconstitucionais, desde 1993, quando foi aprovada a Lei Federal nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS têm cada vez mais sido aprimoradas. A LOAS estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira. Esta lei foi recentemente alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. A PNAS institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, junto com as regulações que se caracterizam como seus desdobramentos, especialmente a Norma Operacional Básica, estabelece que as ações sócio assistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social. Esta concepção de proteção supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais das pessoas sujeitos de sua ação, bem como, os recursos necessários para afiançar segurança social. E, conhecendo os riscos, avaliar e propor as formas de enfrentá-los.

Neste sentido, essa política busca desenvolver três funções principais para assegurar sua prestação enquanto direito do cidadão e dever do Estado, incorporadas a LOAS a partir do texto da nova "Lei do SUAS", quais sejam: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional. Desta forma, esta Política, nos termos da própria PNAS "configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo".

No tocante à proteção social, a PNAS estabelece que o campo de ação desta política deve garantir, quanto à segurança, o seguinte: Segurança de rendimento implica na "garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego";

Segurança de acolhida, "opera como a provisão e necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade";

Segurança de convívio que implica no resgate dos vínculos sociais considerando as dimensões multicultural, intergeracional, interterritorial, intersubjetivas, entre outras.

Para cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social passa a ser organizada da seguinte forma: Rede de Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam afiançadas.

A PNAS aponta que, marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, a quem cabe a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sob sua responsabilidade. Nesta direção, também a Política Municipal de Assistência Social - PMAS se volta com prioridade para o desenvolvimento, além da proteção social, das outras duas funções atribuídas a esta área de política pública - a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

A vigilância se refere ao conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

A defesa social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção social básica e especial para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização. A Lei do SUAS lhe atribui o papel de garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendido como um Sistema Descentralizado e Participativo, de acordo com a diretriz constitucional de descentralização político-administrativa, tem como objetivos integrar a rede pública e privada, estabelecendo a gestão integrada de serviços e benefícios; implementar a gestão do trabalho; afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia dos direitos, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Em relação à rede socioassistencial, o SUAS estabelece que esta se responsabilize pelas provisões vinculadas às proteções sociais básica e especial, seja diretamente por entes públicos, seja por entidades e organizações não governamentais referenciadas, e institui como equipamentos exclusivamente públicos estatais, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (dentre os quais o Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop), que devem desenvolver, respectivamente, o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). Deste modo e, tendo em vista que uma política descentralizada atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina amplie, estructure e qualifique sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional. Tal perspectiva requer a garantia de recursos orçamentários e financeiros, em escala crescente ano a ano, com vistas a assegurar investimentos em todos os campos, quais sejam: provisão de recursos humanos efetivos para a prestação

dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política; garantia da manutenção dos serviços já existentes, cumprindo o caráter de continuidade das ofertas da assistência social; implantação de novos serviços de acordo com o diagnóstico social e dados da vigilância socioassistencial; construção de estruturas públicas adequadas para o funcionamento dos serviços e reforma das estruturas atuais onde funcionam algumas unidades, cumprindo as normativas legais relacionadas às condições de oferta dos mesmos; incremento dos materiais e equipamentos necessários às provisões desta política pública, a fim de imprimir a marca da qualidade a essas ofertas; garantia de condições para o exercício do controle social, especialmente a manutenção do Conselho e a realização de Conferências Municipais da Assistência Social; publicação de materiais informativos e formativos sobre a Assistência Social, com a edição de periódicos e materiais gráficos sobre a área; além da manutenção dos recursos suficientes, ano a ano, para realizar o repasse para cofinanciamento dos serviços complementares desta política prestados pela rede não governamental; dentre outras atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos a ela vinculados.

Para tanto, também ganha ênfase nesse processo, pela Lei 12.435/2011 e pela Norma Operacional Básica 2012, a gestão, em sua dimensão mais ampla, ou seja, no tocante ao planejamento, monitoramento e avaliação, a vigilância socioassistencial, a gestão do trabalho. Um dos desafios que ganham destaque é o desenvolvimento da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, na esfera municipal, à luz do que disciplina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) - Resolução CNAS nº 1, de janeiro de 2007, que estabelece mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores, tanto para os serviços governamentais quanto para os prestadores (não governamentais) de serviços socioassistenciais, além da exigência de provimento de servidores públicos nas unidades, exclusivamente estatais, de proteção social básica e especial e na gestão. Para o desenvolvimento da vigilância socioassistencial é mister a implementação do Sistema de Informações da Assistência Social, que no município de Londrina, utiliza o Sistema IRSAS como ferramenta principal, o qual, para cumprir o papel que lhe foi atribuído, carece de manutenção continuada e atualizações.

A observação de todas as questões acima relacionadas, no que se refere à gestão e à prestação dos serviços, se faz necessária para que a Política Municipal de Assistência Social, em Londrina, se desenvolva de forma plena, assegurando os preceitos constitucionais e legais que regem esta política pública nacionalmente; aprofundando cada vez mais o acesso aos direitos socioassistenciais no Município, de modo a primar, sempre, pela participação popular e pelo exercício do controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

O texto de apresentação da Política Municipal de Assistência Social - Lei nº 11.088/2011, diz que esta política tem a importante missão de assegurar a consolidação, no Município, das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar a ação, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. É nessa direção que o programa ora proposto deve caminhar, buscando qualificar, cada vez mais a gestão e a prestação dos serviços, com vistas ao desenvolvimento de seus usuários.

À Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto o órgão gestor desta política, a quem compete, regimentalmente, coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho; cabe a viabilidade das condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito.

O Município de Londrina, considerado a quarta maior cidade da região sul do país, possui, de acordo com o Censo do IBGE/2010, 506.701 pessoas como população residente, das quais 493.520 na área urbana e 13.181 na área rural. Estimativas mais recentes do IBGE já apontam um crescimento da população para 515.707 pessoas residentes.

Constitui-se pelo Distrito Sede e pelos Distritos do Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. Além dos distritos, cerca de 2.000 indígenas do grupo Kaingáng vivem na Terra Indígena Apucarantina (região de Londrina) em 04 aldeias localizadas entre os Rios Tibagi, Apucarana, Apucarantina e Toldo. São elas: Aldeia sede, Água Branca, Serrinha e Barreiro. No Estado do Paraná, a população estimada de Kaingáng é de 12.000 indivíduos, estando, portanto, 16,66% na Terra Indígena mencionada.

Entre os Censos de 2000 e 2010, a população londrinense cresceu 1,27% ao ano, passando de 446.822, para 506.701 habitantes, crescimento superior ao do Estado (0,89% ao ano), e da Região Sul (0,88%). A taxa de urbanização também aumentou; a população urbana em 2000 representava 96,96% e em 2010, passou a representar 97,4% do total (MDS, 2012, p. 1).

A Política Nacional de Assistência Social ressaltou essa dinâmica populacional, como um importante indicador para a política de assistência social, (...) destacando a alta taxa de urbanização, especialmente, nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Afirmando, também, que estes últimos espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade. (PNAS, 2004, p. 16-17).

Fundada em 1934, a cidade é, hoje, a sede da Região Metropolitana de Londrina, um importante polo de desenvolvimento regional e nacional.

O Município tem característica de forte setor de serviços, apresentando bons índices de desenvolvimento econômico, sendo o IDH do ano de 2000, correspondente a 0,824 (IPARDES, 2013), o que o coloca entre os 10 municípios do Estado do Paraná com os melhores índices.

Nos indicadores ou subíndices que compõem o IDH-M, Londrina teve o seguinte desempenho: IDHM-L (Longevidade): 0,773; IDHM-E (Educação): 0,910; e IDHM-R (Renda): 0,788 (WIKIPEDIA, 2012a).

Entretanto, mesmo com os dados acima, que são considerados bons índices para o município, há uma grande concentração de renda que é retratada, por meio do número expressivo de pessoas vivendo em situação de pobreza em assentamentos, ocupações e favelas, localizadas nas áreas periféricas da cidade. Segundo dados do IBGE, o índice de Gini (que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita) no município de Londrina, apurado no ano de 2010, é 0,52. Este índice é praticamente o mesmo do Brasil, que é 0,51, porém ainda é considerado alto, pois quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2012, p. 2) em 2000, a participação dos 20% mais ricos na apropriação da renda total produzida em Londrina era de 62,4%, ou 22 vezes superior à dos 20% mais pobres. Entre 1991 e 2000, a participação dos 20% mais pobres da população, na renda municipal total caiu de 3,3% para 2,8%, aumentando os níveis de desigualdade.

Os dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério do Diagnóstico Social e Combate à Fome - MDS (2013) indicam que Londrina possui 27.096 famílias consideradas de baixa renda. Sendo a média de moradores por domicílio de 3,06 (Censo 2010) chega-se a um número aproximado de 83 mil pessoas nesta condição social, ou seja, 16,4% da população total do município vivendo com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, o que representa atualmente R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais) mensais. Classificadas como pobres pelo Ministério existem 14.507 famílias no município, ou seja, aproximadamente 44.391 pessoas.

O Relatório Dinâmico de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2012, p. 2) classifica como, abaixo da linha da pobreza, as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Em 2010, segundo este Relatório, 9,1% da população londrinense estava nesta condição. Considerando a população total de 506.701 habitantes, chega-se a um número de 46.109 pessoas abaixo da linha da pobreza. São classificadas como indigentes as pessoas com renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo por mês. Segundo o mesmo Relatório, 4,0% da população londrinense estavam nesta condição em 2010, o que representava 23.814 pessoas. Somando-se estes dois grupos dos que estavam abaixo da linha, seja da pobreza ou da indigência, chegamos a um montante de 69.923 indivíduos, ou 13,1% dos londrinenses.

O índice de Desenvolvimento Familiar (IDF), criado pelo MDS com base nos dados do Cadastro Único e que vai de 0 e 1, onde quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador, em Londrina (referente a 2010), é de 0,63. Esse índice tem como indicadores a vulnerabilidade (0,69), o acesso ao conhecimento (0,43), o acesso ao trabalho (0,29), a disponibilidade de recursos (0,59), o desenvolvimento infantil (0,94) e as condições habitacionais (0,85). Isso mostra que grande parte das famílias inseridas no Cadastro Único está fora do mercado formal de trabalho e possui baixo acesso ao conhecimento, o que impacta determinadamente nas condições materiais e acesso à renda.

Tais dados indicam que as famílias pobres do município se encontram em situação de vulnerabilidade social, concebida na sua forma multidimensional, ou seja, além da ausência de renda, as pessoas ou grupos nestas condições encontram-se em situação de fragilidade pessoal e social, considerando fatores que prejudicam o acesso a bens e serviços, como o acesso ao conhecimento, à renda e ao trabalho. É sabido também que a vulnerabilidade também abrange a privação de capacidades, como a qualificação, leitura escrita; a exposição a riscos sociais, ou seja, a violência, consequências do tráfico, exposição à exploração sexual, trabalho infanto-juvenil, aliciamento, abandono; a fragilidade de vínculos familiares; não acesso a lazer, cultura, trabalho, saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana; enfim, desamparo institucional por parte do Estado e que demandam atenção do conjunto das políticas públicas.

Essas famílias estão espalhadas pelas várias regiões da Zona Urbana de Londrina e também em toda a extensão da Zona Rural. Em relação à localização espacial da população londrinense, considerando as zonas urbana e rural e, ainda, os bairros e regiões do distrito sede, o Censo 2010 demonstra que, do total da população considerada urbana (493.520 pessoas) estão concentradas na sede do município 98,2% (484.456 pessoas) e nas sedes dos distritos 1,8% (9.064 pessoas). A população rural totaliza 13.181 pessoas, das quais 38,6% (5.089) se encontram na área rural do distrito sede e 61,4% (8.092) na área rural dos demais distritos.

Com relação às condições habitacionais os indicadores também apresentam dados bastante expressivos, os quais evidenciam a situação de exclusão a que estão expostas as pessoas pobres do município. De acordo com dados de um estudo diagnóstico realizado recentemente para a formulação do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, são 61 assentamentos precários e/ou ocupações irregulares em Londrina, nos quais vivem cerca de 4.709 famílias (aproximadamente 14.409 pessoas) em condições inadequadas e de precariedade tanto em relação aos domicílios quanto à posse da terra. A Região Norte é a que tem maior concentração populacional (26,1%), seguida pela Leste (19,5), Oeste (18,3), Centro (17,8), e Sul (17,4%). A região Norte é, também, a campeã em bairros mais populosos (05 bairros, ou 33,33%), seguida pela Sul (4 bairros; 26,67%), Leste (3 bairros; 20%), Oeste (2 bairros; 13,33%) e Centro (1 bairro; 6,67%). É na Região Norte que se localiza o Residencial Vista Bela, considerado, por ocasião da sua construção, o maior complexo residencial nacional do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, e também um dos mais controversos pela sua falta de infraestrutura inicial. (Confira: SANCHES, 2012; SANTIN, 2012; TV FOLHA, 2012; TV TAROBÁ, 2012a e b; WIKIPEDIA, 2012).

O Vista Bela é composto por 2.712 domicílios, sendo 1.440 apartamentos e 1.272 casas (COHAB-LD, 2012). Ali vivem 2.699 famílias, num total de 8.395 habitantes (COHAB, 2012a).

O Residencial Vista Bela tem uma gigantesca concentração de crianças e adolescentes comparativamente à proporção média municipal. Ou seja, nele crianças e adolescentes (0 a 17 anos) juntos somam 48,7% da população total (4087 dos 8.395 moradores), enquanto o percentual do município como um todo é de 25,62%.

Inversamente as proporções de adultos e idosos são bem inferiores: a) adultos (18 a 59) = 23,37% no Vista Bela para 61,66% no Município todo; b) idosos (acima de 60 anos) = 4,56% para 12,72%. Este é um forte indicativo da necessidade de investimento em infraestrutura voltada à atenção integral dessas crianças e adolescentes, uma vez que o conjunto

residencial em questão é desprovido dela, e como também veremos mais abaixo, este segmento é merecedor, juntamente com a população idosa, de prioridade absoluta na formulação das políticas públicas.

Das 2699 famílias moradoras do Residencial, 2334 têm renda familiar de até 2 salários mínimos (86,48%). O percentual de famílias que sobrevivem com menos de 1 salário mínimo é 30,91%. Esse é um grande desafio para a política de assistência social, pois tal número equivale à população de municípios inteiros e, neste caso, quase que 100% dos moradores formam o público desta política.

A exemplo do Vista Bela, outros empreendimentos imobiliários preocupam e desafiam as políticas públicas em geral e a política de assistência social em específico. É o que ocorre com os Residenciais: Flores do Campo, também na Região Norte, e Cristal e Alegro, na Região Sul. Tais empreendimentos, mesmo cumprindo-se o critério da avaliação e localização territorial, impactam nos serviços da assistência social, uma vez que, ao serem instaladas em novas residências, famílias antes numerosas, se desmembram e passam a ser mais de uma família. Além disso, ainda que provenientes da mesma região do empreendimento, as famílias beneficiárias agregam em suas novas moradias outros membros residentes em condições precárias ou provisórias. Assim, tem-se percebido que, à medida que tais empreendimentos se instalam, aumenta o número de famílias referenciadas em um CRAS e o número de membros dessas famílias acaba se tornando maior. Vislumbra-se, em curto espaço de tempo, que essa situação demande da assistência social estrutura de atendimento, seja em novas unidades de CRAS, seja em incremento das equipes. Além dos CRAS, serviços de atendimento à criança e ao adolescente, jovens e à pessoa com deficiência tornam-se necessários nessa realidade, impactando também na necessidade de implementação dos serviços de média e alta complexidade.

No que se refere à realidade do Município por segmentos, Londrina apresenta os seguintes dados importantes e que devem ser considerados quando da proposição de ações por todas as políticas públicas. Quanto à realidade da criança e ao adolescente, segmento legalmente definido como prioridade absoluta, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), os dados do censo IBGE 2010 indicam que o município conta com 25,62% de sua população na faixa de idade de 00 a 17 anos, o que totaliza 129.808 pessoas, das quais 79.020 (16,09%) são crianças de 00 a 11 anos e 48.333 (9,53%) são adolescentes, de 12 a 17 anos.

Um aspecto relevante na realidade de Londrina é relacionado às ocorrências de ameaças de morte a número expressivo de adolescentes, fato que vem sendo discutido amplamente pelos segmentos da sociedade junto ao Poder Público, o que, a partir da apresentação de demanda aos órgãos ligados à Segurança Pública e aos Direitos da Criança e do Adolescente, em âmbito estadual, levou à implantação de serviço de proteção especializado no município, o qual carece de melhor estruturação para oferecer o suporte necessário ao atendimento prestado pela esfera municipal.

A faixa etária dos jovens, de 18 aos 29 anos reúne também, com base nos dados do Censo IBGE 2010, 21,04% do total da população, ou seja, 106.602 pessoas. Entre 30 e 59 anos estão 40,62% dos habitantes de Londrina, num total de 205.815 pessoas. A soma destes dois segmentos, que compõe o grupo que classificamos aqui como população adulta é de 312.417 habitantes, perfazendo 61,66% da população total.

Destaque-se, no segmento de população adulta, um crescente número de pessoas em situação de rua na cidade de Londrina. Os dados de atendimento do Centro POP e da equipe de Abordagem Social indicam que, além dos originários do município de Londrina, tem ocorrido o aumento do número de pessoas que chegam à cidade sem referência familiar e sem perspectivas de emprego. Esses serviços da rede governamental atendem, em média, 277 pessoas em situação de rua por mês no Centro POP e 348 pessoas nessa situação/mês no Serviço de Abordagem Social, número que vem crescendo sistematicamente, mês a mês.

No que se refere à população idosa, outro público destacado pela legislação como alvo de atenção prioritária das políticas públicas para a garantia dos seus direitos (segundo Estatuto do Idoso - Lei 10.741/2003), o Censo IBGE 2010 chegou a um número de 64.476 pessoas, 12,72% do total da população, sendo 13,77% de mulheres e 11,59% de homens.

Na média geral há uma diferença de 4 pontos percentuais entre o sexo feminino e o masculino, este representando 48% do universo populacional, e elas 52%. Destaque-se que até os 17 anos o maior número é de pessoas do sexo masculino (3,02 pontos percentuais), o que passa a se inverter na faixa dos 18 aos 29 e se mantém até a faixa da população idosa.

Tal situação reflete o aumento da mortalidade masculina identificada nos índices oficiais a qual está majoritariamente associada a causas externas, com destaque para a violência, acidentes de trânsito e cuidados básicos com a saúde.

Com base nos dados aqui apresentados, verifica-se que Londrina tem ainda muito que melhorar no sentido de reduzir as desigualdades e de promover a equidade e a justiça social.

Para atendimento das famílias que são público da assistência social e seus membros, Londrina desenvolve ações nos níveis de Proteção Social Básica e Especial, por meio da rede de serviços governamentais diretamente prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e não governamentais, pela atuação das entidades socioassistenciais, num total de 22 entidades. Os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS e o Centro de Referência Especializada para Atendimento a Pessoas em Situação de Rua - Centro POP são unidades públicas estatais que prestam atendimento aos indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e/ou social e referenciam outros serviços da rede governamental e não governamental dentro dos níveis de proteção da política de assistência social.

A rede de Londrina conta com os seguintes serviços:

Na Proteção Social Básica: CRAS: 10 unidades estatais. Entretanto, para a manutenção de 05 delas ainda é firmado convênio, na modalidade sociofamiliar, com 02 entidades; Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos: convênio com 14 entidades; Sociofamiliar e Inclusão Produtiva: convênio com 3 entidades;

Na Proteção Social Especial: Centro POP: 01 unidade estatal; Serviço de Abordagem Social: 01 serviço estatal; CREAS: 03

unidades estatais; Serviço de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes: 01 serviço estatal; Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: convênio com 04 entidades; Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos em Situação de Rua: convênio com 04 entidades, sendo que uma delas tem uma unidade feminina e outra atende especificamente três pessoas com deficiência sem vínculo familiar.

No que tange aos benefícios assistenciais, Londrina, por meio da Lei Municipal nº 10.323 (09/10/07), instituiu a criação do Programa Municipal de Transferência de Renda sendo atualmente 3.000 famílias beneficiárias deste programa. Somado a isso, tem-se, ainda, os benefícios do Programa Federal Bolsa Família, que atende, atualmente, cerca de 14.167 famílias e o Benefício Eventual Cupom Alimentação que, segundo dados de 2013, atende 2.500 famílias, além do Benefício Federal de Prestação Continuada que atende em Londrina 7.232 idosos e 5.510 pessoas com deficiência.

Entretanto, muito mais famílias poderiam acessar benefícios, cuja gestão se dá no Município, não fossem as dificuldades e entraves estruturais dos serviços voltados ao atendimento no território e a inadequação da estrutura de gestão de benefícios. Muitas famílias estão aptas a entrarem no Cadastro Único e parte delas a receber o Bolsa Família e acessar outros programas federais e estaduais. Além disso, um alto número de famílias precisa ter seus cadastros revisados, pois a atualização periódica é uma das condições para a continuidade no Programa Bolsa Família e em diversos outros programas. Porém, o tempo de espera para que efetivamente o atendimento ocorra tem sido um dos fatores de maior preocupação e se constitui num dos grandes desafios no momento.

A redução do tempo de espera é uma das metas que se pretende alcançar com a contratação de profissionais para atuação específica no que tange ao Cadastro Único e ao Benefício Bolsa Família. Outra necessidade é a adequação da estrutura de gestão de benefícios.

Outro desafio posto e cujo enfrentamento é condição para a continuidade do cofinanciamento federal dos serviços prestados pelo Município é o cumprimento do Plano de Providências firmado com o Governo Federal, no qual é indicada a necessidade de adequação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS quanto ao quadro de Recursos Humanos. Isto se dá porque, dos 10 CRAS existentes em Londrina, apenas 05 estão adequados e contam com equipes de referência estatutárias. Persiste o número de 05 com equipes contratadas pela via convenial, o que é considerado irregular pela esfera federal, reguladora desse serviço do SUAS. Também, preocupa o fato de que muitos CRAS não possuem estrutura e equipes com capacidade de realizar o acompanhamento familiar sistemático que lhe é atribuído pelo fato de ser o único equipamento da Política de Assistência Social com a competência de desenvolver o PAIF - Serviço de Proteção Integral às Famílias, serviço eminentemente estatal. O Plano de Providências mencionado contempla, ainda, a necessidade de adequação das estruturas quanto à acessibilidade nos CRAS.

A avaliação do Município pelo Índice de Desenvolvimento de CRAS (ID CRAS), realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aponta tais deficiências na rede de Londrina. Além de impactar no cofinanciamento específico do serviço em questão, esse indicador, também, reflete em incentivos de gestão destinados ao município quando do cumprimento das normativas afetas aos serviços.

Também no que se refere aos CREAS, ao Acolhimento Familiar, ao Centro POP e à Abordagem Social, unidades mantidas integralmente pelo poder público, há a necessidade de implementação das estruturas de atendimento, especialmente com a adequação das equipes técnicas às normativas vigentes. No caso do Acolhimento Familiar, do CREAS 2 e do Centro POP há necessidade de melhoria nas condições estruturais, com a viabilização de sedes adequadas ao atendimento. O Município aderiu ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e tais adequações se fazem urgentes para cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo atual junto à esfera federal.

Esses apontamentos resultam do diagnóstico descentralizado e participativo, realizado pela Secretaria de Assistência Social, por meio de uma comissão formada mediante deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social. O referido diagnóstico indicou, ainda, outros aspectos da política municipal que merecem atenção e investimentos, a fim de que se possa alcançar patamares mais elevados de atendimento às demandas das famílias e seus membros e, assim, melhores níveis de garantia de direitos. São eles:

Alto número de crianças e adolescentes, em especial de 06 a 14 anos, fora da rede de serviços socioassistenciais, com aumento das vulnerabilidades e violação de direitos;

A impossibilidade de estruturas públicas do Município adquirirem produtos da Economia Solidária para uso nos serviços públicos; Ausência de espaços físicos apropriados para a produção e comercialização dos produtos da Economia Solidária e da Inclusão Produtiva;

Grande dificuldade dos usuários em acessar os serviços. No caso dos CRAS, vale ressaltar como fato: as estruturas inadequadas e as grandes distâncias dos territórios. Isso se verifica nas várias regiões, porém tem destaque a Região Sul A (cujo CRAS compartilha a estrutura com o CRAS Sul B, fora do território em que atua, o que dificulta o acesso e compromete o bom atendimento à população), a Zona Rural (que não possui locais apropriados para atendimento nas sedes dos distritos), a Região Leste (cuja estrutura não é adequada e não comporta o número de famílias referenciadas). Também as crianças e adolescentes têm muita dificuldade em acessar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em face do grande número de demandas frente à capacidade de atendimento da rede instalada. O diagnóstico territorial identificou a necessidade de, pelo menos, 1.200 novas vagas nessa modalidade de atendimento, ou seja, um incremento de 41% no total de vagas no Município;

Demanda reprimida nos territórios para o atendimento das situações de média e alta vulnerabilidade, ou seja, para as situações de violação de direitos cujo atendimento é responsabilidade da política de assistência social. Uma das demandas mais presentes é a de descentralização dos serviços destas complexidades;

O crescimento e envelhecimento do número de pessoas com deficiência com um único cuidador, quando se trata de idoso,

é outro fator para o qual a política municipal deve atentar. Verifica-se a sobrecarga física e emocional dos cuidadores e seu desfalecimento e também o envelhecimento destes, o que aponta para o potencial crescimento da demanda de pessoas com deficiência sem referência familiar. Identificou-se grande incidência da necessidade de implantação de Residências Inclusivas e Centros-Dia, nos diferentes territórios do Município, inclusive na Zona Rural;

Insuficiência de serviços para o atendimento de pessoas com deficiência, tanto na prevenção (Proteção Social Básica), quanto na proteção (Proteção Social Especial);

Dificuldade em realizar a busca ativa e a vigilância social, devido ao grande número de bairros que compõem os territórios de abrangência dos CRAS - conseqüente sobrecarga das equipes técnicas;

Dificuldade de desenvolvimento de ações conjuntas com o Conselho Tutelar em razão do número insuficiente de conselhos e de conselheiros;

Aumento das situações de violência contra a pessoa idosa, o que indica a necessidade de implementação de serviço para o atendimento da vítima e sua família, por meio da atuação do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social, a quem compete o atendimento a pessoas e famílias com direitos violados;

Novas configurações das demandas dos usuários que têm exigido dos profissionais habilidades e conhecimentos especializados e diversificados, destacando-se o alto comprometimento com substâncias psicoativas e a ocorrência de situações de violência e ameaça, entre outras;

Grande dificuldade de retorno familiar de pessoas institucionalizadas, que aumenta a permanência nas unidades de acolhimento institucional;

Alto número de pessoas em trânsito no Município de Londrina, o que aumenta a demanda da rede de serviços. Preocupa particularmente a situação dos estrangeiros, dos ameaçados de morte em seus municípios de origem, dos idosos em trânsito em razão do benefício do passe livre interestadual, assim como o aumento da migração devido aos grandes empreendimentos da construção civil;

A rede de acolhimento institucional não alcança todas as modalidades e necessidades do público, fazendo-se necessário ampliar o número de vagas para atendimento de crianças, adolescentes e adultos, bem como implementar outros serviços e alternativas no município, a exemplo da Casa de Passagem e das Repúblicas para pessoas em situação de rua;

O número de metas, os valores e as modalidades de benefícios existentes são insuficientes, havendo a necessidade de ampliação e incremento nos valores, além da revisão de algumas condicionalidades;

Ausência de uma política municipal/estadual para atendimento à população em situação de rua;

A cultura de migração, temporária de membros da Reserva Indígena para o núcleo urbano, com a finalidade de comercialização do artesanato, por vezes os expõe aos mais variados riscos, principalmente as crianças, o que desafia as equipes técnicas e indica, cada vez mais, a necessidade de investimentos em estrutura na área urbana e capacitações para melhor atendimento na área urbana e na Terra Indígena;

Na gestão há grandes desafios devido: à realidade dinâmica, à política em construção e à sobrecarga de trabalho das equipes técnicas o que indica a necessidade constante de formação e cuidado com os trabalhadores do SUAS, incrementando a gestão do trabalho nesta política;

A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS não atende completamente a realidade da gestão da Política Municipal. Logo, é imprescindível proceder as adequações e alterações havendo a necessidade de adequamentando a gestões para melhor atendimento na rede de atendimento, ou seja, um incremento no Regimento Interno da Secretaria, para a criação de unidades administrativas vinculadas, necessárias ao cumprimento de seu papel de coordenadora da Política de Assistência Social no Município;

Estrutura material e disponibilidade de ferramentas de trabalho não correspondem à dinâmica, havendo a necessidade de informatização de alguns processos de trabalho e de condições para manutenção estrutural, bem como adequação das estruturas de armazenamento de materiais e almoxarifado;

Estrutura inadequada das secretarias executiva e administrativa do Conselho Municipal de Assistência Social;

Dificuldade do trabalho em rede nos territórios - necessidade de diretrizes nesse sentido, fluxos que orientem a articulação intersetorial, bem como retaguarda de pessoal;

Necessidade de manutenção preventiva do sistema de informação - IRSAS, garantindo a preservação e leitura dos dados coletados pela rede socioassistencial, assegurando a possibilidade de exercício permanente da vigilância social;

Promover a discussão e implementação de serviços complementares no campo da assistência social, bem como de revisão dos valores de financiamento da rede de serviços não governamentais;

Garantia de manutenção dos serviços dentro dos padrões de qualidade e dignidade estabelecidos na regulação vigente.

Todas essas situações identificadas demandam do Poder Público o enfrentamento a curto e médio prazos, o que justifica o desenvolvimento deste Programa no presente Plano Plurianual, como forma de viabilizar as condições para que as ações necessárias ao seu enfrentamento sejam desenvolvidas.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Desenvolver e apoiar ações voltadas à proteção social básica e especial de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco sociais, garantindo-lhes o aprofundamento das seguranças estabelecidas no Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

Objetivos Específicos:

Proteção Social Básica: Prevenir situações de risco, atendendo famílias e indivíduos nas diferentes fases do ciclo geracional, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Proteção Social Especial: Atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes da exposição a

situações de extrema vulnerabilidade, tais como: abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, situação de rua, trabalho infantil, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social, visando à superação das situações de vulnerabilidade e risco identificadas e a inserção em serviços da política de assistência social prestados nas unidades de média e alta complexidade da rede de serviços governamental e não governamental, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

Gestão: Gerenciar a política de assistência social no Município de Londrina, exercendo a coordenação do SUAS neste âmbito, promovendo qualificação e aperfeiçoamento para funcionamento dos serviços, a viabilização de infraestrutura para esta política e a articulação entre os diversos serviços, conselhos e outras áreas de políticas públicas para desenvolvimento das ações, na perspectiva da intersetorialidade e complementaridade, com vistas à promoção do desenvolvimento da qualidade de vida das famílias atendidas; na perspectiva da gestão democrática e participativa, com respeito às instâncias de controle social.

- Implantar e implementar serviços, viabilizando estrutura necessária e adequada ao seu funcionamento, qualificação, modernização e ampliação da cobertura das unidades de atendimento.

- Viabilizar condições para que a vigilância social ocorra, de forma a produzir, sistematizar e gerir informações úteis e necessárias à identificação das vulnerabilidades e riscos que demandem ações no campo da defesa social e institucional e no provimento da proteção social básica e/ou especial.

Controle: Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a realização de conferências municipais, precedidas da realização de pré-conferências, assim como apoiar técnica e financeiramente a manutenção, estruturação e qualificação das ações do conselho.

- Apoiar a criação e implementação de espaços democráticos de participação dos usuários da política de assistência social, garantindo-lhes acesso e conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

- Fomentar a participação e o exercício do controle na política de assistência social, promovendo a articulação entre o poder público e a sociedade civil.

Indicadores dos Programas:

Nome: Percentual de famílias incluídas nos programas de transferência de renda municipal e federal

Gerente: Gerência de Transferência de Renda. Claudia Renata Favaro.

Metodologia: comparativo entre o número de famílias potencialmente usuárias dos benefícios e o número de famílias neles inseridas.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 74,45 %

Data de Apuração: 09/07/2013.

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
78%	83%	88%	93%

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Público da assistência social potencial para os benefícios de transferência de renda.

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 1 - Acabar com a Fome e Miséria

Nome: Tempo de espera para o Cadastro Único

Gerente: Diretoria de Proteção Social Básica. Sandra Nishimura.

Metodologia: comparativo entre o tempo de espera apurado em 2013 para agendamento para preenchimento do Cadastro Único.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Unidade de Medida: Dias

Índice de Referência: 60 dias

Data de Apuração: 08/07/2013.

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
30	15	10	5

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Público da assistência social potencial para os benefícios de transferência de renda.

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 1 - Acabar com a Fome e Miséria

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:25 -Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa:
0018 - Crianças e Adolescentes com Direitos Garantidos

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

Por força de tratados internacionais assumidos pelo Brasil, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.069 de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), e de leis complementares, crianças e adolescentes são merecedores de prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas municipais, as quais deverão ser voltadas ao atendimento das suas necessidades e ao pleno desenvolvimento das suas potencialidades, garantindo-se lhes a proteção integral, de forma articulada e integrada, por meio de órgãos públicos setoriais e organizações não governamentais.

Essa condição de prioridade estabelece que é preciso garantir às novas gerações os serviços e a proteção que lhes possibilitem ser verdadeiramente cidadãos.

Faz-se necessário, então, superar as barreiras impostas pelas austeridades orçamentárias para derrubar aquelas que vêm privando nossas crianças e jovens dos serviços de que precisam para terem assegurados, na prática, os seus direitos já largamente assegurados tanto nos tratados internacionais quanto na legislação nacional: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária (art. 4º do ECA). Para sermos uma cidade verdadeiramente desenvolvida, sustentável, precisamos atingir a grande meta de não termos nenhuma criança ou adolescente objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (art. 5º do ECA).

As informações abordadas a seguir nos permitem elencar aspectos do perfil da população infanto-juvenil no nosso município que justificam a necessidade de um olhar público diferenciado e da garantia do financiamento que promova a proteção a esse público, passando por dados demográficos, como quantidade, proporção por sexo e localização territorial, indicadores que compõem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente aqueles relacionados à infância e à adolescência, com especial ênfase nos aspectos da realidade que precisam ser melhorados, ou seja, nos problemas que ainda precisam ser resolvidos para que os direitos das crianças e adolescentes sejam totalmente assegurados. São apresentados, ainda, indicadores da violência praticada contra crianças e adolescentes e daquela praticada por adolescentes. Por último, algumas informações sobre o Sistema de Garantia de Direitos do Município, sua estrutura, serviços ofertados pelas várias políticas públicas municipais, investimento realizado através do Orçamento Criança, e avaliação dos resultados.

No que tange aos aspectos demográficos, dados do último Censo IBGE, 2010 indicam que Londrina tem uma população total de 506.701 habitantes, com grande concentração na zona urbana (97,4%). Apenas 2,6% dos londrinenses vivem no meio rural. Há também concentração no distrito sede, onde vivem 96,6%, distribuindo-se pelos demais distritos (Guaravera, Lerroville, Paiquerê, Irerê, Maravilha, São Luiz e Warta) os 3,4% restantes.

Viviam no município de Londrina, em 2010, 81.475 crianças (de 0 a 11 anos), o que representava 16,08% da população total. Os adolescentes somavam 48.333 (9,54% da população total). Somando os dois grupos, temos 129.808 crianças e adolescentes, 25,62% do total de londrinenses.

Quanto aos gêneros, 49,09% são do sexo feminino (63.726 pessoas) e 50,90% do masculino (66.082). Em relação ao montante total de homens, os meninos representam 27,9%, e as meninas somam 24,17% do total de mulheres.

Em termos de distribuição regional no distrito sede de Londrina (mais especificamente na sua zona urbana), a região norte é a que tem maior número de crianças (24.743) e também de adolescentes (13.140). Somam-se ainda a este contingente mais 4.087 crianças/adolescentes que vivem no Conjunto Residencial Vista Bela, o qual não tinha ainda sido implantado por ocasião do Censo. Segundo dados fornecidos pela COHAB (dezembro de 2012), a distribuição etária é a seguinte: 558 crianças de até 2 anos; 1.037 de 2 a 6 anos; 972 de 7 a 10; 930 de 11 a 14; e 590 de 15 a 17 anos. Em seguida vem a região leste, com 17.354 crianças e 9.283 adolescentes. A sul aparece em terceiro lugar, com 16.121 crianças e 8.690 adolescentes, e é seguida pela Oeste, onde viviam em 2010 15.337 crianças e 8.479 adolescentes. Por último a região centro, com 9.341 crianças e 5.797 adolescentes.

É importante destacar que o Residencial Vista Bela tem uma gigantesca concentração de crianças e adolescentes comparativamente à proporção média municipal; nele crianças e adolescentes (0 a 17 anos) representam 48,7% da população total (4.087 dos 8.395 moradores que compõem a população total do conjunto), enquanto o percentual médio do município é de 25,62%, como foi dito anteriormente. Outros conjuntos habitacionais em processo de implantação e de planejamento, a exemplo do Vista Bela, devem igualmente ser objeto de preocupação e análise constante da necessidade de intervenção e presença das políticas públicas, pois se identifica a tendência de concentrarem grande número de crianças e adolescentes. Não foi possível apurar a proporção exata de crianças e adolescentes que vivem nos demais distritos administrativos de

Londrina, apenas as respectivas populações totais, a partir das quais é possível estimar a desses segmentos pela média municipal acima mencionada. Aplicando-se o percentual médio de 16,08% (crianças) e 9,54% (adolescentes), chegamos à estimativa de que, do total de 17.156 pessoas que residem nos distritos, 2.760 são crianças e 1.636 adolescentes, com destaque para o fato de se manterem, em todos os distritos, as médias de 16% de crianças e 9,5% de adolescentes.

Um aspecto relevante a ser considerado nesta análise é a raça/cor da população como uma variável importante para a compreensão da realidade municipal, uma vez que tem relação com outras, como a renda e a escolaridade (menor entre negros e pardos). Segundo o Censo 2010, que se baseia na auto definição dos entrevistados a distribuição pelos grupos raciais, cujas informações referem-se apenas à população que vive no perímetro urbano do distrito sede, ou seja, 466.450 pessoas, de um total de 506.701 pessoas, 70,9% são brancos; 21,1% pardos; 4,3% pretos (negros); 3,61% amarelos; e 0,12% índios.

A proporção de crianças entre os índios é superior à média municipal, e a concepção do que seja criança e adultos é diferente da classificação aqui adotada. A partir dos 14 anos começam a ser considerados adultos, e a partir dos 17 anos constituem famílias. O número de crianças de 0 a 13 anos residentes na TI Apucarantina é de aproximadamente 800, sendo 200 (25%) de 0 a 05 anos de idade e 600 (75%) de 6 a 13 anos. Em média os índices de natalidade dentro da TI desde a década de 90 até 2012 tem variado em torno de 40 a 60 nascimentos ao ano. Nos últimos 04 anos esse percentual tem diminuído, ficando entre 34 a 37 nascimentos. As faixas etárias das mães são de 14 a 41 anos. (PML/SMAS/DPSB, 2013). É importante destacar, ainda, que segundo o Relatório de Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (PORTAL ODM, 2013, p. 5), das crianças de até 1 ano de idade, em 2010 (que somavam 12.939) 3,9% não tinham registro de nascimento em cartório (ou seja, 505 crianças). Este percentual cai para 1,9% entre as crianças de até 10 anos. Entre dois e dez anos tínhamos, em 2010, 60.870 crianças. Aplicando-se a este contingente o percentual de 1,9% chegamos então a 1.156 crianças entre dois e dez anos sem registro, o que nos leva a um total de 1.661 crianças de zero a dez anos sem registro de nascimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pactuados em 2000 por 189 nações, dentre elas o Brasil, reúnem metas e indicadores de grande valor para medir as condições de vida da população em geral, e das crianças em particular. São 8 Objetivos, a saber: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Avaliar qual o desempenho de Londrina em cada um deles é um bom começo para compreendermos em que medida estamos nos aproximando ou distanciando da grande meta de garantir proteção integral e condições ideais para um crescimento saudável de nossas crianças e adolescentes, garantia que assegura, ao mesmo tempo, um futuro saudável para a cidade de Londrina. Os indicadores elencados nos ODM, e outros apontados na sequência, são importantes guias a nos orientar nessa direção.

A começar pela fome e miséria, de acordo com o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2013, p. 2) 1,3% da população total de Londrina vive abaixo da linha da indigência, e 2,5% entre a linha da indigência e da pobreza. Parece pouco, porém transformando em números absolutos chegamos a 6.587 pessoas na primeira situação, e 12.667 na segunda, e somadas as duas temos um contingente de 19.254 pessoas vivendo em condições miseráveis, uma vez que "são considerados abaixo da linha da pobreza as que possuem renda per capita de até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00".

Ampliando-se o rendimento para a faixa de até ½ salário mínimo per capita, em Londrina 14,74% dos domicílios particulares permanentes (24.316 domicílios) estão nesta faixa de renda, ou seja, a renda per capita dos moradores não passa de ½ salário mínimo. Considerando a média de 3,06 pessoas por domicílio, chegamos a um número de 74.407 pessoas nesta faixa de renda, consideradas pobres. (PNAS, 2004, p. 10).

Um estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013) permite conhecer em detalhes qual a composição etária da população que vive "em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00" (o mesmo grupo de pessoas classificadas como abaixo da linha da indigência nos ODM). Ele informa que "no município havia 520 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 259 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 1.626 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 405 jovens nessa situação. (...) 42,7% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos", (MDS, 2013, p. 1), o que equivale a 2.810 indivíduos (crianças e/ou adolescentes) nesta condição. Se aplicarmos o mesmo percentual ao grupo de pessoas com renda per capita de até R\$140,00 (as 12.667 acima informadas), somar-se-ão mais 5.409 crianças e adolescentes, chegando-se a um total aproximado de 8.219 crianças e adolescentes vivendo abaixo da linha da indigência e da pobreza.

A análise detalhada do primeiro indicador já nos mostra que por trás de pequenos percentuais vivem (ou melhor, sobrevivem) quantidades nada desprezíveis de pessoas em condições, estas sim, absolutamente desprezíveis.

Um dos programas governamentais voltados à redução da pobreza, especialmente da pobreza extrema, é o Bolsa Família, que proporciona às famílias nesta condição a sobrevivência imediata e, na medida em que investe na inserção dos beneficiários e seus dependentes nas políticas públicas, especialmente as de saúde e educação, visa quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. 13.916 famílias londrinenses recebem o Bolsa Família (abril/2013), sendo 226 delas indígenas. 6.638 crianças de 0 a 7 anos, pertencentes a essas famílias, são acompanhadas sistematicamente pela área da saúde (acompanhamento nutricional e vacinal), e 16.743 crianças e adolescentes na faixa de 6 a 17 anos são sistematicamente acompanhadas pela área da educação (14.349 entre 6 e 15 anos, e 2.394 entre 16 e 17 anos), uma vez que entre as condicionalidades para receber o benefício estão os cuidados (a parte que cabe à família garantir, providenciar/encaminhar) com saúde e a frequência escolar do público infantojuvenil. (PML/SMAS/DPSE/GTR, 2013). No Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR) estão inseridas 2.346 famílias (março/2013). Recebem auxílio natalidade (também municipal, em abril/2013) 118 famílias. Além da renda per capita, outro indicador importante e complementar, associado ao objetivo de acabar com a fome e a

miséria, diz respeito à distribuição da riqueza socialmente produzida, o montante total da renda. Mede-se, assim, a desigualdade social de modo amplo, verificando o percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população. Neste indicador o município tem ainda um abismo social a transpor. Entre 1991 e 2000 (dado mais recente disponível) a participação dos 20% mais pobres da população na renda passou de 3,3% para 2,8%, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade. Em 2000, a participação dos 20% mais ricos era de 62,4%, ou 22 vezes superior à dos 20% mais pobres.

O índice de Gini de Londrina (em 2010) era de 0,522 (IPARDES, 2012, p. 28). Ele mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima. Estamos num nível mediano de desigualdade, bem longe do ideal. O índice do Paraná (em 2011) era de 0,459 (WIKIPEDIA, 2013), e o do Brasil (em 2010) 0,526 (IBGE, 2011).

Outra variável relacionada à fome e à miséria é a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas. Segundo o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2013, p. 2) em 2010, o número de crianças pesadas pelo Programa Saúde Familiar foi de 59.683; destas, 0,4% estavam desnutridas, ou seja, 239 crianças. A atuação do Comitê de Aleitamento Materno (Calma), que existe desde 1994 e oferece apoio a instituições de saúde com relação à implementação de ações de promoção, proteção e manejo do aleitamento materno, a fim de diminuir a mortalidade infantil e a incidência de doenças relacionadas ao desmame incorreto é estratégia fundamental para a redução desse índice.

Especificamente no que se refere às crianças indígenas, dados fornecidos pela antropóloga Marlene de Oliveira (PML/SMAS/DPSPB, 2013), informam que vem se registrando entre elas, desde 1993, um alto índice de subnutrição, associado às mudanças de hábitos alimentares, desmame precoce, carência alimentar, e monotonia alimentar. Foram desencadeadas diversas ações específicas em relação à desnutrição infantil dentro da TI desde a década de 1990, que têm obtido resultados na redução dos índices, porém persistem situações que chamam a atenção, pois 15,1% das crianças indígenas ainda apresentam quadro grave de desnutrição e risco nutricional, em um total de 199 crianças de 0 a 05 anos.

Passando ao segundo grande objetivo do Milênio, a educação básica de qualidade para todos, comecemos por entender a situação das crianças e adolescentes que vivem na extrema pobreza - segundo o conceito do MDS, que entende como extremamente pobres as pessoas cuja renda per capita não ultrapasse R\$70,00 -, aquele universo de 2.810 indivíduos anteriormente mencionado. Segundo o relatório do MDS sobre a extrema pobreza no município, o Censo de 2010 revelou que havia 380 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representava 73,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 74 crianças fora da escola (28,3% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 76 (4,7%). (MDS, 2013, p. 2). Chega-se, assim, a um total de 530 crianças e adolescentes (de até 14 anos) extremamente pobres fora das creches e escolas, uma média geral de 18,9% das 2.810 classificadas como extremamente pobres.

No que se refere aos indicadores para o município no seu todo, e começando pela taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental, em 2010 14,6% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 62,8%. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 99,3%. (PORTAL ODM, 2013, p. 3).

A distorção idade-série no ensino fundamental e médio de Londrina eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, 12,9% estão com idade superior à recomendada, chegando a 23,2% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio. (PORTAL ODM, 2013, p. 3).

Outra dimensão considerada é o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10. Em 2011 Londrina atingiu 5,5 nos anos iniciais e 4,0 nos finais. Em ambos houve queda de desempenho comparativamente a 2009: 5,7 e 4,1. Este desempenho (de 2011) coloca o município na 1.393.ª posição, entre os 5.565 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.ª série, e na 1.829.ª, no caso dos alunos da 8.ª série.

O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0. (PORTAL ODM, 2013, p. 3)

Com relação à educação dos índios kaingang, a prefeitura mantém 10 professores indígenas na rede municipal, concursados, atuando dentro da Terra Indígena. Atualmente a mantenedora da escola indígena é o Estado, desde 2009. (PML/SMAS/DPSE, 2013).

Quanto ao terceiro objetivo, igualdade entre os sexos e valorização da mulher, interessa-nos aqui a razão meninas/meninos no ensino fundamental e médio, em 2006, indicava que, no fundamental, para cada 100 meninas havia 108 meninos, enquanto no ensino médio esta razão passava a 113 meninas para cada 100 meninos. Na faixa etária de 15 a 24 anos era de 100,3% (em 2010), indicando, aí também, o predomínio de meninas/mulheres (PORTAL ODM, 2013, p. 4). Nota-se que neste indicador são os meninos/homens que têm ficado para trás, prejudicando a almejada igualdade entre os sexos.

Reduzir a mortalidade infantil é o quarto objetivo, medido pela taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos, e pelo percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia. Embora o primeiro indicador se refira à mortalidade de menores de cinco anos, o Relatório informa apenas a taxa de mortalidade de crianças menores de 1 ano, estimada a partir dos dados do Censo 2010, que foi 10,6 a cada 1.000 crianças menores de um ano. O número de óbitos nessa faixa de idade, de 1995 a 2010, foi 1.532 crianças. (PORTAL ODM, 2013, p. 5)

Segundo a Secretaria de Saúde do município, no ano de 2012 ocorreram 86 óbitos de crianças menores de 1 ano de residentes em Londrina. O Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) para 2012 foi de 12,03 óbitos por 1000 nascidos vivos. Em 1990, esse valor era de 22,62 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos. A redução para o período de 1990 a 2012 foi de 16,8%. Sendo assim, Londrina tem um índice de mortalidade considerado baixo, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que classifica mortalidade infantil alta quando ocorre uma média de 50 mortes de criança de até um ano de idade ou mais por mil nascidos vivos; média quando fica entre 20 a 49 por mil nascidos e, baixo quando o índice fica em menos de 20

mortes (PML/AMDS/DVS/GF/NIM/SIM, 2013).

Quanto às causas de mortalidade de crianças menores de 1 ano, no ano de 2010 foram as seguintes: afecções originadas no período perinatal (48), malformação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas (20), causas externas (4), doenças infecciosas e parasitárias (2), neoplasias-tumores (01), endócrinas, nutricionais e metabólicas (01), do aparelho digestivo (01), sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório (01), totalizando 78 mortes. (IPARDES, 2012, p. 12).

Como já foi dito relativamente à desnutrição, um fator que certamente contribui para a manutenção de baixa mortalidade é o aleitamento materno. O percentual de crianças alimentadas exclusivamente com leite materno até os seis meses de idade cresceu de 21% em 2002 para 40,5% em 2010. A Secretaria de Saúde salienta que políticas públicas precisam continuar a ser implementadas para aumentar os índices, contribuindo diretamente na redução da mortalidade infantil no município.

Entre os índios, contudo, o desmame precoce continua sendo uma das principais causas de desnutrição e um fator que contribui para a alta prevalência de doenças infecto-respiratórias, infecto-contagiosas e parasitoses intestinais. Segundo levantamento de morbidade ambulatorial, realizado desde 2003, é alta a prevalência (44%) de doenças do trato respiratório (IVAS, pneumonias e bronquite) em crianças, seguidas pelas doenças infecto-parasitárias (17,4%). Dentre estas as que mais ocorrem são as infestações parasitárias (piolhos e escabiose), seguidas das helmintíases e diarreias. (PML/SMAS/DPSB, 2013).

Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infecto-contagiosas, o que nos leva ao segundo indicador relacionado à redução da mortalidade infantil, o percentual de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia. Em 2011, 92,4% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia. (PORTAL ODM, 2013, p. 5), restando 7,6% de crianças menores de 1 ano sem vacinação em dia, aproximadamente 500 crianças (foi utilizado para o cálculo o número de crianças menores de 1 ano apontadas pelo Censo de 2010: 6.585).

O 5º Objetivo do Milênio é melhorar a saúde da gestante, e para avaliar as melhoras são considerados três indicadores:

a) Número de óbitos maternos e nascidos vivos. Óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas pelo aborto, parto ou puerpério (até 42 dias após o parto).

A taxa de mortalidade materna máxima apontada pela Organização Panamericana de Saúde - OPAS é de 20 casos a cada 100 mil nascidos vivos. O número de óbitos no município, de 1997 a 2010, foi 40. (PORTAL ODM, 2013, p. 6).

b) Percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais. O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez. A proporção de gestantes sem acompanhamento pré-natal, em 2010, em Londrina, foi de 0,8%. As gestantes com 7 ou mais consultas foram 87,7%. Neste mesmo ano, 99,9% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde. (PORTAL ODM, 2013, p. 6)

c) Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes. O percentual de mães com idades inferiores a 20 anos é preocupante. Na maioria dos casos, as meninas passam a enfrentar problemas e a assumir responsabilidades para as quais não estão preparadas, com graves consequências para elas mesmas e para a sociedade. Em Londrina, em 2009, 15% das crianças nasceram de mães adolescentes (PORTAL ODM, 2013, p. 6).

O combate à AIDS, à malária e outras doenças é o 6º grande objetivo, medido pelo número de casos de AIDS registrado por ano de diagnóstico, segundo gênero, e pelo número de casos de doenças transmissíveis por mosquitos.

O Município teve de 1985 a 2011, 2.134 casos de AIDS diagnosticados. A proporção de mulheres infectadas foi de 39,7%, enquanto entre jovens de 15 a 24 anos foi de 10,8%. (PORTAL ODM, 2013, p. 7).

Entre 2001 e 2009 houve 11.867 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais 20 casos confirmados de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 430 casos confirmados de leishmaniose, 11.417 notificações de dengue. Neste indicador o Relatório de Acompanhamento dos ODM (PORTAL ODM, 2013, p. 7) não traz informação por idade, e não foi possível averiguar este dado junto à Secretaria de Saúde, a qual, no entanto forneceu as seguintes informações quanto às causas de internação, estas sim contemplando as faixas etárias. As doenças do aparelho respiratório foram mais frequentes em crianças até 4 anos de idade, já as complicações por causas externas tiveram o ápice das internações em indivíduos de 15 a 24 anos. (PML/AMDS/DVS/GF/NIM/SIM, 2013).

O 7º objetivo refere-se à qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, e os indicadores considerados são:

a) Ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses. O município declara ter apresentado ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses (assoreamento de corpo d'água e poluição do recurso água), mas sem alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população. (PORTAL ODM, 2013, p. 8).

b) Percentual de moradores com acesso a água ligada à rede e esgoto sanitário adequado. Em 2010 (dados do Censo) 94,6% dos moradores tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo, e 85,2% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas. (PORTAL ODM, 2013, p. 8).

Para este estudo interessa, contudo, destacar que ainda restam no município 14,8% de domicílios que não possuem sistema de esgoto, e 5,5% que não têm cobertura da rede de abastecimento de água. Tomando-se a média municipal de moradores por domicílio, que é de 3,06 (IBGE, 2010), e o número total de domicílios (particulares permanentes), que é 164.902 (IBGE, 2010, dados do universo) chega-se a um número de 24.405 domicílios sem rede de esgoto (aproximadamente 74.679 pessoas), e 9.069 domicílios sem abastecimento de água (27.751 pessoas). Olhando por este ângulo temos um forte indicativo de que este aspecto da realidade municipal (esta falta) merece ainda ser olhada com muita atenção.

c) Proporção de moradores segundo a condição de ocupação. O município declarou, em 2008, existirem loteamentos irregulares e também favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, e que existe processo de regularização fundiária e

urbanização de assentamentos. Em 2010 não havia moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares) (PORTAL ODM, 2013, p. 8).

É contestável a informação relativa ao ano de 2010, uma vez que, segundo informações do IPPUL (Gerência da Pesquisa), não houve o levantamento desses aglomerados no Censo 2010, mas isso não significa que não existam.

Alguns indicadores de condições habitacionais das famílias pobres do município corroboram os dados acerca da falta de acesso de uma parcela nada desprezível da população à infraestrutura urbana básica e evidenciam a sua situação de exclusão social. De acordo com dados de um estudo diagnóstico realizado recentemente para a formulação do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, ao longo dos anos Londrina tem realizado vários investimentos em habitações para população de baixa renda, que não foram, contudo, suficientes, uma vez que em 2010 ainda existiam no município 61 assentamentos precários e/ou ocupações irregulares. Apenas um se localiza fora da sede municipal, no Distrito de Guaravera. Nessas habitações viviam 4.709 famílias (aproximadamente 14.409 pessoas) em condições inadequadas e de precariedade tanto em relação aos domicílios quanto à posse da terra. Essas famílias estavam assim distribuídas pelas regiões da cidade: centro: 106; norte: 888; sul: 1487; leste: 1851; oeste: 329; e rural: 48. A zona leste era responsável pela concentração da maior quantidade de famílias, com 39,31% do total de 4.709, nos seus 26 aglomerados. Em segundo lugar, vinha a zona sul com a concentração de 1.487 famílias (31,58%) em 15 aglomerados. (COHAB-LONDRINA, 2011, p. 304).

Voltando ao Relatório dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2013, p. 8), em 2010 99,5% dos moradores urbanos contavam com o serviço de coleta de resíduos e 94,3% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo). O último dos grandes objetivos almeja todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento, e avalia o percentual de escolas do ensino fundamental e médio com acesso à internet. O dado disponível é de 2005, quando o percentual de escolas do Ensino Fundamental com laboratórios de informática era de 98,0%; com computadores 39,0% e com acesso à internet 72,8%. As escolas do Ensino Médio com laboratórios de informática eram 98,3%; com computadores 68,4% e com acesso à internet 70,2%. (PORTAL ODM, 2012, p.8). Matéria recente da Folha de Londrina (LEÃO, 2013) apresenta os limites e desafios neste campo. Entre os limites estão a rede de energia precária e a falta de profissionais de informática para dar suporte. Assim, mesmo existindo laboratórios e computadores, os equipamentos frequentemente não estão disponíveis. O grande desafio é ultrapassar esses (e outros) limites a fim de universalizar de fato o acesso à tecnologia.

Outro aspecto relevante para caracterizar a realidade da infância e da adolescência em Londrina é os indicadores da violência praticada contra crianças e adolescentes.

O CREAS 3 é um Serviço de Atendimento Especializado a Indivíduos e Famílias com Direitos Violados que prioriza em sua ações as situações de violência contra crianças e adolescentes, nas suas mais diversas manifestações, no âmbito familiar, de natureza emocional, física, sexual, e no âmbito extrafamiliar, a exploração sexual. No ano de 2012, foram atendidas pelas equipes desse serviço 997 crianças e adolescentes, através de acolhida, escuta, diagnóstico, elaboração de plano de atendimento e construção de estratégias e possibilidades do processo de atendimento, tendo como compromisso fundamental interromper o ciclo da violência.

Outra forma das mais visíveis dessa violência é a situação de rua a que são submetidas muitas crianças e adolescentes. Em Londrina, o Serviço Especializado em Abordagem Social de rua atendeu, no ano de 2012, 184 crianças e adolescentes nessa situação, sendo que a maioria dos casos é identificada como situações de mendicância e trabalho infantil.

A violação de direitos, por si só, já é uma violência praticada contra as crianças e adolescentes. Qualquer uma/um a quem não se assegurem as condições que lhe garantam a vida e a dignidade da existência sofre violência. Porém, no seu grau máximo, ela rouba-lhes a vida. É das formas mais explícitas e extremas de violência que se falará aqui.

O IHA - Índice de Homicídios na Adolescência serve para estimar o risco de mortalidade por assassinato entre os adolescentes de 12 a 18 anos que residem num território. Faz parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), criado em 2007 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj). O IHA expressa, para cada grupo de mil pessoas com idade de 12 anos, o número de adolescentes nessa idade inicial que serão vítimas de homicídio antes de completarem 19 anos. A expectativa do trabalho é contribuir para o monitoramento do fenômeno e a avaliação de políticas públicas. (IHA 2009-2010, p. 11).

O estudo em questão analisou os dados de mortalidade de 2009 e 2010 nos municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes, tendo chegado à média nacional em 2009 de que, para cada mil pessoas de 12 anos, 2,61 serão assassinadas antes de completarem a adolescência. Esse valor aumentou para 2,98 em 2010, o que representa um aumento inquietante da violência letal contra adolescentes no Brasil. (IHA 2009-2010, p. 11).

A cifra é bastante elevada, considerando que "uma sociedade não violenta deveria apresentar valores próximos de 0". (IHA, 2009, p. 7). Londrina teve, em 2009, um IHA de 3,27, indicando uma projeção de 190 mortes entre 12 e 18 anos. Em 2010 o índice caiu para 2,64, o que representou um número total esperado de 150 mortes nessa faixa etária. Para termos parâmetros de comparação, vejamos os índices de algumas outras cidades: Curitiba apresentou índices de 3,38 e 4,12. Maringá teve índice de 0,93 e 0,52. E Joinville (SC): 0,91 e 0,69. (IHA 2009-2010, p. 84 e 96).

Os alvos preferenciais são os adolescentes e jovens do sexo masculino, negros, que são mortos, na sua maioria, por armas de fogo. (IHA 2009-2010, p. 12). É preciso acrescentar nesse perfil a variável renda. Os dados censitários revelam que raça e renda estão relacionadas, ou seja, a raça interfere nos níveis de renda da população, sendo mais baixos entre negros e pardos. O Estado do Paraná mantém, desde 2010, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Além do público diretamente ameaçado, o PPCAAM atende também às suas famílias. Os dados de Londrina, fornecidos pelo Programa em 26 de abril de 2013, são os seguintes: a) Total de solicitações/atendimento de avaliação de casos: 44 casos; b) Total de Inclusões no PPCAAM: 16 casos (1 de Tamarana/PR, porém, encaminhado pelo MP de

Londrina); c) Crianças/adolescentes em proteção: 10; d) Crianças e/ou adolescentes já protegidos: 29; d) Adultos já protegidos: 17; e) Adultos em proteção: 8.

Na outra ponta temos as infrações praticadas por adolescentes. O Fórum Desenvolve Londrina produziu, em 2011, um estudo intitulado O Adolescente em Conflito com a Lei, no qual trabalhou com os seguintes indicadores:

a) Número de infrações cometidas por menores em Londrina. Foi considerado o período de 2005 a 2010, com os seguintes números, obtidos junto ao Cartório da Vara da Infância e da Juventude de Londrina: 1.147 infrações cometidas por adolescentes em 2005; 1.076 em 2006; 1.039 em 2007; 1.185 em 2008; 1.300 em 2009; 1.143 em 2010; e 1.169 em 2011 (FÓRUM..., 2011, p. 17; 2012, p. 24).

Dados do CENSE - Centro de Socioeducação, que atua no processo de aplicação de penalidades e ressocialização dos adolescentes em conflito com a Lei em Londrina, mantido pela Secretaria de Estado da Justiça do Paraná, referentes ao ano de 2010 (obtidos pelo Fórum empalestra do Diretor do CENSE II, Sr. Julio Cesar Botelho, em 24/03/2011), apresentam os tipos de infrações cometidas pelo público lá atendido: Roubo (55%); Porte de arma (20%); Homicídio (10%); Tentativa de homicídio (10%); e Tráfico (5%). (FÓRUM., 2011, p. 22). Já os dados apresentados pelo Programa Murialdo (atual CREAS 2) que atendia adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e de liberdade assistida assim classificavam as infrações do público ali atendido: Tráfico de drogas (38%); Roubo (30%); Furto (15%); Porte de armas (8%); Porte de drogas (7%); Lesão corporal (5%); Receptação (3%); Descumprimento [de medida socioeducativa] (2%); Homicídio (1%); Ameaça (1%) Abuso sexual (1%); e Latrocínio: 0,5%. Atualmente este CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, responsável pela execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) atende uma média mensal de 340 adolescentes. No ano de 2012 atendeu um total de 506, segundo dados fornecidos pela sua coordenação.

Um perfil desse grupo de adolescentes, traçado pelos dois serviços, revela que é composto majoritariamente por meninos (87,85%). A maioria tem idades entre 15 e 18 anos, e baixa escolaridade (no máximo o ensino fundamental, na maioria incompleto). Daqueles atendidos no CREAS, 76% foram apreendidos uma única vez, e 24% já reincidiram na prática de atos infracionais: 22% duas vezes, 2% mais de duas. Dados do CENSE informam que "cerca de 25% das famílias dos adolescentes internados no CENSE II declararam renda inferior a R\$100,00 por mês". (FÓRUM..., p. 19 a 22). Tal perfil remete-nos a uma avaliação feita há décadas por uma das principais autoridades na área, relativamente aos meninos em situação de rua, porém válida ainda hoje também para os meninos em conflito com a lei, com a ressalva de que até mesmo a política de segurança pública e de ressocialização é falha em relação a esses adolescentes. (PELEGRINO, 2013b).

b) O segundo indicador apresentado pelo Fórum refere-se às Pessoas atuadas pela Polícia Civil em Londrina: média mensal por faixa etária. Segundo dados da 1ª Subdivisão Policial de Londrina, em 2009 foram atuadas 1.502 pessoas no total. Destas, 518 (34,5%) tinham entre 12 e 17 anos, 514 (34,2%) entre 18 e 25, e 472 (31,3%) tinham mais de 25 anos. Em 2010 o total de infrações foi de 1.639, 32,1% crianças e adolescentes, 32% de 18 a 25 anos, e 34,9% mais de 25 anos. (FÓRUM..., 2011, p. 17). O estudo destaca que para compreender esses dados é importante comparar as informações acima com os dados demográficos da população londrinense: os adolescentes, atuados em 34,5 em 2009 e 32,1 em 2010 têm uma participação na população total de apenas 9,4%. Na faixa etária de 18 a 25 anos, onde as atuações também ficaram entre 32 e 34% a presença na população é de 11,7%.

A controversa questão da idade da maioridade penal está intimamente associada a este debate, e obriga a refletir sobre os dois lados da violência.

Uma análise cuidadosa da temática - que fuja da comoção e do senso comum, levando em consideração opiniões de estudiosos(as) do assunto - aponta para a negligência da sociedade e do governo (Estado) para com as famílias pobres e suas crianças e adolescentes.

A posição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA quanto a essa questão, nas palavras do seu presidente, padre César Braga: "Nós somos contra a redução da maioridade penal porque isso afeta acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário", e também porque "a redução da maioridade penal não resolve o problema". Em meio à polêmica o CMDCA cobra a "implantação de políticas públicas integradas (nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura, lazer e outros) na busca de soluções para a violência cometida por adolescentes e contra eles" (apud (PELEGRINO, 2013c).

Buscando assegurar às suas crianças e adolescentes a proteção integral a que têm direito, "o Município de Londrina, através da sociedade civil organizada e governo municipal tem empreendido esforços na concretização de ações que garantam a viabilidade do pleno desenvolvimento de suas crianças e adolescentes (...)" (CMDCA, 2009, p. 10). Londrina tem órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e busca investir em sua implementação.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Compreendem este Sistema prioritariamente, os seguintes eixos:

Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Eixo da Promoção dos Direitos: A política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 3) serviços e programas de execução de

medidas socioeducativas e assemelhadas.

Eixo do Controle e Efetivação do Direito: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e 3) os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

Fazem parte desse Sistema, em Londrina, o Conselho Municipal dos Direitos - CMDCA (criado pela Lei Municipal nº 9.678, de 20 de dezembro de 2004), os Conselhos Tutelares (o 1º Conselho foi criado em 1991, através da Lei Municipal 4.742/91. Atualmente existem três, nas regiões norte, sul e centro, já tendo sido identificada a necessidade da implantação de outros dois conselhos, em razão do porte e da realidade do município, o Ministério Público (duas Varas da Infância e da Juventude), o Poder Judiciário (Juizado da Infância e da Juventude), os Centros de Socioeducação (dois CENSES), um Núcleo de Estudos e Defesa da Infância e da Juventude (NEDDIJ), uma Comissão Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes de Londrina: SEMEAR, e todo um conjunto de políticas municipais de atenção, parte delas executadas exclusivamente com recursos municipais, outra com cofinanciamento das outras duas esferas governamentais (federal e estadual): Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Atenção à Mulher, Defesa do Consumidor, Atenção às Pessoas Usuárias de Substâncias Entorpecentes (familiares e adolescentes). Parte dos serviços é municipalizada, ou seja, ofertada diretamente pela prefeitura, e outra é contratada (ou conveniada/subsidiada) junto a instituições não governamentais. Nas duas situações cabe ao poder público municipal o monitoramento e a avaliação das ações.

O desafio existente no desenvolvimento dos direitos da criança e do adolescente tem estabelecido um debate permanente entre os sujeitos comprometidos com essa parcela populacional, na busca de soluções que visem a prioridade do atendimento e defesa dos direitos desse público, com a participação efetiva da sociedade especialmente por meio de suas estruturas de representação, dentre as quais tem destaque o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, responsável por deliberar e avaliar a situação das crianças e dos adolescentes (no que tange à garantia de seus direitos e às condições efetivas para o seu desenvolvimento) no município. As deliberações desse Conselho devem ser consubstanciadas nos instrumentos de planejamento público, para que se assegure seu efetivo atendimento sob a forma de ações de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Na medida em que as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os serviços e órgãos de defesa de direitos indicarem prioridades a partir da realidade analisada, estas também deverão subsidiar o planejamento e a execução das políticas públicas, sob orientação do CMDCA.

Em 2008 o Município, através do CMDCA, contratou o INBRAPE - Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas S/S Ltda- para a realização de um Diagnóstico da Realidade das Crianças e dos Adolescentes do Município de Londrina / PR (INBRAPE, 2008) estudo que norteou a elaboração dos Planos Municipais das Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente 2008-2010 e 2011-2013, do PPA 2010-2013, e que, acrescido das propostas aprovadas na VIII Conferência dos Direitos da criança e do adolescente de Londrina, realizada em novembro de 2011, e de outras conferências, das demais políticas envolvidas, deverá nortear também a elaboração de um novo Plano das Políticas de Atenção ao segmento para o período 2014-2017. Entretanto, é sabido que a realidade não é estática, pelo contrário, é dinâmica, e exige constância em sua leitura, motivo pelo qual o diagnóstico deve ser uma ação permanente no município.

Um material extremamente rico, e que de modo algum pode ficar fora deste conjunto de informações que subsidiarão a elaboração do novo Plano, é o Relatório da Leitura Comunitária que orientou a elaboração do atual Plano Diretor Participativo do Município de Londrina. Trata-se do resultado de um amplo processo de participação popular realizado pelo IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina entre 2005 e 2006, como parte do processo de planejamento municipal para 10 anos, como preconiza o Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257/2001, que recomenda, como primeira etapa do planejamento, a leitura da cidade e do território. Londrina foi pioneira em envolver a rede escolar - direção, professores e alunos, por meio do Projeto Plano Diretor Jovem Participativo, do qual participaram 145 escolas, sendo 80 municipais, 63 estaduais e 2 particulares. As escolas assumiram o compromisso de trabalhar, nas diversas disciplinas, os temas relacionados à cidade e à cidadania, e esse processo culminou na 1ª Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo, realizada em abril de 2006. O material está disponível na página do Instituto, link Plano Diretor Participativo.

Com relação à questão orçamentária, Londrina foi um dos primeiros municípios brasileiros a implantar o Orçamento Criança, através do Decreto nº 276 de 30 de abril de 2007. Ele tem por objetivo demonstrar e analisar o investimento público com crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos. É resultado de metodologia desenvolvida pela Fundação Abrinq, em parceria com diversos órgãos que atuam nesta área. Não tem embasamento legal, mas sua concepção se orienta pelo princípio de que uma sociedade justa, uma economia forte e um mundo sem pobreza só será possível com investimentos na criança e no adolescente e no respeito aos seus direitos. Está estruturado em três áreas prioritárias de atuação:

1. Promovendo Vidas Saudáveis e Combatendo o HIV/AIDS - SAÚDE;
 2. Acesso à Educação de Qualidade - EDUCAÇÃO;
 3. Proteção Social contra Maus-Tratos, Exploração e Violência - ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA.
- O Município também aderiu, na primeira gestão do prefeito Nedson Luiz Micheleti (2001-2004) a outra importante iniciativa proposta pela Fundação Abrinq, o Programa Prefeito Amigo da Criança, que concede incentivos aos municípios que se comprometam a priorizar a infância e adolescência em sua gestão, bem como mobilizar a sociedade para participar e acompanhar a implementação de políticas públicas com esse fim. Mantém-se no Programa desde então.

Mesmo setores que não têm destinação orçamentária específica para ações voltadas exclusivamente ao público infantojuvenil, como as políticas de habitação, meio ambiente, defesa do consumidor, têm metas fixadas no Plano Municipal das Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente, já que tais políticas, voltadas às famílias, beneficiam crianças e adolescentes. A execução do atual Plano Municipal vem sendo acompanhada através do Relatório de Gestão da Política Municipal de Atenção

à Criança e ao Adolescente, exigido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36/2009, que tem por objetivo verificar se o Município cumpre o princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais.

Os dados de atendimento das várias áreas deverão estar demonstrados em cada programa específico a elas relacionado neste Plano Plurianual - PPA, e os montantes e percentuais do Orçamento Criança apresentados nas propostas orçamentárias afetas a essas áreas anualmente. Cabe ao CMDCA acompanhar o atendimento e o financiamento à luz da leitura da realidade da criança e do adolescente que se pretende desenvolver e atualizar de forma sistemática.

Como propõe o Plano de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes de Londrina (2012-2017), é preciso "pactuar com as secretarias e entidades que trabalham com promoção, proteção e defesa de direitos, a fim de realizar a sistematização de dados dos serviços" (SEMEAR, 2012, p. 19). Trata-se de uma construção, a ser feita paralelamente à elaboração e execução do novo Planos Municipal das Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente. Desejamos que o conteúdo apresentado neste documento contribua para esta construção, e que todos juntos possamos consolidar o Sistema de Garantia de Direitos das nossas crianças e adolescentes.

O conhecimento profundo de todo o Sistema, suas capacidades e limites, necessidades e potencialidades, é um dos grandes desafios desta área, e vencê-lo representará expressivos avanços na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. É preciso, portanto, investir na produção dessas informações e, a partir de tais conteúdos, propor ações às diferentes áreas componentes do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de, efetivamente, proteger nossas crianças e adolescentes.

O diagnóstico da situação da infância e adolescência no município de Londrina deve se configurar como atividade continuada para todos os órgãos da administração pública, de maneira geral, e para os Conselhos Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares, de maneira específica, de forma a obter dados sistematizados e analisados dentro de uma periodicidade estabelecida, como parte de um processo permanente de planejamento, visando otimizar e orientar a ação pública nas diferentes áreas de atuação voltadas ao público infantojuvenil. Além disso, o desenvolvimento de ações integradas, de campanhas de sensibilização, da potencialização da rede de serviços, de processos de formação permanente dos profissionais, dentre outras iniciativas, se fazem fundamentais para que se possa atender o princípio da prioridade absoluta a ser dada a crianças e adolescentes em nosso município.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Garantir, com prioridade absoluta o desenvolvimento de ações de proteção integral de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, de forma articulada e integrada, por meio de órgãos públicos setoriais e organizações não-governamentais.

Objetivos Específicos:

- Manter em funcionamento estruturas municipais componentes do Sistema de Garantia de Direitos, de forma a garantir o cumprimento de suas competências e finalidades;
- Implantar conselhos tutelares conforme porte do município de Londrina;
- Garantir espaços de participação e deliberação acerca da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Acompanhar os indicadores da realidade da criança e do adolescente no município a fim de deliberar sobre prioridades junto às áreas de políticas públicas que compõem a rede de atendimento;
- Potencializar a rede de serviços voltada ao atendimento de crianças e adolescentes no município.

Indicadores dos Programas:

Nome: Número de crianças e adolescentes abaixo da linha da pobreza e indigência

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatória anual do número de crianças e adolescentes abaixo da linha da pobreza e indigência, obtidos através da extração de informação no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e avaliação frente ao número de crianças e adolescentes identificados pelo Censo Demográfico 2010.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e IBGE

Unidade de Medida: Pessoas

Índice de Referência: 8.219

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
7.808	7.397	6.986	6.575

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 1) Acabar com a fome e a miséria.

Nome: Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatório anual dos partos de mulheres menores de 18 anos no município, obtidos por meio de informações geradas pelos serviços de saúde e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Portal ODM

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 15%

Data de Apuração: 2009

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
14%	13%	12%	10%

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher

Nome: Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Acompanhamento e avaliação dos indicadores do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), publicados anualmente.

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj), a Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade de Medida: IHA

Índice de Referência: 2,64 a cada 150 homicídios

Data de Apuração: 2010

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2,00	1,50	1,00	0,50

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 6) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

Nome: Números de infrações cometidas por adolescentes em Londrina

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social. - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatória anual do número de infrações cometidas por menores de 18 anos, no Município, obtidos através da extração e análise de dados nos estudos e pesquisas disponíveis, considerando a avaliação do perfil socioeconômico dos adolescentes e índices de novos casos e reincidência do ato infracional cometido por adolescente.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública, Sistema de Garantia de Direitos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social, Fórum Desenvolve Londrina.

Unidade de Medida: número de infrações

Índice de Referência: 1.169

Data de Apuração: 2011

Índice ao Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
1.017	994	970	935

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 6) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

Nome: Número de notificações e atendimentos a casos de violência contra a criança e o adolescente no município

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatório anual do número de notificações e dos atendimentos dos casos de violência contra crianças e adolescente geradas pelos serviços de assistência social, educação, saúde e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade de Medida: pessoas
 Índice de Referência: 997
 Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

2014	2015	2016	2017
890	790	700	600

Periodicidade: Anual
 Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: 6)Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

Nome: Número de crianças e adolescentes abordadas em situação de rua
 Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social
 Metodologia: Somatório anual do número de crianças e adolescentes abordadas em situação de rua obtidos através dos dados de atendimento gerados pelas equipes de Abordagem Social e do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS III
 Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Unidade de Medida: pessoas
 Índice de Referência: 184
 Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
154	124	90	50

Periodicidade: Anual
 Público Alvo: Crianças de 0 a 17 anos
 Vínculo com os Objetivos do Milênio:6)Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
 PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
 PODER EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social												
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMAS												
PROGRAMA: 0017 - TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E FAMÍLIAS ATRAVÉS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
239	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	20	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		20	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		20	0,00	6.000,00	6.000,00
							2017		10	0,00	6.000,00	6.000,00
240	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	28	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		28	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		28	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		24	0,00	1.000,00	1.000,00
241	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	55	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		55	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		55	0,00	6.000,00	6.000,00
							2017		55	0,00	6.000,00	6.000,00
242	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		10	0,00	1.000,00	1.000,00
243	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	97	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		97	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		97	0,00	13.000,00	13.000,00
							2017		87	0,00	13.000,00	13.000,00
244	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	150	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		150	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		150	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		150	0,00	1.000,00	1.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
245	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	08	244	5.038	2014	Unidade	100	0,00	6.000,00	6.000,00
							2015		100	0,00	6.000,00	6.000,00
							2016		100	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		86	0,00	10.000,00	10.000,00
246	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	08	244	5.038	2014	Unidade	50	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		50	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		50	0,00	5.000,00	5.000,00
							2017		50	0,00	5.000,00	5.000,00
247	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	3	0,00	54.000,00	54.000,00
							2015		3	0,00	54.000,00	54.000,00
							2016		3	0,00	54.000,00	54.000,00
							2017		3	0,00	54.000,00	54.000,00
248	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Materiais adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		20	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		20	0,00	2.000,00	2.000,00
249	Município	Adquirir outros materiais de consumo	Materiais adquiridos	08	244	5.038	2014	Unidade	10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2015		10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		10	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		10	0,00	1.000,00	1.000,00
250	Município	Contratar servidores - Coordenação das Atividades da SMAS	Servidores contratados	08	244	6.055	2014	Pessoas	9	0,00	155.000,00	155.000,00
							2015		9	0,00	155.000,00	155.000,00
							2016		5	0,00	86.000,00	86.000,00
							2017		5	0,00	86.000,00	86.000,00
251	Município	Manter atividades de coordenação da Secretaria	Atividades mantidas	08	244	6.055	2014	Global	100%	0,00	6.038.000,00	6.038.000,00
							2015		100%	0,00	6.100.000,00	6.100.000,00
							2016		100%	0,00	6.200.000,00	6.200.000,00
							2017		100%	0,00	6.830.000,00	6.830.000,00
252	Município	Contratar servidores - Gestão Administrativa e do Sistema Municipal	Servidores contratados	08	244	6.056	2014	Pessoas	10	0,00	200.000,00	200.000,00
							2015		6	0,00	123.000,00	123.000,00
							2016		6	0,00	123.000,00	123.000,00
							2017		4	0,00	83.000,00	83.000,00
253	Município	Manter atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	Atividades mantidas	08	244	6.056	2014	Global	100%	0,00	15.000,00	15.000,00
							2015		100%	0,00	115.000,00	115.000,00
							2016		100%	0,00	15.000,00	15.000,00
							2017		100%	0,00	115.000,00	115.000,00
254	Município	Manter atividade de Gestão Administrativa e Financeira e do Sist. Mun. de Assist. Social	Atividades mantidas	08	244	6.056	2014	Global	100%	0,00	1.015.000,00	1.015.000,00
							2015		100%	0,00	1.025.000,00	1.025.000,00
							2016		100%	0,00	1.056.000,00	1.056.000,00
							2017		100%	0,00	1.881.000,00	1.881.000,00
255	Município	Contratar servidores PSB	Servidores contratados	08	244	6.057	2014	Pessoas	19	0,00	503.000,00	503.000,00
							2015		18	0,00	482.000,00	482.000,00
							2016		9	0,00	65.000,00	65.000,00
							2017		9	0,00	65.000,00	65.000,00
256	Município	Manter atividades de Proteção Social Básica	Atividades mantidas	08	244	6.057	2014	Global	100%	0,00	3.319.000,00	3.319.000,00
							2015		100%	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
							2016		100%	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
							2017		100%	0,00	4.942.000,00	4.942.000,00
257	Município	Contratar servidores PSE	Servidores contratados	08	244	6.058	2014	Pessoas	30	0,00	230.000,00	230.000,00
							2015		21	0,00	170.000,00	170.000,00
							2016		5	0,00	39.000,00	39.000,00
							2017		5	0,00	39.000,00	39.000,00
258	Município	Manter atividades de Proteção Social Especial	Atividades mantidas	08	244	6.058	2014	Global	100%	0,00	1.944.000,00	1.944.000,00
							2015		100%	0,00	2.850.000,00	2.850.000,00
							2016		100%	0,00	3.717.000,00	3.717.000,00
							2017		100%	0,00	3.767.000,00	3.767.000,00
Total do Programa									0,00	62.328.000,00	62.328.000,00	

PROGRAMA: 0018 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS GARANTIDOS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
320	Município	Construir/adquirir sede para Conselho Tutelar	Sede construída/adquirida	14	243	5.039	2014	Unidade	2	540.000,00	10.000,00	550.000,00
							2015		2	540.000,00	1.000,00	541.000,00
							2016		1	270.000,00	1.000,00	271.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
321	Município	Manter as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Atividades mantidas	14	243	6.059	2014	Global	100%	0,00	115.000,00	115.000,00
							2015		100%	0,00	15.000,00	15.000,00
							2016		100%	0,00	15.000,00	15.000,00
							2017		100%	0,00	115.000,00	115.000,00
322	Município	Manter as atividades dos Conselhos Tutelares	Atividades mantidas	14	243	6.059	2014	Global	100%	0,00	1.685.000,00	1.685.000,00
							2015		100%	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
							2016		100%	0,00	1.717.000,00	1.717.000,00
							2017		100%	0,00	1.717.000,00	1.717.000,00
Total do Programa									1.350.000,00	6.791.000,00	8.141.000,00	
Total da Unidade											70.469.000,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidade : 020 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
338	Município	Devolver saldo de recursos de convênios - FMDCA	Saldo devolvido	28	846	0.019	2014	Global	100%	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		100%	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		100%	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		100%	1.000,00	1.000,00	2.000,00
Total do Programa									4.000,00	4.000,00	8.000,00	
PROGRAMA: 0018 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS GARANTIDOS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
									Vinculados	Livres	Total	
323	Município	Implantar unidade para atendimento à criança e ao adolescente	Unidade implantada	08	243	5.040	2014	Global	100%	500.000,00	5.000,00	505.000,00
							2015		100%	500.000,00	5.000,00	505.000,00
							2016		100%	500.000,00	5.000,00	505.000,00
							2017		100%	500.000,00	5.000,00	505.000,00
324	Município	Construir Centro da Juventude	Unidade construída	08	243	5.040	2014	m²	982	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
							2015		982	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
325	Município	Reformar/ampliar/adequar unidade de atendimento à criança e ao adolescente	Unidade reformada/ampliada/adequada	08	243	5.040	2014	Global	100%	200.000,00	0,00	200.000,00
							2015		100%	200.000,00	0,00	200.000,00
							2016		100%	200.000,00	0,00	200.000,00
							2017		100%	200.000,00	0,00	200.000,00
326	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	40	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2015		40	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2016		40	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2017		40	3.000,00	2.000,00	5.000,00
327	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	160	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2015		160	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2016		160	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2017		160	5.000,00	3.000,00	8.000,00
328	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	47	7.000,00	3.000,00	10.000,00
							2015		47	7.000,00	3.000,00	10.000,00
							2016		47	7.000,00	3.000,00	10.000,00
							2017		47	7.000,00	3.000,00	10.000,00
329	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	45	33.000,00	20.000,00	53.000,00
							2015		45	33.000,00	20.000,00	53.000,00
							2016		45	33.000,00	20.000,00	53.000,00
							2017		45	33.000,00	20.000,00	53.000,00
330	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	08	243	5.040	2014	Unidade	311	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2015		311	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2016		311	5.000,00	3.000,00	8.000,00
							2017		311	5.000,00	3.000,00	8.000,00
331	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	08	243	5.040	2014	Unidade	50	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2015		50	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2016		50	3.000,00	2.000,00	5.000,00
							2017		50	3.000,00	2.000,00	5.000,00
332	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	32	150.000,00	49.000,00	199.000,00
							2015		32	150.000,00	50.000,00	200.000,00
							2016		32	150.000,00	50.000,00	200.000,00
							2017		32	150.000,00	50.000,00	200.000,00
333	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Materiais adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	60	4.000,00	2.000,00	6.000,00
							2015		60	4.000,00	2.000,00	6.000,00
							2016		60	4.000,00	2.000,00	6.000,00
							2017		60	4.000,00	2.000,00	6.000,00
848	Município	Adquirir instrumentos musicais e artísticos	Materiais adquiridos	08	243	5.040	2014	Unidade	48	14.000,00	1.000,00	15.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
334	Município	Manter atividade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Atividades mantidas	08	243	6.060	2014	Global	100%	150.000,00	40.000,00	190.000,00
							2015		100%	150.000,00	40.000,00	190.000,00
							2016		100%	150.000,00	40.000,00	190.000,00
							2017		100%	150.000,00	40.000,00	190.000,00
335	Município	Subvencionar a rede de atendimento à criança e ao adolescente	Subvenção concedida	08	243	6.060	2014	Serviço	20	180.000,00	0,00	180.000,00
							2015		20	180.000,00	0,00	180.000,00
							2016		20	180.000,00	0,00	180.000,00
							2017		20	180.000,00	0,00	180.000,00
336	Município	Manter benefício de guarda subsidiada	Benefício mantido	08	243	6.060	2014	Benefício	10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2015		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2016		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2017		10	30.000,00	0,00	30.000,00
337	Município	Conceder auxílio à rede de atendimento à criança e ao adolescente	Auxílio concedido	08	243	6.060	2014	Serviço	20	200.000,00	0,00	200.000,00
							2015		20	200.000,00	0,00	200.000,00
							2016		20	200.000,00	0,00	200.000,00
							2017		20	200.000,00	0,00	200.000,00
Total do Programa									8.494.000,00	520.000,00	9.014.000,00	
Total da Unidade									9.022.000,00			

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Unidade : 030 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS												
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
319	Município	Devolver saldo de recursos de convênios - FMAS	Saldo devolvido	28	846	0.020	2014	Global	100%	26.000,00	1.000,00	27.000,00
							2015		100%	31.000,00	1.000,00	32.000,00
							2016		100%	31.000,00	1.000,00	32.000,00
							2017		100%	31.000,00	1.000,00	32.000,00
Total do Programa									119.000,00	4.000,00	123.000,00	

PROGRAMA: 0017 - TRABALHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E FAMÍLIAS ATRAVÉS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta		
										Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
259	Região Leste	Construir CRAS	CRAS construído	08	244	5.041	2014	m²	500	251.000,00	50.000,00	301.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
260	Região Sul	Construir CRAS	CRAS construído	08	244	5.041	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
261	Município	Construir CRAS	CRAS construído	08	244	5.041	2014	m²	500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2015		500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2016		500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2017		500	550.000,00	0,00	550.000,00
262	Rural	Reformar/ampliar CRAS	CRAS reformado/ampliado	08	244	5.041	2014	m²	1.000	100.000,00	0,00	100.000,00
							2015		1.000	100.000,00	0,00	100.000,00
							2016		1.000	100.000,00	0,00	100.000,00
							2017		1.000	100.000,00	0,00	100.000,00
263	Município	Construir Centro Multiuso	Centro construído	08	244	5.041	2014	m²	250	325.000,00	0,00	325.000,00
							2015		250	325.000,00	0,00	325.000,00
							2016		250	325.000,00	0,00	325.000,00
							2017		250	325.000,00	0,00	325.000,00
264	Município	Construir/equipar unidades de convivência e fortalecimento de vínculos	Unidades construídas e equipadas	08	244	5.041	2014	m²	420	550.000,00	0,00	550.000,00
							2015		420	550.000,00	0,00	550.000,00
							2016		420	550.000,00	0,00	550.000,00
							2017		420	550.000,00	0,00	550.000,00
265	Município	Reformar/ampliar unidades de convivência e fortalecimento de vínculos	Unidades reformadas/ampliadas	08	244	5.041	2014	m²	1.600	200.000,00	0,00	200.000,00
							2015		1.600	200.000,00	0,00	200.000,00
							2016		1.600	200.000,00	0,00	200.000,00
							2017		1.600	200.000,00	0,00	200.000,00
266	Município	Reformar/ampliar unidades da Inclusão Produtiva	Unidades reformadas/ampliadas	08	244	5.041	2014	m²	600	200.000,00	0,00	200.000,00
							2015		200	70.000,00	0,00	70.000,00
							2016		200	70.000,00	0,00	70.000,00
							2017		200	70.000,00	0,00	70.000,00
267	Município	Construir/equipar unidade de Inclusão Produtiva	Unidade construída e equipada	08	244	5.041	2014	m²	300	390.000,00	0,00	390.000,00
							2015		300	390.000,00	0,00	390.000,00
							2016		300	390.000,00	0,00	390.000,00
							2017		300	390.000,00	0,00	390.000,00
268	Município	Construir Casas de Passagem para Pop. Indígena e/ou abrigo temporário WARE	Unidade construída	08	244	5.041	2014	m²	700	900.000,00	0,00	900.000,00
							2015		700	900.000,00	0,00	900.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
269	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	450	102.000,00	14.000,00	116.000,00
							2015		450	102.000,00	14.000,00	116.000,00
							2016		450	102.000,00	14.000,00	116.000,00
							2017		450	102.000,00	14.000,00	116.000,00
270	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	107	30.000,00	10.000,00	40.000,00
							2015		108	30.000,00	10.000,00	40.000,00
							2016		108	30.000,00	10.000,00	40.000,00
							2017		107	30.000,00	10.000,00	40.000,00
271	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	261	129.000,00	14.000,00	143.000,00
							2015		263	129.000,00	14.000,00	143.000,00
							2016		262	129.000,00	14.000,00	143.000,00
							2017		263	129.000,00	14.000,00	143.000,00
272	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	278	54.000,00	12.000,00	66.000,00
							2015		237	54.000,00	12.000,00	66.000,00
							2016		229	54.000,00	12.000,00	66.000,00
							2017		229	54.000,00	12.000,00	66.000,00
273	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	08	244	5.041	2014	Unidade	122	24.000,00	10.000,00	34.000,00
							2015		122	24.000,00	10.000,00	34.000,00
							2016		122	24.000,00	10.000,00	34.000,00
							2017		122	24.000,00	10.000,00	34.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
274	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	08	244	5.041	2014	Unidade	20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
275	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	10	150.000,00	38.000,00	188.000,00
							2015		10	150.000,00	38.000,00	188.000,00
							2016		10	150.000,00	38.000,00	188.000,00
							2017		10	150.000,00	38.000,00	188.000,00
276	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Materiais adquiridos	08	244	5.041	2014	Unidade	20	10.000,00	1.000,00	11.000,00
							2015		20	10.000,00	1.000,00	11.000,00
							2016		20	10.000,00	1.000,00	11.000,00
							2017		20	10.000,00	1.000,00	11.000,00
277	Município	Construir Centro de Referência para população em situação de rua - Centro POP	Centro POP construído	08	244	5.042	2014	m²	250	200.000,00	218.000,00	418.000,00
							2015		250	200.000,00	0,00	200.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
278	Município	Construir/equipar CREAS	Unidade construída e equipada	08	244	5.042	2014	m²	500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2015		500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2016		500	550.000,00	0,00	550.000,00
							2017		500	550.000,00	0,00	550.000,00
279	Município	Reformar CREAS	Unidade reformada/ampliada	08	244	5.042	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		400	80.000,00	0,00	80.000,00
							2017		400	80.000,00	0,00	80.000,00
280	Município	Construir sede para Alta Complexidade	Sede construída	08	244	5.042	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		300	360.000,00	0,00	360.000,00
281	Município	Reformar/ampliar unidades de acolhimento institucional	Unidades reformadas/ampliadas	08	244	5.042	2014	m²	250	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		250	50.000,00	0,00	50.000,00
							2016		250	50.000,00	0,00	50.000,00
							2017		250	50.000,00	0,00	50.000,00
282	Município	Adquirir equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos e materiais adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	30	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		30	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		30	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		30	1.000,00	1.000,00	2.000,00
283	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	50	5.000,00	5.000,00	10.000,00
							2015		50	5.000,00	5.000,00	10.000,00
							2016		50	5.000,00	5.000,00	10.000,00
							2017		50	5.000,00	5.000,00	10.000,00
284	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	100	19.000,00	9.000,00	28.000,00
							2015		100	19.000,00	9.000,00	28.000,00
							2016		100	19.000,00	9.000,00	28.000,00
							2017		100	19.000,00	9.000,00	28.000,00
285	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	15	8.000,00	5.000,00	13.000,00
							2015		15	8.000,00	5.000,00	13.000,00
							2016		15	8.000,00	5.000,00	13.000,00
							2017		15	8.000,00	5.000,00	13.000,00
286	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	10	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		10	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		10	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		10	1.000,00	1.000,00	2.000,00
287	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	50	100.000,00	33.000,00	133.000,00
							2015		50	100.000,00	33.000,00	133.000,00
							2016		50	100.000,00	33.000,00	133.000,00
							2017		50	100.000,00	33.000,00	133.000,00
288	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	08	244	5.042	2014	Unidade	100	35.000,00	20.000,00	55.000,00
							2015		100	35.000,00	20.000,00	55.000,00
							2016		100	35.000,00	20.000,00	55.000,00
							2017		100	35.000,00	20.000,00	55.000,00
289	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	08	244	5.042	2014	Unidade	20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		20	1.000,00	1.000,00	2.000,00
290	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	10	24.000,00	20.000,00	44.000,00
							2015		10	24.000,00	20.000,00	44.000,00
							2016		10	24.000,00	20.000,00	44.000,00
							2017		10	24.000,00	20.000,00	44.000,00
291	Município	Adquirir outros materiais permanentes	Materiais adquiridos	08	244	5.042	2014	Unidade	20	7.000,00	5.000,00	12.000,00
							2015		20	7.000,00	5.000,00	12.000,00
							2016		20	7.000,00	5.000,00	12.000,00
							2017		20	7.000,00	5.000,00	12.000,00
292	Município	Adquirir Materiais para manutenção de bens móveis	Materiais adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2016		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2017		10	2.000,00	0,00	2.000,00
293	Município	Adquirir Aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	26	4.000,00	0,00	4.000,00
							2015		26	4.000,00	0,00	4.000,00
							2016		26	4.000,00	0,00	4.000,00
							2017		26	4.000,00	0,00	4.000,00
294	Município	Adquirir Aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	5	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		5	2.000,00	0,00	2.000,00
							2016		5	2.000,00	0,00	2.000,00
							2017		5	2.000,00	0,00	2.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
295	Município	Adquirir Equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2015		20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2016		20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2017		20	4.000,00	0,00	4.000,00
296	Município	Adquirir Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2016		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2017		10	2.000,00	0,00	2.000,00
297	Município	Adquirir Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de processamento de dados adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	20	40.000,00	0,00	40.000,00
							2015		20	40.000,00	0,00	40.000,00
							2016		20	40.000,00	0,00	40.000,00
							2017		20	40.000,00	0,00	40.000,00
298	Município	Adquirir Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2016		10	2.000,00	0,00	2.000,00
							2017		10	2.000,00	0,00	2.000,00
299	Município	Adquirir Mobiliário em geral	Mobiliário em geral adquirido	08	244	5.043	2014	Unidade	30	4.000,00	0,00	4.000,00
							2015		30	4.000,00	0,00	4.000,00
							2016		30	4.000,00	0,00	4.000,00
							2017		30	4.000,00	0,00	4.000,00
300	Município	Adquirir Veículos de tração mecânica	Veículos de tração mecânica adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	1	27.000,00	0,00	27.000,00
							2015		1	27.000,00	0,00	27.000,00
							2016		1	27.000,00	0,00	27.000,00
							2017		1	27.000,00	0,00	27.000,00
301	Município	Adquirir Outros materiais permanentes	Outros materiais permanentes adquiridos	08	244	5.043	2014	Unidade	20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2015		20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2016		20	4.000,00	0,00	4.000,00
							2017		20	4.000,00	0,00	4.000,00
302	Município	Manter banco de projetos arquitetônicos, complementares e de fundação	Projetos elaborados	08	244	5.043	2014	Projeto	5	1.000,00	50.000,00	51.000,00
							2015		5	1.000,00	0,00	1.000,00
							2016		5	1.000,00	0,00	1.000,00
							2017		5	1.000,00	0,00	1.000,00
303	Município	Conceder auxílio à rede de serviços de proteção social básica	Auxílio concedido	08	244	6.061	2014	Serviço	22	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2015		30	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2016		35	1.000,00	1.000,00	2.000,00
							2017		40	1.000,00	1.000,00	2.000,00
304	Município	Manter atividade de proteção social básica	Atividade mantida	08	244	6.061	2014	Global	100%	1.512.000,00	3.033.000,00	4.545.000,00
							2015		100%	1.342.000,00	3.000.000,00	4.342.000,00
							2016		100%	1.342.000,00	3.000.000,00	4.342.000,00
							2017		100%	1.342.000,00	3.000.000,00	4.342.000,00
305	Município	Manter benefícios eventuais	Benefícios mantidos	08	244	6.061	2014	Benefício	3.000	6.000,00	2.372.000,00	2.378.000,00
							2015		3.000	6.000,00	2.400.000,00	2.406.000,00
							2016		3.000	6.000,00	2.465.000,00	2.471.000,00
							2017		3.000	6.000,00	2.465.000,00	2.471.000,00
306	Município	Manter benefícios de transferência de renda	Benefícios mantidos	08	244	6.061	2014	Benefício	13.000	500.000,00	2.699.000,00	3.199.000,00
							2015		13.000	500.000,00	2.649.000,00	3.149.000,00
							2016		13.000	500.000,00	2.749.000,00	3.249.000,00
							2017		13.000	500.000,00	2.749.000,00	3.249.000,00
307	Município	Cofinanciar serviços de proteção social básica	Serviços cofinanciados	08	244	6.061	2014	Serviço	22	780.000,00	5.920.000,00	6.700.000,00
							2015		30	780.000,00	5.462.000,00	6.242.000,00
							2016		35	780.000,00	5.600.000,00	6.380.000,00
							2017		40	780.000,00	5.948.000,00	6.728.000,00
308	Município	Conceder auxílio à rede de serviços de proteção social especial	Auxílio concedido	08	244	6.062	2014	Serviço	16	50.000,00	1.000,00	51.000,00
							2015		20	50.000,00	1.000,00	51.000,00
							2016		25	50.000,00	1.000,00	51.000,00
							2017		30	50.000,00	1.000,00	51.000,00
309	Município	Manter atividade de proteção social especial	Atividades mantidas	08	244	6.062	2014	Global	100%	1.783.000,00	786.000,00	2.569.000,00
							2015		100%	1.544.000,00	749.000,00	2.293.000,00
							2016		100%	1.724.000,00	749.000,00	2.473.000,00
							2017		100%	1.904.000,00	749.000,00	2.653.000,00
310	Município	Contratar Servidores - PSE	Servidores contratados	08	244	6.062	2014	Pessoas	10	667.000,00	0,00	667.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
311	Município	Cofinanciar serviços de proteção social especial	Serviços cofinanciados	08	244	6.062	2014	Serviço	16	655.000,00	4.982.000,00	5.637.000,00
							2015		20	655.000,00	5.162.000,00	5.817.000,00
							2016		25	751.000,00	5.955.000,00	6.706.000,00
							2017		30	751.000,00	5.955.000,00	6.706.000,00
312	Município	Implantar Centro Dia	Serviço implantado	08	244	6.062	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	96.000,00	0,00	96.000,00
							2016		1	96.000,00	0,00	96.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
313	Município	Implantar Casa de Passagem	Serviço implantado	08	244	6.062	2014	Unidade	1	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
314	Município	Implantar Residência Inclusiva	Serviço implantado	08	244	6.062	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	180.000,00	0,00	180.000,00
							2016		1	180.000,00	0,00	180.000,00
							2017		1	180.000,00	0,00	180.000,00
315	Município	Implantar República	Serviço implantado	08	244	6.062	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		1	180.000,00	0,00	180.000,00
							2016		1	180.000,00	0,00	180.000,00
							2017		1	180.000,00	0,00	180.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
316	Município	Atender Situações de Calamidade Pública e de Emergência	Serviço implantado	08	244	6.062	2014	Global	100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2016		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00
317	Município	Manter Benefícios de guarda subsidiada	Benefícios mantidos	08	244	6.062	2014	Benefício	30	0,00	120.000,00	120.000,00
							2015		30	0,00	120.000,00	120.000,00
							2016		30	0,00	120.000,00	120.000,00
							2017		30	0,00	120.000,00	120.000,00
318	Município	Manter atividades de aprimoramento da Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - SUAS	Atividades mantidas	08	244	6.063	2014	Global	100%	230.000,00	1.000,00	231.000,00
							2015		100%	230.000,00	1.000,00	231.000,00
							2016		100%	230.000,00	1.000,00	231.000,00
							2017		100%	230.000,00	1.000,00	231.000,00
Total do Programa									41.529.000,00	82.208.000,00	123.737.000,00	
Total da Unidade											123.860.000,00	
Total do Órgão											203.351.000,00	

Plano Plurianual 2014-2017**26 - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres**

Secretária: Sonia Maria Lima Medeiros

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0019 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Marina Vieira da Silva	Técnica de Gestão Pública
Elaine Ferreira Galvão	Gestora Social - Serviço de Sociologia

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
 Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres

Programa:
 0019 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Tipo de Programa:
 Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres - SMPM tem a finalidade de propor, coordenar e acompanhar políticas públicas pela ótica de gênero, e desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de discriminação e violação dos direitos humanos das mulheres. As ações desenvolvidas pela SMPM estão pautadas pela Política Nacional para as Mulheres, que se orienta pelos princípios de igualdade e respeito à diversidade, de equidade, de autonomia das mulheres, de laicidade do Estado, de universalidade das políticas, de justiça social, de transparência dos atos públicos e de participação e controle social. As ações da SMPM estão, ainda, em consonância com as prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que foi instituído pela Lei nº 11.368/2011 documento que sintetiza as principais necessidades e demandas

da população feminina de Londrina, discutidas e aprovadas nas Conferências Municipais dos Direitos da Mulher.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população feminina do município de Londrina é de 263.642 mulheres, o que corresponde a 52% da população total. Considerando os dados populacionais por faixa etária, observa-se que as mulheres prevalecem entre a população adulta e idosa. Ainda segundo os dados do Censo de 2010 as mulheres representam 46% da População Economicamente Ativa do município. Quanto à escolarização, temos observado nas últimas décadas um aumento crescente do grau de escolarização da população feminina, em todos os níveis educacionais. Conforme dados publicados no Portal Objetivos do Milênio-ODM referentes ao município de Londrina, no ano de 2010, os meninos prevaleciam apenas no ensino fundamental, numa razão de 100 meninas para 108 meninos. No ensino médio, esta proporção registrava a 113 meninas para cada 100 meninos. Nos graus mais elevados de escolaridade, as mulheres permaneciam em número maior. A razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos era de 100,3%.

Contudo, os avanços na escolarização das mulheres não têm se refletido em melhores condições no âmbito do trabalho. Além de serem maioria na informalidade e em postos de trabalhos mais precários, as mulheres recebem remuneração inferior a dos homens, mesmo apresentando níveis iguais de conhecimento e formação.

De acordo com dados do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (PORTAL ODM, 2012) e baseado no Relatório de Informações Sociais - RAIS 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, o percentual do rendimento da população feminina de Londrina, que não se diferencia da nacional, é sempre inferior ao masculino em todos os níveis de escolarização, sendo que a maior diferença é entre pessoas com nível superior, grupo em que o percentual de rendimento feminino é de 66,7% em relação ao masculino.

A análise da realidade com recorte de gênero, assim como, de raça/etnia é fundamental para uma melhor compreensão sobre a dinâmica de produção e reprodução das desigualdades. Nesta perspectiva, pesquisas vêm demonstrando a persistência de estereótipos e preconceitos, relacionados aos papéis de gênero, e que acabam por interferir nas escolhas, na qualificação, no desempenho e na forma como as mulheres são tratadas no mundo do trabalho.

Pesquisas revelam como os processos de escolarização promovem uma "guetização", direcionando as mulheres para determinadas áreas que as qualificam para ocupar os chamados guetos profissionais femininos no mercado de trabalho, ocupações com elevado contingente de mulheres que, devido a essa característica de gênero, detêm menor prestígio e níveis mais baixos de remuneração.

Nesse contexto, as mulheres constituem o grupo mais afetado pela pobreza, principalmente, aquelas que são chefes de família. Estudos indicam que nas famílias chefiadas por mulheres a incidência de pobreza é da ordem de 34 % a 35%. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, no período de 1991 a 2000, 92% dos municípios brasileiros reduziram o índice de pobreza. Já no município de Londrina, a redução foi de 16,63% para 12,8%. Apesar dessa redução da pobreza, o processo de ajuste estrutural instalado a partir da década de 90 tem resultado na diminuição da renda apropriada pelos estratos mais pobres da população, aumentando a demanda por benefícios assistenciais. Em Londrina, assim como pode ser observado em outras regiões do país, a política de assistência social é demandada predominantemente por mulheres. No mês de março de 2013, as mulheres somaram 13.194 dos beneficiários do Programa Bolsa Família, o que representa 88,13% do total de beneficiários do Programa, cadastrados no município de Londrina.

Para além das desigualdades socioeconômicas, as mulheres enfrentam ainda outros problemas associados à sua posição na estrutura social de gênero, como a sobrecarga de trabalho decorrente do seu papel de cuidadora, a falta de autonomia para construir seus projetos de vida e a violência doméstica e sexual.

Nas últimas três décadas, a violência contra as mulheres tem sido tema de inúmeros estudos o que contribuiu para que o problema ganhasse visibilidade e passasse a ser considerado objeto de políticas públicas. No entanto, a violência contra a mulher ainda não é suficientemente dimensionada. A carência de dados oficiais dificulta a formulação de diagnósticos mais precisos sobre o problema. Apesar da carência de dados, pesquisas revelam tratar-se de um problema de grandes proporções e com sérios impactos sociais. Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari em parceria com a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso) o Paraná é o 3º estado no ranking de homicídios femininos, apresentando uma taxa de 6,3 (em 100 mil mulheres). Dados nacionais revelam que 68,8% dos homicídios de mulheres acontecem na residência. Entre as mulheres com idade entre 20 e 59 anos, os principais agressores são os cônjuges, seguidos dos ex-cônjuges.

Na cidade de Londrina, desde a sua criação, em abril de 1993, a janeiro de 2013, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher registrou 9446 casos de violência contra a mulher. No ano de 2011, com a edição da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde, foi implementada em Londrina a notificação compulsória dos casos de violência nos serviços de saúde. Como resultado deste processo, neste ano foram notificados 225 casos de violência doméstica e sexual contra mulheres e em 2012 as notificações subiram para 697 casos.

Visando contribuir para a eliminação das desigualdades de gênero, da discriminação e da violência contra a mulher, a SMPM desenvolve ações focadas em três eixos de atuação: prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, inclusão produtiva e formação para a cidadania.

Na área do enfrentamento da violência contra a mulher a SMPM conta com dois serviços especializados: o Centro de Referência e Atendimento à Mulher-CAM, que oferece atendimento social e psicológico às mulheres em situação de violência e a Casa Abrigo Canto de Dália, que oferece abrigo às mulheres vítimas de violência doméstica com risco de morte, e a seus filhos e filhas menores de 18 anos. Além de manter os serviços especializados, a Secretaria desenvolve ações preventivas como campanhas, palestras e outras atividades de sensibilização, cursos de capacitação, produção e divulgação de materiais informativos sobre legislação e serviços.

A SMPM é responsável ainda por promover a articulação da Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher,

propondo e coordenando atividades de discussão, avaliação e definição de fluxos e protocolos, capacitação de profissionais e outras ações que visam melhorar a articulação dos serviços.

Considerando as crescentes demandas apresentadas nesta área, bem como, a necessidade de adequar as ações às diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher há a necessidade de reestruturação física e de recursos humanos dos serviços.

A ampliação do quadro de profissionais visa proporcionar um atendimento multiprofissional que dê conta de atender as diversas necessidades das mulheres em situação de violência que envolve: acolhimento, apoio social e psicológico, encaminhamento para os serviços de proteção e assistência jurídica, abrigamento, incentivo à escolarização e à profissionalização.

Pretende-se ainda, com a ampliação do quadro de profissionais, proporcionar atendimento descentralizado, articulado com os demais serviços da rede municipal, em especial, CRAS, CREAS e UBS. O atendimento descentralizado é uma reivindicação da comunidade, apresentada em diversas conferências municipais e tem o objetivo de facilitar o acesso das mulheres ao serviço especializado, em especial aquelas que residem nas áreas mais periféricas.

Construída no ano de 2004, a Casa Abrigo Canto de Dália apresenta necessidade de reforma, bem como, de ampliação das suas instalações, garantido mais segurança e conforto às usuárias do serviço e condições para o desenvolvimento de atividades complementares ao atendimento, no caso: espaço para oficinas, trabalhos em grupo, atividades lúdicas e pedagógicas para os filhos e filhas das abrigadas.

A garantia de espaço físico adequado e de uma equipe multiprofissional efetiva são, também, condições essenciais para a ampliação e incremento das ações nas áreas de inclusão produtiva e de formação para a cidadania. As ações nesta área são coordenadas pela equipe do Centro de Formação da Mulher e envolve capacitação para o trabalho, apoio ao desenvolvimento de empreendimentos individuais e coletivos de geração de renda, educação em saúde, incentivo e apoio às organizações de mulheres. No ano de 2011, o Centro de Formação da Mulher atendeu 600 mulheres. As atividades desenvolvidas contam com parceria de instituições de ensino superior, institutos federais de ensino técnico, instituições do Sistema "S", secretarias e órgãos municipais. A ampliação das parcerias traz a perspectiva de aumento da capacidade de atendimento, bem como, da diversificação e qualificação das ações que têm como principal objetivo a promoção da autonomia econômica das mulheres. Diante disto, e considerando ainda a possibilidade de contar com recursos do governo federal, por meio de convênios com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, uma das prioridades da SMPM é a construção de um imóvel com dimensões e características adequadas à instalação do Centro de Formação da Mulher. Vale destacar que a SMPM já conta com terreno disponível para a realização desta obra localizado na região Leste da cidade.

Por fim, destacamos o papel da SMPM na promoção da transversalidade de gênero nas demais políticas públicas municipais. A perspectiva da transversalidade está proposta no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e fundamenta-se na idéia de que a eliminação das desigualdades de gênero exige ações articuladas que impactam nas diferentes esferas da vida das mulheres: econômica, social, política e cultural.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Formular, executar, avaliar e aprimorar as políticas públicas municipais direcionadas às mulheres em articulação com as demais secretarias e órgãos afins, buscando à promoção da equidade de gênero e a eliminação da violência contra a mulher.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver ações de capacitação de gestores, agentes públicos, conselheiras/os municipais, em temas relacionados a gênero e direitos humanos de forma a garantir a implementação de políticas públicas transversais voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- Desenvolver ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, articuladas aos demais órgãos e serviços da rede de enfrentamento da violência contra a mulher;
- Prestar atendimento multidisciplinar de acolhimento, encaminhamento e apoio social e psicológico às mulheres em situação de violência, por meio do Centro de Referência e Atendimento à Mulher-CAM;
- Prestar atendimento multidisciplinar de proteção e apoio às mulheres em situação de violência doméstica e a seus filhos e filhas menores de 18 anos, por meio das ações da Casa Abrigo Canto de Dália;
- Desenvolver ações de caráter educativo, de qualificação profissional, de incentivo e apoio ao empreendedorismo e à geração de renda, visando à promoção da autonomia econômica das mulheres;
- Prestar assessoria a grupos e associações de mulheres, visando ao fortalecimento da organização popular e ao fomento de projetos sociais voltados ao empoderamento das mulheres;
- Produzir material informativo e educativo sobre temas relacionados a gênero, direitos das mulheres e temáticas afins, direcionados a agentes públicos, conselheiros/as municipais, membros de organizações não governamentais e comunidade em geral;
- Oferecer estrutura física e de recursos humanos para o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e;
- Reestruturar e ampliar a estrutura física e de recursos humanos dos serviços prestados pela Secretaria.

Indicadores dos Programas:

Nome: Percentual de atendimento às mulheres vítimas de violência

Gerente: Elaine Ferreira Galvão

Metodologia: Razão do número de mulheres atendidas nos Centros de Referência e Atendimento à Mulher-CAM e na Casa Abrigo Canto de Dália, pelo número de boletins de ocorrências registrados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher-DEAM * 100

Fonte: Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e; DEAM de Londrina

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 6,6%

Data de Apuração: dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
7%	8%	9%	10%

Periodicidade: Anual

Público Alvo: mulheres em situação de violência

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 3 - promover a igualdade entre os sexos e a Promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher.

Nome: Mulheres capacitadas em geração de renda e formação cidadã

Gerente: Elaine Ferreira Galvão

Metodologia: Crescimento do número de mulheres participantes nas ações de formação para geração de renda e formação cidadã, oferecidas pelo Centro de Formação da Mulher

Fonte: Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Assistência Social

Unidade de Medida: Pessoas

Índice de Referência: 626

Data de Apuração: dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
1.000	1.500	2.000	2.500

Periodicidade: Anual

Público Alvo: mulheres em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, beneficiárias dos programas de transferência de renda

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres													
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMPM													
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
405	Município	Efetuar indenizações e restituições	Indenizações e restituições efetuadas	28	846	0.021	2014	Global	100%	2.000,00	0,00	2.000,00	
							2015		100%	0,00	0,00	0,00	
							2016		100%	0,00	0,00	0,00	
							2017		100%	0,00	0,00	0,00	
Total do Programa										2.000,00	0,00	2.000,00	

PROGRAMA: 0019 - POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DE AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
386	Município	Reformar e ampliar a Casa Abrigo "Canto de Dália"	Casa Abrigo reformada e ampliada	14	422	5.044	2014	m²	455	506.000,00	1.000,00	507.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
387	Município	Construir o Centro de Formação da Mulher	Centro construído	14	422	5.044	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		1158	1.503.000,00	0,00	1.503.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
388	Município	Implementar o Centro de Formação da Mulher	Centro implementado	14	422	5.044	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		163	9.000,00	0,00	9.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
389	Município	Construir a sede do Centro de Atendimento à Mulher	Sede construída	14	422	5.044	2014	m²	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		309	394.000,00	0,00	394.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
390	Município	Adquirir equipamentos de proteção, segurança e socorro	Equipamentos adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	11	0,00	5.000,00	5.000,00
							2015		11	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
391	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	1	0,00	27.000,00	27.000,00
							2015		1	0,00	20.000,00	20.000,00
							2016		2	86.000,00	0,00	86.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
392	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos para comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	9	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		9	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		18	0,00	2.000,00	2.000,00
							2017		10	0,00	2.000,00	2.000,00
393	Município	Adquirir equipamentos para áudio e vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	4	0,00	2.000,00	2.000,00
							2015		10	0,00	5.000,00	5.000,00
							2016		3	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		5	0,00	3.000,00	3.000,00
394	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	9	0,00	4.000,00	4.000,00
							2015		5	0,00	1.000,00	1.000,00
							2016		22	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		8	0,00	3.000,00	3.000,00
395	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquirido	14	422	5.044	2014	Unidade	7	15.000,00	0,00	15.000,00
							2015		22	0,00	9.000,00	9.000,00
							2016		12	0,00	11.000,00	11.000,00
							2017		7	0,00	11.000,00	11.000,00
396	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	45	11.000,00	2.000,00	13.000,00
							2015		252	0,00	14.000,00	14.000,00
							2016		105	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		35	0,00	6.000,00	6.000,00
397	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	7	1.000,00	0,00	1.000,00
							2015		11	0,00	4.000,00	4.000,00
							2016		3	0,00	1.000,00	1.000,00
							2017		10	0,00	5.000,00	5.000,00
398	Município	Adquirir aparelhos, equipamentos e utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar	Aparelhos, equipamentos e utensílios adquiridos	14	422	5.044	2014	Unidade	3	2.000,00	0,00	2.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
399	Município	Manter as atividades da Secretaria de Políticas para as Mulheres	Atividades mantidas	14	422	6.064	2014	Global	100%	0,00	1.556.000,00	1.556.000,00
							2015		100%	0,00	1.673.000,00	1.673.000,00
							2016		100%	0,00	1.810.000,00	1.810.000,00
							2017		100%	0,00	1.979.000,00	1.979.000,00
400	Município	Realizar a Semana Municipal da Mulher	Semana realizada	14	422	6.064	2014	Global	100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		100%	0,00	10.000,00	10.000,00
401	Município	Realizar campanha de enfrentamento à violência	Campanha realizada	14	422	6.064	2014	Campanha	1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		1	0,00	10.000,00	10.000,00
402	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	14	422	6.065	2014	Pessoas	3	0,00	70.000,00	70.000,00
							2015		4	0,00	100.000,00	100.000,00
							2016		5	0,00	110.000,00	110.000,00
							2017		4	0,00	100.000,00	100.000,00
403	Município	Manter as atividades de combate à violência e desenvolvimento de equidade entre os gêneros	Atividades mantidas	14	422	6.065	2014	Global	100%	0,00	1.126.000,00	1.126.000,00
							2015		100%	0,00	1.207.000,00	1.207.000,00
							2016		100%	0,00	1.302.000,00	1.302.000,00
							2017		100%	0,00	1.397.000,00	1.397.000,00
404	Município	Realizar conferência do CMDM	Conferência realizada	14	422	6.065	2014	Conferência	1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
Total do Programa										2.528.000,00	12.686.000,00	15.214.000,00
Total da Unidade												15.216.000,00
Total do Órgão												15.216.000,00

Plano Plurianual 2014 - 2017

27 - Secretaria Municipal do Idoso

Secretária: Maria Inez Mazzer Barroso

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0020 - Articulação e Cidadania para um Envelhecimento Digno

continua...

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Fabiano Hamada	Diretor Administrativo Financeiro
Mauro Gonçalves Beraldo	Assessor Técnico Administrativo

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão:27 - Secretaria Municipal do Idoso

Programa:
0020- Articulação e Cidadania para Um Envelhecimento Digno

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

Segundo dados do IBGE, o Brasil tinha no ano de 2000, 14,5 milhões de pessoas acima de 60 anos, o que corresponde a 8,6% da população. Na última década, a população idosa no Brasil passou para 20,5 milhões, o que representa 10,8% da população total.

No município de Londrina, a população idosa já supera os percentuais da média nacional. Somos a segunda maior cidade do Estado do Paraná, com uma população de 506.701 habitantes, dos quais, de acordo com o Censo do IBGE/2010, 64.476 habitantes tem 60 anos ou mais, o que representa 12,73% do total da população.

Neste cenário, foi criada pela Lei Municipal nº 7.995/1999, a Secretaria Municipal do Idoso - SMI, com a finalidade de desenvolver no âmbito municipal um conjunto integrado de ações para o atendimento das necessidades das pessoas idosas (aquelas com 60 anos de idade ou mais). A atuação da SMI, em consonância com o que determina a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e demais leis correlatas, busca assegurar os direitos desta população, criando condições para a promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na família e na sociedade.

No que diz respeito à política pública de atendimento ao Idoso, são ofertados três serviços diretamente à referida população pela SMI:

1. Centros de Convivência do Idoso - CCI e Acompanhamento a grupos de Convivência de Idosos de Londrina. (Serviço de Proteção Básica - Convivência e Fortalecimento de Vínculos);
2. Atendimento a idosos em situação de violência social e/ou pessoal (Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade);
3. Encaminhamento de idosos a Instituições de Longa Permanência que mantêm convênio com o Município (Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade).

O Serviço de Proteção Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam para um processo de envelhecimento saudável, promoção de autonomia e de sociabilidades, fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário, de modo a contribuir para a prevenção de situações de risco social.

O Município conta hoje com 2 (dois) CCI's, um na região Leste, e outro na região Oeste, cujo objetivo é oferecer à pessoa idosa, atividades nas áreas de cidadania, lazer, cultura, educação, convivência familiar e comunitária, dentre outras.

O CCI da região Leste possui 200 idosos cadastrados, com uma média de 800 atendimentos ao mês, que frequentamos atividades semanalmente. Já no CCI da Região Oeste são 100 idosos cadastrados com uma média de 400 atendimentos/mês. Na perspectiva de ampliação das atividades dos CCI's, em funcionamento, bem como o aumento da capacidade de atendimento das unidades, passando de 12.000 para 20.000 atendimentos, a SMI investe no fortalecimento institucional, por meio da contratação de recursos humanos e aquisição de equipamentos.

Contudo, para que o atendimento atinja o nível de excelência que dele é esperado, será necessário a descentralização dos serviços ofertados aos idosos na modalidade CCI. Medida esta, que facilitará o acesso e conseqüentemente o aumento do fluxo de pessoas idosas, para que se possa chegar a 38.000 atendimentos ao final de 2017. Com este intuito, há previsão de que duas unidades de CCI, deverão ser construídas e equipadas, nas Regiões Norte e Sul, bem como a ampliação da capacidade de atendimento nos Centros já em funcionamento.

O Serviço de Proteção Social de Média Complexidade - Serviço Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem por objetivo o apoio, orientação e acompanhamento das famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende, ainda, a atenção e orientação direcionada para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou colocam em situações de risco pessoal e social.

No serviço de atendimento aos idosos em situação de violência, com base no ano de 2012, foram registrados 502 novos casos de denúncias, além dos casos de reincidentes de anos anteriores. Cada situação de violência demanda em média

cinco, cinco outros procedimentos. Atualmente, uma equipe de cinco técnicos responde pela rotina do Setor, o que representa um número em desajuste com a demanda e que, aponta para a necessidade de ampliação do quadro para o atendimento ideal. O Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos, compreende o encaminhamento de idosos que, dentro de certos critérios estabelecidos, são direcionados para uma das três entidades conveniadas com o município: Asilo São Vicente de Paulo, Lar Maria Tereza Vieira e Sociedade Espírita de Promoção Social - Lar dos Vovôs e Lar das Vovozinhas Gilda Marconi.

A Secretaria possui, atualmente, uma oferta de 185 vagas preenchidas, e uma lista de espera de aproximadamente de 15 pessoas. No ano de 2012 houve mais de 171 solicitações de vagas, das quais 57 estavam dentro dos critérios, destas 42 vagas foram atendidas e 15 permanecem em espera (demanda reprimida) por vaga nas Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPI'S.

Em razão do crescimento da demanda, estes serviços necessitam ser ampliados e aperfeiçoados para um melhor desempenho, inclusive, com equipes especializadas, em cumprimento à legislação vigente.

É importante ressaltar também, que a melhoria e ampliação no atendimento requerem o necessário fortalecimento institucional da Secretaria Municipal do Idoso. Seja por meio da modernização, com a recomposição de seu quadro de pessoal, na efetiva contratação de profissionais especializados, a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a secretaria; e também na readequação do Organograma e o Regimento Interno para atender as demandas de responsabilidade da Secretaria.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Formular, executar, avaliar, gerenciar e aprimorar a gestão da Política Municipal de Atendimento à Pessoa Idosa, visando um processo de envelhecimento ativo e saudável, em condições de dignidade, respeito e autonomia.

Objetivos Específicos:

- Gerenciar a Política Municipal do Idoso, promovendo ações voltadas ao planejamento, manutenção e aprimoramento da gestão desta política pública e dos serviços da rede, atendendo à legislação afeta à área, garantindo o suporte administrativo e financeiro;
- Ampliar de 500 para 950 o número de vagas dos CCI's;
- Ampliar o número de atendimentos nos CCI'S;
- Construir 2 (dois) Centros de Convivência do Idoso;
- Ampliar a oferta de vagas para idosos em Instituição de Longa Permanência de 185 para 225 até 2017;
- Promover a articulação com as demais políticas públicas e a rede de serviços de atenção à pessoa idosa;
- Realizar campanhas educativas de valorização à pessoa idosa, por meio de integração de diversas políticas públicas, rede de serviços socioassistencial e de proteção à pessoa idosa;
- Realizar atendimento à pessoa idosa cujos direitos encontram-se violados, especialmente nas situações de violência física, psicológica, sexual, exploração financeira, negligência e autonegligência, abandono e/ou omissão;
- Promover formação continuada, com vistas à qualificação e aperfeiçoamento dos servidores que atuam nos serviços de acolhimento da SMI.
- Elevar o nível de atendimento a padrões de eficiência, eficácia e efetividade dos serviços, programas, projetos prestados pela Política Municipal do Idoso;
- Ampliar o quadro de servidores da secretaria;
- Alterar o regimento interno e organograma da SMI e criar cargos necessários ao funcionamento da SMI: coordenadoria para atuarem na coordenação dos CCI'S e demais serviços da SMI.

Indicadores dos Programas

Nome: Número de serviços/unidades descentralizadas de Centros de Convivência do Idoso atendimento em Londrina

Gerente: Ana Karina Anduchuka Barbosa - Gerência de Articulação Comunitária

Metodologia: Extração da quantidade de unidades de CCI'S junto a Gerência de Articulação Comunitária

Fonte: SMI

Unidade de Medida: Número unidades de CCI'S

Índice de Referência: 2

Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2	2	3	4

Periodicidade: Anual

Público Alvo: idosos do município de Londrina

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Número de atendimentos nas atividades ofertadas nas unidades de Centros de Convivência do Idoso de Londrina
 Gerente: Ana Karina Anduchuka Barbosa - Gerência de Articulação Comunitária
 Metodologia: Extração da quantidade de atendimentos nas atividades nos CCI'S junto a Gerência de Articulação Comunitária anual
 Fonte: SMI
 Unidade de Medida: Número atendimento em atividades nos CCI'S
 Índice de Referência: 12.000
 Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
20.000	24.000	28.000	32.000

Público Alvo: Público Alvo: idosos do município de Londrina
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Número de grupos de convivência acompanhados pela Secretaria Municipal do Idoso
 Gerente: Ana Karina Anduchuka Barbosa - Gerência de Articulação Comunitária
 Metodologia: Captação da quantidade de grupos assessorados pela SMI junto a Gerência de Articulação Comunitária
 Fonte: Secretaria Municipal do Idoso
 Unidade de Medida: Grupos de convivência assessorados pela SMI
 Índice de Referência: 21
 Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
25	30	36	42

Periodicidade: Anual
 Público Alvo:
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

Nome: Oferta de vagas em ILP'S
 Gerente: Fábila Bera Galindo Perez - Gerência de Atenção à Pessoa Idosa
 Metodologia: Extração da quantidade de vagas ofertadas em ILPI nas Instituições conveniadas com a Secretaria
 Fonte: Secretaria Municipal do Idoso
 Unidade de Medida: vagas em ILPI
 Índice de Referência: 185
 Data de Apuração: 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
195	205	215	225

Periodicidade: Anual
 Público Alvo: idosos no município de Londrina
 Vínculo com os Objetivos do Milênio: 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
 PODER EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 27 - Secretaria Municipal do Idoso													
Unidade: 010 - Coordenação Geral - SMI													
PROGRAMA: 0020 - ARTICULAÇÃO E CIDADANIA PARA UM ENVELHECIMENTO DIGNO													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			Total
										Vinculados	Livres		
406	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	14	241	1.045	2014	Unidade	27	0,00	4.000,00	4.000,00	
							2015		34	0,00	7.000,00	7.000,00	
							2016		30	0,00	6.000,00	6.000,00	
							2017		15	0,00	6.000,00	6.000,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 27 - Secretaria Municipal do Idoso													
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMI													
PROGRAMA: 0020 - ARTICULAÇÃO E CIDADANIA PARA UM ENVELHECIMENTO DIGNO													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
407	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	8	0,00	17.000,00	17.000,00	
							2015		7	0,00	14.000,00	14.000,00	
							2016		7	0,00	11.000,00	11.000,00	
							2017		5	0,00	13.000,00	13.000,00	
408	Município	Adquirir veículo de tração mecânica	Veículo adquirido	14	241	1.045	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		1	0,00	27.000,00	27.000,00	
409	Município	Adquirir equipamentos de comunicação	Equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	11	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		10	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2016		8	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2017		8	0,00	1.000,00	1.000,00	
410	Município	Adquirir equipamentos de áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	2	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		2	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
411	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	7	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		12	0,00	5.000,00	5.000,00	
							2016		2	0,00	3.000,00	3.000,00	
							2017		2	0,00	3.000,00	3.000,00	
412	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	3	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
413	Município	Adquirir máquinas e equipamentos energéticos	Máquinas e equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	4	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		4	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
854	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	14	241	1.045	2014	Unidade	1	0,00	2.000,00	2.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
414	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	14	241	2.066	2014	Pessoas	2	0,00	60.000,00	60.000,00	
							2015		1	0,00	20.000,00	20.000,00	
							2016		1	0,00	20.000,00	20.000,00	
							2017		2	0,00	40.000,00	40.000,00	
415	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal do Idoso	Atividades mantidas	14	241	2.066	2014	Global	100%	0,00	499.000,00	499.000,00	
							2015		100%	0,00	561.000,00	561.000,00	
							2016		100%	0,00	631.000,00	631.000,00	
							2017		100%	0,00	706.000,00	706.000,00	
416	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	14	241	2.067	2014	Pessoas	5	0,00	315.000,00	315.000,00	
							2015		2	0,00	67.000,00	67.000,00	
							2016		3	0,00	80.000,00	80.000,00	
							2017		2	0,00	40.000,00	40.000,00	
417	Município	Manter as atividades de proteção ao idoso	Atividades mantidas	14	241	2.067	2014	Global	100%	0,00	1.327.000,00	1.327.000,00	
							2015		100%	0,00	1.480.000,00	1.480.000,00	
							2016		100%	0,00	1.630.000,00	1.630.000,00	
							2017		100%	0,00	1.794.000,00	1.794.000,00	
Total do Programa									0,00	9.398.000,00	9.398.000,00		
Total da Unidade										9.398.000,00			

Unidade : 020 - Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI													
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
431	Município	Devolver saldo de recurso de convênio	Saldo devolvido	28	846	0.022	2014	Global	100%	3.000,00	0,00	3.000,00	
							2015		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2016		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
Total do Programa									6.000,00	0,00	6.000,00		

PROGRAMA: 0020 - ARTICULAÇÃO E CIDADANIA PARA UM ENVELHECIMENTO DIGNO													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Física	Meta			
										Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
418	Oeste	Reformar espaço do Centro de Convivência do Idoso	Espaço reformado	14	241	1.046	2014	m²	100	99.000,00	1.000,00	100.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
419	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	1	25.000,00	1.000,00	26.000,00	
							2015		1	25.000,00	3.000,00	28.000,00	
							2016		1	45.000,00	5.000,00	50.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PROGRAMA: 0020 - ARTICULAÇÃO E CIDADANIA PARA UM ENVELHECIMENTO DIGNO													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
420	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	14	241	1.046	2014	Unidade	66	12.000,00	1.000,00	13.000,00	
							2015		46	5.000,00	1.000,00	6.000,00	
							2016		15	2.000,00	1.000,00	3.000,00	
							2017		175	22.000,00	1.000,00	23.000,00	
421	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	20	45.000,00	4.000,00	49.000,00	
							2015		5	9.000,00	1.000,00	10.000,00	
							2016		3	5.000,00	1.000,00	6.000,00	
							2017		19	43.000,00	4.000,00	47.000,00	
422	Município	Adquirir equipamentos de comunicação	Equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	10	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2015		8	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2016		5	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2017		5	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
423	Município	Adquirir equipamentos de áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	10	4.000,00	1.000,00	5.000,00	
							2015		1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		11	6.000,00	1.000,00	7.000,00	
424	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	15	7.000,00	1.000,00	8.000,00	
							2015		6	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
425	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	10	7.000,00	1.000,00	8.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		7	5.000,00	1.000,00	6.000,00	
426	Município	Adquirir equipamento de proteção, segurança e socorro	Equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	2	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2015		2	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2016		2	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2017		2	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
427	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	Equipamentos adquiridos	14	241	1.046	2014	Unidade	19	298.000,00	1.000,00	299.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
428	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	14	241	1.046	2014	Unidade	42	3.000,00	1.000,00	4.000,00	
							2015		1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	
							2016		0	0,00	0,00	0,00	
							2017		42	3.000,00	1.000,00	4.000,00	
429	Município	Manter as atividades do CMDI	Atividades mantidas	14	241	2.068	2014	Global	100%	0,00	15.000,00	15.000,00	
							2015		100%	0,00	15.000,00	15.000,00	
							2016		100%	0,00	15.000,00	15.000,00	
							2017		100%	0,00	15.000,00	15.000,00	
430	Município	Firmar convênios com ILPIs	Convênios firmados	14	241	2.069	2014	Pessoas	190	1.000,00	2.737.000,00	2.738.000,00	
							2015		190	0,00	2.737.000,00	2.737.000,00	
							2016		195	0,00	2.809.000,00	2.809.000,00	
							2017		200	0,00	2.881.000,00	2.881.000,00	
Total do Programa									683.000,00	11.268.000,00	11.951.000,00		
Total da Unidade											11.957.000,00		
Total do Órgão											21.355.000,00		

Plano Plurianual 2014 - 2017

28 - Secretaria Municipal de Defesa Social

Secretário: Coronel Rubens Guimarães de Souza

Programas de Governo:

0021 - Segurança Pública Integrada

0022 - Combate a Incêndios e Salvamento

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Reginaldo Semczuk	Guarda Municipal/Gerente Orçamentário e Financeiro
Roberto Geraldo Coelho	Capitão/Supervisor
Adilson Luis de Osti	Subtenente/Bombeiro

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Defesa Social

Programa:
0021 - Segurança Pública Integrada

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Defesa Social, criada pela Lei Municipal nº 10.774 de setembro de 2009, tem por finalidade a proteção dos bens, serviços, instalações do município e o apoio aos segmentos da administração direta e indireta do município e demais órgãos federais e estaduais de segurança pública.

As atribuições da Guarda Municipal compreendem:

- I - vigiar os logradouros públicos;
- II - guardar os bens, equipamentos e prédios próprios do Município;
- III - proteger e defender a população, nos casos de calamidade pública;
- IV - prestar socorro à população, nos casos de necessidade e emergência;
- V - colaborar, no que for possível, com a Polícia Estadual, e os demais órgãos de segurança pública, no serviço de segurança do Município, seja ele de ordem pessoal ou patrimonial;
- V - promover a evacuação da população, em caso de perigo iminente;
- VI - prevenir a ocorrência de ilícitos penais;
- VII - vigiar e proteger os patrimônios ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII - apoiar os serviços de responsabilidade do Município e, bem assim, sua ação fiscalizadora no desempenho de atividade de polícia administrativa, nos termos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica;
- IX - apoiar outras atividades afins, no âmbito de sua competência;
- X - orientar, fiscalizar e controlar o trânsito municipal de pedestres e veículos na área de suas atribuições e;
- XI - efetuar a segurança de autoridades municipais, quando necessário.

A Guarda Municipal iniciou suas atividades com 250 Guardas Municipais e atualmente conta, no seu quadro de servidores, com 185 integrantes. Encontra-se em andamento um concurso público para o preenchimento de 200 cargos do efetivo da GM, que deverá ser realizado até o final do ano de 2013.

Os Guardas Municipais, no desempenho de suas funções, atuam uniformizados, munidos de equipamentos para proteção, num regime de trabalho com escala de 12hx36h e 8h diárias em postos fixos e rondas em escolas, bibliotecas, postos de saúde, e outros.

Quanto à estrutura e equipamentos, a Guarda Municipal dispõe de uma frota que inclui: 24 viaturas com aproximadamente 03 anos de uso, 27 motocicletas com aproximadamente 2 anos de uso, 01 ônibus com 23 anos de uso, 01 camionete a serviço da Defesa Civil com 3 anos de uso, 01 viatura descaracterizada destinada ao serviço de inteligência com 5 anos de uso e 10 bicicletas. Uma estrutura que é insuficiente para atender a demanda do município de Londrina e Neste sentido, faz-se necessário adquirir novos veículos para que os serviços da Guarda Municipal possam ser desempenhados da melhor forma abrangendo uma maior área.

No que diz respeito ao armamento, atualmente a Guarda conta com 249 pistolas calibre 380 e 15 revólveres calibre 38, os quais ficarão à disposição dos postos em que os riscos são mais recorrentes, porém há necessidade de realização do curso de tiro, pelos componentes da Guarda para utilização do equipamento.

A Guarda Municipal conta ainda, com uma Central de Videomonitoramento, que possui um setor para o atendimento ao público, por meio dos telefones nos 153 e 199, e 10 terminais que operam no monitoramento de 224 câmeras de vigilância, instaladas em pontos estratégicos de Londrina, tais como: ruas, praças, escolas, postos de saúde, Estádio do Café, etc. O município de Londrina participa do Consórcio Intermunicipal de Segurança e Cidadania - CISMEL, que tem como objetivo promover segurança e cidadania aos 10 municípios consorciados focado em 3 eixos: Videomonitoramento, Assistência Social e Guarda Municipal. Para atender a demanda foi adquirido pelo CISMEL, 30 Câmeras de Videomonitoramento que se encontram em fase de instalação em locais estrategicamente definidos pelas forças de Segurança.

É importante destacar também, que o município visa participar do Programa do Governo Federal "Crack é Possível Vencer", que tem a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como, enfrentar o tráfico de drogas. O Programa se propõe aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares, reduzir a oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas e promover ações de educação, informação e capacitação. Portanto, o trabalho da Guarda Municipal, realizado em parceria com as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, torna-se imprescindível, para o êxito da iniciativa.

A Guarda Municipal participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M, instância colegiada de deliberação e

coordenação dos assuntos de Segurança Pública do Município de Londrina, o qual é composto pela Defesa Social, autoridades do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal e entidades relacionadas à segurança pública.

Hoje, o Município de Londrina conta com aproximadamente 250 próprios públicos e 718 praças localizadas na Zona Urbana e na Zona Rural. Atualmente, a segurança terceirizada vem sendo substituída, de forma gradativa, pelo efetivo da Guarda Municipal, que tem como meta assumir a total segurança dos bens públicos. A consolidação desta meta, que é de municipalização da segurança dos próprios do Município, requer a necessária ampliação do quadro de servidores.

Há locais que necessitam da presença efetiva do guarda municipal, já há outros em que somente é necessária a instalação de alarmes e câmeras monitoradas, equipamentos que quando acionados, prontamente, serão atendidos pelo setor de videomonitoramento. Este sistema já funciona, e é executado por uma empresa terceirizada, que é proprietária e detém o controle do mesmo. Esse fato confronta e prejudica a atividade da Secretaria que é responsável pela segurança dos próprios públicos do município.

No que se refere à Defesa Civil a reestruturação tem como meta inicial, em favor do seu desenvolvimento institucional, a melhoria de seus recursos logísticos e humanos e de suas condições de trabalho, assim como o estabelecimento de parcerias e convênios. Prevenir e recuperar perdas da população carente, decorrentes de fatores anormais ou adversos no município. As ações estarão voltadas para a redução de desastres nas áreas de prevenção e preparação para as emergências, assim como à prestação de socorros diversos à população. A missão precípua do órgão é mitigar ou reduzir os danos causados por desastres naturais, antropogênicos (humanos) ou mistos.

Em se tratando da estrutura administrativa, é necessário construir a Sede Operacional e Administrativa da Secretaria de Defesa Social. Com relação à estrutura de pessoal há necessidade de realização de cursos de formação, tanto para os novos guardas municipais quanto para os atuais, de modo a manter a excelência na prestação dos serviços.

Desta forma, em face da ampliação do quadro, torna-se imperativo: a aquisição de equipamentos e materiais, o fornecimento de uniformes anualmente e a implantação de um sistema de Rádio Comunicação entre os Guardas Municipais.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Contratar, Capacitar e Equipar os Guardas Municipais; Implantar Sistemas de Segurança nos próprios públicos; Implantar Sistema de Rádio Comunicação entre os Guardas Municipais; reestruturar a Defesa Civil de Londrina; Construir a Sede da Secretaria.

Objetivos Específicos:

- Manter a Sede da Secretaria e suas respectivas bases com materiais e serviços necessários para continuar e a aprimorar as atividades realizadas;
- Ampliar o quadro para 700 Guardas Municipais;
- Realizar repasse para manutenção do CISMEL;
- Realizar curso de formação para novos guardas municipais para suprir futuras demandas e rotatividades.
- Realizar cursos de capacitação continuada para os guardas municipais visando manter a otimização do serviço;
- Adquirir equipamentos e materiais necessários para contratação de novos Guardas Municipais;
- Fornecer 2 peças de uniformes ao ano para manter os Guardas Municipais sempre com boa aparência;
- Ampliar para 70, o quadro de viaturas e para 30 o quadro de motocicletas e renovar a frota, substituindo o que estiver inservível para a atividade da Guarda Municipal;
- Armar gradativamente a Guarda Municipal com armas de fogo e de choque, na perspectiva de aumentar segurança dos locais protegidos pelos Guardas Municipais;
- Implantar sistema de alarme monitorado e ampliar o Sistema de Videomonitoramento com câmeras de baixa definição visando substituir o contrato de alarme monitorado existente;
- Implantar o sistema de Rádio Comunicação entre os Guardas Municipais;
- Construir a Sede Operacional e Administrativa da Secretaria de Defesa Social;
- Adquirir equipamentos para a Sede e Bases Operacionais;
- Reestruturar a Defesa Civil de Londrina para atuar na prevenção de desastres, preparação, mitigação, resposta e reconstrução;
- Trabalhar em conjunto com o Governo Federal e Estadual no Programa 'Crack é Possível Vencer' e;
- Prover a reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada-GGI.

Indicadores dos Programas

Nome: Número de prédios públicos atendidos por postos fixos

Gerente: Diretoria Administrativa - Roseli Ximenes

Metodologia: Extração da informação na Secretaria Municipal de Defesa Social, através do levantamento dos dados de postos fixos atendidos pela Guarda Municipal

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Defesa Social

Unidade de Medida: postos

Índice de Referência: 41

Data de Apuração: junho/ 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
80	120	160	190

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Populaçãolondrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todos trabalhando pelo desenvolvimento

Nome: Treinamentos e Aperfeiçoamento para Guarda Municipal

Gerente: Diretoria Administrativa - Roseli Ximenes

Metodologia: Número de treinamentos e aperfeiçoamentos ministrado a todo efetivo nas áreas de atribuição da Defesa Social para cada Guarda Municipal

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Defesa Social

Unidade de Medida: curso

Índice de Referência: 0

Data de Apuração: junho/ 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2	3	4	6

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Todos Guardas Municipais

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todos trabalhando pelo desenvolvimento

Nome: Aumento do efetivo

Gerente: Diretoria Administrativa - Roseli Ximenes

Metodologia: Número de servidores da Guarda Municipal em efetivo exercício

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Defesa Social

Unidade de Medida: unidade

Índice de Referência: 184

Data de Apuração: junho/ 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
450	550	600	700

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População londrinense e próprios públicos

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todos trabalhando pelo desenvolvimento

Nome: Capacitação para Guarda Municipal, população e órgãos vinculados à Defesa Civil.

Gerente: Diretoria Administrativa - Roseli Ximenes

Metodologia: Número de treinamentos e aperfeiçoamentos ministrado a todo efetivo nas áreas de atribuição da Defesa Civil para cada Guarda Municipal, população e órgãos vinculados à Defesa Civil.

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Defesa Social

Unidade de Medida: curso

Índice de Referência: 0

Data de Apuração: junho/ 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
2	3	4	6

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Todos os Guardas Municipais, população e órgão vinculados à Defesa Civil.

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todos trabalhando pelo desenvolvimento

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina

Órgão: 28-Secretaria Municipal de Defesa Social

Programa:

0022 - Combate a Incêndios e Salvamento

Tipo de Programa:

Programa Finalístico

Diagnóstico:

O Corpo de Bombeiros tem como missão constitucional coordenar a execução de ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, perícias de incêndios e explosões em local de sinistros, busca e salvamento, elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios e pânico entre outras previstas em lei.

Com o advento da Lei nº 2015/74 foi criado o FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, mediante Termo de Convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná e a Prefeitura Municipal de Londrina. A interveniência do Corpo de Bombeiros possibilitou a execução de serviços de bombeiros em prol da segurança e do bem estar da população londrinense.

Os recursos provenientes da cobrança da Taxa de Combate a Incêndio possibilita ao FUNREBOM investir na aquisição de equipamentos operacionais, materiais e viaturas sempre com a preocupação de promover e melhorada qualidade dos serviços prestados à comunidade. Neste sentido, faz-se necessário adquirir equipamentos operacionais para que o Corpo de Bombeiros desenvolva seus serviços em condições plenas e seguras.

O Corpo de Bombeiros de Londrina dispõe, hoje, de 05 (cinco) quartéis distribuídos estrategicamente no município com a finalidade de garantir, junto à população, um rápido deslocamento e agilidade no atendimento às ocorrências.

Compete ao Setor de Vistorias do Corpo de Bombeiros, realizar o maior número de vistorias fiscais, aberturas de firmas entre outros serviços, contudo a prioridade está na prevenção de sinistros, pois o fortalecimento deste serviço aumenta a proteção do cidadão, diminuindo as perdas de patrimônio e os prejuízos financeiros.

O Corpo de Bombeiros de Londrina possui um total de aproximadamente 70 (setenta) viaturas na composição de sua frota operacional e administrativa. Destas viaturas aproximadamente 35 (trinta e cinco) são destinadas aos atendimentos de combate a incêndio e salvamento e ainda, atendimento pré-hospitalar, que registra uma média de 9.500 ocorrências/ano. Neste sentido, faz-se necessário adquirir viaturas e ambulâncias para aprimorar os serviços de atendimentos às vítimas de acidentes, assim como a prevenção e extinção de incêndios, buscas e salvamentos.

No que diz respeito às instalações físicas do Corpo de Bombeiros no Município de Londrina, é importante ressaltar que são necessárias readequações e ampliação do espaço para um melhor desempenho de suas atividades.

Atualmente o Corpo de Bombeiros de Londrina, na aplicação dos recursos disponíveis, trabalha com o que há de melhor no mercado em se tratando de equipamentos, materiais e viaturas de combate a incêndios e de atendimento pré-hospitalar. Com os esforços do Governo do Estado do Paraná, dentro dos limites permitidos quanto a contratação de pessoal, especialmente na contratação de novos bombeiros militares, possibilitará melhorias na qualidade e aumento dos níveis de atendimento às ocorrências.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

- Prover recursos para realizar ações de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento, Defesa Civil, análise de projetos de incêndio e vistorias. Adquirir e manter equipamentos, viaturas e infraestrutura à disposição do Corpo de Bombeiros.

Objetivos Específicos:

- Adquirir viaturas de combate a incêndio para realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios além dos serviços de busca e salvamento;

- Adquirir ambulâncias para o SIATE para atendimento às vítimas de acidentes de trânsito e traumas, a fim de garantir o suporte avançado de vida até um pronto atendimento;

- Adquirir materiais e equipamentos operacionais que permitam ao Corpo de Bombeiros, plenas e seguras condições de realizar os serviços;

- Manter as atividades do Corpo de Bombeiros com qualidade e eficiência, garantindo as despesas necessárias para a manutenção dos serviços;

- Construir e readequar instalações físicas de Bombeiros dentro do Município de Londrina.

Indicador do Programa:

Nome: Número de ocorrências atendidas

Gerente: SMDS / FUNREBOM - Subtente QPM 2-0 Adilson Luis de Osti

Metodologia: número de ocorrências atendidas * 100 / número de ocorrências solicitadas

Fonte: <http://www.bombeiroscascavel.com.br/registrocdb/imprensa.php>

Unidade de Medida: Porcentagem

Índice de Referência: 85%

Data de Apuração: 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
85%	85%	85%	85%

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População londrinense

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
 PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
 PODER EXECUTIVO
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Defesa Social														
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMDS														
PROGRAMA: 0021 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA														
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta					
									Física	Recursos - R\$				
									Vinculados	Livres	Total			
432	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	100	0,00	300.000,00	300.000,00		
							2015		50	0,00	150.000,00	150.000,00		
							2016		50	0,00	150.000,00	150.000,00		
							2017		50	0,00	150.000,00	150.000,00		
433	Município	Adquirir infra estrutura e sistema de rádio e comunicação	Infra estrutura e sistema de rádio e comunicação adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	1	0,00	178.000,00	178.000,00		
							2015		0	0,00	0,00	0,00		
							2016		0	0,00	0,00	0,00		
							2017		0	0,00	0,00	0,00		
434	Município	Adquirir armamentos	Armamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00		
							2015		100	0,00	325.000,00	325.000,00		
							2016		100	0,00	325.000,00	325.000,00		
							2017		0	0,00	0,00	0,00		
435	Município	Construir, instalar, ampliar e reformar bens patrimoniais	Bens patrimoniais construídos, instalados, ampliados e reformados	06	181	1.047	2014	m²	100	0,00	20.000,00	20.000,00		
							2015		500	0,00	244.000,00	244.000,00		
							2016		100	0,00	10.000,00	10.000,00		
							2017		100	0,00	10.000,00	10.000,00		
436	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	Aparelhos e equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	300	200.000,00	10.000,00	210.000,00		
							2015		10	0,00	2.000,00	2.000,00		
							2016		10	0,00	2.000,00	2.000,00		
							2017		10	0,00	2.000,00	2.000,00		
437	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00		
							2015		0	0,00	0,00	0,00		
							2016		10	0,00	300.000,00	300.000,00		
							2017		20	0,00	950.000,00	950.000,00		
438	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	20	0,00	2.000,00	2.000,00		
							2015		20	0,00	2.000,00	2.000,00		
							2016		20	0,00	1.000,00	1.000,00		
							2017		20	0,00	1.000,00	1.000,00		
439	Município	Adquirir máquinas, utensílios e equipamentos diversos	Máquinas, utensílios e equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	20	0,00	7.000,00	7.000,00		
							2015		20	0,00	7.000,00	7.000,00		
							2016		20	0,00	7.000,00	7.000,00		
							2017		20	0,00	7.000,00	7.000,00		
440	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	30	0,00	5.000,00	5.000,00		
							2015		30	0,00	5.000,00	5.000,00		
							2016		30	0,00	17.000,00	17.000,00		
							2017		30	0,00	5.000,00	5.000,00		
441	Município	Adquirir máquinas, instalações e utensílios de escritório	Máquinas, instalações e utensílios adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00		
							2015		5	0,00	4.000,00	4.000,00		
							2016		0	0,00	0,00	0,00		
							2017		0	0,00	0,00	0,00		
442	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	06	181	1.047	2014	Unidade	50	0,00	10.000,00	10.000,00		
							2015		50	0,00	10.000,00	10.000,00		
							2016		50	0,00	10.000,00	10.000,00		
							2017		50	0,00	10.000,00	10.000,00		
443	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	06	181	1.047	2014	m²	100	0,00	5.000,00	5.000,00		
							2015		30	0,00	3.000,00	3.000,00		
							2016		30	0,00	3.000,00	3.000,00		
							2017		30	0,00	3.000,00	3.000,00		
444	Município	Adquirir acessórios para automóveis	Acessórios adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	12	0,00	26.000,00	26.000,00		
							2015		0	0,00	0,00	0,00		
							2016		0	0,00	0,00	0,00		
							2017		0	0,00	0,00	0,00		

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
445	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação	Aparelhos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	10	0,00	7.000,00	7.000,00
							2015		10	0,00	7.000,00	7.000,00
							2016		3	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		3	0,00	3.000,00	3.000,00
446	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	20	0,00	3.000,00	3.000,00
							2015		20	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		20	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		20	0,00	3.000,00	3.000,00
447	Município	Adquirir máquinas e equipamentos energéticos	Máquinas e equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	20	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		20	0,00	3.000,00	3.000,00
							2016		20	0,00	3.000,00	3.000,00
							2017		20	0,00	7.000,00	7.000,00
448	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Maquinas e equipamentos adquiridos	06	181	1.047	2014	Unidade	7	0,00	7.000,00	7.000,00
							2015		5	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
867	Município	Instalar câmeras de monitoramento e vigilância para os jardins Guanabara e Cláudia e para os distritos	Câmeras de monitoramento instaladas	06	181	1.047	2014	Unidade	0	0,00	0,00	0,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		60	0,00	200.000,00	200.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
449	Município	Manter as atividades da Secretaria Municipal de Defesa Social	Atividades mantidas	06	181	2.070	2014	Global	100%	0,00	13.635.000,00	13.635.000,00
							2015		100%	0,00	14.648.000,00	14.648.000,00
							2016		100%	0,00	15.556.000,00	15.556.000,00
							2017		100%	0,00	16.696.000,00	16.696.000,00
450	Município	Transferir recursos à ONG - Londrina - Pazeando	Recursos transferidos	06	181	2.070	2014	Unidade	1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2015		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2016		1	0,00	10.000,00	10.000,00
							2017		1	0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Programa										200.000,00	64.125.000,00	64.325.000,00
Total da Unidade												64.325.000,00

Unidade : 020 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM												
PROGRAMA: 0022 - COMBATE A INCÊNDIOS E SALVAMENTO												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
451	Município	Adquirir aparelhos de medição e orientação	Aparelhos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	15	10.000,00	0,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		15	10.000,00	0,00	10.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
452	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	20	30.000,00	0,00	30.000,00
							2015		15	25.000,00	0,00	25.000,00
							2016		20	30.000,00	0,00	30.000,00
							2017		25	30.000,00	0,00	30.000,00
453	Município	Adquirir aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar	Aparelhos, equipamentos, utensílios adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	30	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		90	60.000,00	0,00	60.000,00
							2016		30	50.000,00	0,00	50.000,00
							2017		30	50.000,00	0,00	50.000,00
454	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	Aparelhos e equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	20	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2016		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2017		10	30.000,00	0,00	30.000,00
455	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	20	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		20	50.000,00	0,00	50.000,00
							2016		20	50.000,00	0,00	50.000,00
							2017		20	50.000,00	0,00	50.000,00
456	Município	Adquirir embarcações	Embarcações adquiridas	06	182	1.048	2014	Unidade	2	60.000,00	0,00	60.000,00
							2015		2	20.000,00	0,00	20.000,00
							2016		2	25.000,00	0,00	25.000,00
							2017		2	20.000,00	0,00	20.000,00
457	Município	Adquirir equipamentos de proteção, segurança e socorro	Equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	205	220.000,00	0,00	220.000,00
							2015		210	250.000,00	0,00	250.000,00
							2016		200	250.000,00	0,00	250.000,00
							2017		200	250.000,00	0,00	250.000,00
458	Município	Adquirir máquinas e equipamentos energéticos	Máquinas e equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	10	10.000,00	0,00	10.000,00
							2015		10	10.000,00	0,00	10.000,00
							2016		12	10.000,00	0,00	10.000,00
							2017		10	10.000,00	0,00	10.000,00
459	Município	Adquirir equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	25	30.000,00	0,00	30.000,00
							2015		25	30.000,00	0,00	30.000,00
							2016		25	30.000,00	0,00	30.000,00
							2017		25	30.000,00	0,00	30.000,00
460	Município	Adquirir materiais, utensílios e equipamentos diversos	Materiais, utensílios e equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	17	40.000,00	0,00	40.000,00
							2015		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2016		10	30.000,00	0,00	30.000,00
							2017		10	30.000,00	0,00	30.000,00

continua...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES
PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/ Atividade/ Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
461	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	50	90.000,00	0,00	90.000,00
							2015		50	80.000,00	0,00	80.000,00
							2016		50	80.000,00	0,00	80.000,00
							2017		50	80.000,00	0,00	80.000,00
462	Município	Adquirir máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	Máquinas e equipamentos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	10	10.000,00	0,00	10.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		10	8.000,00	0,00	8.000,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
463	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	06	182	1.048	2014	Unidade	100	100.000,00	0,00	100.000,00
							2015		100	100.000,00	0,00	100.000,00
							2016		100	100.000,00	0,00	100.000,00
							2017		100	100.000,00	0,00	100.000,00
464	Município	Adquirir peças não incorporáveis a imóveis	Peças adquiridas	06	182	1.048	2014	Unidade	500	50.000,00	0,00	50.000,00
							2015		500	50.000,00	0,00	50.000,00
							2016		500	50.000,00	0,00	50.000,00
							2017		500	50.000,00	0,00	50.000,00
465	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	7	800.000,00	0,00	800.000,00
							2015		6	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
							2016		5	800.000,00	0,00	800.000,00
							2017		7	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
466	Município	Adquirir máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios adquiridos	06	182	1.048	2014	Unidade	2	100.000,00	0,00	100.000,00
							2015		0	0,00	0,00	0,00
							2016		0	0,00	0,00	0,00
							2017		0	0,00	0,00	0,00
467	Município	Executar obras e projetos de ampliação e reforma	Obras e projetos executados	06	182	1.048	2014	m²	1000	1.016.000,00	0,00	1.016.000,00
							2015		700	1.140.000,00	0,00	1.140.000,00
							2016		1000	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
							2017		1000	1.517.000,00	0,00	1.517.000,00
468	Município	Manter as atividades do Corpo de Bombeiros	Atividades do Corpo de Bombeiros mantidas	06	182	2.071	2014	Global	100%	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00
							2015		100%	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
							2016		100%	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
							2017		100%	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00
Total do Programa									21.691.000,00	0,00	21.691.000,00	
Total da Unidade											21.691.000,00	
Total do Órgão											86.016.000,00	

Plano Plurianual 2014 - 2017

29 - Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

Secretária: Kátia Marcos Gomes

Programas de Governo:

0000 - Operações Especiais

0023 - Londrina Emprega - Trabalho, Emprego e Renda

Equipe Técnica da Secretaria

Nome	Cargo/Função
Roberto Almeida Karpinski Júnior	Assessor Administrativo-Financeiro
Joenes Veloso Alcântara Júnior	Diretor do Sistema Nacional do Emprego
Donizete Silveira Lima	Assessor de Fomento à Economia Solidária
Milton Velei de Aquino Júnior	Gerente de Intermediação de Mão de Obra

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Unidade Gestora: Prefeitura do Município de Londrina
Órgão:29 - Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

Programa:
0023 -Londrina Emprega -Trabalho,Emprego e Renda.

Tipo de Programa:
Programa Finalístico

Diagnóstico:

O marco das intervenções do poder público sobre o mercado de trabalho vem de 1943, durante o governo Vargas, quando entra em vigor a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Embora o Brasil tenha ratificado a Convenção 88 da OIT - Organização Internacional do Trabalho em 1957, somente em 1975 é que se criou um serviço público de emprego, com a instituição do SINE - Sistema Nacional de Emprego, com uma valorização da geração de informações sobre mercado de trabalho e a intermediação de mão de obra. Mais tarde passou a estudar e englobar nas Políticas Públicas, a Qualificação Profissional e o Seguro Desemprego que aconteceu em 1986, com as mudanças democráticas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece entre outros, o direito ao trabalho e ao seguro-desemprego a todo brasileiro. Embora toda evolução ocorrida na relação capital/trabalho, ainda se observa por meio das pesquisas e notícias veiculadas pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, que a eficácia das políticas públicas de trabalho, emprego e renda deixam a desejar. A justificativa para isso reúne fatores como: a heterogeneidade na estruturação do mercado de trabalho; a observação de uma forte participação do setor terciário (comércio, ambulantes e serviços); o grau de formalização do trabalho ainda abaixo do desejado; o desemprego aberto (publicado e mensurável) e oculto (trabalho precário e escravo); a qualidade do ambiente de trabalho; o nível de remuneração muito baixo diante do poder de compra; a dispersão entre o salário-base e o topo da pirâmide das funções mais qualificadas; assim como a discriminação e desigualdades presentes de várias formas no mercado de trabalho. Neste contexto a cidade de Londrina também se inclui.

Os últimos anos vêm acenando para uma melhora nos indicadores de trabalho e emprego no país, com a adoção de políticas públicas de valorização do salário mínimo, a retomada de investimentos e o desenvolvimento econômico, aumentando o número de empregos formais e consequente redução da taxa de desemprego.

A sustentabilidade das políticas públicas do trabalho preconizadas pelo Governo Federal depende de fatores que englobam não só as ações vinculadas aos órgãos estaduais e municipais da área e seus serviços tradicionais como Seguro Desemprego, Intermediação de Mão de Obra, Qualificação Profissional e Acesso aos Programas de Crédito, mas também, do crescimento econômico e, em parte, dos ajustes e melhorias das instituições que regulam o mercado de trabalho. Além disso, se faz necessário considerar que, uma efetiva atuação na criação de postos de emprego passa também pela necessidade de uma ampla reforma trabalhista.

Ao longo dos anos ajustes e mudanças foram acontecendo com o redesenho do Sistema Público de Emprego, apresentando um novo arranjo de funções e ações básicas e complementares, integrando o sistema que passa a ser claramente reconhecido e denominado com os termos trabalho, emprego e renda.

As funções referem-se aos módulos:

- Seguro-desemprego
- Intermediação de mão de obra
- Orientação profissional
- Qualificação social e profissional
- Certificação profissional e fomento às atividades empreendedoras
- Informações sobre o mercado de trabalho

Os objetivos e propósitos para o desenvolvimento dessas funções incluem:

- Combater os efeitos do desemprego (seguro-desemprego),
- Requalificar a mão de obra e reinseri-la no mercado (programas de qualificação e intermediação),
- Estimular a geração de novos postos de trabalho (concessão de crédito facilitado para empresas e/ou trabalhadores que busquem auto-ocupação ou ocupação associada ou cooperativada).

As políticas públicas de trabalho, emprego e renda ainda englobam as políticas de emprego para juventude, as políticas de economia solidária e a política de microcrédito produtivo orientado, que extrapolam a atuação do SINE, inserindo a transversalidade neste contexto com as outras políticas públicas.

Existem ainda muitos desafios a serem enfrentados para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. É preciso ações para redução de rotatividade no emprego, oferta e demanda para cursos de formação profissional de boa qualidade, melhora e modernização das políticas públicas para jovens, aprendizes, idosos e pessoas com deficiência.

O contexto acima apresentado se aplica, guardada as respectivas proporções, à cidade de Londrina.

A elaboração do PPA para os próximos anos se coloca como uma oportunidade para Londrina aprimorar sua visão de futuro e definir estratégias para encarar os desafios que se apresentam. A Agenda Nacional do Trabalho Decente é uma grande incentivadora e inspiradora de ações para, minimamente, se cumprir um compromisso que se traduz, de forma simples, em um trabalho adequadamente remunerado, exercido conforme a legislação prevê, em condições de equidade e segurança para todos e capaz de garantir uma vida digna para os trabalhadores e suas famílias.

A gestão da política municipal do Trabalho, Emprego e Renda no Município de Londrina tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de acessar o mercado de trabalho assim como gerar renda, priorizando os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, com maior dificuldade de inclusão no mundo do trabalho.

Londrina é a segunda cidade do Estado e importante polo de desenvolvimento regional e nacional, exercendo grande influência sobre a Região Norte do Paraná. Com o avanço e crescimento econômico, político e social, a cidade se tornou referência nas áreas de telecomunicação e tecnologia da informação, nas áreas médica e odontológica, no agronegócio e atividade agrícola, no comércio, cultura e prestação de serviços. É também um polo universitário importante na Região Sul do país. Fica clara, a necessidade de políticas públicas e programas da Secretaria Municipal do Trabalho Emprego e Renda serem integrados e sintonizados com o conjunto de políticas de desenvolvimento socioeconômico da cidade, que tem, segundo o censo IBGE 2010, uma população de 506.701 habitantes sendo economicamente ativos, 275.978 habitantes.

A Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda-SMTER, foi criada em dezembro de 2011 e implantada em janeiro de 2012. Tem por finalidade executar e ser responsável pelas políticas públicas de trabalho, emprego, geração de renda, qualificação social e profissional e, certificação profissional, no âmbito do município.

A maior barreira encontrada para que possa executar a contento sua missão é o fato de não possuir estrutura de cargos própria, e nem mesmo número suficiente de servidores cedidos. É uma situação crítica e impeditiva de qualquer ação que requeira continuidade, comprometendo assim a continuidade de Convênios, prestação de contas e a gestão do conhecimento gerado.

Em seu campo de atuação, a SMTER promove a intermediação entre a oferta de vagas de emprego e o encaminhamento de mão de obra; executa também as atividades relacionadas com o Sistema Nacional de Emprego-SINE, no que se refere às ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional, mediante o cruzamento da necessidade de preenchimento de um posto de trabalho (captação de vagas), com a de um trabalhador que procura a colocação no mercado de trabalho (encaminhamento de mão de obra).

Além disso, a Secretaria é responsável por habilitar o trabalhador desempregado temporariamente ao benefício do seguro desemprego, previsto na Lei Federal nº 7.998/1990.

Atua também no desenvolvimento de ações voltadas para as políticas para a juventude e a inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho.

Outro objetivo visa à transversalidade das políticas públicas promovendo a integração junto às demais políticas sociais do Município, como forma de oportunizar a busca da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O serviço de Intermediação de Mão de Obra-IMO, oferece, semanalmente cerca de 1.000 vagas de emprego, com atendimento diário de aproximadamente 400 pessoas.

O público atendido pela SMTER é abrangente, em especial a PEA (população economicamente ativa), independente de sexo, grau de instrução, idade, gênero ou qualquer outro fator discriminatório. Atualmente o posto central do SINE e a SMTER atendem o município de Londrina, pois não existe uma pesquisa que demonstre as diferentes necessidades entre as regiões da cidade como taxa de desemprego, tipo de qualificação desejada, renda média, etc.

A Secretaria busca reunir e produzir informações e indicadores da evolução do mercado de trabalho e do emprego, promovendo a elaboração de análises, pesquisas e relatórios capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas de emprego.

Com o objetivo de cooperar na política de transparência e validação da participação da sociedade organizada, a Secretaria conta com o apoio do Conselho Municipal do Trabalho-CMTER, órgão de caráter deliberativo importante no planejamento e execução das ações da SMTER.

O Programa estabelecido no Plano Plurianual - PPA 2014/2017, visa o cumprimento da missão da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda por meio do incremento na oferta de postos de trabalho com possibilidade de manter o contingente atual e absorver novos trabalhadores a cada ano, por intermédio das políticas públicas operadas no âmbito do sistema público de trabalho, emprego e renda; combate ao desemprego por meio da intermediação de mão de obra; apoio financeiro temporário ao trabalhador em situação de desemprego, sem possibilidade de retorno imediato ao mercado de trabalho, habilitando-o ao benefício do seguro desemprego, ao mesmo tempo em que o capacita para a reinserção e permanência no mundo do trabalho por intermédio da orientação, certificação e qualificação profissional e social; fomento às atividades empreendedoras autônomas ou solidárias com apoio e acesso ao crédito orientado e assistido.

O Programa visa também a promoção do trabalho decente, por meio da mediação das relações de trabalho, da inclusão social pelo trabalho, que tenha como pressuposto assegurar a dignidade dos trabalhadores londrinenses, englobando todos os públicos da população economicamente ativa.

Objetivo Reduzido (Objetivo Geral):

Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda, executando uma política pública voltada ao trabalho decente, à geração de renda, à qualificação social e profissional e à qualidade de vida do trabalhador, como um valor estruturante da cidadania.

Objetivos Específicos:

- Estruturar o quadro de pessoal da SMTER, equipar e modernizar a rede de atendimento ao trabalhador, bem como aprimorar a gestão destas políticas públicas com vistas à qualidade do atendimento aos trabalhadores;
- Executar, controlar e avaliar os programas relacionados com a geração de trabalho, emprego, renda, qualificação social e profissional, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável do município, operacionalizando com qualidade as ações de IMO - Intermediação de Mão de Obra e o SD - Habilitação ao Seguro Desemprego;

- Desenvolver e executar ações de Qualificação Profissional articulando os atores públicos, privados e do terceiros setor, a fim de capacitar e introduzir o jovem no mercado de trabalho, incluindo ações específicas com as entidades de apoio à formação do Aprendiz;
- Criar e executar programas de inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, fomentando a aproximação entre os atores envolvidos;
- Promover a gestão tripartite e paritária (governo, empregadores e trabalhadores) das políticas públicas operacionalizadas no âmbito do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, por meio do fortalecimento do Conselho Municipal do Trabalho, assegurando a gestão compartilhada com a sociedade civil;
- Implementar a política de microcrédito produtivo orientado e assistido, por meio da capacitação gerencial inicial e continuada, com critérios de acesso diferenciados, permitindo o fomento ao empreendedorismo individual, a capacidade de autogestão de empreendimentos já existentes, o fortalecimento ou o surgimento de cooperativas nos moldes da economia solidária e o incentivo à formalização.

Indicadores dos Programas

Nome: Percentual de Trabalhadores Colocados pelo SINE em Vagas Abertas pelo SINE

Gerente: Milton - Gerente do SINE

Metodologia: Total anual de admissões através de encaminhamento do SINE (IMO) pelo número de vagas abertas pelo SINE (Central de Vagas)

Fonte: Portal Mais Emprego

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 8%

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
10	12	15	18

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Economicamente Ativa

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Pessoas com Deficiência colocadas pelo SINE

Gerente: Milton - Gerente do SINE

Metodologia: Total anual de admissões de PCD's através de encaminhamento do SINE por ano

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho Emprego e Renda

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 7%

Data de Apuração: maio de 2013

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
10	13	15	18

Periodicidade: Anual

Público Alvo: Pessoas com Deficiência

Vínculo com os Objetivos do Milênio: 8 - Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

Nome: Trabalhadores inscritos no SINE x Trabalhadores Colocados

Gerente: Milton - Gerente do SINE

Metodologia: Número total anual de trabalhadores inscritos no SINE pelo número de trabalhadores colocados

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho Emprego e Renda

Unidade de Medida: Percentual

Índice de Referência: 5,5%

Data de Apuração: Dezembro de 2012

Índice Anual Desejado:

2014	2015	2016	2017
7	10	15	20

Periodicidade: Anual

Público Alvo: População Economicamente Ativa

Vínculo com os Objetivos do Milênio:8 - Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

PLANO PLURIANUAL 2014 - 2017

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Órgão: 29 - Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda													
Unidade : 010 - Coordenação Geral - SMTER													
PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
478	Município	Devolver saldo de recursos de convênios - CODEFAT	Saldo devolvido	28	846	0.023	2014	Global	100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2015		0%	0,00	0,00	0,00	
							2016		0%	0,00	0,00	0,00	
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
479	Município	Devolver saldo de recursos do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	Saldo devolvido	28	846	0.023	2014	Global	100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2015		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2016		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2017		100%	1.000,00	0,00	1.000,00	
Total do Programa									6.000,00	0,00	6.000,00		

PROGRAMA: 0023 - LONDRINA EMPREGA - TRABALHO, EMPREGO E RENDA													
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Função	Subfunção	Projeto/Atividade/Op.Especial	Ano	Unidade de Medida	Meta				
									Física	Recursos - R\$			
										Vinculados	Livres	Total	
469	Município	Adquirir aparelhos e equipamentos de comunicação	Aparelhos e equipamentos adquiridos	11	334	1.049	2014	Unidade	11	3.000,00	1.000,00	4.000,00	
							2015		4	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2016		4	0,00	1.000,00	1.000,00	
							2017		4	0,00	1.000,00	1.000,00	
470	Município	Adquirir aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos e utensílios adquiridos	11	334	1.049	2014	Unidade	8	9.000,00	0,00	9.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		5	5.000,00	0,00	5.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
471	Município	Adquirir equipamentos de processamento de dados	Equipamentos adquiridos	11	334	1.049	2014	Unidade	15	20.000,00	0,00	20.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		10	13.000,00	0,00	13.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
472	Município	Adquirir utensílios para escritório	Utensílios adquiridos	11	334	1.049	2014	Unidade	2	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		2	1.000,00	0,00	1.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
473	Município	Adquirir mobiliário em geral	Mobiliário adquirido	11	334	1.049	2014	Unidade	25	8.000,00	0,00	8.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		10	4.000,00	0,00	4.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
474	Município	Adquirir veículos de tração mecânica	Veículos adquiridos	11	334	1.049	2014	Unidade	1	20.000,00	0,00	20.000,00	
							2015		0	0,00	0,00	0,00	
							2016		1	40.000,00	0,00	40.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
475	Município	Manter as atividades da SMTER	Atividades mantidas	11	334	2.072	2014	Global	100%	452.000,00	1.120.000,00	1.572.000,00	
							2015		100%	495.000,00	1.511.000,00	2.006.000,00	
							2016		100%	432.000,00	1.621.000,00	2.053.000,00	
							2017		100%	495.000,00	1.859.000,00	2.354.000,00	
476	Município	Contratar servidores	Servidores contratados	11	334	2.072	2014	Pessoas	20	0,00	400.000,00	400.000,00	
							2015		5	0,00	120.000,00	120.000,00	
							2016		5	0,00	120.000,00	120.000,00	
							2017		0	0,00	0,00	0,00	
477	Município	Desenvolver o Programa Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	Programa desenvolvido	11	334	2.072	2014	Global	100%	500.000,00	0,00	500.000,00	
							2015		100%	500.000,00	0,00	500.000,00	
							2016		100%	500.000,00	0,00	500.000,00	
							2017		100%	500.000,00	0,00	500.000,00	
Total do Programa									3.998.000,00	6.755.000,00	10.753.000,00		
Total da Unidade											10.759.000,00		
Total do Órgão											10.759.000,00		